



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**O CURRÍCULO DA BIBLIOTECONOMIA: PERSPECTIVAS COMPARADAS
SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHÍA
(BRASIL) E NA UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA (COLOMBIA).**

JARDANYS DE JESÚS MOSQUERA MACHADO

SALVADOR

2018

JARDANYS DE JESÚS MOSQUERA MACHADO

**O CURRÍCULO DA BIBLIOTECONOMIA: PERSPECTIVAS COMPARADAS
SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHÍA
(BRASIL) E NA UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA (COLOMBIA).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia. Linha de Pesquisa: Produção, Circulação e Mediação da Informação, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. **MARIA ISABEL DE JESUS SOUSA
BARREIRA**

Salvador

2018

JARDANYS DE JESÚS MOSQUERA MACHADO

**O CURRÍCULO DA BIBLIOTECONOMIA: PERSPECTIVAS COMPARADAS
SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHÍA
(BRASIL) E NA UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA (COLOMBIA).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação, da Universidade Federal da
Bahia. Linha de Pesquisa: Produção, Circulação e
Mediação da Informação, como requisito parcial para
a obtenção do título de doutor em Ciência da
Informação.

BANCA EXAMINADORA;

Profª Drª Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira (orientadora)
Universidade Federal da Bahia

Profª Drª Ana Lucia Silva
Universidade do Estado da Bahia

Profª Dra. Joseania Miranda Freitas
Universidade Federal da Bahia

Profª Drª. Hildenise Ferreira Novo
Universidade Federal da Bahia

Profº Dr. Anderson Luis da Paixão Café
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Profª Drª. Jussara Borges de Lima
Universidade Federal da Bahia

Profª. Drª. Sídélia Santos Teixeira
Universidade Federal da Bahia

Salvador

2018

DEDICATÓRIA

À minha mãe Jeannette Machado De Mosquera, que lutou para a realização do meu desejo de formação permanente.

Aos meus irmãos Ciro Antonio, Simlvia Del Carmén, Melvyn Hair, Cira Jelige (*in memorian*) e Tuddy Alexander Mosquera Machado, por serem companheiros de luta pela superação e a união familiar.

À minha tia Nelsa Mosquera de Buenaños (*in memorian*) por ser meu sustento emocional ante as dificuldades e apoio nos momentos de travessuras infantis.

À minha esposa Yenny Lucina Cordoba Murillo por ser a companheira ideal, o apoio incondicional e suporte emocional tão necessários nestas caminhadas.

Às minhas filhas Gina Paola, Ashly Jelige e Sara Yohary por acrescentar meu estado de felicidade permanente.

AGRADECIMENTOS

Para todas as pessoas que com seu apoio incondicional fizeram possível empreender esta caminhada e permitiram chegar até onde estou hoje.

Aos meus familiares, amigos, companheiros de trabalho que sempre estão apoiando a minha luta diária e os passos de crescimentos pessoal e profissional.

À minha orientadora e professora Doutora Maria Isabel de J. S. Barreira, excelente formadora que com sua experiência, rigorosidade e sabedoria tem feito muitíssimas contribuições neste processo inacabável de consolidação de um projeto profissional e pessoal.

Agradeço também aos professores e estudantes das duas unidades acadêmicas envolvidas neste estudo, que com seus aportes destacaram a importância da realização deste tipo de pesquisa como insumo para a criação de conhecimento desde a coletividade; que acabam por me permitir ver através das suas percepções a necessidade de abordagem destas questões de cunho social.

Agradeço à vida, que tem outorgado muitas oportunidades para achar os mais altos níveis de felicidade em minha existência.

RESUMO

O fenômeno da desigualdade social no mundo é uma realidade presente em muitos países, mas com maior presença naquelas sociedades que, segundo a lógica capitalista do consumismo, são consideradas em desenvolvimento. Nesta classificação se encontram inseridos todos os países da esfera latino-americana, Situação que motivou a decisão de investigar a complexidade desta problemática a fim de compreender sua ocorrência no âmbito do currículo que media o processo formativo do ensino superior, especialmente do curso de biblioteconomia. Para isso, duas instituições latino-americanas foram utilizadas como campo de estudo. Trata-se de uma pesquisa de nível descritivo, um estudo de caso que buscou, usando duas instituições de ensino como campo de pesquisa, fazer uma caracterização do fenômeno da desigualdade social e analisar o tratamento que se faz nos currículos dos programas de Graduação em Ciência da Informação em várias instituições de educação superior, sob contextos diferentes. Assim, tem-se uma investigação classificada como qualitativa, de um estudo de caso cujos resultados podem contribuir na construção dos currículos dos cursos envolvidos na pesquisa e atuar como elemento de contribuição na formação profissional de atores éticos e políticos, comprometidos com a função social da informação.

Palavras-chave: Desigualdade Social; Currículo; Profissional da informação, Exclusão; Pedagogias Críticas.

ABSTRACT:

The phenomenon of social inequality in the world is a reality present in many countries, but with a greater presence in those societies, which according to the capitalist logic of consumerism, are considered developing countries. In this classification are all the countries of the Latin American sphere, which led to the decision to investigate the complexity of this problem in order to understand its occurrence within the curriculum that mediates the formative process of higher education, especially the librarianship course in two Latin American institutions. The objective of this research is: to analyze how the librarian's training curriculum deals with social inequality at the Federal University of Bahia and at the University of Antioquia, to highlight the need for a greater emphasis in these academic curricula on the social role of information, to identify in the plans and programs that guide the professional formation of librarians, contents aimed at combating social inequality, portray the perceptions about the social inequality of the teachers involved in the training of these professionals. Study structured in chapters, the conceptions of inequality, the second the curriculum and its mediation in the formation; then, contextual characterization; the information professional; methodological course; final considerations. It is a descriptive level research on the objectives, which attempts to account for the characterization of the phenomenon of social inequality and to determine the treatment that is made in the curricula of undergraduate programs in information science in several institutions of higher education in different contexts; this approach makes it an investigation classified as qualitative, it is also a case study for wanting to look at the specific realities of two institutions in particular. The results of this study have to help to build the curricula of the courses involved in the research; the need to contribute to the professional training of political ethical actors committed to the social function of information is a product that leaves this study, as well as the participation of teachers in this process of emancipation. The curriculum must come to life to materialize a range of possibilities through access to information for all. The struggle to reduce inequalities must be carried out from all sectors of society and with a strong emphasis on the higher education sector, in which the public university has a great deal of transcendence.

Key words: Social Inequality, Curriculum, Information`s Professional, exclusion, Critical Pedagogies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Posição Municipal de Medellin	148
Figura 2	Fachada da Biblioteca Piloto de Medellin	162
Figura 3	Biblioteca Geral da UDEA	165
Figura 4	Mapa das regiões do Brasil	171
Figura 5	Mapa ubiquação geográfica de Salvador Bahia	172
Figura 6	Arquivo Público do Estado da Bahia	178
Figura 7	Biblioteca móvel	178
Figura 8	Biblioteca Central	178
Figura 9	Edifício do ICI	180

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Mostra como a política pública sustenta o progresso educativo no município	155
Gráfico 2	A busca da satisfação das necessidades principais faz que Medellín seja posicionado como uma cidade preocupada por diminuir as desigualdades sociais existentes	156
Gráfico 3	A pobreza multidimensional	156
Gráfico 4	Esquema do Desenho da pesquisa	200
Gráfico 5.	Semestre que cursam os colaboradores da pesquisa	212
Gráfico 6.	Semestre que cursam os colaboradores da pesquisa	212
Gráfico 7.	Faixa etária dos discentes entrevistados	213
Gráfico 8.	Faixa etária dos discentes entrevistados	213
Gráfico 9.	Gênero dos discentes entrevistados	215
Gráfico 10.	Gênero dos discentes entrevistados	215
Gráfico 11.	Estrato socioeconômico dos entrevistados	216
Gráfico 12.	Estrato socioeconômico dos entrevistados	216
Gráfico 13.	Etnia dos entrevistados	217
Gráfico 14.	Etnia dos entrevistados	217
Gráfico 15.	Percepção acerca dos contextos onde se evidencia as desigualdades	222
Gráfico 16.	Percepção acerca dos contextos onde se evidencia as desigualdades	222
Gráfico 17.	Ordem disciplinar da Biblioteconomia	223
Gráfico 18.	Ordem disciplinar da Biblioteconomia	223
Gráfico 19.	Percepção das perspectivas profissionais voltadas à comunidade	227
Gráfico 20.	Percepção das perspectivas profissionais voltadas à comunidade	227
Gráfico 21.	Percepção sobre a observação crítica dos diferentes contextos sociais	231
Gráfico 22.	Percepção sobre a observação crítica dos diferentes contextos sociais	231
Gráfica 23.	Tratamento do fenômeno nas aulas	233
Gráfico 24.	Tratamento do fenômeno nas aulas	233
Gráfico 25.	Oferta de ferramentas curriculares necessárias para o trabalho comunitário	238
Gráfico 26.	Oferta de ferramentas curriculares necessárias para o trabalho comunitário	238
Gráfico 27.	Contextos de atuação dos futuros profissionais da informação	239
Gráfico 28	Contextos de atuação dos futuros profissionais da informação	239

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Características Gerais	155
	Unidades de Informação que fazem parte do Projeto	
	Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín	
Quadro 2.		162
	Relação dos docentes da EIB	
Quadro 3.		169
	Rede de unidades de informação na cidade de Salvador,	
Quadro 4.	Bahia	177
Quadro 5.	Relação dos docentes do ICI	182
Quadro 6.	Sequência para fazer análise de dados	204
	Aspectos gerais dos Currículos das instituições	
Quadro 7.	investigadas	208
Quadro 8.	Perfil dos discentes	212
	Matriz de análise de dados qualitativos	
Quadro 9.		247
Quadro 10.	Matriz de análise de dados qualitativos	247
Quadro 11.	Definições do fenômeno da desigualdade social	250
Quadro 12.	Existência de disciplinas que abordem o fenômeno	253
Quadro 13.	Rol do professor ante o fenômeno da desigualdade social	256
Quadro 14.	Tratamento do fenômeno nas disciplinas	259
Quadro 15.	Função social da universidade	262
	Importância do conhecimento do fenômeno para os	
	bibliotecários	
Quadro 16.		266
Quadro 17.	Percepções e comentários gerais sobre o assunto	269
Quadro 18.	Confronto da informação	275

LISTA DE SIGLAS

CEPAL: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

CLACSO: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

COMPSE: Conselho Municipal de Políticas Sociais e de Equidade

DAP: Departamento Administrativo de Planejamento

EBD: Escola de Biblioteconomia e Documentação

EIB: Escola Interamericana de Biblioteconomia

GRUBE: Grupo de Bibliotecas Escolares

GUIE: Grupo de Bibliotecas Especializadas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICI: Instituto de Ciência da Informação

LGBTI: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais.

MERCOSUL: Mercado Comum do sul

OEA: Organização dos Estados Americanos

ONM: Objetivos do Novo Milênio

ONU: Organização das Nações Unidas

PEI: Projeto Educativo Institucional

PPP: Projeto Político Pedagógico

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

TIC: Tecnologias da Informação e a Comunicação

UDEA: Universidade de Antioquia

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNRIDS: Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2.	PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DA DESIGUALDADE	20
2.1	Uma aproximação da Genealogia da Desigualdade em nosso contexto	21
2.2	Concepções diversas da desigualdade	26
2.2.1	A Desigualdade como acesso desproporcional às oportunidades	27
2.2.2	A Desigualdade no conceito de desenvolvimento humano	32
2.2.3	A Desigualdade na Teoria de Justiça	35
2.2.4	A Desigualdade no conceito de liberdade	39
2.2.5	Desigualdade e exclusão	42
2.2.5.1	Exclusão como Sistema complexo no mundo capitalista	42
2.2.5.2	Exclusão como fenômeno dinâmico	47
2.2.5.3	Exclusão e educação	50
2.2.5.4	Exclusão social e TIC	53
2.2.6	Um espaço para a Utopia	55
2.3	Perspectivas Políticas	57
2.3.1	Um olhar na constituição do Brasil	60
2.3.1.1	Princípios Fundamentais	61
2.3.1.2	Objetivos Fundamentais	62
2.3.2	Um olhar pela constituição política da Colômbia	64
2.3.3	Das políticas públicas para combater as desigualdades no Brasil e na Colômbia	68
2.3.3.1	O caso de Brasil	69
2.3.3.2	O caso da Colômbia	72
2.3.4	O poder da informação para o tratamento da desigualdade	76
3.	MEDIAÇÃO DO CURRÍCULO	83
3.1	Caminhos da Pedagogia Crítica como Categoria de Análise	90
3.2	A Epistemologia do Sul como Ponto de Partida	97
3.3	O Caminho para uma Pedagogia Liberadora	103
3.4	A Pedagogia Intercultural: Espaço para a Descolonização Do Saber	111
3.5	No caminho de um Currículo Vivo	115
4.	A UNIVERSIDADE QUE SE QUER	120
4.1	Formação Profissional	127
4.2	O Profissional da Informação	132
4.3	O Papel do Bibliotecário	136
4.4	Contexto da Realidade	140
4.5	Oportunidades e Desafios: Agente Social de Mudanças	142
5.	CARACTERIZAÇÃO CONTEXTUAL	146

5.1	Macrocontexto	146
5.1.1	Medellin e a Biblioteconomia na Colômbia	147
5.1.1.1	Sistema de Bibliotecas Públicas da cidade de Medellín	157
5.1.2	A Escola Interamericana de Biblioteconomia	163
5.1.3	O Estado da Bahia em Brasil.	169
5.1.4	A cidade de Salvador, Bahia	172
5.1.4.1	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Da Bahia	176
5.1.5	O Instituto de Ciência da Informação (ICI)	179
6.	PERCURSO METODOLÓGICO	184
6.1	Tipo de Estudo	184
6.2	Desenho Metodológico	186
6.3	Instrumentos de Coleta de Dados	190
6.3.1	Entrevista: O Discurso dos Docentes Atores do Processo Educativo	191
6.3.2	O questionário como espaço para refletir sobre o papel discente	193
6.3.3	A análise documental como aprofundamento nos Planos Curriculares	195
6.3.4	A Triangulação como ferramenta na construção do conhecimento	197
6.3.5	Matriz comparativa como meio de contrastar as realidades Curriculares	197
6.3.6	Universo da Investigado	198
6.4.	Esquema da Coleta da Informação	199
6.5	Dados Preliminares	200
7.	Apresentação e Discussão de Dados	202
7.1.	Tratamento dos Dados Qualitativos	202
7.1.1	Tratamento do fenômeno nos Planos Curriculares	205
7.1.2.	As percepções dos discentes em torno do fenômeno da desigualdade social no processo de formação	210
7.1.3.	Percepções estudantis das duas unidades acadêmicas: Pontos de encontro e divergências.	244
7.1.4.	Os pontos de vista dos formadores	246
7.1.5	O confronto da informação	272
8.	CONCLUSÕES	280
	REFERÊNCIAS	285
	APÊNDICES	300

1 INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais são observadas desde tempos pretéritos ao redor do mundo, mas em tempos contemporâneos essa realidade tem sido mais discutida e observada. Em muitos países, com maior presença nas sociedades que, segundo a lógica capitalista e do consumismo, são consideradas de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Nesta classificação encontram-se inseridos os países da esfera latino-americana, a exemplo do Brasil e Colômbia, o que motivou esta tese, para além da minha nacionalidade colombiana, o que significa conhecer um pouco da realidade do meu país; e da minha inserção numa universidade brasileira. A decisão de investigar a complexidade desta problemática surgiu da necessidade, enquanto pesquisador e profissional, de compreender sua ocorrência no âmbito do Currículo que media o processo formativo do ensino superior, especificamente do curso de Biblioteconomia em duas instituições latino-americanas, nos países citados acima.

Seguindo o exposto, a presente proposta aborda essa discussão a partir do campo de conhecimento da Ciência da Informação¹, buscando evidenciar o papel social da Biblioteconomia como disciplina responsável no processo de tratamento, organização, disseminação e uso da informação – ações que possibilitam ao sujeito acessar o conhecimento como ferramenta para atender suas necessidades e com isso realizar melhores escolhas em suas vidas.

Esta temática decorre de um interesse pessoal que incita uma análise contrativa da questão em vários espaços formativos. Nesta ordem, as inquietações do investigador acerca do tratamento social das problemáticas relevantes na atualidade foram decisivas para empreender um estudo que pudesse pesquisar, por meio do campo formativo, a influência que os Currículos acadêmicos dos cursos de Biblioteconomia da Universidade Federal da Bahia (Brasil) e de Biblioteconomia, da Universidade de

¹Esclarece-se neste estudo que a Escola Interamericana de Biblioteconomia (uma das duas Instituições objetos de estudo desta pesquisa) orienta seu Currículo e sua existência como um espaço acadêmico diferente da Ciência da Informação, considerando que a Biblioteconomia e a Ciência da Informação são disciplinas constitutivas das Ciências da Informação. No entanto, este trabalho assume como enfoque orientador o do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia (Brasil), no qual a Ciência da Informação é considerada uma Ciência Social Aplicada, da qual a Biblioteconomia é uma disciplina constitutiva da mesma.

Antioquia (Colômbia) exercem sobre o tratamento da desigualdade social, na esperança de que seus resultados tragam propostas que minimizem essas realidades adversas.

Este estudo é movido também pela convicção do autor de que a educação é uma ferramenta eficaz para veicular mudança nos sujeitos e nas sociedades, capaz de promover a emancipação coletiva face às injustiças sofridas historicamente pela população. O autor acredita ainda que por meio da educação, as distâncias que segregam comunidades e atentam contra dignidade da pessoa humana podem ser reduzidas.

Este olhar é pautado no convencimento de que o profissional da Informação não pode se converter em um sujeito neutro diante da realidade social vigente, posto que seu fazer profissional deve mostrar postura ética e política em sua comunidade. Além destas motivações, é importante ressaltar que em razão da formação profissional do autor em Educação é possível vislumbrar a possibilidade de agenciar parcerias entre estas as Ciências Sociais e Humanas (Ciência da Informação e Pedagogia, respectivamente), a fim de construir alianças estratégicas que facilitem o estudo do fenômeno, por meio da interdisciplinaridade presente nesses dois campos de conhecimento. Ressalta-se ainda que tem como ponto de articulação os planos curriculares dos programas de Biblioteconomia das universidades mencionadas.

A relevância deste trabalho está no fato de colocar no ambiente formativo da Biblioteconomia uma reflexão em torno do papel do Currículo como um espaço de mobilização de ações para a luta social e que pode gestar reivindicações para as populações vulneráveis. A investigação propicia a discussão em cenários acadêmicos de uma realidade que, ainda que esteja presente no contexto, parece invisível aos olhos dos pesquisadores, fato que pode ser evidenciado na pouca literatura em torno do assunto.

Um estudo desta natureza reverte-se de importância, pois pode fomentar a mudança dos atores e atrizes envolvidos no processo educativo – docentes e discentes – quanto a essa realidade e com isso, contribuir com transformações sociais que construam uma sociedade mais justa e igualitária.

Face ao exposto, como linha estratégica, buscou-se compreender o modo como é montada esta estrutura de conhecimento que reproduz as desigualdades sociais e políticas, excluindo pessoas e não obedecendo à criação de processos de inclusão das

minorias. Para responder a esse questionamento tomaram-se como objetivos: 1. Analisar o modo como o Currículo acadêmico de formação do bibliotecário trata a desigualdade social na Universidade Federal da Bahia (Brasil) e na Universidade de Antioquia (Colômbia); 2. Identificar nos planos e programas que orientam a formação profissional dos bibliotecários conteúdos voltados ao combate da desigualdade social; 3. Retratar as percepções sobre a desigualdade social dos docentes envolvidos na formação desses profissionais; e 4. Verificar ações que evidenciem práticas que propiciem a reflexão sobre a exclusão social nos espaços investigados.

A tradição e história destas duas unidades acadêmicas nos programas de graduação em Biblioteconomia as posicionam como referências importantes na disciplina a nível nacional em seus respectivos países. Tal fato mobilizou o interesse deste pesquisador em desenvolver sua pesquisa nestas instituições, assim como a possibilidade de fazer aportes significativos do interior do programa onde se realizou o período de aulas do doutoramento.

Para a obtenção dos objetivos propostos foi essencial a adoção de um referencial teórico que pudesse alargar conhecimentos sobre os campos relativos à acessibilidade, exclusão/inclusão, subalternidade, marginalidade, discriminação, Currículo acadêmico, Pedagogia Crítica, Ciência da Informação/Biblioteconomia e Sociedade da Informação representados pela literatura adotada, distribuídas ao longo dos capítulos que compõem a tese.

Assim, optou-se por trabalhar com teóricos como Amartya Sen, Martha Nusbawm, Stewart, Santos, PNUD, Rawls, Lipoveskye para tratar da desigualdade social. Na temática do Currículo, autores como Sacristan, Gianfrancesco, Jaramillo. Para a exclusão e educação, Hernandez, Cabrera. Em Ciência da Informação, Capurro, Pombo, Silveira, Lancaster. No que tange à Biblioteconomia e formação profissional, tem-se Correia, Romero, Le Coadic, Levy, Santa Anna, Sharman.

Quanto aos aspetos conceituais sobre Interculturalidade, Katerin Walsh, Franz Fanon, Santos; e sobre a Pedagogia Crítica, trabalhou-se sob a ótica de Paulo Freire, Michael Apple, Henry Giroux. Por fim, para falar de Sociedade da Informação, tem-se Manuel Castells, dentre outros. As relações que se estabelecem a partir do diálogo entre

os teóricos citados e o autor do trabalho foram fundamentais para desenvolver as temáticas que dão força conceitual ao objeto de estudo.

O percurso metodológico adotado nesta pesquisa é de nível descritivo quanto aos seus objetivos e a abordagem que a classifica como uma investigação de enfoque qualitativo. Por se tratar de uma investigação que analisa o Currículo dos cursos de Biblioteconomia, do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, em Salvador (Brasil) e da Escola Interamericana de Biblioteconomia, da Universidade de Antioquia, em Medellín (Colômbia), também é considerada um estudo comparativo, por comparar duas realidades distintas.

Os instrumentos de coleta de dados adotados dividiram-se em entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e busca por documentos (projetos educativos e políticos) que tratassem da matriz curricular dos cursos mencionados, possibilitando a triangulação de dados. Nesse contexto, a população investigada é constituída pelos membros das comunidades educativas (estudantes e professores) dos programas de graduação de Biblioteconomia das duas unidades acadêmicas em estudo.

A tese está estruturada em sete capítulos, apresentados da seguinte forma: no **Capítulo 2, As Diversas Concepções de Desigualdade Social**, aborda-se a presença da desigualdade na sociedade atual e como ela se constitui num fenômeno que dificulta a presença de relações sociais de horizontalidade, mas que é também visto como uma oportunidade para reivindicar, por meio dos movimentos sociais, a igualdade de direitos. Observa ainda que a luta pela igualdade deve empreender-se a partir das esferas sociais e em um fluxo constante de intenções e vontades políticas, buscando sempre a dignidade da pessoa como portador indiscutível de uma condição humana.

O **Currículo e sua Mediação na Educação** é tratado no **Capítulo 3**, onde discute-se sobre os processos de transformação de realidades sociais adversas partirem do interior da população afetada para que estas sejam sentidas, vividas e materializadas como verdadeiros ambientes de participação. Aqui, as instituições educacionais são consideradas espaços onde podem ocorrer essas mudanças. Nesta perspectiva é importante acolher todas as ferramentas dispostas no universo sociocultural das relações humanas, entre elas o currículo, que outorga ao sujeito a possibilidade de empreender

ações emancipatórias que orientem sua caminhada até o desenvolvimento do potencial humano, alcançando assim uma sociedade equitativa, justa e inclusiva.

O **Contexto das duas Unidades Acadêmicas** é apresentado no **Capítulo 4**. Neste, tais unidades são consideradas ambientes propícios para indagar, a partir de suas programações curriculares, a pertinência do estudo da Informação como ação e fato social, vinculados à formação do bibliotecário. Nessa direção, comparar as perspectivas apresentadas pelos cursos pode se constituir num importante ponto de partida para indagar sobre o papel social da Informação nestas duas realidades.

O **Capítulo 5** enfoca o **Profissional da Biblioteconomia**. A Ciência da Informação, ciência de caráter interdisciplinar, que entre suas disciplinas constitutivas vê na Biblioteconomia a possibilidade de atuação junto à população, por ter como objeto o estudo das propriedades gerais da informação. Essa perspectiva pode colaborar na construção da cidadania, por meio dos estudos das necessidades da Informação, dos processos de interação e dos Sistemas de Informação. O profissional da Informação, neste caso o bibliotecário, necessita se apropriar das ferramentas conceituais necessárias para se tornar um leitor da realidade, e com isso atender satisfatoriamente as necessidades dos cidadãos.

O **Percurso Metodológico** está descrito no **Capítulo 6**, onde há o delineamento do tipo de pesquisa desenvolvida e aplicada, o enfoque e as estratégias metodológicas utilizadas para desenvolver o trabalho bem como as técnicas e instrumentos de coleta de informação, o universo populacional e a amostra na qual foram aplicadas as ferramentas de coleta de dados, análise e discussão dos dados. A emergência de categorias, códigos e conceitos em geral precederam a análise das descobertas com a finalidade de dar explicação ao fenômeno, objeto de estudo.

Finalizando, no **Capítulo 7, as Considerações Finais**. Neste, as conclusões gerais a partir da análise de todos os dados obtidos e estruturados ao longo de toda a pesquisa, resultado do trabalho realizado com o objetivo de oferecer como produto o conhecimento gerado a partir do estudo do fenômeno da desigualdade e sua presença nos programas curriculares de Biblioteconomia nas duas unidades acadêmicas abordadas neste estudo.

A questão norteadora deste trabalho gira em torno da indagação sobre como esta estrutura de conhecimento pode ser desenhada para que responda aos fenômenos sociais como o da desigualdade social, no processo de formação de seus egressos.

2 PERSPECTIVAS CONCEITUAIS DA DESIGUALDADE

O conceito de desigualdade, objeto de estudo desta pesquisa, será abordado a partir de várias definições, possibilitando uma delimitação de sua complexidade para facilitar um entendimento compreensivo do fenômeno. Neste sentido, a acessibilidade, a exclusão, a inclusão, a subalternidade, a marginalidade e a discriminação são elementos que expressam no ambiente social a presença da desigualdade social. No entanto, também este ambiente é propício para a criação de movimentos com caráter reivindicativo neste tipo de luta pela igualdade.

A desigualdade social pode ser considerada a partir de uma perspectiva crítica, como uma oportunidade para pensar a emancipação mediante o processo educativo pensado por Freire (1987). Nesse aspecto é possível mobilizar a criação de políticas públicas com sentido realmente social, orientadas para os setores populacionais mais desfavorecidos e marginalizados. Para alcançar essa pretensão é essencial vislumbrar a informação, objeto de estudo da Ciência da Informação, como possibilidade de contribuir para diminuir as distâncias sociais que fragmentam as sociedades contemporâneas (MORENO, 2014).

A informação na sociedade contemporânea tem separações quanto ao componente tecnológico e deve contribuir com o fechamento das lacunas da iniquidade presente no contexto dos países latino-americanos, que segundo os dados do Banco Mundial, consolidados no ano 2015, são considerados como os territórios mais desiguais do mundo.

Deste modo, a possibilidade de alcançar estados de bem-estar tem a ver com o papel que o Estado deve exercer para garantir os direitos fundamentais dos cidadãos. Para a população em geral é um caminho que o adequado manejo da informação deve fortalecer na busca da criação de oportunidades necessárias para diminuir as barreiras que geram segregação e exclusão e que permitem a reprodução da hegemonia dominante de uma sociedade estratificada, onde as relações de poder determinam os níveis de subalternidade dos cidadãos.

2.1 Uma aproximação da Genealogia da Desigualdade em nosso contexto.

A partir da percepção do outro e de si mesmo se estabelece uma ideia de divisão social, que pode ser expressa ao se referir às diferenças que existem entre as pessoas. Essas marcas que são reproduzidas pelas instituições modificam e muitas vezes determinam as oportunidades e influenciam suas perspectivas presentes e futuras. A possibilidade de acessar informações precisas que facilitem o caminho para o conhecimento dá ao sujeito o poder de avançar em direção à emancipação do pensamento, repelindo por vezes as intenções manipuladoras dos meios que usam a informação como fonte de distração e subalternização. Segundo Santos (2010, p.2) algumas características das divisões sociais geradas pela informação referem-se às

diferenças culturais perpetuadas e sustentadas por crenças dominantes, pela organização das instituições sociais e por interações individuais; identidades compartilhadas por uma categoria e contrastantes em relação aos membros de outra categoria; e ainda, acesso desigual aos recursos (materiais e Simbólicos) gerando diferentes chances de vida e estilos de vida.

Como parte desse acesso desigual, as diferenças geradas pela dificuldade que dá origem à falta de acesso à informação fazem com que estas divisões sociais sejam movimentadas através de uma gama de atividades em grupo bastante complexas, que envolve os indivíduos na produção, distribuição e regulação de bens e serviços. Sobre essa questão, Santos (2010) expõe algumas características de uma divisão social, citando-a como um princípio de organização que resulta em uma distinção ampla na sociedade entre dois ou mais conceitos logicamente relacionados, que são sancionados como substancialmente diferentes uns dos outros, em termos materiais e culturais. O autor cita ainda que uma divisão social tende a ser durável e é sustentada por crenças culturais dominantes, pela organização das instituições sociais e pela interação situacional dos indivíduos.

Uma divisão social é socialmente construída no sentido de não ser uma simples manifestação das leis naturais e inevitáveis da existência, o que não significa que pode ser ignorada e revisada a todo o momento nas interações sociais, interpretações, decisões ou atos sociais dos indivíduos. Em outras palavras, afere que a filiação a uma categoria da divisão social confere oportunidades desiguais de acesso a recursos

desejáveis de todos os tipos – portanto, diferentes chances de vida e estilos de vida – em relação aos membros de outras categorias.

O autor continua, reforçando as características da divisão social quando diz que a extensão da diferenciação entre as categorias varia de divisão social, mas movimentos através da divisão são raros ou relativamente demorados de serem realizados. Ser socialmente dividido tender a produzir identidades sociais compartilhadas pelas pessoas na mesma categoria, frequentemente expressas por suas diferenças percebidas em relação aos membros de uma categoria alternativa da mesma divisão.

Cada divisão social inclui todos os membros da sociedade em uma ou outra das suas categorias, mas os indivíduos raramente têm perfis combinados de pertencimento de categoria através do espectro de divisões sociais. Um exame das chances e estilos de vida é um método empírico que identifica as divisões sociais e categorias, ainda que muitas divisões sociais específicas sofram a oposição daqueles danificados por elas. Assim, o princípio de divisões sociais é uma característica sistemática universal da sociedade humana.

Nesta perspectiva, entende-se a desigualdade como uma questão de desproporção tanto de acessibilidade aos bens e recursos materiais e simbólicos como também da consequência das divisões sociais e suas características anteriormente referenciadas.

A desigualdade social é considerada um problema digno de diagnóstico e começa a se instalar no discurso mundial ao final dos anos 1990, quando a agenda política de organizações internacionais como a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização de Estados Americanos (OEA), que lutam pela materialização dos direitos e desenvolvimento humanos, posicionam como uma categoria de análise para delinear as políticas sociais na América Latina. Isto acontece porque, de acordo com estes órgãos, é nos países da América Latina que se concentram os maiores índices de desigualdade social no mundo.

Estas Instituições, que acreditavam ser a pobreza a problemática principal a ser revertida, começaram, a partir dos anos 1990, a emitir documentos que traziam a desigualdade e a exclusão como conceitos mais amplos de análise e estudo, buscando

tratar o fenômeno para frear a crescente distância social e econômica que separava uns dos outros nas sociedades de hoje. Com isso, a pobreza passou a se converter em um fato gerador de desigualdade que precisa ser combatida com as mesmas ferramentas com que são combatidas outros tipos de desigualdades, na busca de uma redução de ambas.

Alguns dos documentos elaborados por essas instituições registram em suas páginas iniciais o compromisso na materialização dos direitos humanos, a exemplo: “América Latina é a região mais desigual do planeta, e, por conseguinte, as políticas sociais a serem implementadas tem que se orientar à sua reversão” (BANCO MUNDIAL 2006a; BANCO MUNDIAL 2006b; CEPAL 2003; CEPAL 2007; CEPAL 2010; PNUD 2010).

A diferente natureza de ações destes três organismos permite criar um conceito contextualizado da realidade da desigualdade na América Latina, onde a CEPAL e o Banco Mundial preocupam-se mais com a questão econômica, enquanto o PNUD tem por alvo a situação relacionada ao desenvolvimento humano.

Estes conceitos podem ser abordados pela Ciência da Informação como ciência preocupada com os problemas sociais contemporâneos e especificamente pela Biblioteconomia como disciplina preocupada com o tratamento, organização e disseminação da informação. Nesse estudo, inquietou a ideia de levar em conta os conceitos dos documentos elaborados pelos órgãos internacionais mencionados para não correr o risco de adotar definições hegemônicas, que seguem com a manutenção da ordem dominante mundial, deixando de lado a verdadeira solução dos problemas que afetam os mais pobres e marginalizados.

É precisamente essa divisão mundial entre dominantes e dominados que fez presente a necessidade de resistir e combater a hegemonia histórica que subordina, tentando a partir de todas as esferas reverter fenômenos que, como o da desigualdade, afetam a sociedade moderna e fazem precária a existência humana.

Nesse sentido, além de compreender certos conceitos globais que serão tratados a seguir, faz-se relevante o estudo do fenômeno da desigualdade desde sua origem para construir sentidos e dar significados mais adequados a este contexto sociocultural. O nascimento das dificuldades que surgem com essa problemática tem seu

marco inicial nos processos gerados a partir período da colonização nos países latino-americanos, quando a distribuição da terra movimentava a dinâmica social na busca do poder hegemônico.

No documento intitulado *Inequality in Latin America: Breaking with history?*, David de Ferranti et al. (2004) argumenta que os primórdios da desigualdade social deve-se à conquista europeia, onde foram criadas instituições excludentes com a finalidade única de saquear a riqueza mineral, subjugar a população indígena e se beneficiar do usufruto dos cultivos particulares da região. Nesse percurso, que se deu de maneira contundente e contínua, o acesso desigual às terras, ao trabalho, à educação e em geral ao poder político foi o que começou a determinar fatores contrários à igualdade e ao desenvolvimento das sociedades na América. A distribuição desigual das oportunidades tornou-se uma constante no período, onde estas práticas propiciaram com que o exercício da cidadania fosse substituído pela inferiorização que gera a subalternização.

Nessa direção, a CEPAL adverte que a situação de desigualdade de oportunidades em que vivem as sociedades latino-americanas vem de longo tempo, abrangendo cinco séculos de discriminação racial, étnica e de gênero, com cidadãos de primeira e de segunda classe. Diz mais: que essa situação “mostra uma modernização feita com base na pior distribuição de renda do mundo” (CEPAL, 2010, p.13), discriminação que na atualidade tem ampliado as lacunas por conta da heterogeneidade das oportunidades produtivas da sociedade e da carência de políticas que visem dar solução real para os problemas que afetam a população, não respondendo às verdadeiras necessidades do povo.

A CEPAL chama a atenção para a questão ao destacar o chamado histórico das comunidades e faz notar a dificuldade de assimilação das mesmas de muitos governos da região, mas acaba deixando de considerar que este comportamento não equitativo é resultado da herança europeia deixada em todo o território afetado. Isso posto, considera também que no âmbito da conquista trouxe consigo a colonização, que, em tempos contemporâneos, ainda traz consequências reproduzidas e perpetuadas através de um capitalismo global, fato que penetra no mais íntimo das comunidades em que as desigualdades são melhor evidenciadas, alcançando altos níveis e dificultando

em grau cada vez mais altos a convivência em sociedade e dificultando a possibilidade de efetivar preceitos que fortaleçam a condição humana².

Nesta perspectiva, estudar este fenômeno, tomando como referência os longos séculos de sua incubação, pode significar um obstáculo para encontrar uma melhor explicação das causas, deixando de fora processos mais próximos que ampliem a problemática e contribuam com a consolidação das estruturas de pobreza, exclusão e marginalização operantes nas sociedades de hoje.

Segundo D'amico (2013), na atualidade, há processos que tem contribuído com o crescimento da lacuna de desigualdades sociais, tais como as modificações que são feitas a longo prazo e que de alguma forma têm alcance global por meio de políticas estatais. Esse processo histórico de integração mundial no econômico, social, cultural e tecnológico que transforma o mundo numa "aldeia global" denominada globalização, foi concebido para consolidar o capitalismo como um sistema socioeconômico avassalador que até hoje fratura as sociedades modernas ao criar cidadanias de primeira, segunda e até terceira classe.

Vale salientar que esta situação (globalização) advém de uma transmissão dos Estados que podemos chamar de '*estados bem-estar*' (aqueles estados em que a preocupação principal dos governos era a satisfação e o bem-estar de seus cidadãos) para os Estados nos quais a principal preocupação é a integração dos sujeitos ao mercado de trabalho (D'AMICO, 2013).

As políticas sociais pensadas pelos organismos internacionais com foco na pobreza vieram para tentar parar o crescimento da desigualdade. Entretanto, o tratamento do fenômeno deveria ser objeto das políticas econômicas e não das políticas sociais, pois desse modo geraria uma nova institucionalização da problemática e o econômico tornaria-se social.

Neste contexto, o alvo da intervenção do Estado são aquelas pessoas excluídas do mercado de trabalho e da produção: em uma outra perspectiva da questão foi produzida uma simplificação do conceito de desigualdade dando um tratamento de

² Aquele reconhecimento que tem a pessoa como portador de características que lhe permitem habitar no mundo, especificamente vivendo e atuando nele. O conceito de condição humana tem uma longa tradição na filosofia que opõe condição à natureza, o mal é da natureza e o jeito de atacá-lo é através da condição. A condição humana é oportunidade de viver.

pobreza para homogeneizar uma diversidade de experiências de características heterogêneas (D'AMICO, 2013).

A concepção que se dá à problemática, ainda que leve em conta as condições de vida de uma grande parte da população, deixa de lado questões mais amplas que são as relações de poder que permeiam o fenômeno da desigualdade. Estar concentrado no tratamento da pobreza atua como um obstáculo ao fenômeno da distribuição desigual de ingressos que é o que realmente produz a situação de assimetria que aqui se quer refletir.

2.2 Concepções Diversas da Desigualdade

O fenômeno da desigualdade pode ser estudado a partir de muitos campos de ação e ser visto sobre diferentes olhares, o que faz do conceito uma construção polissêmica de abordagem diversa, cujo tratamento tornar-se obrigatoriamente complexo, e, por conseguinte, interessante para ser refletido pela Ciência da Informação enquanto possibilidade de fazer aportes disciplinares que contribuam para o contexto da realidade social.

Aborda-se então a desigualdade na tentativa de transformar positivamente a realidade adversa das comunidades. Nessa perspectiva, permear as fronteiras das diferentes disciplinas para que estas tornem a ciência um espaço de projeção social, que respeite a condição humana num processo de construção da cidadania, onde o sujeito em sua coletividade possa achar alternativas de solução a seus problemas, satisfação de suas necessidades e espaços fornecedores de oportunidade para sua realização. A participação organizada das disciplinas científicas, no tratamento do fenômeno da desigualdade, deve criar caminhos que conduzam o indivíduo até a sua liberdade, em termos de igualdade de direitos, como insumo para uma vida plena.

Este tratamento multi, inter e transdisciplinar outorgado ao Conceito da Desigualdade converte-se numa ótima oportunidade de estudo, posto que permite recobrir e ingressar com uma longa, fina e ramificada estrutura teórica o fenômeno de estudo, chegando até a profundidade da realidade presente em seu tratamento, e assim ter a possibilidade de oferecer algumas questões esclarecedoras deste fato social de inevitável preocupação mundial.

Além da preocupação geral pela crescente lacuna de iniquidade na qual todos estão envolvidos, para refletir, analisar ou criticar o fenômeno da desigualdade, é preciso questionar-se: igualdade de que?

Nessa direção, Amartya Sen³ (1980) afirma que “[...] a simples exigência de igualdade, sem especificar que tipo de igualdade, não pode se considerar como uma exigência específica” (p.195). A riqueza da diversidade é o que faz as pessoas diferentes nos aspectos distintos: econômico, social, de gênero, étnico, faixa etária, cultura e muitos outros fatores. É essa perspectiva de colocar a todos em outros cenários e diversificá-los que obriga a pensar na criação de espaços de possibilidades igualitárias com caminhos acessíveis a todos.

2.2.1 Desigualdade como acesso desproporcional às oportunidades

Quando o caminho não fornece as condições sociais, econômicas, culturais e políticas necessárias para o trânsito igualitário de todas as pessoas num determinado contexto, o ponto de chegada será sempre uma incógnita: benévolo para uns, impensável para alguns, inalcançável para outros e utópico para a maioria. Nesse sentido, afere-se que haverá uma maior facilidade no decorrer do caminho e, por conseguinte, de uma chegada melhor para aqueles que tiverem a capacidade de ler com maior profundidade os sinais proporcionados pelo ambiente. Alcançar as oportunidades fornecidas pela realidade social e cultural é a alternativa mais acertada para reduzir o alto grau de desigualdade na sociedade.

A possibilidade de alcançar as metas individuais num cenário de desigualdade vertical⁴ para fechar as distâncias econômicas e sociais só será possível por meio de ações coletivas que permitam dotar de sentido e significado as práticas sociais que permitam o reconhecimento da condição humana de todos os indivíduos desta sociedade globalizante.

³ Economista e filósofo indiano ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1998. Teórico que tem feito muitos trabalhos sobre o desenvolvimento humano onde o conceito de liberdade é básico para suas construções teóricas. Seu trabalho no campo econômico tem muita influência nos informes de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

⁴ A desigualdade baseada na distribuição econômica entre indivíduos.

A desigualdade neste sentido é concebida como aquela dificuldade que têm as pessoas em situação de marginalidade social para ascender em igualdade de condições aos bens e serviços, com opções que se traduzam em oportunidades que levem a um verdadeiro desenvolvimento humano⁵.

A Organização das Nações Unidas, em seu programa de desenvolvimento humano, aponta que: “[...] o desenvolvimento humano não pode ser sustentado na manipulação de alguns grupos por outros ou em maior acesso aos recursos e ao poder por parte de alguns, o desenvolvimento desigual não é desenvolvimento humano” (PNUD, 2010, p.80). O conceito de desenvolvimento humano se faz transversalmente na preocupação mundial considerando que o tratamento do fenômeno da desigualdade como alvo de interesse internacional pode ser atingido pelos diferentes estados da aldeia global, em seus programas e políticas.

Na direção das oportunidades está também a materialização das mesmas, aspecto que é denominado como funcionamentos⁶, o que significaria dizer que a forma como traduzimos essas opções em momentos de bem-estar, para a pessoa e para o grupo ao qual pertence, considerando que o ser humano é por natureza um ser social e suas escolhas individuais, pode afetar também a sua comunidade.

Na prática, as capacidades são muito difíceis de mensurar, assim como os funcionamentos (a materialização das capacidades, o que for logrado depois da escolha traz a reflexão sobre as oportunidades disponíveis) geralmente são a única medida disponível (STEWART, 2005). A capacidade pode ser vista em termos da escolha que o indivíduo faz para alcançar uma vida plena e na preparação que tem para escolher o melhor para si e para sua família.

⁵ Desmarcando-se da concepção onde a medição era feita pela relação do Produto Interno Bruto (PIB) com o progresso das nações, o desenvolvimento humano é entendido aqui como o processo que possibilita acrescentar as opções das pessoas, que podem ser infinitas e em constante mudança, assumindo que as pessoas valoram logros que não aparecem de imediato em cifras de ingresso ao crescimento, tais como acesso ao conhecimento, alimentação e serviços de saúde, segurança frente ao crime e a violência, direito ao lazer, liberdades políticas e culturais, oportunidades de participação em atividades comunitárias. O enfoque de desenvolvimento humano tem como finalidade a pessoa humana e sua existência social.

⁶ O Conceito de Funcionamentos reflete as diferentes coisas que uma pessoa pode valorizar, fazer ou ser, o que Sen (1987) chama de liberdade para se realizar e levar uma vida humana e digna. A ideia de funcionamentos pode encerrar questões tão elementares como estar suficientemente alimentado e ter boa saúde, e também coisas mais complexas como a participação política.

Ainda que seja importante ter como medida disponível funcionamentos (vistos como resultados dessa escolha) é mais relevante para este estudo configurar resultados que segundo Nussbawm (2012) são caracteristicamente humanos e valiosos para alcançar uma vida humana, servindo como referência de atuação e medida para estabelecer políticas orientadas a incrementar as capacidades das pessoas.

Este enfoque de capacidades apresentado pela autora proporciona o percurso para avaliar o alcance do bem-estar individual e para desenvolver a natureza humana. Nesta posição existe então um ponto de tensão que Stewart (2005) e Sen (1987) nominam como *funcionamentos*, enquanto que Nussbawm (2012) chama de *capacidades*. Funcionamentos são então aquilo que o indivíduo faz ou a situação na qual encontra-se, devido a seus recursos e à utilização que faz deles (SEN, 1987).

Como ponto de interseção dos conceitos apresentados pelos autores citados é possível dizer que o nível ou qualidade de vida não pode ser medido unicamente pelos bens materiais e serviços que se têm acesso, mas, principalmente, pelos funcionamentos e capacidades que as pessoas adquirem em seu percurso para a convivência, entendendo convivência não somente como viver com os demais, mas sim, como possibilidade de contribuir com o bem-estar da coletividade a partir do próprio comportamento social.

Tanto Sen (1987), como Stewart (2005) e Nussbawm (2012) concordam que o nível de vida e o bem-estar alcançados vêm determinados pelo grau de desenvolvimento das capacidades de cada indivíduo, não unicamente pela quantidade de renda, nem por suas características ou mesmo pela utilidade que podem gerar, e sim pela oportunidade de transformar estes bens e recursos em funcionamentos valiosos (SEN, 2004, p.15). Achar o verdadeiro desenvolvimento humano continua fazendo parte das intenções sentidas como mecanismo para conseguir a diminuição das lacunas sociais nas sociedades modernas.

Neste aspecto, Nussbaum (2012) elenca uma lista de capacidades consideradas básicas para conjugar a materialização dos direitos, que permitem ao sujeito e sua comunidade se mobilizarem para alcançar o desenvolvimento humano. Além disso, convida a todos os países para que seja levado em conta estas capacidades

na elaboração de políticas internas para o tratamento do fenômeno da desigualdade social e também o subdesenvolvimento da população.

A primeira dessas capacidades é a *vida*, que deve ter uma duração normal, o quer dizer não haver mortes de forma prematura, ou ainda uma vida consumida de forma intensa por variadas problemáticas que leve ao pensamento de que não vale a pena vivê-la. Continuando, tem-se a *saúde física*, que nesse caso significa não só manter uma boa saúde física como também uma saúde reprodutiva, o que vai para além de uma boa alimentação e dispor de um lugar adequado para habitar. Ainda dentro desta lista a autora traz a *integridade física* como a possibilidade de os indivíduos estarem protegidos de qualquer ataque, viver em segurança, podendo se deslocar de um lugar a outro sem preocupação, protegidos de agressões sexuais, violência doméstica, dentre outras.

Ter oportunidades de satisfação sexual e decidir sobre questões reprodutivas; poder utilizar o *sentido, a imaginação e os pensamentos* de modo humano, usar a imaginação e o pensamento para produzir obras e atos artísticos, ter a liberdade da prática da religiosa que desejar; desfrutar de experiências que proporcionem lazer. Outra capacidade é a de sentir *emoções por* coisas ou pessoas externas ou por si mesmos, poder amar, sentir gratidão e indignação, manejar o medo e a ansiedade assertivamente.

Para Nussbawm (2012), a *razão prática* também se constitui em uma capacidade que permite refletir acerca do planejamento da própria vida, formar uma concepção do bem. A *afiliação* aceita se colocar no lugar do outro sentindo respeito pelos demais e por eles mesmos, sendo tratados com dignidade em todo momento e lugar; criar disposições que combatam a discriminação por razão de sexo, raça, orientação sexual, religião, condição social, cultura ou origem nacional. É também necessário ter a capacidade de viver com *outras espécies* compartilhando o entorno de maneira respeitosa e responsável.

Complementa ainda estas liberdades na possibilidade de desfrute dos jogos e outras atividades que gerem felicidade; e por último, o controle sobre o próprio contexto, político e material, participando de maneira efetiva nas decisões políticas dos que os governam, ter direito à participação política e à liberdade de expressão e associação. Possuir propriedades e direitos de propriedade em igualdade de condições com as demais pessoas, ter direito ao trabalho, estar protegido legalmente frente a registros e

detenções que não tenham a devida autorização judicial; ser capazes de trabalhar, exercendo a razão prática e desenvolvendo relações valiosas e positivas de reconhecimento com outros trabalhadores.

Esta exposição de capacidades é vista como direitos individuais, coletivos e direitos socioculturais que a referida autora apresenta como condições básicas para alcançar o desenvolvimento humano, próximo da materialização da condição humana, que para sua verdadeira presença requer uma participação comprometida de toda a sociedade. Diz ainda que depende da vontade política dos governos desses territórios enfrentar a diminuição dos níveis de desigualdade que dificultam a possibilidade de estruturar sociedades mais equitativas, garantindo os direitos democráticos dos cidadãos. Estas condições podem ser materializadas a partir da educação.

A Organização das Nações Unidas, através do PNUD, a respeito do assunto, diz em um de seus informes que

a desigualdade de resultados e de oportunidades não podem se tratar como problemas diferentes. Em realidade trata-se de dois lados da mesma moeda. Dito de outro jeito, a desigualdade não pode afrontar de maneira eficaz a menos que se tenham em conta os vínculos inextricável entre a desigualdade de resultados e a desigualdade de oportunidades (PNUD, 2013, p. 4).

O enfrentamento da desigualdade é dado pela possibilidade de criação de espaços formativos, no quais as pessoas alcancem a maturidade necessária para ler com maior clareza a própria realidade de maneira individual e coletiva, de tal modo que esse conhecimento permita-lhe fazer as melhores escolhas para o seu bem-estar. Deste modo, dotar o sujeito de conhecimento para que exerça com consciência ética sua cidadania; garantir tanto o acesso à informação como acrescentar o incentivo pela leitura e conhecimento de uma maneira geral, balizados pela educação.

Isso permitirá a construção de cidadãos eticamente capazes de tomar decisões que contribuam para a transformação de suas comunidades, convertendo-os em sujeitos de grande participação e incidência social. A execução de tarefas dessa magnitude é possível graças ao papel social dos profissionais da Informação, a exemplo dos bibliotecários, imersos em um processo educativo orientado à transformação individual e social.

Assim, a educação, ao se apresentar como via de desenvolvimento, torna-se também uma condição necessária e primordial para garantir a aquisição de capacidades e funcionalidades que facilitem o acesso às oportunidades para uma vida justa e verdadeiramente humana. A educação, que facilita o acesso e uso adequado da informação, é, nesta perspectiva, caminho e condição básica de desenvolvimento pessoal e coletivo, ponto de emancipação e, por conseguinte, de transformação.

2.2.2. Desigualdade no conceito de desenvolvimento humano

A desigualdade torna-se foco de estudo e interesse manifesto para as agendas dos Estados e das instituições internacionais no momento em que se quer diminuir a pobreza e a vulnerabilidade. Sua redução também é analisada como índice de medição do desenvolvimento humano, entendido como um processo de expansão da liberdade das pessoas para levar uma vida prolongada, saudável e criativa e que permita atingir as metas consideradas valiosas, tornando possível uma contribuição em função do bem da comunidade na qual o indivíduo se desenvolve (SEN, 2000).

As propostas dos diferentes países e os esforços dos mesmos para tratar essa questão são orientadas para tratar de reduzir os grandes espaços que dividem as pessoas que mais possuem daquelas que não tem as mínimas condições de vida para existir com dignidade humana. Segundo o PNUD (1990,) a verdadeira riqueza de uma nação está em seu povo.

Nesta reflexão, pode-se dizer que o desenvolvimento humano é muito mais que o aumento ou diminuição do poder econômico e capacidade de consumo. A busca deste tem a ver com garantia das condições necessárias para que as pessoas possam desenvolver suas capacidades de tal modo que lhes permita fazer as escolhas do que é melhor para elas e seu grupo, e assim desfrutar de uma vida criativa, politicamente ativa e produtiva conforme suas necessidades e interesses.

Para falar de desenvolvimento humano e desigualdade é preciso conceber a desigualdade não somente a partir do olhar vertical entre indivíduos, mas, também, aquela que Frances Stewart chama de “desigualdade horizontal”, que é a que

experimenta os indivíduos como membros de um determinado grupo humano, formados por características particulares. Segundo o autor:

são as desigualdades entre grupos determinadas dentro de uma cultura, cujos membros distinguem-se do resto da sociedade, por exemplo, por questões de raça, grupo étnico, religião, seita, região, etcetera. Estes grupos são definidos socialmente pelos membros dos mesmos ou de outros grupos, geralmente a partir de características culturais e condutuais, também por aparência e lugar de nascimento, entre outros (STEWART, 2010, p. 270).

Porém, a visão que as agendas têm do fenômeno da desigualdade como categoria de tratamento para o progresso do desenvolvimento humano é muito mais orientada para as “desigualdades horizontais” que para as “desigualdades verticais”, dado que nas perspectivas do desenvolvimento humano a dimensão grupal ou social é a principal.

Nesta perspectiva, a problemática não é a existência de grupos humanos diferentes nas sociedades modernas. O verdadeiro problema surge quando essas diferenças tornam-se hierarquias criadas com normas e práticas socioculturais que definem grupos como inferiores, baseados em raça, sexo, nacionalidade, condição sexual, etc. e estes são subalternizados pelos que se consideram hegemonicamente superiores.

Esse tipo de prática, muito presente na sociedade atual, reproduz as desigualdades quando o que se busca é a redução das mesmas. Destarte, pode-se aferir que esses grupos excluídos partem de uma posição de desvantagem em comparação aos demais grupos, o que impossibilita o exercício da igualdade de oportunidades (TE LINTENLO apud GOMEZ, 2013), por isso a atenção deve estar dirigida nestes grupos desfavorecidos.

Por esse motivo, na dinâmica das capacidades, resultados e oportunidades mencionadas anteriormente, Gomez (2013, p. 34), em estudo sobre a temática da desigualdade na agenda de desenvolvimento POS-2015, aborda a situação das desigualdades, tanto as verticais como as horizontais:

De igual jeito que o espaço das capacidades é válido para avaliar a desigualdade vertical, pode se utilizar também para valorar a desigualdade horizontal. Assim, não só é importante a desigualdade de resultados ou funcionamentos que

experimenta um grupo, senão que também haverá que valorar a desigualdade no acesso aos recursos o conjunto de oportunidades que tem determinado grupo, pois é que ante um mesmo conjunto de capacidades, cada grupo conseguirá distintos funcionamentos.

Como pode-se perceber, as dimensões da desigualdade na abordagem do desenvolvimento humano são múltiplas, pois não são somente as variáveis de renda, poder econômico e consumo que determinam o fenômeno, mas também as desigualdades sociais como a geracional, espacial e política somadas à falta de oportunidades a que estão imersos grupos socialmente excluídos. Estas discriminações, produto das mais interlaçadas desigualdades, colocam sempre os grupos mais desfavorecidos num lado mais distante do progresso e do desenvolvimento humano em suas regiões e países.

O informe do desenvolvimento humano publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990, relaciona o acesso às oportunidades como ferramenta efetiva para alcançar o acesso proporcional às possibilidades de tal maneira que produz a redução da desigualdade como indicador social de progresso de um país ou região.

O desenvolvimento humano é um processo no qual ampliam-se as oportunidades do ser humano. Em princípio estas oportunidades podem ser infinitas e mudar com o tempo. Sem embargo a todos os níveis de desenvolvimento, as três mais essenciais são desfrutar de uma vida plena, prolongada e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários para lograr um nível de vida decente. Se não se possuem estas oportunidades essenciais, muitas outras alternativas continuarão sendo inacessíveis (PNUD, 1990, p.34).

O desenvolvimento humano está longe de atingir seu ideal. Há uma gama enorme que afere a obtenção de outras oportunidades altamente valorizadas por outras pessoas, que contempla a liberdade política, econômica e social e até a possibilidade de ser criativo e produtivo, respeitar-se e desfrutar da garantia dos direitos humanos.

As análises do desenvolvimento humano centram-se em estabelecer o vínculo inversamente proporcional que existe entre crescimento humano e a diminuição da desigualdade, posto que o desenvolvimento humano significa aqui conservar esse crescimento, mas também procurar o bem-estar de toda a população, a partir do

desenvolvimento das capacidades humanas como a saúde e a aquisição de conhecimentos.

Aqui, procura-se uma formação para que o indivíduo adquira as capacidades que permita-lhe digerir as informações que provêm das vivências e das intersubjetividades, para transformá-la em conhecimentos úteis para si e para sua comunidade. O conhecimento atua como um meio de compartilhamento social que surge como ponte emergente para alcançar a igualdade, justificando a necessidade de garantir o acesso à informação pela maior quantidade de integrante dos diferentes grupos humanos que formam as sociedades atuais.

As desigualdades apresentadas nas diferentes sociedades tornam-se numa barreira que dificulta o alcance das metas traçadas na busca da harmonia social. No cerne, o Conceito de Desenvolvimento Humano guarda uma certa tensão negativa com o de Desigualdade, e é assim que uma redução da mesma permitiria uma melhoria considerável ao desenvolvimento humano de uma nação.

Na perspectiva do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010), a Desigualdade não é só injusta, senão imoral e ademais é prejudicial para a economia, a política e a sociedade em geral. A desigualdade freia o crescimento econômico, as conquistas sociais, a solidez política e institucional e a segurança coletiva (PNUD; 2010, p.80). Além disso, a desigualdade gera fortes espaços de exclusão e subalternização que fragilizam as relações sociais e dificultam uma verdadeira vida em comunidade.

2.2.3 A desigualdade na Teoria de Justiça

Na perspectiva da Teoria da Justiça, a desigualdade atua como uma característica implícita numa sociedade bem organizada que para John Rawls (1997, p.80) é a primeira dessas associações autossuficientes de pessoas, que se perpetua dominando determinado território (contexto), e que possui ainda os seguintes traços:

é regida por uma concepção pública de justiça (inclusive, no que se refere à organização das suas instituições principais num único sistema social) por todos reconhecida. Os seus membros são pessoas morais, livres e iguais, e todos

reciprocamente assim se consideram em suas relações políticas e sociais. Pessoas morais são aquelas capazes de racionalmente identificar em si e nos outros um senso de justiça e definir a própria concepção do seu bem.

Nesta direção, as pessoas livres são as que podem intervir na elaboração de suas instituições comuns, em razão de seus objetivos fundamentais e de seus interesses superiores. As pessoas iguais são aquelas que respeitam reciprocamente o direito de cada um de determinar e de avaliar princípios primeiros de justiça que devem reger a estrutura básica da sociedade.

Esta abordagem, que é majoritariamente social, propõe uma reflexão na qual se identifica uma concepção da desigualdade que emerge do Conceito de Justiça, que Rawls (1997), em sua teoria, equipara com a igualdade. Para o autor, a sociedade é uma associação mais ou menos autossuficiente de pessoas que em suas relações reconhecem certas normas de conduta como obrigatórias, e que, na maioria das vezes, atuam de acordo com elas

A tensão se apresenta na possibilidade de distribuir os benefícios, resultado desse trabalho social, compartilhado de um jeito equitativo, onde todas as pessoas tenham uma parte justa pelas contribuições feitas na construção da sociedade. A justiça é a primeira virtude das instituições sociais.

O interesse desta teoria é contemplar o componente social na concepção sobre a justiça, que tem como finalidade organizar a sociedade, levando em conta que a justiça é apresentada como a “[...] estrutura básica da sociedade, mas exatamente a maneira como as instituições sociais distribuem direitos e deveres fundamentais à cidadania e determinam a distribuição de vantagens provenientes da cooperação social” (RAWLS, 1997, p.7).

Além da distribuição de deveres fundamentais, há uma carência de espaços e tempos para a efetivação dos direitos fundamentais e da materialização das vantagens – o produto da cooperação social marca o aumento desproporcional dos níveis de desigualdade em que se vive na atualidade. Assim, a desigualdade está determinada especificamente pela dificuldade na materialização efetiva dos direitos fundamentais para os segmentos da população dos mais desfavorecidos, aspecto que é reforçado pela carência de oportunidades que surgem para a população. As vantagens a que têm direito

os cidadãos convertem-se em ferramentas de dominação por parte dos setores hegemônicos, gerando espaços de exclusão e marginalização legitimamente aceitos pela sociedade.

Desta forma, o bem-estar que deve ser distribuído de modo equitativo na sociedade é deixado em espaços de fácil acesso para uns poucos privilegiados, mas, de acessibilidade restrita para um grande número da população, e de impossibilidade total para um amplo setor da sociedade em geral. A aplicação da justiça nesta teoria, deve fechar as lacunas sociais que gera a desigualdade, tornando-se instrumento efetivo de materialização de direitos fundamentais, culturais e sociais.

Nesta dinâmica para determinar uma concepção coerente de desigualdade na Teoria da Justiça, é salutar apontar os princípios de justiça, pressupondo que os mesmos são igualitariamente interpretados e aplicados na vida social.

Cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras. Seguindo: as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis para todos (RAUWL, 1997, p. 64).

No primeiro princípio, as liberdades devem ser iguais para todas as pessoas sem distinção de raça, sexo ou condição social; são as liberdades básicas a que todos têm direito de materializar no cotidiano da convivência humana. As condições de igualdade devem delimitar as relações sociais em nosso contexto.

Liberdades políticas, a liberdade de expressão e reunião, a liberdade de consciência e de pensamento, as liberdades das pessoas que incluem a proteção contra a agressão psicológica e as agressões físicas, o direito à propriedade privada e a proteção contra a detenção arbitrária de acordo com o conceito de estados de direito, que nesta particularidade possa olhar como a garantia que todos devem ter para acessar a informação que lhes permita formar uma vida em sociedade (RAWLS, 1997). Estas liberdades devem ser iguais para todos e será um princípio de justiça objetivado na prática social.

No segundo princípio observa-se uma ambiguidade bastante questionável: como lidar com as desigualdades vantajosas para todos? E como podem tornar-se

acessíveis para todos? Este segundo princípio se aplica à distribuição de renda e riqueza que é próprio dos sistemas capitalistas que funcionam nos territórios. O que se busca entender a partir deste princípio é que todas as pessoas devem ter acesso à renda e à riqueza. No entanto, o que pode vir a determinar o acesso a tais bens pode estar determinado pelas capacidades e pela materialização das oportunidades. A desigualdade de renda e riqueza é contemplada como parte da natureza do sistema, mas o que a justiça procura é que não sejam motivos de segregação, nem de exclusão, quando se deveriam ser vantajosas para todos.

Uma sociedade justa é garantia de igualdade de possibilidade de formação, assim como a adoção de espaços onde as pessoas adquiram os elementos necessários que permitam fazer as melhores escolhas para sua vida e dos que deles dependem e interagem em sociedade.

Uma concepção de justiça como igualdade, de acordo com estes princípios, pode ser aquela em que

todos os valores sociais, de liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases sociais de autoestima devem ser distribuídos igualitariamente a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores traga vantagens para todos (RAWLS, 1997, p. 66).

Portanto, o antagonismo do Conceito de Justiça é o que aqui contempla como desigualdade (injustiça), posto que não guarda favorecimentos gerais para a população como um todo. Porém, a desigualdade nesta perspectiva gera-se a partir da interpretação errônea dos princípios da justiça aqui postos e/ou pelo não cumprimento dos mesmos.

Apresentado desta forma, o Conceito de Justiça fica num plano ideal, que fazendo uma leitura acorde com a realidade, podendo apontar que a materialização desta concepção, insumo para a equiparação de oportunidades, dista muito de ser concebido na realidade. Contudo, não é pretensão deste estudo desentranhar este postulado.

2.2.4 A desigualdade no Conceito de Liberdade

Na vida em sociedade sempre existe a possibilidade de que os seres humanos sejam condicionados pelas ações de outros, assim como a de interferir a partir de sua

subjetividade sobre as realizações de outrem. Por isso, nota-se a necessidade de estabelecer marcos de normas que regulem essas interferências e permitam uma vida dentro dos limites que as liberdades individuais promulgam.

A liberdade, nesta perspectiva, é definida como aquela possibilidade que tem o homem de não sofrer interferências de outros no sentido de se interpor no que ele considera liberdades básicas (BERLIN, 1958). Naturalmente, quanto menor interferência tiver de seus semelhantes e das instituições, mais liberdade o homem terá. O desafio é articular este conceito de liberdade com a concepção de igualdade dentro do marco das desigualdades sociais. Esta é uma reflexão que se pretende deixar no presente trabalho.

O reconhecimento das liberdades individuais não tem obstáculos para serem aceitos pelas pessoas; o problema está na extensão dessas liberdades aos outros. Nesta direção, um morador de rua não é livre, por exemplo, pois terá afetada sua liberdade, considerando que para pessoas nessa condição, a liberdade não é muito útil, mesmo que não seja escravo, porque ninguém impede-lhe de fazer isso. Neste caso, o grau de escravidão está apresentado pela impossibilidade de fazer a mesma coisa, ou seja, o nível de isolamento social dificulta sua ação. Assim, os limites da pobreza se impõem ao exercício efetivo da liberdade.

Uma sociedade mais igualitária deve conduzir um exercício amplo de liberdade para todos os seus membros. No cerne, é o Estado que deve proporcionar liberdade e também garantir o uso racional dela, para começar a reduzir a desigualdade que separa os homens dos ideais de liberdade necessários em uma sociedade equitativa, que impulse o respeito à condição humana como índice de desenvolvimento humano e de coesão social.

Além da aproximação com o Conceito de Igualdade inserido na concepção de liberdade supracitado, numa perspectiva mais social, Amartya Sen (2012) vislumbra um conceito mais contemporâneo e coerente da igualdade como capacidades e liberdades. Para Sen (1985), o desejo dos homens para converter-se em seus próprios “donos” os aproxima do verdadeiro Conceito de Liberdade. A concepção de desigualdade referida encontra-se incluída na reflexão que é feita no conteúdo das capacidades e liberdades como indicadores efetivos para medir a pobreza e o desenvolvimento humano das nações. Embora o alvo de sua crítica reflexiva no marco de sua teoria não tenha sido a

desigualdade como tal, é possível identificar muitos traços conceituais que facilitam seu estudo e tratamento.

Em sua teoria, Sen (1985) delimita com clareza que as liberdades podem ser consideradas como requisito para estruturar as capacidades básicas de cada indivíduo, defendendo que os limites apropriados para a igualdade fundamental entre cidadãos devem considerar as suas “capacidades básicas” (NOGUEIRA, 2012).

A tese que Sen (1985) defende aqui está relacionada com as “liberdades substantivas”, desfrutadas pelos indivíduos no percurso complicado até a igualdade, como diz Nogueira (2012) em estudo sobre a teoria de desenvolvimento humano. O autor diz que se não assumirmos que o desenvolvimento humano implica exclusivamente crescimento do Produto Interno Bruto, aumento de rendas pessoais, industrialização ou avanço tecnológico, poderemos entender que o desenvolvimento de uma sociedade demanda a remoção da pobreza, da tirania, das carências econômicas, negligência nos serviços públicos, intolerância ou interferência excessiva de estados repressivos.

As capacidades são assim vistas como a possibilidade que tem uma pessoa para alcançar atos valiosos e realizar práticas de vida consideradas de valor para ela e para sua comunidade. Portanto, as capacidades podem ser equiparadas como jeito de materializar as oportunidades que permitem uma vida rica em liberdades de escolha daquilo que o indivíduo acha importante para sua existência.

É claro que para alcançar suas realizações não é necessário usar de artifícios contra outro indivíduo com objetivo de lograr êxito. O limite das liberdades individuais vai até onde começam a liberdade do outro. As pessoas não podem ser usadas como meios para alcançar o crescimento pessoal ou para alcançar a estabilidade social. Nesta direção, Nogueira (2012) aponta que

devemos levar em conta as liberdades que propiciem que as pessoas se tornem capazes de escolher aquilo que elas valorizam e também devemos levar em conta as liberdades para que as pessoas se tornem capazes de trabalhar na remoção dos obstáculos a essas liberdades, remoção de injustiças. Em desenvolvimento como Liberdade, fica claro que ampliar as liberdades de uma pessoa implica ampliar suas capacidades (p. 13).

A partir desta perspectiva, a desigualdade estaria representada pela excessiva concentração de liberdades individuais de uns em detrimento de outros. Os bens primários em mãos de uma minoria é também foco de discussão aqui.

Nesse sentido, Sen (2008, p.143) agrega ao dizer que

a igualdade de liberdade para buscar nossos fins não pode ser gerada somente pela igualdade na distribuição de bens primários. Nós temos de examinar as variações interpessoais na transformação de bens primários (e recursos mais genericamente) em respectivas capacidades para buscar nossos fins e objetivos.

Nesta direção, os recursos são concebidos como meios para alcançar o bem-estar humano. O foco do combate contra as desigualdades que gera a concentração excessiva das liberdades tem que estar alinhado com a necessidade de oferecer às pessoas as oportunidades necessárias para que adquiram as capacidades requeridas e alcancem resultados que proporcionem estados de bem-estar social a longo prazo.

Mais uma vez a educação converte-se num ambiente propício para que desde ali sejam disponibilizados espaços de possibilidade para aquisição de capacidades e liberdades no caminho da superação das desigualdades que fraturam a sociedade.

Assim, liberdades, oportunidades, capacidades e funcionamentos são dimensões que se articulam como elementos que constituem um sistema social que favorece a concepção de igualdade que se quer refletir neste trabalho.

Pretende-se oferecer uma reflexão que permita contemplar a desigualdade como um fenômeno digno de atenção na educação dos profissionais da Informação, sobre a qual se estabeleçam caminhos de tratamento, com a firme intenção de gerar espaços de diminuição desta. Sob estes, tratamento que encontra aporte na Biblioteconomia, a partir dos processos formativos de seus profissionais, nos quais a apreensão sobre o uso de ferramentas adequadas possibilitarão que o acesso à informação torne-se um caminho para a diminuição destas desigualdades.

2.2.5 Desigualdade e Exclusão

A presença de transformações socioeconômicas e culturais apresentadas nas últimas décadas nas sociedades atuais (desemprego, crescimento demográfico dos

idosos, crises do estado de bem-estar, reestruturação do modelo de família, adoção de um Conceito de Interculturalidade mais complexo, entre outros) faz considerar novas manifestações de desigualdade ligadas à pobreza e, por conseguinte, à exclusão.

Não é somente uma questão de desigualdade econômica, consequência da falta de renda, mas uma situação mais estrutural que gera desequilíbrios nos grupos humanos que propiciam outras maneiras de desigualdade social. Este conceito foi abordado através de diferentes pontos de vista como poderá ser observado adiante.

2.2.5.1 Exclusão como fenômeno estrutural no mundo capitalista.

Na sociedade contemporânea movida por uma quantidade de problemas sociais que dificultam a verdadeira convivência, é necessário abordagens interdisciplinares dos fenômenos, fazendo perguntas que respondam às inquietudes da realidade atual e facilitem assim o entendimento dos fatos e ações sociais. Nesta direção, Santos (2010) diz que

vivemos em tempos de perguntas fortes e de respostas fracas. As perguntas fortes são as que se dirigem – mais que as nossas opções de vida social e coletiva – a nossas raízes, aos fundamentos que criam o horizonte de possibilidades entre as quais é possível eleger. Por isso, são perguntas que geram uma perplexidade especial. As respostas fracas são as que não conseguem reduzir essa complexidade, mas que, pelo contrário, podem aumentar (p. 7).

As perguntas apresentadas vão ser discutidas neste estudo e em particular tem a ver com a possibilidade da criação de um novo estado de consciência da realidade social em que se vive, onde os sujeitos devem se movimentar para obter respostas que favoreçam seu desenvolvimento e o de sua comunidade. Outras questões que emergem daqui são: qual é a incidência que tem a academia nas mudanças sociais? Como a disciplina de estudo pode contribuir com a diminuição das iniquidades presentes no meio social?

É intenção desta tese denunciar o fenômeno da desigualdade a partir de um olhar diferente, no qual a preocupação está marcada pela ampla linha de exclusão que isto gera. Este é o ponto inicial da abordagem deste instante reflexivo. São alguns

estudos de Boaventura de Sousa Santos⁷ o ponto de partida, especialmente a obra contra-hegemônica que norteou a abordagem desta problemática que aflige a população dos países considerados emergentes.

Para Santos (2003), as origens da desigualdade e a exclusão podem estar ligadas aos longos séculos de exploração advindos com a colonização dos povos por parte das “potencias hegemônicas”, onde a colonização territorial do ontem virou uma colonização do pensamento nos dias atuais, dificultando o desenvolvimento dos países da América Latina, mas que também é resultado da lógica do paradigma capitalista que domina o mundo atual.

Na perspectiva pretendida por este estudo e segundo o referido autor, a desigualdade e a exclusão são considerados sistemas complexos do mundo capitalista. Para ele,

a desigualdade e a exclusão têm na modernidade um significado totalmente distinto do que tiveram nas sociedades do antigo regime. Pela primeira vez na história, a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidas como princípios de emancipação na vida social. A desigualdade e a exclusão têm então que ser justificadas como exceções ou incidentes de um processo social que no princípio não reconhece-lhes legitimidade alguma. E frente a elas, a única política social legítima é aquela que define os meios para minimizar uma e a outra (SANTOS, 2003, p. 125).

Tanto as concepções de desigualdade como de exclusão carregam consigo uma possibilidade e uma oportunidade de emancipação que a população tem para diminuir a distância que separa uns de outros na distribuição concentrada de bens primários e de oportunidades. Com a convergência do paradigma do capitalismo, as sociedades entram em uma crise mobilizada pela necessidade do capitalismo de combater qualquer ação emancipatória com tendência a lograr níveis de igualdade e integração social. Os princípios emancipatórios foram substituídos pelos princípios de regulação que deixaram como resultado a ampliação das distâncias socioeconômicas que alimentam tanto as desigualdades como a exclusão.

⁷ Boaventura de Sousa Santos é um sociólogo e filósofo português de grande influência na atualidade. Sua obra de grande carga anti-hegemonica é referência obrigatória nos estudos sociais, em educação, em direito e na ciência da informação. Em sua teoria das epistemologias do sul salienta a necessidade da descolonização do pensamento como fator necessário para o desenvolvimento dos países empobrecidos.

O sistema capitalista transmite uma lógica incoerente com seu desenvolvimento que desconhece a condição humana conforme a concepção moderna de desenvolvimento humano. Assim, a desigualdade é materializada pela subalternização e interiorização do outro, mas a exclusão se apresenta em sua representação máxima de uma condição mais extrema, que é a extinção do outro.

As desigualdades, a partir de componente socioeconômico, na maioria das vezes geram uma exclusão que vai inserida ao componente cultural, componente socioeconômico e componente cultural e que se articulam para acrescentar as distâncias que rompem o tecido social emancipatório. O capitalismo tende a manter relações de poder que reproduzem e disseminam as desigualdades e exterminam as possibilidades de uma verdadeira integração e coesão sociais.

Nesta direção, Santos (2003) menciona sobre eixos antagônicos que marcam as desigualdades, dizendo que

o sistema mundial é cruzado por dois eixos: o eixo socioeconômico da igualdade e o eixo civilizacional cultural da exclusão. O eixo Norte/sul e o eixo do imperialismo colonial e pós-colonial, socioeconômico integrador da diferença. O eixo Este/Oeste é o eixo cultural, civilizacional da cultura ocidental e as civilizações orientais: islâmica, hindu, china, japonesa. O imperialismo é a melhor tradução do eixo Norte/Sul, assim como o orientalismo é a melhor tradução do eixo Este/Oeste (p.127).

A dimensão social, emancipatória e contra-hegemônica que imbrica estes conceitos de desigualdade e exclusão, desresponsabiliza os governos, direcionando a responsabilidade social aos movimentos sociais como organizações capazes de empreender uma luta pela reivindicação das comunidades.

Estas concepções também encontram no “conhecimento científico” possibilidade de tornar os sujeitos mais críticos e conscientes de seus direitos e deveres. A relação informação-conhecimento cobra um maior reconhecimento de sua importância na perspectiva da luta contra as desigualdades, posto que a informação e o conhecimento são simultaneamente causa e efeito de si mesmos. Esta assertiva é o que reforça Xavier e Da Costa (2011), quando afirmam que disponibilizar a informação é promover a geração do conhecimento, que por sua vez produz mais informação. Este ciclo devidamente dirigido proporcionará às pessoas das comunidades vulneráveis a oportunidade de

adquirir conhecimento com maior eficiência, o que facilitaria a diminuição das lacunas que geram a desinformação.

Segundo Freire (1967), o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam ignorantes. O conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações, graças à qualidade da informação recebida.

Se a informação não é disposta para toda a população, se converte em um mecanismo de reprodução das desigualdades a partir de um paradigma dominante posto ao serviço da cultura hegemônica e aos centros de poder, que usam as restrições de acesso ao conhecimento e o desrespeito dos saberes tradicionais e ancestrais como conhecimento valioso. Usam-no ainda para segregar a população e estabelecer classes sociais onde existe espaço para a inferiorização motivada pelo conhecimento. Nesse sentido, o papel da informação é então preponderante na reprodução da exclusão, ou, pelo lado contrário, na redução da mesma.

Além da gestão estatal destes dois fenômenos (desigualdade e exclusão) que Santos (2003) chama de sistemas, acrescenta-se ainda que

quanto à desigualdade, a função do estado consiste em mantê-la dentro de uns limites que não impedem a viabilidade da integração. No que tem a ver com a exclusão, sua função é a de distinguir entre as diferentes formas que devem ser objetos de assimilação, ou, pelo contrário, objeto de segregação, expulsão o extermínio (p. 129).

Nessa perspectiva, cabe aos movimentos sociais mencionados anteriormente e à academia liderar o processo de emancipação – que não vai ser facilitado pelo sistema capitalista que governa o Estado – a partir de uma luta social organizada, visando alcançar a redução da lacuna que separa seres humanos na busca uma vida digna onde o homem seja o centro das políticas de bem-estar geral.

A abordagem feita destas concepções de desigualdade permite direcionar o trabalho até a necessidade de empreender ações a partir dos espaços acadêmicos em prol da descolonização do saber e do poder, na luta social contra a hegemonia opressora que reproduz e dissemina as desigualdades e a exclusão em nossos contextos. A campanha de emancipação deve ser construída por meio de uma base social efetiva de

maneira que permita a desconstrução e a derrubada dos preconceitos que têm alimentado a sociedade por séculos de injustiça e marginalização.

A desigualdade na Ciência da Informação é vista neste estudo como o modo pelo qual o processo de disseminação da informação não consegue alcançar de forma igualitária todos os membros da população. Sem acesso equitativo da informação, ampliam-se as lacunas de desigualdade que segregam grupos mais vulneráveis, fortalecendo uma minoria dominante e historicamente “proprietários” do poder. Desse modo, cabe à Ciência da Informação a responsabilidade social de prover meios eficientes e eficazes de distribuir a informação, facilitando, por meio da pesquisa, formas equitativas de aquisição, acesso e uso da informação para que esta transforme-se em elemento de mudança social.

A responsabilidade social nesta ciência envolve as unidades de informação como equipamento social que contribui com o desenvolvimento social do cidadão, a partir do atendimento das necessidades informacionais dos usuários – sejam elas econômicas, políticas, educacionais, culturais e sociais, entendidas como aquelas que constituem o todo do ser humano. Acrescenta-se ainda, a responsabilidade social do bibliotecário visto como profissional da informação, agente social que por natureza se ocupa com os serviços de informação relativos a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Por último, uma responsabilidade social na Ciência da Informação é entendida como a capacidade de priorizar a informação em suas diferentes matizes, como elemento necessário da comunicação com ponto de vista social que justifica o ciclo informacional direcionando-o para o favorecimento da humanidade (GARCIA; DANTAS, 2015). Para que as ações exercidas impactem o contexto social, estas devem ser contínuas e sistemáticas de forma a evidenciar o compromisso das instituições envolvidas.

2.2.5.2 Exclusão como fenômeno dinâmico

Conforme já mencionado, a sociedade contemporânea é marcada por uma série de fatores estruturais que fragmentam ainda mais a coletividade de uma nação a partir de diversos âmbitos – econômico, laboral, formativo, político, relacional, cultural.

Fenômenos estes que limitam o crescimento do bem-estar e a coesão populacional, gerando impossibilidade de participação dos sujeitos na vida em comunidade.

Apresentam-se de modo dinâmico, estrutural, multicausal, multidimensional e limitado no que tange a capacidade integradora que tempos atrás se considerava como direitos da cidadania que promulgavam os estados sociais de direito e que se manifestam na sociedade do conhecimento (HERNANDEZ, 2008).

O Conceito de Exclusão pretende dar conta das manifestações que se originam a partir das desigualdades que hoje aparecem no cenário de uma a sociedade movimentada pelos fluxos de informação, que estão produzindo situações de exclusão e de pobreza, aumentando os níveis de marginalidade.

Assim, a partir do uso hegemônico e do acesso restrito à informação se ampliam as lacunas de desigualdade. Em outra dimensão, a partir da disseminação da informação se pode gerar mecanismos para o combate desta exclusão e, por conseguinte, da diminuição da desigualdade. Para tanto, é preciso possibilitar o acesso à população em geral a essa informação, de forma que se dê garantias na equiparação de oportunidades para chegar ao conhecimento.

A exclusão social nestas sociedades da nova modernidade⁸ não é um estado, mas um processo que afeta de maneira diferente cada indivíduo, dependendo de sua capacidade para alcançar as oportunidades e também do contexto no qual estes desempenhem. A exclusão social é um conceito que descreve melhor a metamorfose sofrida pelas mudanças sociais em detrimento das classes menos favorecidas (CASTEL, 1997).

Nesse processo é comum outorgar todo o peso às mudanças no mercado de trabalho e à conseqüente precarização e segmentação laboral, como responsável central da exclusão. Entretanto, são muitas as áreas onde as ameaças de exclusão estão presentes. Além do campo laboral, deve-se incluir os campos econômico, formativo, o relacionado à saúde, o acesso às tecnologias e à informação. Assim, segundo Hernandez

⁸ A mudança nas coordenadas socioeconômicas e culturais que conformavam a sociedade industrial começa com a crise dos anos 1970, provocando desajustes no mercado de trabalho e no estado do bem-estar, que cresce conforme se afiança o neoliberalismo, acelerando-as transformações sociais e econômicas. A primeira modernidade permite uma segunda modernidade, no que se veem imersas as sociedades tecnologicamente avançadas, com nova lógica de inclusão-exclusão e, portanto, com uma realidade social nova em muitos aspectos (Hernandez, 2008).

(2008), as sociedades do conhecimento se deparam com novos campos de cultivo da exclusão, ou seja, agora se geram muito mais impedimentos para o exercício da plena cidadania social⁹.

Estar excluído na sociedade do conhecimento significa ficar por fora das vias sociais que dinamizam as intersubjetividades que dão sentido à vida. A dificuldade de acesso a uma informação dotada de sentido faz com que o sujeito esteja totalmente desligado do funcionamento social de sua comunidade, convertendo-o num apêndice desta. Com isso, acaba por tornar-se um elemento considerado externo, que não pode colaborar diretamente na solução das problemáticas que afetam o desenvolvimento sociocultural de seus congêneres e dele mesmo. Desta maneira, o papel social do sujeito jamais irá aflorar dificultando sua materialização enquanto sujeito ético, político, de incidência social.

A chegada da sociedade do conhecimento traz múltiplas e novas formas geradoras de desigualdade, cujas causas principais se encontram nas importantes mudanças que emergem na esfera macrossocial, no mercado de trabalho e nos níveis da cobertura dos estados de bem-estar, conformando um novo contexto social muito distante das intenções inclusivas dos estados sociais de direito e com grandes riscos sociais e de exclusão (HERNANDEZ, 2008).

Este novo contexto social relaciona-se com as realidades sócio-demográficas novas (imigração, envelhecimento demográfico e as novas formas de família.), com a nova realidade laboral que gera mudanças nos empregos e, por conseguinte, nas relações laborais, tendo em conta que o trabalho é fonte de integração social. As crises no estado de bem-estar que geram dificuldades e um déficit de inclusão social, posto que esta figura é um conjunto de instituições públicas provedoras de políticas sociais dirigidas à melhora das condições de vida e à promoção da igualdade de oportunidade dos cidadãos (Moreno, 2002).

O novo contexto social que se fala também atende às novas formas relacionais e aos novos vínculos sociais, e tem grande importância nas redes sociais e familiares

⁹ O conceito de Cidadania Social foi introduzido por Thomas Marshall, em sua obra "Ciudadania y clase Social", publicada em 1950. Para este autor a Cidadania Social é aquele status que se concede aos membros em pleno direito de uma comunidade; ou seja, o conjunto de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, assim como alguns direitos derivados atribuídos aos cidadãos duma sociedade.

junto ao trabalho, como eixos de inclusão, assim como as tecnologias da informação e do conhecimento e a internet na evolução das relações sociais. Aqui a falta de acesso a estas tecnologias se converte num elemento diferenciador para esta integração.

O uso crescente da expressão *exclusão social* é, segundo Hernández (2008), um pretexto atual para a definição de políticas sociais e um esforço para dotar de precisão este conceito, levando em conta que a exclusão social é um fenômeno estrutural, o qual inclui um componente individual, abordável desde as políticas públicas. Destarte, também é de caráter dinâmico e não estático, multifatorial e multidimensional porque confluam muitos fatores inter-relacionados entre si. Não se pode explicar em função de uma única causa nem a partir de uma esfera vital; ao contrário, trata-se de um acúmulo de circunstâncias relacionadas entre si.

O problema da exclusão é um fenômeno heterogêneo que afeta diversos grupos, sobretudo quando entendida como um processo de vulnerabilidade ou fragilidade que pode ser continuado no tempo, em várias áreas vitais. Esta problemática abordada a partir das políticas públicas, não deve ser entendida como uma realidade fatalista e irremediável, mas como um fato subjetivo/individual. Além da ênfase nos fatores estruturais, não se pode deixar de lado a incidência de certos fatores individuais relacionados com a subjetividade e à atribuição de sentido à própria situação de precariedade, vulnerabilidade ou exclusão na qual vive o indivíduo.

Neste sentido, a exclusão social é um fenômeno que vem de causas estruturais e não meramente individuais ou causais, pelas transformações econômicas e sociais que caracterizam as sociedades do conhecimento. Igualmente, é um processo, uma trajetória social e pessoal. A exclusão social é um conjunto de processos mais que uma situação estável. Não afeta grupos predeterminados concretos, senão de modo que modifica grupos e pessoas em função da sua equação de vulnerabilidade, respeitando suas dinâmicas sociais de risco e marginalização.

Não obstante estas apreciações, a exclusão social continua sendo um conceito e um fenômeno em construção; seu caráter faz com que seja abordada a partir de diferentes perspectivas por uma diversidade ampla das áreas do conhecimento, o que constitui um fortalecimento do seu estudo para assim intervir na redução das causas que a geram.

2.2.5.3 Exclusão e Educação

A educação, por sua natureza humana, é um espaço propício para a geração de momentos de integração e equidade, posto que é uma oportunidade central na gestão de lutas de combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social. Na medida que se apresentam avanços para consolidar uma educação social que contribua com a formação de cidadãos conscientes de sua importância no desenvolvimento de uma sociedade equitativa, democrática e justa, se veiculará em grande medida passos para o cumprimento de seu objetivo formativo e transformador.

Nestes termos, a educação é um espaço para a coesão social que nas palavras de Freire (2004) deve aportar elementos para que a pessoa adquira as ferramentas necessárias para sua emancipação e a partir daí, gerar uma transformação social que permeie sua comunidade, ou seja, que a educação nesta perspectiva é eminentemente comunitária, tendente ao bem-estar geral como resultado da satisfação de necessidades individuais. Leva-se em conta, nesse caso, que em termos gerais, a transformação da realidade social caminha muito mais rápido que as dinâmicas e os resultados do sistema educativo, pois é preciso elaborar Currículos que permitam atuar de um jeito proativo mais que realizar apenas ações de ordem reativa como geralmente acontece.

Isso quer dizer que as ações preventivas que evitam os fatores geradores da exclusão e desigualdade deveriam ser vistas como parte central dos objetivos da educação quando se quer combater estes fenômenos destrutores da vida em comunidade. “Se devemos educar para a igualdade, devemos fazê-lo a partir da educação em igualdade” (HERNANDEZ, 2008, p. 80).

Nesta mesma direção, o autor agrega:

La ansiada igualdad de oportunidades exigirá una educación pluridimensional, democrática y a lo largo de toda la vida. Necesitamos una educación que nos ayude a comprender la realidad social, una educación que facilite el tránsito de la asistencia administrativa a la asociación multicultural. Sólo así se podrá evitar el riesgo del subdesarrollo y la desesperanza social provocada por situaciones de extrema pobreza. La educación ayudará a hacer realidad la utopía de la cohesión social (Hernandez, 2008, p.80).

A pluridimensionalidade a que se refere o autor tem a ver com a possibilidade de afetar o fenômeno social da exclusão desde uma diversidade de esferas (social, cultural, política e econômica). No cerne, tem-se a escola como plataforma de transformação social, vista como uma medida paliativa dos males sociais pelos quais sofrem a comunidade, e que acham no contexto da educação o caminho para a solução de todas estas problemáticas.

Quando se trata o tema da exclusão em educação, também se fala de direitos humanos, que são base para a construção e a materialização da cidadania. Esta seria uma condição necessária para que os sujeitos historicamente marginalizados logrem patamares de dignidade humana, que os ajudem a empreender atividades a fim de alcançar traços para uma inclusão, diminuindo assim as desvantagens sociais que os separa das oportunidades.

Sob essa questão, Hernandez (2008, p. 81) diz que “nada pode estar acima da dignidade das pessoas, especialmente das que se encontram abaixo, situações de pobreza, injustiça e exclusão social”, o que indica que a educação precisa ser um ponto central, uma ferramenta de suma importância para favorecer os grupos humanos mais vulneráveis. Com isso, pode equiparar as oportunidades de formação que lhes permitam acender a cenários laborais, econômicos, sociais, culturais e de saúde que permitam alcançar condições de vida favoráveis para seu grupo familiar e a comunidade em geral.

Considerando que a exclusão social é o resultado de uma cadeia de acontecimentos e condições estruturais que desligam as pessoas de um cotidiano social, é possível afirmar que é também o resultado e o desencadeamento de processos de marginalização, que contribuem para perpetuar e agravar as condições de segregação (HERNADEZ, 2008). Nisso, a educação aparece como o meio mais adequado para garantir o exercício da cidadania, possibilitando a apreensão de oportunidades que distanciem o ser humano dos abismos da discriminação.

Segundo o mesmo autor, em análise dos fatores que geram exclusão social e desenvolve o aspecto formativo,

la educación adquiere un papel de especial relevancia en relación con la exclusión social, no solo por cuanto se refiere a los procesos de marginación y/o rechazo social e institucional que pueden tener lugar a lo largo del proceso formativo de determinadas personas y/o colectivos, si también, y específicamente, por cuanto que hace referencia a las funciones que desempeña la educación: otorgar competencias para facilitar la adaptación para la vida profesional y garantizar el desarrollo personal y social que facilite la cohesión y la lucha contra las desigualdades (HERNANDEZ, 2008, p. 83).

Nesta linha de análise, a igualdade de oportunidades tem similitude com a igualdade de acesso, onde a educação, como já mencionado, pode ser considerada a chave para resolver o problema da distribuição desigual do conhecimento, possibilitando por sua vez a socialização adequada dos indivíduos, assim como sua transformação social e a possibilidade de que estas mudanças sejam veiculadas pelos mesmos atores sociais. Numa sociedade democrática, justa e igualitária a exclusão social necessita perder vigência.

2.2.5.4 Exclusão Social e Tecnologias da Informação e a Comunicação - TIC

Como já visto ao longo do texto, a exclusão social é um fato inegável, uma realidade que não pode ser ocultada nem ser objeto de invisibilidade que afeta a todos os indivíduos, por isso a necessidade de encará-la de uma forma mais efetiva visando seu combate, com todas as ferramentas possíveis.

A realidade atual quanto à exclusão social indica que existe uma quantidade de pessoas, organizações, entidades, coletivos humanos que requerem uma atenção maior, por encontrarem-se na linha da exclusão. A experiência destes possibilita a aprendizagem de estratégias que permitem a promoção de transformações social, pessoal e coletiva propiciada pela luta organizada da comunidade. Estas podem criar bases para uma sociedade mais justa e democrática, em que as oportunidades podem ser melhor aproveitadas, saldando assim a dívida histórica que se tem com os grupos marginalizados.

Sobre isso, Cabrera (2005) reforça que

Las nuevas tecnologías de la información y comunicación, constituyen una oportunidad histórica que, si se sabe aprovechar, podría hacer posible lo que

históricamente ha Sido una quimera: conseguir que los grupos más marginados y periféricos de una sociedad puedan disponer de vías de acceso fáciles, baratas y adaptadas a sus posibilidades para alcanzar por sí mismos el centro de la dinámica social y colectiva (CABRERA, 2005, p. 8).

Desta maneira, constituem-se caminhos pelos quais os sujeitos podem transitar diretamente sem outras mediações que não sejam seus próprios interesses quanto ao conhecimento, à informação, aos recursos e às relações sociais Significativas. As redes de relações e apoio que se desenvolvem chegam a lugares muito distantes dos centros das regiões, e os avanços das mesmas são cada vez maiores.

A disseminação da informação não discrimina bairros, cidades, países, ou continentes; suas capacidades de penetração possibilitam estender pontes que transcendem as fronteiras (linguísticas, raciais, culturais, de classe, etc.) que historicamente tenham sido impossíveis de franquear.

As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) devem ser sentidas como via de acesso à informação e não pode, sob nenhum ponto de vista, converter-se num fator a mais de exclusão; ou apresentar-se como obstáculo para o acesso ao conhecimento. As TIC têm que ser vistas como oportunidade de mudança social por disponibilizarem recursos para que todas as pessoas sem distinções de raça, cultura, sexo, condição econômica ou religião possam adquirir as oportunidades de conhecimento necessário, que os posicionem num espaço importante da sociedade – com possibilidade de transcendência e incidência social.

Graças à internet, aos chats, às redes sociais, E-mails e outras comunidades virtuais, as TIC permitem transcender espaços e franquear fronteiras que fisicamente não podem ser penetradas nem permeadas. As longas distâncias geográficas são reduzidas em segundos de interação virtual e os espaços entre os incluídos e os historicamente excluídos perdem vigência. Nisso, os fluxos de informação cobram brilho e relevância para melhorar os processos comunicativos, reduzindo ostensivamente as distâncias que separam uns dos outros.

É evidente que as TIC oferecem interessantes e novas formas de interação social e de acesso ao conhecimento. Mas ao mesmo tempo, sua aplicação pode se tornar num novo fato de exclusão social. É papel da Biblioteconomia fazer do acesso às TIC um

mecanismo de inclusão que possibilite a adesão da sociedade num movimento de união e não de exclusão.

2.2.6 Um espaço para a Utopia

Pode-se conjecturar, utilizando-se de uma linguagem mais pessoal, que o desenvolvimento sustentável de uma sociedade significa uma esperança para um futuro melhor e mais justo, mostrando um caminho para que os lutam para que esse desenvolvimento seja real e mais igualitário podem percorrer, porque pensam que as mudanças são possíveis para uma transformação global, na qual as ações inovadoras são essenciais. Desejar que as coisas mudem vislumbra um sonho que pode ser considerado uma utopia, na qual se baseiam as transformações sociais.

O caminho que tece esta tese está construído sob a égide de que é preciso que os indivíduos possam perceber a importância das mudanças sociais através do reconhecimento da realidade, que Freire (1979) posiciona como a forma de estar no mundo e ajudar na construção de uma vida melhor para todos.

Esta assertiva leva em conta o que cita Freitas (2002), quando diz que as utopias têm que ser severas consigo mesmas, na medida em que devem ser conscientes de suas fronteiras. Uma utopia que vai se dissolvendo à medida em que se realiza, pode criar outra utopia que viabilize enfrentar novos caminhos, que serão motor de mudanças para as comunidades.

O princípio de utopia que se apresenta aqui é aquele que permite humanizar a vida – espaço que se converte na possibilidade de criar, de formular propostas abertas, que podem reformular-se, adaptar-se e inclusive substituir-se. Neste sentido, Botero (1994) salienta que a utopia é a inconformidade como critério criador de um mundo melhor.

Esta pesquisa traz em voga, a partir de todo um trabalho desenvolvido, a proposta de se buscar um mundo harmonioso, livre, justo, equitativo, inclusivo e democrático, onde as pessoas sejam tratadas em condições de igualdade de direitos e oportunidades. Nisso, a busca pelo humanismo e a luta pela dignidade humana

conseguem na utopia uma abertura para combater as formas de exclusão do indivíduo ao mesmo tempo que luta pela convivência em harmonia.

Trata-se de uma luta contra formas concretas da alienação e brutalidade; uma luta pela vida, pela imaginação, pela beleza e pelo prazer. Assim, a utopia atua como um caminho para construir a realidade, um fato mais acessível e benéfico para as pessoas pertencentes aos grupos vulneráveis. O autor Bloch (2007), em seu livro *Princípio da Esperança*, fala de uma função da utopia, definindo-a:

A função utópica entende a demolição porque ela mesma é devastadora de uma maneira muito concentrada: sua razão é a relação indefinida de um otimismo militante. Item: o conteúdo do ato de esperança é, conforme esclarecido conscientemente, explicou explicitamente, a função utópica positiva: o conteúdo histórico da esperança, representado principalmente em imagens, investigado enciclopedicamente em ensaios reais, é a cultura humana referida ao horizonte utópico em concreção (p. 135).

Algumas temáticas podem ser destacadas, entre elas a que posiciona a utopia como uma função devastadora, que é concreta e realizável, em que a utopia nasce da insatisfação das atuais condições de vida dos indivíduos e constitui um protesto aberto contra esse *status quo*. O motivo da função utópica é um otimismo militante. É por isso que segundo Bloch (2017), não se trata apenas de bons desejos, mas de um trabalho concreto e determinado.

A chave da utopia não está em seu conteúdo ou seu logro total, mas na mobilização que faz das pessoas, na forma crítica de ler a realidade para fazer crítica da mesma e na esperança de pensar que as transformações são possíveis.

Finalmente, o Conceito de Utopia que se instala aqui é o que o professor Dario Botero Uribe destaca, quando diz que

não é o impossível, mas o possível; não é irrealizável, mas realizável; não é irracional, mas é uma razão pela qual um cartão de cidadania ainda não foi concedido. Não é ideológico no sentido filosófico, mas sim realista. Não aceita o mundo tal como é: rejeita feiura, brutalidade, exploração. Baseia-se na perfeição humana. A vida social não é algo que deve ser fatalmente sofrido (1994, p. 03).

Esta tese é um convite para que os formadores de profissionais da Informação convertam suas salas de aula em espaços para a esperança, momentos nos quais a

utopia se apresente como uma oportunidade de mudanças sociais representativas para a comunidade. O Currículo de Biblioteconomia através da materialização da função utópica pode criar bibliotecários comprometidos com a população, especialmente nas camadas mais populares que são os setores mais desfavorecidos.

2.3 Perspectivas Políticas

O progresso humano nas últimas décadas tem sido muito desigual. Junto com os notáveis avanços na expectativa de vida, na alfabetização e no bem-estar humano em geral, ficam certas preocupações e privações persistentes, desigualdades crescentes e vulnerabilidades para muitas comunidades e grupos humanos em grande parte do mundo.

Estas preocupações foram observadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) quando em sua reunião mundial sobre desenvolvimento social, em 1995, enfatizou a necessidade de equilibrar os objetivos econômicos e sociais do desenvolvimento nas nações. Nesta reunião foram exigidas mudanças institucionais e políticas para promover um desenvolvimento generalizado que contribua com a criação de um ambiente econômico, político, social, jurídico e cultural como insumo para alcançar o desenvolvimento social.

Os Objetivos do Novo Milênio (ONM), 2011, reforçam a intenção das Nações Unidas de reduzir as desigualdades, mobilizando os Estados para que assumam compromissos mediante a criação de políticas que priorizem e reduzam as desigualdades, sugerindo um trabalho em equipe com a comunidade científica de seus países.

Para ampliar essas questões, o Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social – UNRIDS (2011), apresenta sete aspectos essenciais para reduzir a pobreza e as desigualdades, objetivando alcançar o desenvolvimento social nos países em tempos de globalização. O primeiro diz que a redução da pobreza e das desigualdades sociais requer crescimento e mudanças de estrutura que gerem emprego produtivo. O emprego constitui um canal fundamental através do qual a renda derivada

do crescimento pode se compartilhar amplamente. Os governos podem lograr uma mudança estrutural centrados no emprego.

O segundo ponto tem a ver com as políticas sociais amplas, essenciais para a redução com sucesso da pobreza e das desigualdades. Um marco de política social efetiva para reduzir a pobreza e as desigualdades deve centrar-se no cumprimento dos direitos universais; a política social é transformativa, mas não se deve separá-la dos esforços por criar um crescimento centrado no trabalho. Estas políticas também devem reconhecer e gratificar o trabalho sem remuneração, que dirige o funcionamento das famílias, lares e sociedades ao investir em infraestrutura social e serviços básicos, reduzindo a carga laboral da mulher.

Outro aspecto dos enunciados pela ONU demonstrou que os altos níveis de desigualdade constituem um obstáculo para a redução da pobreza. A desigualdade e a pobreza devem ser vistas como elementos interconectados de uma mesma problemática; os Sistemas políticos devem estar orientados ao crescimento de bem-estar de seus cidadãos.

Complementando estes aspetos iniciais, o mesmo organismo internacional se manifestou a favor de que a política é muito importante na redução da pobreza e das desigualdades. Nisso, a proteção dos direitos cívicos, de cidadãos ativos e organizados e dos partidos políticos que se comprometem com indivíduos em situação de vulnerabilidade são importantes para redução da pobreza e das desigualdades. Concluem dizendo que

existem muitos caminhos para a redução da pobreza e as desigualdades. Ainda que a industrialização represente um caminho valioso para reduzir a pobreza, deve estar acompanhada de políticas sociais que a humanizem. Não basta apegar-se às dinâmicas do mercado. (...) A pobreza e as desigualdades se reduzem quando as políticas econômicas e sociais, as instituições e os acordos políticos se apoiam mutuamente. A exploração de sinergias requer um desenho de políticas apoiadas pela vontade dos governos e da classe política em geral (UNRIDS, 2011, p. 5-9).

A redução da desigualdade requer um trabalho comprometido no qual a sociedade civil, o governo e os grupos econômicos e demais setores que compõem a sociedade compartilhem esforços de cooperação para desconstruir e eliminar os elementos sociais, econômicos e culturais que aprofundam este fenômeno.

Além disso, a problemática da desigualdade tem sido considerada um fato social relevante nas últimas décadas no mundo inteiro; é também preocupação central dos programas políticos de desenvolvimento das diferentes nações da América Latina. Esta concepção permite considerar o crescimento das desigualdades como um dos principais obstáculos para concretização dos planos dos diferentes governos nos quais pretendem alcançar níveis aceitáveis de equidade socioeconômica entre seus cidadãos.

Nesse cenário, a preocupação dominante tem a ver com as ameaças de que a desigualdade social representa para a efetividade e sustentabilidade da democracia, a liberdade e bem-estar da grande maioria dos indivíduos. Trata-se de encontrar respostas para as questões: Quanto a democracia é possível na desigualdade? Quanto desigualdade é compatível com a democracia? Como responder estas interrogações a partir de uma ação política planejada?

As democracias nos Estados supõem uma distribuição equitativa de espaços políticos onde os direitos e deveres são distribuídos também de igual maneira. Posto isto, pressupõe-se a ausência de disparidades profundas nas capacidades participativas da população (VILAS, 2007).

Os Estados Democráticos devem expressar sua intenção política através do desenho de programas governamentais orientados em atingir os setores mais desfavorecidos da sociedade. Devem também garantir que a efetivação destes planos políticos sejam convertidos em ação para que cheguem efetivamente às pessoas que realmente precisam. No caso contrário, assiste-se a um crescimento progressivo das lacunas sociais com uma respectiva distorção da democracia.

Os Estados Modernos têm que lidar com a coexistência de dois princípios conflitivos: num lado, a presença da desigualdade social gerada pela dinâmica socioeconômica; por outro, o princípio igualitário que contém o conceito de cidadania como igualdade de direitos e oportunidades.

A limitação deste espaço para tratar com maior profundidade esses conceitos e linhas de ação oriundas dos organismos internacionais, faz com que este estudo se concentre em oferecer um olhar sobre as políticas elaboradas em dois países que se enquadram no contexto analisado, Brasil e Colômbia. A análise a partir destes dois locais

pode atuar como caminho na busca de espaços que contribuam para a diminuição das desigualdades presentes na sociedade.

Tanto o Brasil como a Colômbia são estados sociais de direito nos quais a democracia é o ponto de partida e de chegada. Suas constituições políticas contemplam as normas e leis que devem nortear o direcionamento das políticas que determinam o funcionamento desses países. Por esse motivo, faz-se uma leitura dessa legislação a fim de verificar de que modo é apresentado o fenômeno da desigualdade.

2.3.1 Um olhar na Constituição Política do Brasil

O preâmbulo da atual Carta Magna do Brasil abre seu artigo oferecendo a seguinte apresentação:

Nós, representantes do povo Brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL. CONSTITUICAO FEDERAL, 1988).

Pode-se considerar que o texto mencionado é, provavelmente, o reflexo da vontade da população brasileira, num período em que os níveis de desigualdade se manifestavam de maneira profunda, com um aumento da pobreza crescendo com muita rapidez e força. O instrumento legal expressa o desejo do povo em reduzir os níveis de pobreza e desigualdade por meio de ações constitucionais.

Esta Constituição emerge como resultado de reformas econômicas, sociais e políticas à época – e que se pode fazer um paralelo com a situação atual no país, considerando que as desigualdades ainda perduram –, que permitiram proclamar o país como uma nação social e democrática.

Nesse sentido, Sena (2007) ressalta que

a atual Carta Magna Brasileira se constitui em uma nítida Constituição Socialdemocrata. Não poderia ser diferente diante de seu núcleo ideológico

assim estar estruturado. Dentre os valores e princípios de caráter social proclamados por tal documento, o da redução das desigualdades regionais e sociais se destacam por se constituir, além de princípio geral da atividade econômica, objetivo fundamental da própria República e, assim, exigir do Estado Brasileiro plena atuação no sentido de implementá-lo. A questão não é, portanto, de previsão constitucional, mas Sim de efetivação jurídico-política, na própria ordem econômica (p. 371).

O Estado Brasileiro, através de suas cartas políticas, propiciou a criação de ambientes sociopolíticos de favorecimento para a população em geral, por meio do reconhecimento e prescrição de vários direitos e garantias. Esse fato evidenciou que o problema não era de ordem existencial, mas sim de possibilidade de materialização dos mesmos. Os direitos e as garantias estão contemplados na Constituição e são de obrigatório cumprimento e a dificuldade está nas pessoas fazerem destes uma realidade até os dias atuais.

A Constituição Brasileira demonstra a tentativa de instaurar uma carta política de fundo social com uma clara intenção de que a democracia esteja permanentemente na sociedade como mecanismo para garantir o cumprimento dos direitos dos cidadãos. A importância das proposições, escolhas e defesas ideológicas presentes na Carta Magna representam um grande avanço político e jurídico (SENA, 2007), mas a materialização desta intenção ainda depende, mesmo depois de 30 anos de sua criação, da administração governamental que dirija os destinos da nação de uma maneira coerente e justa.

A efetivação destes direitos e garantias contemplados na Constituição pressupõe uma diminuição considerável das condições que propiciam as desigualdades, gerando assim uma sociedade mais respeitosa, justa e equitativa.

2.3.1.1 Princípios Fundamentais

No título I – Dos Princípios Fundamentais, em seu capítulo I, onde se fala sobre os direitos e deveres fundamentais, são esboçados cinco direitos que aparecem como essenciais nos estados democráticos como no caso do Brasil:

- I. A soberania;

- II. A cidadania;
- III. A dignidade da pessoa humana;
- IV. Os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa;
- V. Pluralismo político.

O Estado tem a obrigação de facilitar o livre exercício da cidadania além da representação emanada da simples figura da democracia representativa, onde o povo delega seu poder em favor de uns poucos eleitos. Devem ser oferecidos mecanismos que permitam uma participação mais direta da população nas políticas do governo.

Também é obrigação constitucional reconhecer no cidadão o direito de pertencimento num partido político que encarne seus interesses, princípios e valores. Nesta perspectiva, toda pessoa, independentemente de sexo, cultura, raça, etnia, religião, inclinação sexual, tem que ser reconhecida, respeitada e valorizada como sujeito de direitos, um ser humano individual e social de grande importância na vida social das nações.

2.3.1.2 Objetivos Fundamentais.

Os denominados objetivos da República Federativa de Brasil aparecem inseridos no artigo 3º, da Constituição, como objetivos fundamentais que versam não só sobre orientações político-ideológicas, mas também dão indicações de ordem econômica. São eles:

- I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II. Garantir o desenvolvimento nacional;
- III. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Estes objetivos, ao serem contemplados na máxima instância legal e política da nação, não precisam de nenhum outro suporte jurídico para que seu cumprimento se faça valer, não sendo portanto necessário reclamar outro tipo de interpretação, pois são de caráter impositivo para toda a sociedade.

O objetivo desta Carta Magna é mostrar um Brasil diverso, multicultural e pluriétnico que deve basear suas relações sociais no respeito, na solidariedade, na cordialidade, na justiça e o bom e igualitário trato entre os cidadãos, onde a única exclusão legitimamente permitida é prática social carregada de preconceitos geradores de discriminação.

Da confluência destes objetivos deve emergir uma nação democraticamente viável, com níveis crescentes de desenvolvimento humano. Os direitos contemplados na Constituição nem sempre são efetivados na cidadania e são fenômenos como o da desigualdade social que mostram as dificuldades para alcançar uma vida justa e igualitária para todos.

Porém, garantir o direito à vida, oferecer cenários onde as liberdades sejam prioridade e alcançar a construção de um país igualitário se constituem em princípios norteadores, presentes na Constituição, objetivam encontrar um modo de reduzir as desigualdades. Destarte, têm-se nas normas ditadas no título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, em seu capítulo I – Dos deveres individuais e coletivos, no artigo 5º, que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos Brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (CFB, 1998).

Os termos específicos que favorecem a possibilidade de redução das desigualdades são assim elencados: igualdade de gênero em direito; a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença; a liberdade de a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação; a liberdade para o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais do sujeito; a acessibilidade igualitária à informação e o resguardo ao sigilo da fonte; e a liberdade de locomoção por todo o território nacional. Todos os cidadãos brasileiros têm os mesmos direitos e devem ter a mesma possibilidade de acessar e usar a informação para os fines sociais e de formação pessoal.

Sob esse aspecto, o princípio constitucional da redução das desigualdades regionais e sociais é um princípio norteador de toda atividade econômica e política no território nacional. Isto quer dizer, segundo Sena (2007, p.397), que

deve qualquer atividade econômica atuar no sentido de ajudar na redução das desigualdades tanto regionais quanto sociais em nosso país, devendo contribuir das mais diversas formas, para que sua atuação econômica, em uma dada região, seja efetivamente elemento de ajuda no combate à pobreza e às disparidades entre áreas mais ricas e desenvolvidas e as demais. Assim, a atuação, tanto do Estado quanto das empresas particulares, precisa estar em exato compasso com as políticas públicas de redução de tais desigualdades (políticas estas que precisam existir, de fato, para o alcance dos preceitos constitucionais).

Nesta perspectiva, toda atividade econômica, seja realizada por instituições privadas ou através do mesmo Estado, tem que adaptar-se às regras presentes no texto constitucional, para ficar em concordância com o princípio constitucional que impõe a redução das desigualdades sociais e regionais como imperativo para alcançar o desenvolvimento socioeconômico da nação. Entretanto, o crescimento econômico de que trata este trecho não pode ser alcançado a qualquer custo, mas deve ter um componente social importante que favoreça a maioria da população.

Estes princípios deixam ver que a Constituição de 1988 traz em sua essência os meios necessários que permitem a obtenção dos objetivos ali apresentados. Trata-se, enfim, de uma questão de intenção e vontade política, e de efetivação de direitos (justiça) no campo jurídico.

Esta Constituição é em seu conjunto a representação do sentimento de cidadania que todo indivíduo deve ter, que a partir dos esforços de seus representantes, escolhidos pela sociedade e a classe política, devem atuar em busca da geração um amplo espaço democrático, onde a convivência apareça como pilar de estruturação de uma nação diversa, rica em valores sociais e culturais, propiciando em seu cotidiano a equiparação de oportunidades e de liberdades como caminhos para reduzir as distâncias socioeconômicas.

2.3.2 Um olhar pela Constituição Política da Colômbia

A Constituição Política da Colômbia é resultado de uma Assembleia Nacional Constituinte, do ano de 1991, um momento histórico para o país em que um grupo de personalidades recebe o poder outorgado pelo povo para que expresse sua vontade através de uma nova Carta Magna. No preâmbulo da Constituição se vislumbra a intenção de coesão política, econômica, social e cultural na direção dos destinos da nação, no qual diz:

El pueblo de Colombia: En ejercicio de su poder soberano, representado por sus delegatarios a la Asamblea Nacional Constituyente, invocando la protección de Dios, y con el fin de fortalecer la unidad de la Nación y asegurar a sus integrantes la vida, la convivencia, el trabajo, la justicia, la igualdad, el conocimiento, la libertad y la paz, dentro de un marco jurídico, democrático y participativo que garantice un orden político, económico y social justo, y comprometido a impulsar la integración de la comunidad latinoamericana decreta, sanciona e promulga (COLOMBIA. CONSTITUCIÓN POLÍTICA, 1991).

Pretendeu-se fazer uma sociedade igualitária como uma das intenções do estado social de direito, na materialização dos direitos e garantias do sujeito para edificar uma verdadeira democracia social. O conhecimento é apresentado como um direito que promove a redução das distâncias sociais e propicia o exercício das liberdades como elemento que facilita a convivência e a justiça como um caminho de efetivação da cidadania.

No título I - Dos princípios fundamentais, em seu artigo 1º- pleiteia que a

Colombia es un Estado social de derecho, organizado en forma de República unitaria, descentralizada, con autonomía de sus entidades territoriales, democrática, participativa y pluralista, fundada en el respeto de la dignidad humana, en el trabajo y la solidaridad de las personas que la integran y en la prevalencia del interés general (COLOMBIA.CONSTITUCIÓN POLITICA, 1991).

A prevalência do interesse geral sobre o interesse particular é um ponto que favorece a intenção igualitária do texto da Constituição. O respeito da dignidade humana contribui também para materializar a ideia democrática de um estado social de direito que visa o bem-estar real de seus cidadãos. O problema observado diz respeito à efetivação destes preceitos que esta mediada pela vontade política do momento e pela subjugação de um sistema capitalista que faz o poder econômico superior ao humano. Assim como

no Brasil, considerando a época de sua promulgação, algumas problemáticas ainda perduram e continuam a exigir atenção quanto ao seu cumprimento.

O artigo 3º estabelece que o povo detém o poder e por isso mesmo é quem tem a possibilidade de delegar seus representantes. A população é considerada o poder soberano que pode exercer de forma direta ou através de seus delegados a tomada de decisões públicas. Essas relações de poder que ali são visibilizadas partem do princípio da igualdade para delegar os representantes que devem legislar em favor dos mais vulneráveis na busca de equidade social.

No artigo 5º, o Estado reconhece sem “discriminação alguma” a primazia dos direitos inalienáveis do indivíduo e encontra na família a unidade básica para construção da sociedade. O trato igualitário expressa aqui a vontade constitucional para evitar qualquer tipo de discriminação, tentando diminuir as distâncias que ampliam as lacunas sociais na comunidade.

No artigo 7º, o Estado “reconhece e protege” a diversidade étnica e cultural da nação. A diversidade é considerada uma vantagem existente no território nacional e por conseguinte deve oferecer um trato igualitário a todos os integrantes dos diferentes grupos humanos que compõem o país. No entanto, é no Título II – Dos direitos, das garantias, dos deveres, em seu artigo 13º, que se expõe com maior clareza o conteúdo igualitário da Carta Magna, representada no seguinte trecho:

Todas las personas nacen libres e iguales ante la ley, recibirán la misma protección y trato de las autoridades y gozarán de los mismos derechos, libertades y oportunidades si ninguna discriminación por razones de sexo, raza, origen nacional o familiar, lengua, religión, opinión política o filosófica. El Estado promoverá las condiciones para que la igualdad sea real y efectiva y adoptará medidas en favor de grupos discriminados o marginados. El Estado protegerá especialmente a aquellas personas que por su condición económica, física o mental, se encuentren en circunstancia de debilidad manifiesta y sancionará los abusos o maltratos que contra ellas se cometan (COLOMBIA. CONSTITUCION POLITICA, 1991).

Nascer livre e manter esta condição durante toda a vida é a mensagem que emana neste texto da Constituição. O Estado tem a obrigatoriedade de oferecer as condições para que as pessoas exerçam suas atividades com liberdade, devendo facilitar o exercício das liberdades e de seus direitos, ao mesmo tempo que são cumpridores de

seus deveres também. O tratamento igualitário é premissa que salvaguarda os princípios constitucionais para garantir uma vida respeitosa e a dignidade humana de cada um dos integrantes da sociedade.

Em todo o texto da Constituição Política da Colômbia emerge a promessa da cristalização de um estado social de direito, no qual todas as pessoas sem distinção de raça, sexo, condição social, religião, orientação sexual têm direitos e garantias para viver em sociedade e desfrutar de uma vida digna e igualitária, onde as oportunidades sejam livremente escolhidas por parte dos cidadãos.

A adaptação sociocultural do conteúdo da Constituição pode possibilitar uma apropriação e internalização do espírito social da mesma por parte da população. Daí que essa internalização permite vivenciar as normas e leis ali existentes, outorgando o conhecimento necessário para que sua implementação até os dias atuais gere uma efetiva obediência e respeito aos princípios e valores que estruturam um estado social de direito. Sendo um dos direitos fundamentais contemplados na Constituição Colombiana o considerado no artigo 20 que diz que

[...] se garantiza a toda persona la libertad de expresar y difundir su pensamiento y opiniones, la de informar y recibir información veraz e imparcial, y la de fundar medios masivos de comunicación. Estos son libres y tienen responsabilidad social. Se garantiza el derecho a la rectificación en condiciones de equidad. No habrá censura.

O bom uso da informação se garantirá quando a democratização desta se logre através da realidade do acesso igualitário para todos os membros da sociedade sem nenhum tipo de distingo sociocultural, coisa que não acontece na realidade nos dias de hoje.

2.3.3 Das políticas públicas para combater as desigualdades no Brasil e na Colômbia.

Tanto a Constituição Política da República Federativa de Brasil como a da Republica da Colômbia oferecem uma base jurídico, política e social muito importantes para o respeito à dignidade humana de todos os atores sociais das diferentes comunidades. A possibilidade de materialização dos direitos humanos está inserida no

texto das duas Cartas Magnas, às quais propiciam um caminho de construção coletiva para lutar contra os fatores que produzem desigualdade social entre as pessoas pertencentes aos diversos grupos humanos destas nações.

As constituições políticas aqui vistas são dotadas de mecanismos jurídicos, econômicos e sociais para, dada a data de sua promulgação (1988 e 1991, respectivamente), continuem a ser criadas políticas orientadas à diminuição destes fatores geradores de iniquidade na sociedade. Porém, a efetivação das mesmas ainda depende em grande parte da vontade e intenção política real da administração governamental desde sua criação até os dias atuais, mas também, da efetividade e da eficácia com que tenham sido planejadas, mediante um processo de avaliação constante por parte da sociedade civil e do governo. Em outras palavras, trata-se de um trabalho contínuo, independente do governo vigente, considerando o bem-estar de uma maneira geral da sociedade.

Nesta perspectiva, as políticas públicas são aqueles mecanismos governamentais de que dispõe o Estado para satisfazer as demandas, suprir as necessidades e dar solução aos problemas sentidos na sociedade. Essas políticas, que são traduzidas em programas, planos de desenvolvimento, ações afirmativas, projetos e diretrizes orientam o funcionamento estatal na direção dos grupos menos favorecidos. Para maior clareza, Schmidt (2008 apud Da Silva 2011, p. 167) as classificam em quatro linhas de funcionamento:

1. Políticas Distributivas: consistem na distribuição de recursos da sociedade a regiões ou determinados segmentos sociais e, em geral, requerem o controle social por meio de conselhos ou outro tipo de participação popular. Ex.: Política de Desenvolvimento Regional;

2. Políticas Redistributivas: consistem na redistribuição de renda mediante o deslocamento de recursos das camadas mais abastadas da sociedade para as camadas mais pobres, incluindo-se aqui a política da seguridade social. Em regra, as camadas mais abastadas tendem a oferecer resistência, mas há outras formas, mais suaves, de realizá-las que evitam essa resistência que é quando feita por meio de realocação do próprio orçamento público. Ex.: Bolsa-família;

3. Políticas Regulatórias: criam normas para o funcionamento de Serviços e instalação de equipamentos públicos por meio de ordens, proibições, decretos, portarias, etc. Pode ocorrer por meio da distribuição de custos e benefícios entre grupos e setores sociais, de forma equilibrada ou por meio do atendimento de

interesses particulares. Ex.: Plano diretor urbano, políticas de circulação, política de uso do solo etc.;

4. Políticas Constitutivas ou Estruturadoras: definem procedimentos gerais da política; determinam as estruturas e os processos da política, por isso têm a característica de afetar as condições como são negociadas as demais políticas; em regra não propiciam um envolvimento da população. Ex.: Reforma política, definição do sistema de governo, etc.

Toda política pública (numa dimensão ampla que abrange o estatal e não-estatal), por seu caráter diferenciador do individual, do particular ou do privado, tem como destinatário final as camadas mais vulneráveis da sociedade. Se o que se quer é oferecer alternativas para a satisfação de necessidades e solução de problemas sociais, faz-se necessário mostrar uma verdadeira vontade política que ligue esforços do governo, sociedade civil e empresa privada.

A luta contra todas as desigualdades é uma diretriz tácita nos programas governamentais dos dois países, que deve ser apoiada por todos os setores da sociedade, se se quiser reduzir as distâncias que separam uns de outros nesta convivência humana.

Uma política pública eficaz e eficiente é aquela que em seu conteúdo programático articula as características já estabelecidas na classificação citada, reunindo traços de políticas redistributivas, redistributivas e de políticas regulatórias, devendo especialmente envolver a população para sua efetivação.

2.3.3.1 O caso do Brasil

É incoerente falar de transformações sociais reais sem abordar o problema da distribuição de riqueza e dos processos de alocação dos indivíduos na estrutura social, em uma sociedade que como a brasileira tem tendência marcante a altos graus de desigualdades, que se apresentam como um fenômeno multidimensional, transversal e de longa duração (SCALON, 2011). Assim, este debate sobre o combate da desigualdade torna-se um tema bastante abrangente que deve ser enfrentado a partir da criação e execução de programas sociais que possibilitem estruturar um projeto de nação contra as desigualdades.

Para responder à problemática da desigualdade sociais existentes na sociedade brasileira é necessária a adoção de políticas governamentais, tendo em vista que na atualidade estas se evidenciam como um caminho para a redução das iniquidades existentes. Ressalta-se que o aprofundamento da sua efetividade e eficácia na finalidade específica da avaliação de políticas públicas neste estudo, enfatiza a possibilidade de combater as desigualdades a partir da ação governamental articulada com a sociedade civil e demais esferas da comunidade.

É preciso assinalar que as políticas públicas para combater a desigualdade não só devem centrar na pobreza simplesmente, mas também na capacitação do indivíduo para desenvolver sua cidadania, materializando “um investimento no capital social” que facilite o crescimento econômico dos membros dos grupos humanos desfavorecidos pelo sistema capitalista global.

Neste percurso, muito se fez nos últimos anos para minimizar estas desigualdades presentes no território brasileiro. No entanto, ainda há muito a ser realizado a partir da vontade política. Para exemplificar as tímidas intenções de luta contra a pobreza e as desigualdades no Brasil, cita-se o **Programa Bolsa Família**.

De acordo com a informação do Ministério de Desenvolvimento Social¹⁰ trata-se de uma iniciativa governamental que condensa em um só instrumento legal benefícios sociais anteriores como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio de Gás, permitindo maior agilidade na efetivação dos benefícios e redução da burocracia tornando mais transparente o controle dos recursos.

Esta política pública social se traduz em um programa de transferência direta de renda que oferece benefícios às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77,00 (setenta e sete reais) mensais e está baseada na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O programa possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais

¹⁰ Ver: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>.

básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social, 2015).

Trata-se de um programa que tem muita aceitação, mas que também gera grandes tensões, visto que ainda que alguns o considerem uma grande conquista social, produto de muitas lutas; outros se manifestam contrários pela imensa carga de assistencialismo que o programa carrega. É certo que esta política beneficia um grande número de famílias brasileiras que estão abaixo dos níveis de renda que permitam viver com dignidade em um mundo determinado pela capacidade de recursos financeiros exigidos pelo mercado globalizado.

Outra política pública orientada para suprir necessidades dos grupos populacionais desfavorecidos é o **Programa de Cotas**, que possibilita o ingresso à universidade pública daquelas pessoas pertencentes aos grupos historicamente excluídos pelo sistema educativo. É um programa de interesse social com um componente educativo de muita importância para a redução das desigualdades educacionais.

Especificamente na Biblioteconomia, o programa se tornou uma grande oportunidade para que as pessoas inclusas nesse grupo (negros, indígenas, estudantes de escolas públicas, entre outros) tivessem acesso à educação superior nas universidades federais e estaduais. No caso da Bahia, o programa tem sido uma oportunidade efetiva para que as pessoas em situação de pobreza e exclusão alcancem uma melhoria de nível social, educacional, econômico e cultural.

Neste caso, foi o Supremo Tribunal Federal que, seguindo a Constituição, decidiu, em abril de 2012, adotar o sistema de cotas na educação superior. Depois de fazer todo o processo político legal que se requer, em 29 de agosto do mesmo ano, a então Presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei 12.711 estabelecendo cotas de no mínimo 50% das vagas das instituições federais para estudantes que tenham estudado integralmente o ensino nas escolas públicas. O 50% do preenchimento dessas vagas são reservadas para estudantes que provenham de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio por renda per capita.

No artigo desta lei também se contempla o preenchimento das vagas para candidatos se autodeclararem como pardos, negros e indígenas, em proporção igual à sua distribuição nas unidades da Federação onde estão localizadas as instituições federais de ensino superior, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O acesso à educação superior sempre será uma possibilidade para aceder ao aproveitamento das oportunidades que outorga a formação integral do ser humano. Esta se apresenta como ferramenta que permite adotar a posição precisa na escolha adequada para responder a motivações e interesses do sujeito na luta pela convivência e vida. Isso facilitaria o desenvolvimento da própria pessoa e de seu núcleo familiar e social. Tratam-se de ferramentas que são, sem dúvida alguma, um fato que contribui para a diminuição das lacunas sociais que produzem desigualdade em todas as esferas da sociedade.

2.3.3.2. O caso da Colômbia

Na Colômbia, os programas sociais de combate à pobreza iniciaram-se na década de 1990, na administração do Presidente César Gaviria Trujillo, quando aconteceram diversas mudanças econômicas e políticas no país. A intenção governamental era melhorar os mecanismos de atenção e aplicação das políticas públicas criadas para atender as populações mais pobres da nação. A primeira destas mudanças se cristalizou com a criação do Fundo de Solidariedade e Emergência Social. As funções deste Fundo estavam regulamentadas através do Decreto 281, de 1992¹¹ e delimitavam o seguinte:

1. Coordenar, financiar ou co-financiar programas e projetos de apoio aos setores mais vulneráveis da população, guiados ao desenvolvimento de tais áreas como água potável e reparação ambiental, saúde, educação e esporte.

¹¹ Decreto por meio do qual se cria o Fundo de Emergência e Solidariedade Social. Art. 1. Cria-se o Fundo de Emergência e Solidariedade Social Adscrito ao Departamento Administrativo da Presidência da República, dotado de validade jurídica e patrimônio próprio, o qual tem por objetivo financiar, co-financiar e coordenar projetos de apoio aos setores mais vulneráveis da população colombiana.

2. Apoiar o fortalecimento da capacidade de administração social das entidades territoriais e, particularmente, o desenvolvimento institucional desses nas jurisdições onde aparecem os maiores índices de pobreza e de necessidades básicas, com o propósito de melhorar sua eficiência fiscal e administrativa.
3. Fomentar a reparação e a participação entre as instituições de acordo e as organizações não-governamentais e da comunidade na gestão social que desenvolvam as entidades públicas.
4. Avançar, promover e apoiar gestões encaminhadas à aplicação de recursos de cooperação nacional e internacional, em coordenação com as entidades ou dependências que completam aquela função (COLOMBIA, Departamento Administrativo de la Presidência ,1992)

A natureza do trabalho deste Fundo tornou-se o que anos depois se denominou de Rede de Solidariedade Social, entidade encarregada de complementar os programas de educação, saúde, segurança social e habitação aos já existentes, criando novos instrumentos de ação para as políticas sociais (BURGOS; MONCAYO; PEREZ, 2010).

A crise econômica que atingiu o país no final da década de 1990 fez com que o então Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez (2002-2010), criasse uma linha de política pública para enfrentá-la. Uma política chamada “Ação Social” desenvolveu um programa central denominado “**Famílias en accion**”, que buscou amparar a população vulnerável nos setores de saúde, educação e alimentação através de ajudas econômicas às famílias pertencentes aos estratos 0, 1 e 2 do SIMSBEN¹² e voltadas aos menores de idade de cada família, para serem investidos em educação, saúde e alimentação.

Buscou-se eliminar os obstáculos que impediam os filhos das famílias mais pobres a alcançar níveis suficientes de nutrição, cuidados de saúde, além de assistência à educação de ensino básico e médio. Estes subsídios, como estímulos diretos à demanda dos serviços de educação e saúde buscaram proteger a capacidade futura de geração de renda das pessoas beneficiárias (BURGOS; MONCAYO; PEREZ, 2010).

Para garantir uma plataforma mais ampla de atenção, o governo criou a “*Red de apoyo social*” como estratégia de recuperação econômica e social nos tempos de crise. Esta rede incorporou mais dois programas como complemento: “*Famílias en accion: Empleos en acción*” e “*Jóvenes en acción*”. O primeiro buscou gerar empregos

¹² Sistema de identificação e classificação de potenciais beneficiários para programas sociais “SISBEN”. É um sistema técnico de informação desenhado pelo Governo Nacional, que a partir de questionários e entrevistas nas casas, permite identificar e classificar lares, famílias e pessoas acorde com suas necessidades e condições de vida.

transitórios em pequenos projetos de construção de infraestrutura urbana e social, teriam lugar nos municípios e localidades mais vulneráveis do território nacional. O segundo tinha como propósito melhorar as oportunidades de emprego e inserção laboral de pessoas jovens entre 18 e 25 anos de idade, nos níveis 1 e 2 do SIMSBEN.

Na atualidade, no governo do Presidente Juan Manuel Santos, são implementados alguns programas de aplicação social no Plano Nacional de Desenvolvimento, que pretendem atuar sobre a população mais desfavorecida no setor da habitação e da educação. A iniciativa “Vivenda 100% subsidiada” busca oferecer a possibilidade de aquisição de casa própria para as famílias que se encontram na linha de pobreza e que poderão adquirir crédito para comprar sua casa por meio dos mecanismos do mercado tradicionais.

A pretensão do programa é entregar aproximadamente 100.000 casas a famílias espalhadas nos municípios e departamentos mais pobres da Colômbia. Foram beneficiados 205 municípios e 29 dos 32 departamentos do território nacional. Além disso, o governo quer criar com este programa opções de trabalho para as famílias assistidas.

Outra iniciativa nesta mesma direção é o Programa **Mi Casa Ya**. Trata-se de um novo programa nacional para facilitar a compra de moradia para aquelas famílias com renda superior a dois salários mínimos mensais e até quatro salários (\$1.288.700 - \$2.577.400)¹³. O governo subsidiará uma cota inicial da casa e também o percentual dos juros de acordo com os bancos que fazem o empréstimo do dinheiro. Para isso é preciso que o contemplado assumo um compromisso prévio de cumprimento de alguns requisitos básicos¹⁴ de postulação. Estes programas¹⁴ pertencem ao Ministério de Habitação e Segurança Social.

No campo da educação colombiana, um programa novo vem com muitas expectativas de oportunidades para que os jovens das famílias mais pobres dos municípios e departamentos mais distantes geograficamente possam ter acesso à

¹³ Este valor têm sua equivalência em reais é de aproximadamente R\$ 1.702,377-3.404.755.

¹⁴ As famílias que desejem aceder ao programa não devem ter recebido nenhum dos benefícios anteriores a este, precisam ter renda entre 4 e 8 salários mínimos legais vigentes. O subsídio se aplicará para comprar casa nova com custo maior a 135 salários mínimos (\$93.076.358) e menor ou igual a 335 salários mínimos (\$230.967.258) em pesos colombianos. Os usuários poderão escolher a moradia de sua preferência. .

formação profissional e à educação, ao acesso às melhores universidades do país. A iniciativa “Ser Pilo Paga” faz parte de uma plataforma mais ampla chamada “Todos a Aprender” e oferece subsídios econômicos para a manutenção dos melhores estudantes das instituições públicas, pertencentes aos estratos econômicos 1, 2 e 3, com a finalidade de que estes jovens possam acessar aos programas acadêmicos da sua predileção nas melhores universidades.

Trata-se de um subsídio a mais para cobrir a matrícula por semestre bem como gastos de manutenção, a fim de garantir a permanência dos estudantes na universidade. Este programa é um dos mais ambiciosos liderados pelo Ministério da Educação Nacional em sua intenção de alcançar um incremento da qualidade educativa, na geração de capacidades para o aproveitamento de oportunidades, abrindo um amplo espaço para alcançar um alto nível de equidade social no caminho da redução da desigualdade.

Poder-se-ia nomear muitas outras iniciativas que têm sido criadas para combater a pobreza, mas optou-se por apresentar aquelas que pelo seu conteúdo social podem ser consideradas políticas públicas, que de alguma maneira contribuem para minimizar as lacunas de desigualdade da sociedade atual.

Apesar dos esforços de alguns setores da sociedade civil e da vontade política de alguns governantes, com a criação e execução de políticas públicas sociais objetivando reduzir as desigualdades, a realidade evidencia um panorama sombrio onde as distâncias sociais são cada vez maiores e os níveis de exclusão aumentam com passar do tempo.

As políticas públicas encontram também na Rede de Bibliotecas Públicas um espaço de possibilidades na luta contra a desigualdade social. Nesta direção, a rede, segundo a Biblioteca Nacional de Colômbia (2010), está concebida como um sistema de espaços comunitários com acesso gratuito a diversas fontes e meios de informação e conhecimento, que fomentam a leitura, a escrita e promovem a produção e a circulação de ideias, memórias e expressões culturais, com a finalidade de oferecer oportunidades de participação e desenvolvimento cultural, social e econômico às pessoas.

Esta rede, que é coordenada pelo Ministério da Cultura Nacional, de acordo com as atribuições dadas pelo Decreto 1379, de 2010, representa uma garantia dada pelas instâncias governamentais que respaldam os programas das bibliotecas públicas

como bens públicos de acesso gratuito para toda a população. Nesta medida, o Ministério da Cultura, por meio da Biblioteca Nacional de Colômbia, promove a cobertura nacional e define as regras para as operações e prestação dos serviços bibliotecários; regulamenta a política de coleções, coordena a políticas de formação para o pessoal bibliotecário e estabelece o mecanismo para prover Tecnologias da Informação e da Comunicação para todas as bibliotecas.

Segundo esta política, a qualidade na prestação dos serviços depende de que

las bibliotecas cuenten con personal bibliotecario calificado, recursos y contenidos actualizados (libros, revistas, periódicos, audiovisuales, publicaciones digitales), infraestructura física y tecnológica adecuada (espacios, mobiliario, conectividad, computadores, tecnología complementaria) y servicios bibliotecarios que responden a las necesidades de la comunidad. Los ciudadanos –por medio de las bibliotecas– participen activamente en su comunidad en todas las etapas de su vida; reconozcan sus condiciones culturales y sociales e interactúen con otras culturas; accedan, usen y generen información y conocimiento para transformar su vida y el entorno en el que viven. (COLOMBIA. BIBLIOTECA NACIONAL, 2010).

Desta maneira, o Ministério da Cultura Nacional espera que as bibliotecas públicas mobilizem o desenvolvimento do país mediante o uso da informação para todos os cidadãos, em igualdade de condições de acesso. Levar a informação, as tecnologias da comunicação e o conhecimento aos lugares mais distantes são possibilidades de equiparação de oportunidades facilitadas por esta Rede de Bibliotecas Públicas.

2.3.4 O poder da informação para o tratamento da desigualdade

A informação é considerada um instrumento importante para a sociedade, para sua organização e funcionamento, para o aperfeiçoamento das suas instituições, para o exercício do poder e para a efetivação de direitos (RONCAGLIO, 2004). O termo informação é um conceito que tem diversos significados que vão de acordo com o setor de conhecimento que tenha que defini-lo.

Para este estudo se adota a concepção de *informação* relacionada à organização dos dados para construir um processo comunicativo que produza conhecimento. Um aspecto básico deste conceito moderno no sentido da informação

para o conhecimento tem a ver também com a *seleção*. Quando se lida com o significado de uma mensagem, faz-se uma interpretação semântica do mesmo, ou seja, se introduz a perspectiva do receptor. A informação é então alimento da comunicação que leva em conta as crenças e desejos do sujeito para torná-lo parceiro ativo no processo (CAPURRO, 2007).

A informação, neste sentido, pode se referir a uma mudança no mundo externo que foi definida como “uma diferença que faz diferença” (BATESON, 1972, p. 459); o que quer dizer que a informação, na realidade, sempre está ali, é algo que existe independentemente de um observador. A informação não requer um processo prévio interpretativo, embora seja uma condição necessária à aquisição de conhecimento levando em conta o que diz Dretske (1981), quando denomina que o conhecimento é uma crença baseada na informação produzida.

Como visto, a palavra informação carrega uma história muito mais rica que os campos disciplinares conhecidos como Biblioteconomia e Documentação, posto que estes são, em grande medida, produtos do século XX (CAPURRO, 2007); e também com a Ciência da Informação, entendendo esta como campo científico surgido nesta mesma época, criando um novo paradigma para os profissionais da Informação, considerando que a Ciência da Informação é concebida por vários estudiosos do campo como uma ciência interdisciplinar que se ocupa da produção, coleção, organização, disseminação, recuperação e otimização do conhecimento independentemente do suporte no qual se encontre registrado (MUNERA, 2012).

A Ciência da Informação também é concebida como um campo de ação onde se geram dinâmicas de pesquisa e a geração de conhecimentos novos em âmbitos específicos do saber, relacionado com a informação. Das concepções que se destacam está o conceito de Taylor (1966, p.15-28), que diz que

a Ciência da Informação pesquisa as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios para processá-la. O processo insere a geração, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação.

Aqui, a informação faz com que este campo seja considerado uma área do conhecimento que se relaciona com outros campos e disciplinas, tornando-a assim um

campo interdisciplinar, dando aos profissionais da informação um caráter de cientificidade antes negado, posto que estes foram considerados como técnicos da informação. A respeito do assunto, Borko (1968) expressa sua concepção sobre a ciência da informação da seguinte maneira:

Disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, com a finalidade de obter ótima acessibilidade. Está relacionada com a origem, coleção, organização, recuperação, interpretação, transformação e utilização da informação (p. 3-5).

O autor leva em conta nessa definição muitos aspectos abordados por Taylor em sua concepção, mas apresenta a Ciência da Informação como uma disciplina onde se destaca a possibilidade da transformação da informação em conhecimento como uma característica de estudo desta.

As duas concepções apresentadas podem se articular com a definição que Capurro (2003) assume da Ciência da Informação quando aponta que esta ciência também poderia ser chamada de Ciência das Mensagens, por estar ligada aos aspectos sociais e culturais do ser humano, enfatizando sua ação na construção de conhecimento através da investigação científica da informação, registrada em qualquer tipo de suporte.

Para Barreto (2002), o destino da Ciência da Informação demarcada no paradigma social tem como objetivo lidar com a informação, promovendo o desenvolvimento do indivíduo de seu grupo e da sociedade. Entendemos por desenvolvimento de uma forma ampla, como um acréscimo de bem estar, um novo estágio de qualidade de convivência, alcançado através da informação. “A ação social maior é fazer a luz brilhar para cada ser humano através da informação como mediadora do conhecimento” (BARRETO, 2002).

Nesta perspectiva e voltando ao Conceito de Informação, este tem sido motivo de discussão por sua multiplicidade de significados e de interpretações. Bramam (1989) propiciou um importante debate para alcançar uma definição que foi base para as pessoas encarregadas de desenhar e programar as políticas públicas. Nesta discussão se identificam quatro visões sobre esta definição: 1) a informação vista como um recurso, 2) a informação como uma mercadoria, 3) a informação como percepção de padrões e 4) a informação como uma força constitutiva da sociedade.

De acordo com os interesses que tenham a pessoa ou a instituição que defina a informação, assim mesmo adotaria uma destas quatro visões. Para os fins deste estudo, interessa ressaltar o primeiro e o quarto aspecto. A segunda visão aqui enunciada é o que precisamente se quer criticar, porque acrescenta a influência do mercado como instrumento de poder, base do capitalismo.

A informação vista como mercadoria é a que permite o engrandecimento de grupos econômicos que acham na informação o instrumento de manipulação que usam como ferramenta para manter as distâncias sociais, que fragmentam a sociedade e a fazem cada vez mais desigual e injusta. Portanto, definir informação é também uma decisão política (CAPURRO, 2007).

Com o desenvolvimento da Sociedade da Informação e a chegada das TIC se começa a visualizar novas dimensões do tratamento desta. A informação como componente vital de hoje e como elemento dinamizador das relações nas organizações sociais tem entre outras funções a propriedade de modificar e até determinar comportamentos individuais. A implantação de práticas socioculturais que reproduzem as situações de desigualdade e exclusão, pelo uso intencionado da informação, colabora com a manutenção de uma ordem social que favorece a hegemonia.

A reprodução das situações de desigualdade e exclusão dependem da forma como as pessoas manipulam a informação para responder aos interesses das classes dominantes em seu afã por manter a verticalidade nas relações de poder¹⁵, onde as assimetrias convertem-se em insumos que alimentam as lacunas socioeconômicas que separam os diferentes grupos humanos e estratificam a sociedade.

Uma correta mediação para o uso e disseminação da informação pode contribuir em grande medida com o desenvolvimento geral de uma comunidade, caso contrário poderá propiciar longos períodos de estacionamento socioeconômico, geradores de marginalidade e subordinação, consideradas como bases para a

¹⁵ Desde a perspectiva de FOUCAULT (1979), onde em qualquer sociedade existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. O discurso é usado nestas sociedades desiguais como dispositivo para manter as distâncias socioeconômicas, que propiciam a perpetuação das concentrações do poder hegemônico. O poder, ao contrário do que se acredita, está presente em todas instâncias e em cada uma das pessoas a decisão difícil é se atrever a exercê-lo.

desigualdade que caracteriza as sociedades globais no mundo, onde o capitalismo é requisito para justificar a iniquidade que condena os setores mais vulneráveis da população¹⁶.

Quando o poder é obtido e mantido graças ao uso que outorga à mídia a informação que dissemina¹⁷, este sempre vai ficar nas mãos de poucos que acham neste componente um modo para submeter e dominar ou subordinar o outro.

Os processos de subordinação supracitados encontram na distorção informacional orientada pela mídia, um canal para o exercício de suas práticas hegemônicas destinadas a uma população que consome a informação sem uma reflexão mais aprofundada sobre o conteúdo veiculado por esses canais. A mídia é, nesta realidade, uma aliada “poderosa” no alcance dos fins da dominação dos grupos no poder, na atualidade.

Na direção contrária, a Biblioteconomia tem no uso e a disseminação da informação a oportunidade de disponibilizar recursos para o acesso ao conhecimento das populações mais necessitadas de atenção e de intervenção por parte do Estado. Esta informação atuaria como um fornecedor de oportunidades àquelas pessoas que por diversas dificuldades carecem das oportunidades de inserção social, e pode informar realmente para o conhecimento do contexto social onde se desenvolvem as subjetividades em prol da construção de coletividade.

Nas últimas décadas, o surgimento de uma nova economia em escala mundial tem a informação como um eixo de funcionamento a nível global, fazendo com que esta deixe de ser um bem comum, base do conhecimento na sociedade contemporânea, para se tornar um elemento valioso, gerador de riqueza, gerenciadora de poder e motivo central de disputa entre as nações, as cidades e os grupos humanos em geral.

Esta nova economia, que Castels (1999) denominou de “informacional e global”, apresenta traços informacionais porque a produtividade e a competitividade dos

¹⁶ Nesta direção, segundo DA SILVEIRA (2000), mais eficiente que impedir a educação formal do povo, privando-o inclusive do acesso mais elementar – a alfabetização –, é implantar um sistema de ensino e de dominação da mídia que seja capaz de reproduzir as estruturas sociais desejadas.

¹⁷ A noção de informação tratada aqui tem a ver com aquele elemento intimamente ligado ao conhecimento humano onde o conteúdo de subjetividade está limitado pela natureza objetiva da mesma, em forma mais geral a sistemas cognitivos: “conhecimento é uma crença produzida pela informação” (DRETSKE, 1981, p. 91-92). Existe aqui uma diferenciação entre informação e significado.

agentes dependem fundamentalmente de sua capacidade para gerar, processar e disseminar a informação, baseada no conhecimento. O autor complementa ainda que é global, porque a produção, o consumo e a circulação assim como seus componentes, estão organizados na escala global, seja diretamente ou através de uma rede global de interação (CASTELS, 1999).

Assim, a informação a nível global torna-se um excelente “negócio” numa sociedade em rede, e pode ser usada como meio de estratificação social, base das desigualdades sociais que hoje afetam a possibilidade de construir uma sociedade democrática. Os aspectos de equidade e inclusão não aparecem tão evidentes nas sociedades permeadas pela economia “informacional e global”, pois são regidas pelo domínio do mercado.

Este reflexo econômico da informação mostra como é produzida uma mercantilização da mesma, na qual esta é ofertada como objeto de consumo e também é utilizada como dispositivo de alienação que se encarrega de reproduzir de forma contínua, relações de poder verticais que contribuem com a manutenção de fossos socioeconômicos que fragmentam a sociedade e dificultam um desenvolvimento progressivo da comunidade.

A distorção da finalidade real da informação faz com que se esqueça sua verdadeira natureza social, a produção de conhecimento, orientado para a solução das problemáticas sociais, para a satisfação de necessidades ou para apresentação de oportunidades de bem-estar da sociedade. Considerar a informação como mercadoria tem facilitado historicamente com que os grupos dominantes exerçam uma hegemonia apoiada no monopólio do acesso à informação. A acessibilidade nesta perspectiva desfavorece o cumprimento do papel social que deve ter a informação numa sociedade tão desigual como a que se observa na atualidade.

Na sociedade contemporânea que Castells (1999) chama de “sociedade em rede”, o espaço físico tende a ser substituído pelo “espaço dos fluxos”, que tem como características relevantes a presença das TIC na vida política, econômica e cultural em todo o mundo. Essa mesma sociedade, que Bauman (2001) denomina de “sociedade da modernidade líquida”, é caracterizada pela presença de espaços efêmeros, onde a maneira como se acessa a informação envelhece com uma rapidez impressionante e

adquire um estado obsoleto com muita fluidez antes que as pessoas possam reagir ante às mudanças.

Mattelart (2002) a nomeia “sociedade da informação” e sugere que a informação e a comunicação podem contribuir em grande medida com uma mudança de estrutura social que favoreça os processos de inclusão e de redução das desigualdades no que tem se refere ao acesso à informação.

Além das diferentes denominações outorgadas à realidade da sociedade de hoje, o papel da informação é preponderante e definitivo na estrutura social, por ser um fator determinante na construção e fortalecimento das esferas de poder que presidem a ordem mundial e que alimentam as formas de desenvolvimento de um capitalismo que acaba por se tornar, de certa forma, desigual.

A dificuldade de acesso gerada a partir da manipulação das informações de interesse geral faz com que um amplo setor da sociedade fique sempre nas mesmas condições de dificuldade para aproveitar as oportunidades geradas pela apropriação do conhecimento transformador de realidades adversas.

A informação, nesta perspectiva, é uma barreira que alonga as possibilidades de redução das diferenças sociais e econômicas, que caracterizam as populações dos países no mundo. A apropriação e manipulação da informação por parte dos grupos dominantes, através da criação de ações discursivas que reproduzem as hierarquias de poder na sociedade, faz com que o fosso entre ricos e pobres se aprofunde cada vez mais no mundo capitalista, tornando mais agudo o fenômeno da desigualdade.

Isto faz que com que se tenha uma maior concentração e união de esforços na busca de alternativas para dar tratamento à problemática. Nesta direção, a informação tem que se apresentar como uma oportunidade de aquisição de conhecimento para a reivindicação dos direitos dos sujeitos, em busca da emancipação social ao invés de ser uma ferramenta usada pelos poderosos para manter subjugados os sujeitos pertencentes aos grupos populacionais vulneráveis.

3 MEDIAÇÃO DO CURRÍCULO

Este capítulo trata de alguns conceitos de Currículo que movimentaram esta pesquisa, deixando claro que tem a ver com o componente acadêmico do mesmo, na intenção de apresentar os entraves dos processos formativos do bibliotecário, para que este desenvolva uma consciência social que facilite a realização de um trabalho social em suas comunidades.

Em face disso, os grandes processos de transformação de realidades sociais adversas têm que partir, inevitavelmente, do interior da população afetada, a fim de que estas transformações sejam sentidas, vividas e materializadas como verdadeiros ambientes de participação para aqueles sujeitos historicamente excluídos, que na disposição da escala de poder ficam sempre na base que sustenta a dominação e a hegemonia da sociedade atual.

Nesta perspectiva, a intenção de transformação social pode ser movimentada também através da prática pedagógica nas instituições universitárias, para que a partir daí se alcancem ações emancipatórias que orientem uma caminhada até o desenvolvimento do potencial humano, igual ao desenvolvimento coletivo na busca de uma sociedade equitativa, justa e inclusiva.

Surgiram então grandes interrogações que nortearam a ação educativa desta proposta formativa e se converteram em questões desta pesquisa, que tem como eixo uma aposta ética e política de incidência no contexto social da Biblioteconomia como disciplina que lida com a informação.

É possível, a partir do Currículo acadêmico da Biblioteconomia dar tratamento à problemática da desigualdade social? Que concepção de desigualdade social é contemplada pelos atores educativos? Os cursos de Biblioteconomia preparam seus graduandos para compreender a problemática de desigualdade social? Evidencia-se a desigualdade social no interior do curso? Estes e muitos outros questionamentos gerados neste percurso podem torna-se mais claros a partir da concepção do Currículo e de sua inserção na vida acadêmica destes programas formativos.

A natureza polissêmica do Currículo permite olhar, a partir da diversidade de perspectivas, a construção de um conceito coerente que possibilite a consolidação de uma estrutura que sirva de plataforma efetiva no tratamento do fenômeno da

desigualdade social, no interior do curso de Biblioteconomia, a fim de traçar uma linha de atuação baseada na análise crítica e reflexiva das diferentes concepções para encontrar pontos de articulação que propiciem espaços de manifestações culturais contra essa hegemonia dominante que subjuga a população.

Uma linha cronológica das diversas concepções de Currículo permite evidenciar as tendências de diferentes autores. Um dos primeiros autores que estuda o Conceito de Currículo é Dewey (1916), que no livro *Democracy and Education*, expressa muitas de seus ideais a respeito da educação e apresenta o Currículo como um meio de transmissão sistemática da experiência cultural, enfatizando um caráter utilitarista deste na escola.

Nessa mesma direção, na década dos 50, Saylor e Alexander (1954) definem o Currículo como o esforço coletivo da comunidade educativa para alcançar os resultados desejados em situações dentro e fora da escola. A partir dessa perspectiva se esboça a possibilidade de que o Currículo alcance incidência na comunidade – o Currículo assim considerado uma ferramenta de ação ética e política do professor.

Smith, Stanley e Shores (1957) também o vê como uma sequência de experiências possíveis, instituídas na escola com a finalidade de instruir e disciplinar os infantes e os jovens ensinando-lhes a pensar e trabalhar em grupos. Nessa concepção, a finalidade do trabalho coletivo é vista como um modo de facilitar a solução dos problemas da comunidade ou como meio para satisfação das necessidades sociais.

A década 1960 demarca uma tendência onde o Currículo é assimilado ao conteúdo que constitui os programas escolares das diferentes áreas fundamentais na escola, que tem como finalidade os processos de ensino-aprendizagem desta. Para Kearney e Cook (1960), todas aquelas experiências que o estudante tinha sob a tutela da escola e guiado pelos professores poderia ser chamado de Currículo. O educador era visto como o transmissor dos conhecimentos e o estudante como um mero receptor de dados, carentes de sentido e significado para ele e que, por conseguinte, não era um ator consciente do processo de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, a possibilidade de envolver a sociedade em geral a partir da ação escolar permitida pelo Currículo é trocada por um alcance limitado que chega às

fronteiras internas da escola, constituindo desse modo um passo atrás na evolução do conceito de Currículo enquanto construção social.

Na década de 1970, a concepção de cultura começa a ser considerada nas instituições escolares objetivando uma definição coerente para a época. Tida (1973) diz que o Currículo é uma maneira de preparar a juventude para fazer parte ativa da cultura em sua comunidade; ela contempla também a formação de sujeitos críticos e políticos que participam diretamente nas soluções dos problemas em sua comunidade de contexto.

Young (1979) concebe que o conhecimento pode ser socialmente distribuído a partir do Currículo, ficando evidente nesta tendência a ideia de uma construção social do conhecimento. Assim, o processo de ensino e aprendizagem contempla um caráter social, onde a intenção da escola deve se orientar para a formação integral de seres socialmente ativos que possam contribuir na construção social em suas próprias comunidades.

Segundo Bernstein (1980), todas as formas pelas quais a sociedade seleciona, classifica, distribui, transmite e avalia o conhecimento educativo considerado como público pode ser chamado de Currículo. Nesta direção, o autor concebe o Currículo como um dispositivo de poder que proporciona mecanismos para uma ordem social, além de facilitar a reprodução cultural a partir da escola, considerada por Althusser (1969) um aparelho ideológico do Estado, que reproduz as relações capitalistas de dominação.

Nessas diferentes posições conceituais sobre o Currículo, Apple (1986) o define como o conhecimento aberto e encoberto que se encontra nas situações escolares cotidianas, além dos princípios de seleção, organização e avaliação deste conhecimento, e por isso mesmo, o processo de avaliação faz parte ativa do ensino.

Destarte, há alguns autores que asseveram que o Currículo não pode ser contemplado em um conceito, por ser mais que isso. Para eles, trata-se de um jeito de organizar uma série de práticas educativas de clara intenção formativa, que transcende as aulas nas instituições.

Diante destas acepções, a importância do conceito faz com que seja uma construção em movimento constante, que oferece a oportunidade a todas as tendências de se expressar, a partir dos distintos enfoques e paradigmas que confluem na

pedagogia, como ciência interessada na construção de uma nova sociedade onde a informação é eixo para o conhecimento social da mesma.

A concepção de Pedagogia que se tem em conta neste estudo, o considera como um conjunto de saberes que busca ter impacto no processo educativo e em quaisquer das dimensões que tenha e que também influi na construção e organização da cultura e na construção do próprio sujeito (HEVIA, 2005).

A Pedagogia é uma ciência psicossocial que tem como objeto de estudo a educação com o fim de conhecê-la, analisa-la e aperfeiçoa-la, nutrindo-se também dos aportes de algumas disciplinas como a História, a Medicina, a Economia, Antropologia, a Sociologia entre outras; ainda que seja eminentemente filosófica, o que faz com que seu objeto de estudo seja igualmente a educação como processo de formação. Isto significa, segundo Hegel, que é aquele processo no qual o sujeito passa de uma “consciência em si” para uma “consciência para si”, e onde o sujeito se reconhece no mundo como construtor e transformador de seu próprio destino.

Esta ciência é vista como aquele espaço onde se reflete o fator educativo no sentido de desentranhar todas as possibilidades de combate das injustiças, a partir da emancipação do ser, na qual a educação deixa de ser de caráter bancário e se torna um caminho para a libertação (FREIRE, 1970).

Nesta direção, o Currículo deve ser considerado uma oportunidade para alcançar a necessária transformação social, que só pode ocorrer se construído conjuntamente a partir do interior da população historicamente esquecida. O desejo de emancipação tem que movimentar a construção de currículos libertários a partir do sistema escolar que busque igualdade e justiça social. O Currículo atua, nesse sentido, como uma construção coletiva onde participem todos os membros da comunidade educativa, independente de como seja chamado – escola, colégio ou universidade.

Para participar efetivamente de uma comunidade escolar é preciso considerar o Currículo como uma via para o desenvolvimento do potencial humano e social; como um meio de libertação que como um fato e prática social é apresentado também como um modo de posicionamento ético e político na vida do educador. A construção do Currículo deve ser um consenso entre os membros da comunidade educativa

(estudantes, professores, diretivos, representantes da comunidade onde está Situado o centro universitário ou a comunidade educativa em geral)

A partir deste ponto de vista, Goodson (1997) apresenta duas perspectivas do conceito do Currículo: um currículo como fato social e um currículo como prática. No Currículo como fato social, deve ser considerado algo mais que um mero olhar ou um revestimento superficial nas práticas de alunos e professores na sala de aula. Deve-se conceber como uma realidade social e histórica específicas, que expresse um modo particular de relação entre os homens. No Currículo como prática, este deve se inserir no cotidiano da comunidade educativa de tal forma que se mobilize entre a sociedade como um espaço para encontro e reflexão das problemáticas sociais em busca de soluções a partir das práticas educativas.

A realidade social do Currículo não pode se reduzir às intervenções e às ações subjetivas de professores e alunos, o que limitaria a compreensão do processo de surgimento histórico e a persistência de concepções concretas, do conhecimento e de convenções concretas (por exemplo, as disciplinas escolares). Na medida em que se limita a capacidade de percepção histórica dos problemas da educação contemporânea, a comunidade sofre também uma limitação para a compreensão e o controle (GOODSON, 1997).

Atendendo estes olhares, pode-se compreender em parte o alcance do debate e o conflito que provavelmente gera a palavra Currículo na esfera da academia e da sociedade em geral. De alguma maneira, ao se falar da noção de “Currículo como fato” priorize-se a parte relacionada ao conhecimento, com a parte intelectual e política, deixando de lado o componente social, ficando assim um Currículo escrito somente no papel, sem chegar às comunidades que precisam de mudanças.

Por outro lado, considerar o “Currículo como prática” é priorizar a ação como ferramenta de busca das transformações sociais e culturais, necessárias para uma convivência real onde as relações de poder não sejam determinantes na estratificação social dos diferentes grupos humanos que habitam o mundo atual. A inter-relação destas duas perspectivas precisam se conjugar para dar vida a este espaço formativo e outorgar sentido às ações pedagógicas em seu caminho para as transformações sociais, que requiere a comunidade na busca da equidade e a democracia.

O Currículo tem que transcender ao estatismo, que representar de fato um meio para alcançar espaços de liberdade, que propiciar cenários que sejam vistos como ambientes de aprendizagem, em que o ensino seja mediado por ações que orientem a libertação de um senso crítico, politicamente ativo na tomada de decisões que contribuam com a solução das problemáticas sentidas pela comunidade local (professores, estudantes, administrativos, padres de família, bairro, localidade e cidade em geral). Mais que isso: onde todos os atores sociais envolvidos sintam-se protagonistas de seu próprio destino e coletividade.

Estas considerações ajudam para que as concepções do Currículo sejam materializadas e inseridas na consciência social dos sujeitos e vistas como artefatos sociais e culturais que guardam uma relação direta com o desenvolvimento do potencial humano, e com isso o desenvolvimento da população. Uma construção social do Currículo deve oferecer a oportunidade de mudar a ideia de vê-lo como uma mera maneira de consolidar a dominação a partir de sua institucionalização na esfera escolar.

Esta preocupação também é apoiada por Silva (1996, p.23), quando diz que

o Currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no Currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, Currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente ligados. O Currículo corporifica relações sociais.

O Currículo é também um campo de ideologias que representa “a veiculação de ideias que transmitem uma visão do mundo social, vinculadas aos interesses dos grupos Situados numa posição de vantagem na organização social” (MOREIRA E SILVA, 1997, p.23). Visto assim, o Currículo é maneira pela qual a linguagem produz um discurso para configurar o mundo social, que pode reproduzir hegemonia e dominação (JESUS, 2008); mas também pode gerar espaços de transformação nos quais se alcance a emancipação dos sujeitos da comunidade educativa.

Ressalta-se que neste aspecto o Currículo é gerado como produto de um processo intencional e sistêmico em que são tomadas decisões que tem a ver com os saberes culturais, científicos e tecnológicos, que podem ser ensinados com sua organização e com a maneira de transferir esses conhecimentos. Ainda nesse sentido,

pode ser entendido como espaço sociocultural de transcendência social e via transformadora de realidades adversas, partindo da análise e reflexão da realidade da comunidade.

Esse local privilegiado que representa o Currículo deve ser orientado para se converter num cenário de resistência¹⁸, onde o educador, como agente social de mudanças, tenha um posicionamento ético e político, buscando gerir os conteúdos programáticos de modo a atuar nas universidades em acordo com a realidade das comunidades. As necessidades da população mais vulneráveis e, a busca de cenários sociais equitativos e menos desiguais, podem ser orientadas a partir de um Currículo realmente social.

A necessidade de um Currículo social apresentado nesta proposta é sustentada por Menezes e Araújo (2006) quando consideram que a construção do Currículo deve responder à realidade do contexto em que a ação pedagógica é desenvolvida.

O Currículo é fruto de discurso diferente, de intenções diversas, de variadas representações. O Currículo é representação simbólica, espaço de escolhas, lugar de inclusões ou exclusões. Situando-o em um contexto social e político, o Currículo é antes de tudo um campo em que as diferenças produzem resultados, tratamentos, Significados. Reforçando assim que a concepção dinâmica do Currículo só pode ser construída numa relação entre Currículo e sociedade (p.11).

Reafirma-se, neste sentido, que o Currículo contextualizado leva à construção de uma educação na qual as diferenças culturais, de gênero, raça, cor e sexo não sejam ignoradas. Impulsiona, acima de tudo, a descolonização dos conhecimentos, colocando a educação a favor da vida, potencializando a diversidade cultural, reconhecendo a convivência entre os indivíduos diferentes e ajudando-os a serem pessoas mais humanas.

Repensar o Currículo a partir destas referências não é somente um desafio, mas uma exigência contemporânea de uma educação comprometida com processos de

¹⁸ É um espaço excepcional para empreender através de bases críticas, questionamentos ao sistema educativo reprodutor de desigualdades e, às vezes, oferecer alternativas de solução às problemáticas sociais que dificultam a vida em comunidade.

desenvolvimento social, nos quais cada pessoa e seu coletivo é permanentemente aprendiz e construtor de uma nova ordem social.

O Currículo contextualizado passa necessariamente pelo rompimento com os discursos e narrativas vindos de realidades externas, que desautorizam e negam as construções e saberes locais. Com isto, não se quer reduzir aquilo que se entende como contexto, mas, afirmar que são os saberes e experiências locais que validam, ressignificam e reconstróem os saberes e conceitos globais e não o contrário.

É imprescindível para a construção e implementação de um Currículo contextualizado, o reconhecimento e valorização oficial e intencional dos diferentes e múltiplos saberes, discursos e enunciados gestados num contexto qualquer. A pluralidade, a contradição, a complexidade e flexibilidade são princípios que não somente devem orientar os Currículos contextualizados, mas também constituir-se como condição básica para que a contextualização supere o risco do reducionismo e imprima nos Currículos a capacidade atual e necessária de expressão e visibilidade dos conhecimentos e relações dos sujeitos Situados num determinado contexto (MENESES; ARAUJO, 2006).

É esse espaço discursivo do Currículo que dá sentido às práticas educativas e proporciona ferramentas necessárias para gerar, a partir das subjetividades imersas no processo formativo, a possibilidade de alcançar uma efetiva incidência social que conduza à construção do conhecimento pertinente – um conhecimento coletivamente tecido, que responda às necessidades dos grupos humanos historicamente oprimidos pelo Sistema hegemônico vigente.

3.1 Caminhos da Pedagogia Crítica como Categoria de Análise

A concepção e a abordagem sobre o Currículo estão relacionadas aos preceitos e fundamentações teóricas que estruturam sua finalidade formativa. As perspectivas e também as necessidades, os interesses e os problemas presentes no contexto vão determinar a apropriação e a materialização desta oportunidade de transformação social e cultural que encontra no Currículo um cenário para a formação integral do futuro profissional da informação.

Nesta direção, a base epistemológica da Pedagogia Crítica mostra uma relação estreita com o Currículo, na qual se pode instaurar um campo de resistência que a partir da formação profissional, na medida em que este interiorize a crítica social como meio para a construção de conhecimento, tende-a contribuir com as mudanças sociais que requer a sociedade.

Um educador que transita entre os preceitos da Pedagogia Crítica se converte em um ator sociopolítico, pois considera o fator educativo como uma oportunidade de incidência real, na qual sua intervenção alcança uma interação comunicativa de modo que permite analisar, compreender, interpretar e transformar os problemas reais de uma comunidade em espaços de encontro de sujeitos comprometidos com sua própria realidade; onde a condição humana fique sempre como insumo para o desenvolvimento do potencial humano e social.

Nesta perspectiva, Rodríguez (2008) disserta sobre as práticas educativas nos marcos político e social:

En lo político recupera el análisis del comportamiento intelectual que desenvuelve el sujeto en unas condiciones culturales de existencia; y en lo social, puesto que es interprete de una acción pragmática y aplicada del saber construido en la escuela. El maestro concibe la educación como una posibilidad para la identificación de alternativas de solución desde las redes de Significado de la propia cultura (RODRIGUEZ, 2008, p.109).

A Pedagogia Crítica que se quer abordar aqui está relacionada com a Corrente Crítica Radical, que chega ao ambiente escolar levando em conta os interesses emancipatórios dos indivíduos, e na perspectiva de construir sujeitos de direito com capacidade de reflexão interior para a busca da liberdade e da autonomia nas relações. Nesta direção, Magendzo (2000) indica que

nos dê forças libidinais, institucionais ou ambientais que limitam nossas opções e nosso controle racional sobre nossa existência, mas que se supõe escapar do controle humano. O discernimento alcançado mediante uma tomada de consciência crítica é emancipatória, no sentido que permite reconhecer as ações corretas de nossos problemas [...]. Os fundamentos teóricos apreendem aspectos regulares invariáveis, próprios da ação social e expressa ações de dependência ideológica petrificada, que em princípio podem ser transformadas (p.72).

É necessário ser consciente da forma que uma ideologia reflete a realidade cultural, social e política nas comunidades, e também como fatores materiais e psicológicos influem na criação de uma falsa consciência coletiva. O intuito de formar uma ação emancipatória seria um passo necessário para proporcionar ao estudante uma compreensão profunda e precisa de sua história, como insumo para seu crescimento e o da sociedade em geral.

Sob esse aspecto, um programa curricular que não facilite o livre e pleno desenvolvimento da capacidade da liberdade e autonomia para a cidadania dos sujeitos perde sua função formadora, convertendo-se em um sistema repressivo e reprodutor de desigualdades e de dominação. Aqui, a emancipação surgiria da tomada de uma consciência da coerção oculta, sendo e assumindo ações libertadoras. A Pedagogia Crítica, neste sentido, mostra a intenção de fortalecer o sujeito em direção à mudança social e pessoal; e faz referência ao indivíduo como um sujeito ativo, cooperativo e social (MAGENDZO, 2000).

A finalidade desta Pedagogia eminentemente social é evidenciar a ligação entre o crescimento pessoal com o da sociedade e a vida pública ao desenvolver habilidades, conhecimentos e elementos que permitem um questionamento crítico sobre a sociedade, o poder, as iniquidades, a justiça e as possibilidades de transformações socioculturais (APPEL, 1979; BEYER, 1998; GIROUX 1985).

Nesta perspectiva, questiona-se o fato de que em geral a educação é estabelecida com a finalidade de responder a regras de políticas governamentais momentâneas nas quais o conhecimento tem projeção unicamente instrumental, enquanto saída de problemas econômicos imediatos, deixando de um lado o valor sociocultural deste.

O conhecimento nas pedagogias com enfoque crítico pode ser uma fonte de enriquecimento social e de florescimento cultural, em geral como uma fonte de desenvolvimento social que Rodriguez (2008), seguindo os postulados da Pedagogia de Emancipação e Libertação, reforça definindo a Pedagogia Crítica como àquela que

desenvolve a construção do conhecimento em função duma rede de Significados que se sujeitem às teorias e discursos tradicionais. Leva ao sujeito para a leitura da realidade, especialmente em função de identificar os problemas culturais e

inconsistências sociais (educação não pertinente, corrupção política, desigualdade social manifesta, etc.), na perspectiva de revelar os novos níveis de cinismo e de tranquilidade como as que são aceitos e integrados na cotidianidade (RODRIGUEZ, 2008, p. 109).

Além disso, a educação necessita ser concebida como um processo de negociação que proporciona mecanismos que permitem a compreensão e o entendimento da rede de significados subjacentes das vivências que constroem a realidade individual e coletiva. O Currículo a partir deste olhar é apresentado como um percurso educativo para a transformação das realidades adversas dos sujeitos que historicamente têm seus direitos fundamentais alijados continuamente.

Ainda que as teorias curriculares evoluam permanentemente graças à prática, é importante levar em conta que nenhuma teoria ou prática por si só proporcionam uma base de sustentação estável para o estudo da sociedade. Por isso se apresenta a possibilidade de analisar, através da teoria crítica¹⁹ e das Pedagogias Críticas²⁰, a materialização do processo ensino-aprendizagem numa perspectiva sócio- crítica que possibilite uma melhor leitura da realidade.

As perspectivas críticas são, nesta medida, as que melhor se adequam à proposta de desenho curricular coerente e pertinente com a formação dos profissionais da informação. Isto possibilita uma postura crítica da vida, atuando como atores principais no desenvolvimento de suas comunidades, a partir da mediação realizada na qual, o fenômeno da desigualdade é tratado de forma que favoreça o desenvolvimento do potencial humano e coletivo.

Estes postulados da Pedagogia Crítica que tratam o fenômeno da desigualdade, segundo Rodríguez (2008), podem se adequar ao processo formativo dos profissionais bibliotecários posto que se apresentam como referências da projeção social da informação. Alguns aspectos teóricos desenvolvidos por Rodríguez, enquanto

¹⁹ A Teoria Crítica como tal se refere à Frankfurter Schule, cujos membros se encontravam imersos na tradição da Teoria Marxista e que estabeleceram o compromisso de defender as ideias em oposição à Teoria Positivista. É uma teoria que ao mesmo tempo aspira a compreensão da situação histórico-cultural da sociedade e também a se converter em força transformadora em meio de lutas e contradições sociais. São representantes desta teoria Theodor Adorno, Walter Benjamin, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas, Oskar Negt e Hermann Schweppenhäuser, Erich Fromm, Albrecht Wellmer y Axel Honneth, entre outros

²⁰ Entre algumas pedagogias de cunho crítico estão: A Pedagogia Intercultural, a Pedagogia Libertadora, a Pedagogia em Direitos Humanos e a Pedagogia Crítica.

Pedagogia Crítica aportam ao estudo e tratamento da desigualdade social desde o processo educativo dos profissionais bibliotecários, como referentes da projeção social da informação.

Nele, o profissional da informação deve adquirir as competências profissionais que lhes permitam evidenciar seu compromisso a partir da participação social, o que significa seduzir os membros da comunidade educativa para que desenvolvam uma consciência de responsabilidade, o que implica converter-se num sujeito ético, político, comprometido com a tomada de decisões em prol da formação dos membros da população.

Nesta direção, a participação significa o fortalecimento do pensamento democrático para assumir os problemas e as alternativas de solução dos mesmos. Participar supõe as práticas completas dos atores comprometidos com o micro poder e o macro poder; é também analisar a hegemonia de valores provenientes de uma classe social específica – ser parte do sucesso como também do processo se surge para logralo (RODRÍGUEZ, 2008).

É pensada a participação em função da pertinência social da informação no processo formativo para que o profissional seja formado a partir da necessidade de participação constante nas decisões de sua comunidade, assim como disponibilizar a informação necessária para que as pessoas possam também participar.

Outro aspecto representativo neste percurso é a **Comunicação Horizontal**, que deve articular as vontades e intenções dos sujeitos em iguais condições de ação. Deste modo, o processo entre os interlocutores simboliza e Significa a validação do discurso do outro, baseado na legitimação das intervenções e análise das visões que nela subjazem. Nesse sentido, a comunicação deixa em comum signos que subscrevem intenções compartilhadas em um ato discursivo; reconhece-se eticamente no discurso. A reciprocidade na intercomunicação reforça o fortalecimento da individualidade sobre os espaços que atuam na sociabilidade dos indivíduos.

É assim que, segundo Rodríguez (2008), a humanização dos processos educativos sugere estimular a habilidade intelectual; e também sugere aguçar os sentidos, cultivando o complexo mundo dos sentimentos. Nesse sentido, atua de forma

benéfica ao propiciar a criação de espaços onde os membros da coletividade se instruem entre eles mesmos e estabeleçam ações de autogoverno.

O processo formativo deve fazer projeções para que perpassem as cátedras e cheguem até as comunidades necessitadas. Neste contexto, fazer uma educação humana vai além de simples processos de reprodução da informação, instrução, mas também requer fazer leituras contextuais em que a reflexão da realidade seja um fator de reconhecimento no qual não se chegue à exclusão e/ou o desqualificação do outro.

Faz-se necessário também continuar com este percurso através da manutenção do sentido do conhecimento escolar, que supõe a confrontação da realidade existente com a realidade estudada (RODRÍGUEZ, 2010). Destarte, aponta ainda a novos modelos de vida que substituam a noção de Estado como aparato repressivo próprio de uma elite. Nestas condições, a escola converte-se num espaço de resistência, onde se possibilita criar ambientes de discussão crítica sobre as permanências das hegemonias imperantes, e assim, apresentar posições divergentes a respeito.

Por último, considerando-se estes antecedentes, é possível alcançar uma transformação da realidade social, que se converte em processo e resultado dos acontecimentos anteriores. A escola, no amplo sentido da palavra, é, assim, um espaço político que emerge como via de tratamento de muitas problemáticas sociais em que se dá ao docente a oportunidade utilizar o poder do conhecimento com seus estudantes.

Transformar a realidade é conceituá-la desde a consciência social, do fortalecimento do trabalho em equipe, da construção de processos de investigação que respondam às necessidades da comunidade, da consolidação da investigação permanente. Resignificar a escola é substituir a hegemonia de um discurso carregado de manipulação por um discurso inspirador, que motive o aluno, o indivíduo a fazer uma transformação coletiva (RODRÍGUEZ, 2008).

Concentrar-se na observação destes aspectos permite entender que para percorrer os caminhos da Pedagogia Crítica como categoria que sustenta a análise do ato educativo, pressupõe-se o comprometimento com a realização consciente de um exercício pessoal de materialização dos direitos humanos para a cidadania. O processo educativo é visto como espaço de resistência, no qual o docente tem a possibilidade real

de contribuir para a satisfação das necessidades de sua comunidade, bem como solucionar problemas sociais ali apresentados.

O Currículo na Pedagogia Crítica, nessa perspectiva, constitui-se como um elemento eficaz que movimenta a prática pedagógica para romper a dinâmica reprodutiva presente no Sistema educativo atual. A tentativa de combater, a partir da academia, estas dinâmicas alienantes que perpetuam e aumentam as lacunas de desigualdade social, é uma necessidade ética e política que tem questionado as relações de poder. Isso, enquanto são perpetuadoras da hegemonia que vão em detrimento do melhoramento das condições sociais da comunidade.

O Currículo, aqui, exige uma análise da sociedade a partir de uma visão mais ampla, que Apple (1979) chama ao seu tempo de Representação Particular da Cultura, isto é, discursos construídos mediante mecanismos seletivos de inclusões que legitimam determinadas formas de linguagem, de experiências humanas, de relaciones sociais e de formas de pensamento.

A estrutura curricular neste sentido busca diminuir os efeitos nocivos da hegemonia ideológica, assim como minimizar os processos de domínio intelectual e cultural na promoção do que Gramsci (1974) nomeia como *libertação social*.

A preocupação gira em torno da resistência para a imposição e consumo de recursos simbólicos, propiciando uma comunicação precisa e sem ambiguidades. Há também preocupação em estabelecer o reconhecimento e a confiança entre os membros da comunidade, como mecanismo de aceitação e reconhecimento mútuo para se chegar a uma solução construtiva dos conflitos (RODRÍGUEZ, 2008).

Um Currículo construído pelos princípios da Pedagogia Crítica propõe, obrigatoriamente, que através da prática, da ação, o estudante alcance uma consciência crítica de sua realidade dentro da sociedade. O sujeito aqui envolvido se torna reflexivo e crítico, assim como um leitor consciente de seu contexto torna-se uma pessoa capaz de refletir o papel que desempenha no meio em que vive.

Assim, a Pedagogia Crítica, que encontra sua sustentação nas Teorias Críticas, é um espaço de análise que ajudar o indivíduo a ler a realidade e responde-la a partir da formação das problemáticas sociais do mundo contemporâneo. Esta pedagogia tenta responder as questões que permeiam a realidade social, na medida em que gera

reflexões constantes a partir de uma consciência imbricada sobre um elevado senso de responsabilidade particular e coletiva dos sujeitos sociais (GIROUX, 2009).

Nesta perspectiva, os Currículos, com características próprias da Pedagogia Crítica, permitem entre outros benefícios a formação de sujeitos que aproveitem as experiências pessoais em prol da coletividade. Esta formação leva em conta a relevância das desigualdades sociais existentes em um mundo globalizado, assim como a necessidade de aquisição de um compromisso com a justiça e a equidade, permite à comunidade educativa em geral identificar as limitações e potencializar as capacidades de tal forma que estas sejam o sustento da superação pessoal e grupal.

As redes de significados que orientam o caminho para uma Pedagogia Crítica permite estabelecer um conjunto de acepções que dão sentido à vida numa sociedade desigual como a observada na atualidade nos países aqui estudados e no mundo de uma maneira geral. É preciso levar em conta que este tipo de formação deve estar sempre presente, considerando que condições estruturais da sociedade envolvem aspetos históricos, psicológicos e ideológicos, influenciando de maneira ativa no processo educativo.

3.2 A Epistemologia do Sul como ponto de partida

As **Epistemologias do Sul** surgem para discutir a centralidade hegemônica do projeto moderno de matriz eurocêntrica e apontar o reconhecimento de uma perspectiva radical que promova o desenvolvimento social, político e institucional.

A partir do dialogo Sul-Sul se tenta registrar e interpretar a presença colonial, capitalista e patriarcal nestas sociedades. Estas epistemologias apontam que no norte global existe uma sensação de esgotamento intelectual e político, que se traduz no fracasso quanto a abordagem dos diversos problemas que desafiam o mundo nas primeiras décadas do século XXI. No entanto, o sul global se apresenta como um amplo campo de inovação econômico, social, cultural e político de crescente diversidade, no qual os diálogos entre saberes se evidenciam nas condições de interculturalidade crítica (CLACSO, 2016).

As Epistemologias do Sul refletem criativamente sobre a realidade quanto ao oferecimento de um diagnóstico crítico do momento presente e assim, tentar reconstruir, formular e legitimar alternativas para uma sociedade mais justa e livre (SANTOS, 2011).

Considerar as Epistemologias do Sul como pretexto para intervir no conceito do Currículo aqui abordado, significa tentar delimitar as respostas que historicamente têm sido ministradas pela sociedade dominante, objetivando a reprodução das iniquidades, que num mundo globalizado torna-se cada vez mais efetivo.

Por um lado, as respostas giram em torno da pergunta que fez Santos (2011) questionar: Qual a razão ou motivo pelo qual o Pensamento Crítico Emancipatório, de longa tradição na cultura ocidental, na prática, não tem se emancipado na sociedade de hoje? Ao tentar encontrar resposta para esta questão, nos deparamos com duas tímidas possibilidades: a primeira é que para a cultura dominante, a sociedade de fato ter sido emancipada; a segunda, sobre o potencial emancipatório do pensamento crítico permanecer intacto tal qual foi gerado.

A fragilidade que mostra esse enfoque para responder os problemas sociais da realidade é o que o Currículo acadêmico deve evitar ao fazer deste uma construção pensada como oportunidade de reação nos contextos formativos. Isto porque os entende como espaços de construção do conhecimento a partir dos saberes e do próprio conhecimento dos agentes que nele atuam. Estas construções teóricas e epistemológicas precisam ser elaboradas desde a experiência pessoal e coletiva dos atores mais próximos da comunidade, contribuindo com a disseminação da informação requerida para construir conhecimento útil à sociedade.

Considerando o marco conceitual das Epistemologias do Sul pode-se repensar a realidade a partir da ótica do excluído. Este foco permite criar e programar políticas que pretendam solucionar as problemáticas sociais e satisfazer as necessidades dos oprimidos, uma vez que criam oportunidades de libertação, alcançando assim um embate frontal contra as assimetrias que caracterizam as sociedades na atualidade, que discriminam diferentes grupos humanos que habitam o território.

O fenômeno da desigualdade passa pelo filtro da produção e reprodução de conhecimento que se apresenta no meio social. Isso se dá por meio da hegemonia de uma epistemologia dominante que eliminou de seu estudo a reflexão política e cultural

dos diferentes contextos de atuação e que não tem relações com outros modos de construção do conhecimento que não sejam os historicamente reconhecidos pela sociedade ocidental e pela sociedade norte americana.

Esta figura crítica chamada de Epistemologias do Sul pretende responder as interrogações anteriormente citadas, a partir de espaços de emergência ocupados pelas epistemologias alternativas que resultarem da contextualização dos saberes, denominados por Santos (2010) de Ecologia de Saberes.

Para atingir este ponto são levados em conta os saberes da população como insumos para a produção de conhecimento. Nesse sentido, a informação cultural que as pessoas possuem contribuem para a criação de espaços igualitários onde o conhecimento “popular” é aceito e respeitado como base da edificação epistemológica próxima da realidade social.

Todo conhecimento criado no processo formativo do bibliotecário deve proporcionar ferramentas que permitam utilizar os saberes dos integrantes da população como insumo para contribuir com a educação deles mesmos e de seus companheiros de convivência.

Neste sentido, Meneses (2012) mostra como as Epistemologias do Sul criticam com veemência situações como

A constituição mútua do Norte e do Sul e a natureza hierárquica das relações Norte-Sul permanecem cativas da persistência das relações capitalistas e imperiais. No Norte global, os ‘outros’ saberes, para além da ciência e da técnica, têm sido produzidos como não existentes e, por isso, radicalmente excluídos da racionalidade moderna.

A relação colonial de exploração e dominação persiste nos dias de hoje, sendo tal vez o eixo da colonização epistêmica o mais difícil de criticar abertamente (MENESES, 2012, P.5).

A colonização do pensamento se converte em uma limitação que dificulta o desenvolvimento das nações. Uma das expressões mais claras dessa assertiva e das relações de poder acontece com a persistência da colonização epistêmica, da reprodução de estereótipos e de formas de discriminação, deixando grupos humanos aparentemente superiores aos outros (MENESES, 2012).

As críticas pós-coloniais revelam questões críticas de conhecimento/poder, especialmente a persistência da dominação epistêmica de matriz colonial para além do processo das independências políticas. Neste sentido, Santos (2010) diz que o pós-colonial deve ser visto como o encontro de várias perspectivas e concepções sobre o conhecimento e o poder, um idioma que procura refletir sobre os processos de “descolonização” – que nos espaços da metrópole, quer nos espaços colonizados.

Deste modo, a problemática pós-colonialista passa por uma revisão crítica de conceitos hegemonicamente definidos pela racionalidade moderna, história, cultura ou conhecimento, a partir de uma perspectiva de condição de subalternidade. Cita-se ainda a posição ontológica que perpassa a renegociação das definições do ser e de seus sentidos; e, finalmente, a epistêmica, que contesta a compreensão exclusiva e imperial do conhecimento, desafiando o privilégio epistêmico do Norte global (SANTOS, 2010). Uma das batalhas políticas mais importantes do século XXI é travada, sem dúvida, em torno do conhecimento. O desafio à hegemonia cultural resultou numa abertura à diversidade de saberes (MENESES, 2012).

Nesta perspectiva, o Currículo da Biblioteconomia pode ser visto também como o espaço sociocultural onde a partir da disponibilização e do acesso à informação se tecem movimentações sociais de resistência que se opõem à ordem social imposta pela dominação dos mercados, representados pelo capitalismo global que estende seus redes até os sujeitos considerados os mais esquecidos do planeta. O bibliotecário pode atuar como um agente social de transformação que a partir de seu saber propicie o conhecimento necessário para que as pessoas transformem esse saber em insumos para o desenvolvimento social de suas comunidades.

Por esta razão, o surgimento de posições emergentes torna-se um aspecto necessário, visto que outras epistemologias buscam desta maneira demarcar linhas culturais contra as linhas hegemônicas. Deste modo, as Epistemologias do Sul procuram desmontar as hierarquias estabelecidas pela cultura ocidental, que se acha proprietária indiscutível do conhecimento considerado válido e universal. A figura supracitada da Ecologia de Saberes (SANTOS, 2010) mostra uma horizontalidade constante e permanente entre os diferentes saberes que proporcionam experiências produtoras de conhecimento.

As Epistemologias do Sul sustentam seu percurso teórico e epistêmico na luta contra a existência de uma ordem social injusta, que verticaliza as relações humanas de acordo com o pertencimento ou não a grupos que determinam a escala social em termos econômicos, subordinando o indivíduo que não se reconhece como integrante da cultura da maioria.

Os interesses econômicos apoiados no consumo e nas relações de poder fazem com que a presença dos sujeitos seja esquecida do panorama social e cultural, fato que geraria espaços desiguais, onde as distâncias além de estar sempre presentes são acrescidas com o decorrer do tempo, graças à pouca resistência que é exercida pela comunidade. Isto faz com que o capitalismo vigente se torne cada vez mais discriminador e desigual.

Outro aspecto importante que sustenta a preocupação das Epistemologias do Sul é a ideia de que o mundo dirigido por poucas forças, historicamente são as que se posicionam no topo da pirâmide mundial, baseados na apropriação do conhecimento e no desconhecimento de indivíduos também como produtores de conhecimento.

As Epistemologias do Sul, segundo Santos (2011), reivindicam novos processos de produção, de valorização de conhecimentos válidos, científicos e não científicos, e de novas relações entre diferentes tipos de conhecimento, a partir das práticas sociais de classes e de grupos. Isto ocorre porque os mesmos têm sido sistematicamente destruídos, oprimidos e discriminados em virtude do capitalismo, do colonialismo e de todas as naturalizações da desigualdade. No desenvolvimento das Epistemologias do Sul é preciso, segundo o mesmo autor, partir de três premissas orientadoras:

1. Que a compreensão do mundo é muito mais ampla que a compreensão ocidental do mesmo. É fundamental entender isto para que seja aplicado ao trabalho acadêmico.
2. Que a diversidade do mundo é infinita. Existem diferentes formas de pensar, de sentir - de sentir pensando, de pensar sentindo - de atuar; diferentes relações entre seres humanos – diferentes formas de relação entre humanos e não humanos.
3. Que essa grande diversidade do mundo, que pode ser e deve ser ativada, assim como transformada teoricamente e praticamente de muitas formas plurais, não pode ser monopolizada por uma teoria geral (SANTOS, 2011, p. 16-17).

A primeira premissa diz que a compreensão do mundo é muito mais ampla que a compreensão de sua parte ocidental, por isso a transformação do mesmo pode também acontecer por vias, modos e métodos impensáveis para o ocidente ou formas eurocêntricas de transformação social. Na segunda, as relações são como a natureza ou o que se chama de natureza, diferentes concepções de tempo, diferentes formas de organizar o passado, o presente e o futuro; diferentes formas de organizar a vida coletiva e a provisão de bens e de recursos partindo de um ponto de vista econômico.

Para as Epistemologias do Sul esta diversidade fica desperdiçada devido ao conhecimento hegemônico que tem a humanidade, permanecendo invisível. É preciso reconhecer a necessidade de pensamentos alternativos como via de escape para o conhecimento hegemônico. A terceira premissa significa que não existe uma teoria geral que possa cobrir, nem dar de explicação a todas essas diversidades infinitas do mundo. Por isso, há que se buscar formas plurais de conhecimento que expliquem de maneira diferente os acontecimentos acostutados a serem entendidos apenas de única uma via.

As Epistemologias do Sul possibilitam desvendar os olhares para entender que as histórias das comunidades partem do interior destas e não que advém da história universal de Ocidente. Entende-se partir desta perspectiva que existem outras narrativas para além das do Ocidente e essas histórias são as que constituem o trabalho presente e futuro das Epistemologias do Sul.

Por outro lado, fala-se de um trabalho teórico-empírico sobre o futuro, isto é, sobre o presente incompleto, em seu momento de incompletude (SANTOS, 2011). Essa dificuldade para lograr graus de projeção que alcancem grandes dimensões do futuro faz com que sempre seja considerado o presente como um passado incompleto.

O discurso que tem outras epistemologias alimenta as Epistemologias do Sul. A força que demonstra a construção do conhecimento levando em conta as Epistemologias do Sul dialoga, argumenta e contra-argumenta com outras epistemologias que serve de suporte argumentativo para fazer da diversidade uma riqueza.

Para as Epistemologias do Sul, o universalismo europeu é um particularismo que, através de formas de poder, pretende transformar todas as outras culturas em particulares, e por isso, tem uma aspiração de universalismo. Desse modo, é a partir das

bases da pirâmide social que se começa a construção de uma insurgência do saber como conhecimento válido para a transformação social.

Estes enfoques apresentam ferramentas teóricas e conceituais para estruturar construções curriculares que correspondam à necessidade de produção do conhecimento real, coerente com as expectativas, necessidades e problemáticas sentidas pelas comunidades, na busca por sociedades justas, livres e igualitárias, que reconheçam a diversidade cultural como uma riqueza que contribui com o crescimento dos países considerados subdesenvolvidos.

O sujeito, em sua condição humana, é o eixo do desenvolvimento social de uma nação, posto que a partir de sua corporeidade consegue sua autonomia, quando adquire conhecimento a partir da relação com outros e com o contexto social e cultural. Isto possibilita alcançar estados de libertação necessários para a construção de saber coletivo que os dirija para a emancipação social.

3.3 O Caminho para uma Pedagogia Libertadora

Dando seguimento, considerando as Pedagogias Críticas²¹ aquelas que abonam o caminho para a busca das transformações sociais, tem-se estas ocorrem a partir do sistema educativo e são agenciadas pelas disciplinas acadêmicas que pretendem formar o entendimento e o tratamento do ser humano como sujeito ético e político, dotado tanto de sensibilidade como de humanidade susceptível de emancipação.

Esta dinâmica torna o ser humano o eixo da sua própria busca, da sua própria escolha, das suas próprias perguntas e das suas próprias respostas, que na medida em que são adequadas à sua realidade social, podem encontrar percursos que os conduzam até a liberdade individual e coletiva, pensada pelas Ciências Sociais e também pelas Ciências Humanas. Com isso, obter a liberdade de habitar territórios nos quais a

²¹ Reitera-se que neste estudo se entende pelo estudo das Pedagogias Críticas como a prática formativa alternativa que, apoiadas no enfoque da Teoria Crítica, tem como objetivo oferecer aos estudantes a possibilidade de alcançar uma leitura crítica do contexto. A partir disso, contribuir com a solução das problemáticas de sua comunidade. Estas pedagogias centram sua atuação em uma educação de sujeitos éticos, políticos e com um alto espírito de criticidade. São exemplos de Pedagogias Críticas: a Pedagogia Libertadora, a Pedagogia Intercultural, a Pedagogia em Direitos Humanos e a Pedagogia Dialogante.

igualdade seja a característica prioritária e a condição ideal subjacente das pedagogias transformadoras na pretensão de subverter a ordem social hegemonicamente instaurada.

Nesta perspectiva, o ser humano do qual falam as Pedagogias Críticas é o ator principal do desenvolvimento individual e coletivo nos espaços sociais e culturais. Estes espaços propiciam a formação que privilegia a presença do sujeito comprometido que, a partir de sua participação, alcance níveis de ação importantes para contribuir com as melhorias da comunidade.

As Pedagogias Críticas mencionadas por sua vez se inserem dentro da Teoria Crítica e dão às problemáticas sociais o foco de atenção principal para estruturar alternativas de solução que favoreçam as populações mais vulneráveis. As dicotomias que geram desigualdades nas relações de poder desequilibradas são fatores que determinam a luta, que no Sistema educativo dos países latino-americanos precisa ser agenciada para que sejam verdadeiras ações de incidência e transcendência social.

Se o que se pretende – como tem sido expressado neste trabalho – é dar prioridade ao fenômeno da desigualdade social, não há um percurso mais fácil para sua visibilidade do que os conceitos teóricos das Pedagogias Críticas a partir das correntes mais radicais a exemplo do representado pelo pensamento de Paulo Freire. As ideias do autor eram permeadas pelas questões relacionadas à injustiça e desigualdades sociais presentes na América Latina e especialmente no Brasil, sua nação de origem, além de demais países considerados poucos desenvolvidos no seus aspectos humano e coletivo.

Assim, a Pedagogia como Ciência Social e Humana tem como objeto de estudo os fenômenos relacionados à educação no campo sociocultural, e tem na visão de Freire a oportunidade de fornecer instrumentos conceituais ideológicos para que todos os sujeitos, membros dos grupos humanos que se encontram em condição de desigualdade, possam adquirir a formação necessária que lhes permita se reconhecer como sujeitos de direitos, capazes de transformar a realidade adversa em caminhos mais fecundos e produtivos.

Desse modo é possível contribuir com a diminuição das lacunas que geram a pobreza e a falta de oportunidades, bem como a dificuldade que se tem para aproveitar as possibilidades que estão presentes no contexto social.

O processo formativo dos profissionais da Biblioteconomia pode propiciar espaços reflexivos onde se privilegiem a crítica da realidade social na cotidianidade escolar. O profissional da informação tem a possibilidade real de alcançar, a partir do saber disciplinar, grandes momentos de protagonismo social que contribuam com as transformações sociais requeridas pela comunidade num contexto onde seja exercida sua influência.

Esta concepção é mencionada por Cordeiro e Dimario (2008) quando agregam que o profissional da informação tem a necessidade de se atualizar de acordo com as realidades de seu papel social na sociedade da informação, através da busca de conhecimento amplo dos fatos produzidos no campo da ciência e da tecnologia, da educação e da cultura. “Ele pode ser considerado um agente educacional, pois realiza suas atividades dentro de um contexto educacional, suprimindo as necessidades informacionais da comunidade” (CORDEIRO; DIMARIO, 2008, p. 6).

A tarefa que aqui se empreende é pela humanização, pelo reconhecimento, pela distribuição equitativa de opções de ser no mundo, pela possibilidade de habitá-lo com condições de dignidade humana. Buscar uma equidade que atualmente não é alcançada devido aos altos níveis de desigualdade que se apresentam no cotidiano social, que é construída pelos interesses do mercado capitalista em detrimento da verdadeira razão de ser dos Estados (o bem-estar geral da população)²².

Nesta direção, a formação dos bibliotecários no século XXI responderá a uma perspectiva crítica quando “prioriza a condição humana, enfatiza os princípios como o conhecimento pertinente, o aprender a ser, comunicar-se e a compreender outros indivíduos” (SILVA, 2002, p. 77). É importante não esquecer que o bibliotecário é, em sua essência, um mediador, um comunicador; alguém que coloca em contato a informação com as pessoas, as pessoas com a informação (CORDEIRO; DIMARIO, 2008, p. 6).

A pretensão das Pedagogias Críticas é oferecer experiências que sirvam para sedimentar as bases da formação dos atores sociais, capazes de encorajá-los a empreender lutas que a partir da educação e da disponibilização da informação,

²² Os estados de bem-estar não podem ser compreendidos apenas em termos de direitos e garantias. Precisa-se também mirar como as atividades estatais se entrelaçam com o papel do Estado e da família em termos de provisão social (ANDENSER, 1991) para alcançar espaços de igualdade.

preparem-nos para fazer suas apostas éticas e políticas pela vida de sua comunidade de origem, oferecendo com isso, alternativas de solução para os grupos populacionais mais vulneráveis.

Se no percurso curricular da Biblioteconomia se leva em conta as possibilidades de protagonismo social que possui esta área, pode-se transcende-la efetivamente nas comunidades, fazendo com que os grupos sociais de oprimidos adquiram ferramentas informacionais (capacidade de materializar espaços e opções de possibilidades de acesso e uso adequado da informação, para transformá-la em conhecimento útil) que os ajudem a fortalecer seu espírito de luta e de superação. Os fenômenos sociais tão presentes e sentidos nas comunidades, a exemplo da desigualdade, têm que ser combatidos por muitas frentes em todas as esferas sociais e em todas as instituições públicas e privadas, especificamente nas universidades que formam a partir dos programas acadêmicos, ainda que a luta seja conjunta.

Nesse caso, vale salientar que a classe dominante oferecerá soluções aparentes que não chegarão a se consolidar como verdadeiras saídas. É o próprio oprimido que deve tomar as iniciativas que o leve à sua libertação e de sua comunidade.

Esta libertação de que se fala deve ser produto de decisões coletivas, interessadas numa transformação social real, que encontre no contexto do curso de Biblioteconomia um lugar de distribuição de conhecimento, para que este chegue às classes populares. Nessa direção, podem os professores do nível de educação superior liderar algumas mudanças para que a realidade tornem-se mais amenas aos desfavorecidos socialmente. Quanto a estes atos emancipatórios, Freire (1987) prediz que quanto a

Esta superação não pode dar-se, porém, em termos puramente idealistas. Faz-se indispensável aos oprimidos, para a luta por sua libertação, que a realidade concreta da opressão já não seja para eles uma espécie de mundo fechado (em que se gera seu medo à liberdade) do qual não pudessem sair, mas uma Situação que apenas os limita a que eles possam transformar. É fundamental, então, que, ao reconhecerem o limite que a realidade opressora lhes impõe, tenham neste reconhecimento o motor de sua ação liberadora (p. 7).

Não basta para o oprimido se reconhecer numa relação direta com o opressor, é preciso se reconhecer como um ser humano em condições de igualdade, que por

circunstâncias da vida, está numa situação de desequilíbrio da qual precisa sair, construindo sua própria libertação.

A condição do homem, de certa maneira, subalterna, considerando as desigualdades sociais e humanas que vivem, os obriga a reunir esforços para obter forças na luta pela desconstrução dessa situação.

É como homens que os oprimidos têm que lutar e não como coisas. É precisamente porque reduzidos a quase coisas, na relação de opressão em que estão, que se encontram destruídos. Para reconstruir-se é importante que ultrapassem o estado de quase “coisas”. Não podem comparecer à luta como quase “coisas”, para depois ser homens. É radical esta exigência. Ao ultrapassarem este estado em que se destroem, para o de homens, em que se reconstroem, não é a posteriori. A luta por esta reconstrução começa no auto-reconhecimento de homens destruídos (FREIRE, 1987, p. 8).

Nesta caminhada, querer lutar sem as ferramentas propiciadas pela educação é muito mais difícil e insuficiente; é preciso achar sentido nessa luta. O significado que se alcança quando a formação permite olhar para o outro como sujeito partícipe da consolidação de uma sociedade justa e igualitária, permite reduzir distâncias que inferiorizam uns e engrandecem outros. O reconhecimento que a desigualdade social reclama por espaços que veiculem a eliminação dessas separações, faz com que o Currículo nas universidades e especificamente em espaços acadêmicos como o da Biblioteconomia se convertam em opções de transformações sociais.

As aulas tornam-se pontos de encontro para liderar, a partir dessa perspectiva, as verdadeiras revoluções que a sociedade atual requer. A Biblioteconomia, enquanto área que lida com a informação, é uma possibilidade de tratamento do fenômeno da desigualdade social, bem como de muitas outras problemáticas sociais que afetam a real convivência nas comunidades. A prática da Pedagogia da Libertação traz possibilidades amplas de humanização dos Currículos nas diferentes dimensões da vida educativa.

Desse modo, o professor que participa dos espaços educativos de formação destes profissionais deve conceber-se como agente de mudança, a partir da possibilidade que as matérias acadêmicas oferecem num programa curricular demarcado pela influência das Ciências Sociais Aplicadas. É necessário inserir no decorrer do processo formativo uma intenção de transcendência e compromisso com as causas

sociais, mostrando coerência efetiva entre o discurso e a ação pedagógica desenvolvida na sala de aula.

O caminho para a Pedagogia Libertadora proposta neste estudo passa pela possibilidade de propiciar uma educação que se preocupe inicialmente em facilitar os processos de humanização do ser humano, que se constitua em vetor para alcançar a libertação – ação esta que além de liberar o oprimido, também consegue libertar ao opressor.

Segundo Freire (1987), o problema da humanização, além de ser problema central, tem sido sempre de um ponto de vista axiológico, assumindo hoje um caráter de preocupação coletiva. A partir deste olhar, não atentar para os fatores que dificultam esse processo de humanização do homem é um erro que precisa ser corrigido pelo sistema educativo, e mais especificamente por aqueles cenários que facilitam o conhecimento do campo social e cultural. A Ciência da Informação, por ser uma Ciência Social Aplicada, deve, por sua natureza, compreender os fenômenos e problemas sociais que fragmentam a sociedade.

Os espaços de encontro acadêmico nos quais cotidianamente se desenvolvem os planos de estudo das disciplinas nas universidades são suscetíveis de se converter em oportunidades potenciais para a realização de reivindicações sociais.

A necessidade de libertação como insumo para a humanização do homem torna-se relevante para o reconhecimento e materialização da cidadania roubada, conforme assertiva de Freire (1987, p.16):

Constatar esta preocupação implica, indiscutivelmente, em reconhecer a desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas como realidade histórica. É também, e talvez, sobretudo, a partir desta dolorosa constatação, que os homens se perguntam sobre a outra viabilidade – a de sua humanização. Ambas na raiz de sua inconclusão, que os inscreve num permanente movimento de busca. Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada.

Claramente a formação dos profissionais da Ciência da Informação e demais profissionais das Ciências Sociais devem orientar-se de forma a reforçar os processos de humanização, considerando que esta é desestabilizada pela desigualdade social que se quer combater. O esforço compartilhado destas disciplinas do conhecimento, somado à complexidade destes fenômenos faz com que a busca de alternativas de soluções sejam igualmente complexas.

Vislumbrar as possibilidades é o primeiro passo que se apresenta no esclarecimento das vias de emancipação social, dentre as quais se encontram as disciplinas de cunho social como é caso da Biblioteconomia. Em geral, as aulas são espaços de formação educativos não aproveitados para confrontar esta relação dialógica oprimido-opressor, fato que favorece a perpetuação das relações verticais de poder no tempo e no espaço, com a anuência de um Sistema educativo que funciona como um canal de reprodução das desigualdades.

Este projeto de cunho social tem que ser posto ao alcance de toda a população. Para isto, Chevallard (1998), em sua *Transposição Didática*, as apresenta como um facilitador da materialização desta intenção educativa. “Todo projeto de ensino-aprendizagem se constitui dialeticamente com a identificação e designação de conteúdos de saberes como conteúdos a ensinar, por geral preexistem ao movimento que os cria como tais” (p.45). São verdadeiras criações didáticas suscitadas pela necessidade de formação em aspetos relevantes para a mudança social.

De igual maneira, as reflexões pedagógicas deixadas por Freire (1987) ao longo de sua vida de inquietudes sociais, se traduzem em insumo de luta que ensina um percurso a ser seguido pelos docentes que desejam transitar pelas Pedagogias Críticas. A partir de então é possível atentar para as problemáticas sociais que dificultam a materialização da condição humana em todos os indivíduos de uma comunidade.

Percorrer os caminhos da Pedagogia Libertadora significa querer formar futuros profissionais da Ciência da Informação comprometidos com uma verdadeira possibilidade de transformação social, fazendo de sua prática profissional, espaços de participação comunitária que produzam sentido de emancipação coletiva nos grupos humanos menos favorecidos. Freire (2004, p.18) convida a entender, com um olhar crítico, a realidade que afeta a população, ao dizer que “Ler criticamente o mundo é um

fazer político-pedagógico; é inseparável do pedagógico-político, é dizer, da ação política que involucra a organização de grupos e de classes populares para intervir na reinvenção da sociedade”.

Para se libertar da opressão construída ao longo de tempo é preciso desmontar as estruturas mentais que legitimam a superioridade de uns sobre os outros, onde o oprimido alimenta e avalia com seu comportamento permissivo a luxúria do opressor, acrescentando e eternizando seu poder hegemônico de dominação.

Ainda que pareça que se está caminhando por estradas muito difíceis de transitar, mediadas por desejos e utopias, as Pedagogias Críticas são consideradas como sustento epistemológico de esperança, tendo espaço para a utopia, fazendo dela um caminho necessário para o crescimento. O autor uruguaio Galeano (2006. p. 230) salienta essa afirmação quando diz que: “ella está en el horizonte [...]. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar”.

Este estudo, tal qual a utopia de Galeano, é uma oportunidade para uma reflexão permanente sobre a vida, seu e valor e a atuação do indivíduo como sujeito necessário para o crescimento da comunidade, como base da sociedade humana. É preciso unir esforços que construam meios que possibilitem a libertação das pessoas, assim como alcançar a união e o trato equitativo entre homens, mulheres, negros, mestiços, homossexuais, pobres, ricos e demais sujeitos constituintes das sociedades modernas.

3.4 A Pedagogia Intercultural: Espaço para a descolonização do saber

Uma pedagogia que favoreça a construção curricular a partir do enfoque sociocultural da interculturalidade é um enfoque que questiona permanentemente a construção dos saberes baseados unicamente no conhecimento entendido como científico e histórico. O enfoque crítico da Interculturalidade tem a ver com a possibilidade da construção do conhecimento a partir dos saberes emergentes, onde o saber popular e ancestral é insumo válido na estruturação do conhecimento útil para a sociedade. Assim

se pode mostrar um compromisso que mobiliza a ação dos atores sociais no campo educativo, mostrando sua intenção de trabalhar com as causas das comunidades vulneráveis.

Quando se quer que o Currículo seja considerado como uma opção de transformação social e cultural para o desenvolvimento do potencial humano dos sujeitos de uma comunidade, é preciso adotar posturas críticas que questionem com força argumentativa a realidade vigente, cujo posicionamento permita discutir a necessidade de desconstrução das estruturas mentais que dificultam o desenvolvimento da sociedade.

Uma Pedagogia que se apoia da Interculturalidade²³ é uma via obrigatória para a diminuição das lacunas da desigualdade que hoje atinge e impede o homem de realizar a materialização dos direitos que permitem a consolidação da condição humana.

O Conceito de Interculturalidade adotado neste estudo é o da oportunidade de busca de novos sentidos e significados de vida; é essa oposição às relações de poder instaurada no cotidiano, onde um grupo privilegiado dirige todas as ações para a manutenção da eterna dominação, estado sustentado pela precariedade de uns em detrimento da opulência dos outros.

A Interculturalidade Crítica pretende fazer uma leitura mais profunda do que as aparências mostram, objetivando desmontar as estruturas de uma ordem social historicamente construída a partir do sofrimento das populações mais vulneráveis, propiciando cada vez mais a pauperização de suas vidas.

Considerando estas apreciações, é possível, no processo de construção curricular, ver a Interculturalidade como uma oportunidade para responder às necessidades e problemáticas reais da comunidade educativa. Tal postura permite aos estudantes reconhecer-se a partir de sua origem sociocultural e com isso tentar subverter a ordem que injustamente orienta sua vida e a de seus familiares.

²³ A Interculturalidade vista como um projeto ético, político, epistêmico, segundo o Conselho Regional Indígena da Colômbia (CRIC) vai para além do multiculturalismo. No entanto, este último conceito supõe o reconhecimento das minorias dentro de um sistema existente, enquanto que a interculturalidade requer que as relações horizontais inter-étnicas sejam construídas pela criação de novas ordens sociais. (CRIC, 2004, p. 132). É importante seu entendimento, construção e posicionamento como projeto ético, político, social e epistêmico – de saberes e conhecimentos –, que afirma a necessidade de mudar não só as relações, senão também as estruturas, condições e dispositivos de poder que mantêm a desigualdade, a inferiorização, a radicalização e discriminação (WALSH, 2010, p. 75).

Entretanto, para alcançar essa pretensão é preciso o comprometimento dos docentes para liderar esta caminhada. Essa atitude requer a adoção de uma consciência descolonizada do educador, que a partir de uma mudança, convertera-se num agente que transforme o olhar colonizado dos estudantes em uma construção própria, onde os problemas e as necessidades das comunidades tornem-se oportunidades para o trabalho coletivo que supere as desigualdades que os afetam.

Os fundamentos de uma educação intercultural são baseados no reconhecimento da diversidade cultural, na igualdade das pessoas, nas possibilidades de relações de poder horizontais, no valor dos saberes ancestrais como fontes de conhecimento e na necessidade de descolonização do pensamento.

Nesta perspectiva, sustentar o Currículo da Biblioteconomia na Interculturalidade proporcionará a construção de espaços democráticos, transformando as salas de aula em locais de encontro de reconhecimento do indivíduo como integrante valioso dos diferentes grupos sociais humanos que constituem a sociedade.

Essa visão outorga um status de suma importância ao sujeito como portador de saberes e vivências necessárias para a construção conjunta de uma comunidade sólida, que entende que a formação é um cenário de resistência que possibilita alcançar as oportunidades que se apresentam na vida. Essa experiência se converte em possibilidade de crescimento individual onde o outro é tão importante quanto ele próprio.

Neste percurso, se a Interculturalidade pretende modificar positivamente a ação e as práticas pedagógicas nas instituições educativas de educação superior, significa que são passos que possibilitam alcançar transformações estruturais em programas como o de Biblioteconomia, que tem como enfoque a projeção do ser humano em sua verdadeira condição ontológica.

Os espaços interculturais são precisamente essa oportunidade de materializar na ação a dinâmica discursiva que é alimentada pela academia. Essa é a ocasião de oferecer momentos de compartilhamento de ações formativas em condições de igualdade e respeito mútuo, onde os saberes e a experiência corporais individuais são vistos e recebidos como insumos de aprendizagem para a formação coletiva do grupo em geral.

Desta maneira, o valor social que se pode agregar ao Currículo de Biblioteconomia, a partir da Interculturalidade, é imenso, uma vez que se pode gerar espaços para trabalhar a partir da sala de aula, pedagogias de caráter descolonial que ajudarão no fortalecimento dos processos educativos, já que levam em conta as realidades dos indivíduos envolvidos nesse processo. Assim, é possível estabelecer por meio dos programas alguns mecanismos de tratamento dos problemas do contexto.

Destarte, a Interculturalidade torna-se um insumo para a Pedagogia Intercultural, fazendo parte das pedagogias emancipatórias de cunho descolonial. Tal perspectiva abre caminho para veicular no cotidiano formativo do programa de Biblioteconomia, a educação de sujeitos com um alto grau de sensibilidade social, com sentido de pertencimento cultural e identidade com o grupo humano do qual faz parte.

Adentrar-se nas Pedagogias Descoloniais ²⁴ aqui referidas significa desconstruir uma série de estruturas mentais de tradição histórica nas sociedades dos países em desenvolvimento, produto de muitos anos de colonização. É começar a desenhar um sistema educativo oportuno no qual o professor contribua, a partir das aulas educativas, na construção de um conhecimento próprio, onde se considere as necessidades e problemáticas da população, levando em conta os saberes criados no seio da comunidade envolvida.

Nesta perspectiva, Fanon²⁵ (1961) acrescenta ao debate da descolonização um postulado que sustenta a luta que empreendem as Pedagogias Descoloniais como mecanismos emergentes na busca da igualdade nas sociedades contemporâneas. O autor diz que “a descolonização que propõe mudar a ordem do mundo é um programa de desordem absoluto. É um processo histórico aportado por novos homens, umas novas linguagem, uma nova humanidade” (p. 30-31).

²⁴ Pedagogias Descoloniais são aquelas que utilizam o enfoque da Interculturalidade Crítica para estabelecer seu percurso metodológico. A Pedagogia Intercultural, a Pedagogia Crítica, a Pedagogia Libertadora, de Paulo Freire, a Pedagogia em Direitos Humanos, de Abraham Magendzo são exemplos claros de pedagogias que buscam a descolonização do pensamento e do conhecimento.

²⁵ O intelectual afro da ilha de Martinica, Franz Fanon, ainda que não seja geralmente reconhecido por seus aportes à Pedagogia, é um dos grandes autores preocupados com a descolonização do pensamento, do ser e do fazer nas sociedades periféricas. Trabalhou grande parte de sua efêmera vida (1925 -1961) à labor de visibilizar e enfrentar através da academia a complexa relação existente entre racismo, desumanização e colonialismo. A Interculturalidade Crítica tem em conta muitos dos postulados planteados por Fanon para estruturar sua plataforma crítica de intervenção social. Fanon foi um dos intelectuais que mais trabalhou o tema da colonização política, econômica e cultural.

A complexidade destas problemáticas gestada por longo tempo faz com que para combatê-la sejam necessárias muitas frentes, dentre as quais as oportunidades que se abordem na sala de aula para começar este trabalho. Nesta direção, ao analisar a realidade latino americana, é possível salientar que

Na América Latina, o problema estrutural da colonialidade ainda segue vigente nos padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização ontológico-identitário-cosmológico-espiritual-existencial que orientam as instituições sociais, os esquemas mentais e a vida cotidiana. Enfrentar, desafiar e derrubar esta colonialidade é um trabalho essencial para o campo e o agir pedagógicos. Talvez a contribuição chave de Fanon a este projeto seja a relação íntima que estabeleceu entre humanização e descolonização, dando uma especificidade ao contexto de opressão e dominação e o arsenal de complexos desenvolvidos pelo ambiente colonial que envolve e promove a desumanização como condição colonial (FANON apud WALSH, 2010, p. 2).

A citação evidencia a necessidade de empreender um trabalho nas instituições escolares que, por meio da Pedagogia Intercultural, encontre caminhos para transgredir, interromper e inverter os conceitos, práticas e estruturas impostas e deixadas pela herança colonial.

Neste ponto de vista, a Pedagogia deve ser entendida, segundo Walsh²⁶ (2010), para além do ensino e transmissão da informação; deve ser vista como processo e prática sociopolítica, produtiva e transformativa assentada nas realidades, subjetividades, lutas, vivência e saberes da população.

Assim, as Pedagogias Descoloniais são um espaço onde se questiona as estruturas sociais hegemonicamente promovidas e propicia a discussão que permite alimentar a consciência crítica, a análise da realidade, como também avivar a insurgência de uma luta pela reinvenção de condições de poder, saber, ser e viver radicalmente distintas.

A possibilidade transformadora da Interculturalidade é evidente no marco das pedagogias de cunho descolonial, quando dialoga com as correntes críticas do

²⁶ Catherine Walsh é professora e diretora do Doutorado em Estudos Culturais Latino-americanos da Universidade Andina Simón Bolívar, com sede no Equador, onde também dirige o workshop Intercultural e o Fundo Documental Afro-Andino. Possui uma longa trajetória de acompanhamento dos processos dos movimentos indígenas e afrodescendentes, na América Latina e na região andina. Seu trabalho está principalmente focado no projeto político, epistêmico e ético da interculturalidade crítica e em assuntos da descolonialidade.

pensamento, mas que se apresenta evidentemente como uma corrente emergente que questiona a debilidade de resposta destas ante a complexidade dos fenômenos sociais.

É intenção conexa deste estudo refletir sobre a necessidade de posicionar a diversidade de saberes como tema importante no discurso do Currículo acadêmico, nos cursos de Biblioteconomia. Leva-se em conta que, segundo Oliveira (2014), a interculturalidade se apresenta como eixo a partir do qual a mobilização para a superação das desigualdades pode ser consubstanciada, o que impõe a necessidade de reconhecimento e co-habitação cultural de diferentes formas de conhecimento que efetivamente se comuniquem. As sociedades democráticas se erigem a partir da intervenção direta de todos os setores da mesma.

3.5. No Caminho de um Currículo Vivo

As categorias tratadas neste trabalho alimentam a ideia de construção de um Currículo que seja sentido e vivido pela comunidade educativa como espaço de oportunidade para a transcendência e incidência social. O Currículo acadêmico de Biblioteconomia deve ser olhado como uma alternativa para a solução de problemas reais da população, usando o saber disciplinar como instrumento para veicular a transformação requerida.

O conceito de Currículo que é mobilizado neste estudo tem a ver com a possibilidade de materialização da prática pedagógica para o interior da comunidade, de tal forma, que o conteúdo disciplinar da Biblioteconomia seja voltado ao serviço da solução das problemáticas e satisfação das necessidades sentidas pela população maioritariamente desfavorecida.

Um Currículo Vivo do qual fala este estudo tem componentes profundos de interculturalidade crítica, assim como de descolonização do pensamento como fator preponderante na descolonização do ser humano na época atual. O Currículo Vivo, desta maneira, é considerado muito mais que uma mera ilusão das práticas de sala de aula entre professores e estudantes, mas deve ser visto como uma realidade social histórica,

uma oportunidade de movimentar mudanças, posto que ensina uma forma particular de relações entre os seres humanos.

O Currículo escrito representa uma realidade irrelevante na prática. A dicotomia entre Currículo adotado tal qual está escrito e Currículo como é vivido e experimentado é completo e inevitável (GOODSON, 1991). No entanto, o bibliotecário é considerado agente social de transformações profundas no interior de seus contextos de atuação, devendo ser produto da vitalidade de um Currículo que possibilite seu protagonismo social.

Isto faz-se levando em conta a consideração que a Ciência da Informação como Ciência Social Aplicada começa a visualizar a presença dos usuários, e é ali que as Ciências Sociais e Humanas passam a colaborar com seus processos e práticas, contribuindo com a composição desta ciência emergente (CARDOSO, 1996).

Nesta perspectiva, o Currículo Vivo tem elementos compartilhados com o que Adriana Regina de Jesus, em sua pesquisa intitulada **Currículo e Educação: conceito e questões no contexto educacional**, chama de Currículo Estruturalista Social, no qual a autora diz que este currículo tem como estrutura teórica uma tendência crítica que trabalha em prol das transformações sociais e da formação ética e política dos sujeitos.

Nesse cenário, a Pedagogia presente na disciplina (Biblioteconomia) deve formar agentes sociais que promovam a mudança. Segundo Jesus, o Currículo vem sendo um processo de promoção que objetiva a intervenção consciente e libertadora sobre si e a realidade, de modo a alterar a ordem social.

Nesse prisma, na intenção de reconstrução social, congregam-se diferentes posturas que acham no processo de ensino e aprendizagem uma oportunidade para fazer leituras críticas do contexto social materializando a natureza do Currículo, ao permitir que este cobre vida levando ao sujeito a alcançar altos patamares de emancipação.

Levando em conta estes processos de emancipação do indivíduo, o Currículo Vivo está na confrontação e desafio do futuro profissional da Informação frente aos novos paradigmas, temas sociais, problemáticas e necessidades sentidas pela população. Por conseguinte, segundo **Jesus** (s.d.), sua preocupação reside na formação de sujeitos históricos, cujo conhecimento é produzido pela articulação da reflexão e prática no processo de apreensão da realidade.

Um Currículo Vivo acredita na possibilidade que tem o sujeito de orientar as rendas de sua vida, aproveitando as oportunidades que proporciona o contexto para caminhar na direção desejada, e fornecer a capacidade de quem transita por ele de pensar uma sociedade mais justa e equilibrada.

O Currículo Vivo como estratégia de mudança precisa chegar aos grupos humanos da sociedade, de uma maneira mais efetiva e presente nas comunidades vulneráveis. Necessita ser visto como um instrumento de leitura contextual como o que se propõe, com aspectos articulados das Teorias Críticas, mas também respondendo aos postulados para a formação de cidadãos críticos contemplados nas Pedagogias Críticas aqui enunciadas.

Seguindo, o profissional da informação pode criar seu próprio projeto profissional que pode também funcionar como projeção de sua própria vida assim como do indivíduo ao qual se reportará enquanto profissional vida. O Currículo Vivo permite converter a atuação do bibliotecário em uma oportunidade de melhoramento de seu papel profissional, assim como fazê-lo participe na busca pela solução das problemáticas sentidas por sua comunidade.

Sob os postulados da Interculturalidade Crítica se pode desenhar um Currículo de formação que permita a presença de atores sociais comprometidos com o desenvolvimento do potencial humano de todos os integrantes dos grupos historicamente desfavorecidos. A partir da educação se pode intervir com maior efetividade nas situações adversas que dificultam a vida em comunidade.

Deste modo, o Currículo Vivo que se quer neste estudo, deve responder com a todos os requerimentos da sociedade em matéria de informação. O profissional da informação deve adquirir as ferramentas necessárias para disponibilizar a informação para todos sem distinção de raça, sexo, classe social, orientação sexual, religião, etc. O bibliotecário deve fazer da biblioteca um espaço para a aprendizagem autônoma, um cenário onde se ponha especial atenção à diversidade, um ambiente onde se privilegiem diferentes ritmos de aprendizado, de tal forma que o acesso à informação se converta em meio e fim para alcançar altos níveis de conhecimento.

O Currículo Vivo deve ser uma construção social edificada por parte de representantes de todos os setores da comunidade educativa. Nesta, devem-se articular

as áreas humanística, disciplinar e pedagógica para chegar à sua completude formativa; além de favorecer a construção de conhecimento no campo da disciplina da mesma maneira com que o campo educativo ao serviço da população, em suas múltiplas manifestações de diversidade (Universidade Pedagógica, Licenciatura em Educação Física, 2016).

A proposta de Currículo que se quer tem coincidências com o conceito que Stenhouse (1975), que traz o Currículo como “[...] uma tentativa para comunicar os princípios e pontos essenciais de um processo educativo, de forma tal que permaneça aberto à discussão crítica e possa ser levado efetivamente à prática”.

Essa convergência entre o planejamento, a implementação, a execução e a articulação com a realidade de uma comunidade é o que Rangel (2013) denomina de Currículo Vivo, que afronta as contradições e negociações num contexto determinado. A vida do Currículo cobra vigência quando este possibilita a intervenção direta do bibliotecário nas comunidades, fazendo de sua aposta ética e política um verdadeiro projeto profissional.

Como afirma Facer (2009), trata-se de um esforço para construir o futuro ou de um esforço para modelá-lo. Ou seja, o Currículo, segundo este autor, tem a possibilidade de ajudar a elaborar um futuro melhor para as pessoas. Neste sentido, Perrenaud (2003) propõe que o Currículo deve suportar as práticas sociais, atendendo aos problemas da vida cotidiana, de pobreza e desigualdade, econômicos, tecnológicos, etc.

Diante da multiplicidade de demandas sociais, econômicas e políticas faz-se necessário abrir um espaço deliberativo para lograr um Currículo como produto de consenso de todos os atores educativos e sociais da comunidade; levando em conta a riqueza cultural e a diversidade existente (RANGEL, 2013).

4 A UNIVERSIDADE QUE SE QUER

Nesta parte do trabalho, aborda-se o rol que a universidade, enquanto espaço de formação profissional, deve empreender para contribuir com o desenvolvimento social das nações. Ela é vista como um espaço reflexivo que ultrapassa as fronteiras da instituição e se projeta como parte das comunidade. Neste caso deve aportar através de sua função à diminuição das desigualdades sociais.

Para atingir as problemáticas sociais apresentadas na sociedade atual e satisfazer as necessidades da população, é preciso que haja a participação das esferas sociais – públicas e privadas – na apresentação de propostas estratégicas e alternativas para solucionar a precária situação na qual vivem os sujeitos nos países em desenvolvimento.

Estas propostas devem levar em conta a pessoa humana em sua complexidade cotidiana; o que significa, entre outras coisas, reivindicar a orientação social, tendo a ciência como instrumento de mudança e de transformação geral. Em consonância, as ciências de cunho social têm, nesta perspectiva, uma maior responsabilidade na construção de uma rede social que facilite a concretização da vida em sociedade.

Por esse motivo, a partir da ciência se abre um espaço com poder social legitimado, com responsabilidade para promover transformações que requer a sociedade nos países em desenvolvimento. Esse lugar é a instituição universitária, que, por sua natureza formativa e sua projeção social, deve oferecer a oportunidade de materialização do direito à educação, no qual a academia tem que orientar seu fazer científico para confrontar qualquer forma de mercantilização manejada pelo Sistema capitalista, baseado no consumismo.

É a universidade, em especial a de caráter público, que necessita converter a educação superior em um efetivo direito dos cidadãos, ultrapassando as barreiras que impõe a hegemonia, ao considerar a educação superior como um produto/mercadoria orientado a acrescentar mais ao capital financeiro que ao capital humano.

Valencia (2013) lembra o Conceito da Universidade Pública, quando diz que

La Universidad pública es entendida como un bien social que conviene a todos en la construcción de un proyecto de nación. En ella, el conocimiento es puesto en función de las necesidades sociales y el ejercicio de los derechos ciudadanos garantiza la regulación de las interacciones entre sus miembros con justicia y equidad. El ejercicio libre de la razón, el privilegio de la escritura y la lectura, la unión dialéctica entre teoría y práctica, la argumentación razonada y la autorregulación autónoma es lo que constituye en la universidad pública lo que llamamos “una comunidad académica” (VALENCIA, 2013, p. 3).

A universidade pública se reveste de importância enquanto projeto social de longa duração, ao apontar para a construção de uma sociedade justa, democrática e equitativa que tem na vida cultural de uma nação, compromissos iniludíveis.

A universidade da qual se quer refletir neste contexto é a instituição universal de caráter e responsabilidade social que Impulsiona o desenvolvimento de uma sociedade geradora de oportunidades, para que seus membros experimentem bem-estar

ao ter acesso, em igualdade de condições, aos benefícios sociais gerados pela educação como meio de transformação e de efetivação da cidadania.

Rememorando um pouco de história, a universidade criada na Europa do século XIII não contemplava entre seus objetivos a construção do conhecimento voltado para solucionar problemas e satisfazer necessidades dos cidadãos da época. Seu principal objetivo era transmitir informações que possibilitassem a reprodução de conhecimentos para organizar a sociedade cristã, de tal modo que alcançasse a salvação das almas (BUCHBINDER, 2005).

Na América Latina, embora as universidades fossem também criadas pela igreja nos tempos da colonização, com o firme propósito de continuar com os processos de subjugação das “almas”, os movimentos de resistência surgidos no interior do sistema educativo da formação superior criaram mecanismos que deram à instituição universitária pública, a missão para a transformação social e cultural, necessárias para sociedades dos países periféricos, conforme a realidade contextual do território geográfico (TUNNERMANN, 1996) .

A realidade social e cultural que caracteriza a maioria dos países latino-americanos faz com que estes deixem de lado a tradição funcional para a qual foi criada a universidade e adotem mecanismos que os recuperem do lugar de vulnerabilidade em que se encontram, abordando um trabalho profundo que permita atingir de maneira efetiva os fenômenos sociais que fragmentam a vida em comunidade e que mostram as injustiças sociais que dificultam a construção e a materialização da cidadania.

A atualidade universitária no Brasil e na Colômbia não é muito diferente do panorama dos demais países da América Latina em seu conjunto. Um cenário demarcado pela disputa da qualidade da universidade pública com poucos recursos econômicos *versus* a efetividade da universidade privada, apoiada pela hegemonia capitalista que mercantiliza a educação, conforme dito anteriormente. Neste sentido reflete-se sobre o papel da universidade pública na busca pela emancipação dos sujeitos, ao oferecer condições de igualdade que materializem os preceitos de uma vida digna, no reconhecimento de uma condição humana igualitária.

A universidade que se quer deve, em primeira medida, responder aos desafios que nos últimos anos têm afetado a materialização do direito à educação, por ser esta

considerada ferramenta de luta que veicula as transformações nas sociedades modernas. Deve também melhorar a universidade que hoje existe, quando não oferece as oportunidades reais de formação profissional dos sujeitos que dela demandam isso.

No começo do século XXI assiste-se a uma real mudança de paradigma da sociedade, do conhecimento, da informação e das relações destas com a universidade pública (VALENCIA, 2013). É assim que fenômenos como a globalização, da sociedade do conhecimento e do uso das TIC têm afetado profundamente a universidade pública enquanto instituição, exigindo desta uma posição que permita responder às questões que suscitam estes novos paradigmas (OROZCO, 2009).

Atender aos desafios que impõem a globalização não é tarefa fácil para a universidade. Para isso é preciso desvendar essa expansão indiscriminada dos mercados a nível mundial e as consequências ideológicas culturais que resultam disso. Caso contrário, esta globalização pode fragmentar a natureza e as funções da universidade, distanciando-a de sua verdadeira função e suprimindo sua responsabilidade com a cultura e o desenvolvimento equitativo da sociedade.

No cerne, a universidade corre o risco de articular suas funções às demandas do mercado mundial da educação, convertendo-se, segundo Valencia (2012), numa mercadoria submetida à oferta e à demanda.

As ideias que antecedem a expansão do mercado educacional de que se fala, são, segundo Santos (2009, p. 30):

1. Vivemos numa sociedade da informação. A gestão da qualidade e a velocidade da informação são essenciais à competitividade econômica.
2. A economia baseada no conhecimento exige cada vez mais capital humano como condição de criatividade no uso da informação
3. Para sobreviver, as universidades têm de estar no serviço destas duas ideias – sociedade da informação e economia baseada no conhecimento – e para isso tem que ser transformadas por dentro
4. Nada disto é possível na constância do paradigma institucional e político-pedagógico que domina as universidades públicas.
5. O atual paradigma institucional da universidade tem de ser substituído por um paradigma empresarial a que devem estar sujeitas tanto as universidades públicas, como privadas, e o mercado educacional em que estas intervêm deve ser desenhado globalmente para poder maximizar a sua rentabilidade.

Face ao exposto, para que a universidade pública possa oferecer alternativas de relevância transcendental para a sociedade, deve afastar-se dessas ideias neoliberais

que direcionam o trabalho da academia para os interesses capitalistas já mencionados, e adotar uma posição de emancipação para que atue na possibilidade de uma incidência social real para a transformação das comunidades mais vulneráveis.

Para que a universidade pública alcance o sucesso nesse processo de transformação é necessário adiantar algumas tarefas que, segundo Santos (2011), devem ser assumidas com muita inteligência para afrontar os desafios advindos da globalização da sociedade do conhecimento, marcada efetivamente pela influência tecnológica.

Para o autor, a primeira tarefa a ser assumida relaciona-se à oposição à globalização neoliberal em detrimento de uma globalização alternativa contra a hegemônica. Incentivar a participação das forças sociais progressistas de todos os países e das organizações não-governamentais para a construção de um projeto não hegemônico, cultural, científico e político é uma outra possibilidade reforçada por ele.

Segundo, adotar também uma metodologia de investigação participativa, como uma alternativa que pode transformar a realidade social liderada pelas universidades – metodologia que favorece a materialização dos projetos de pesquisa. Segundo isto, as universidades públicas se convertem em centros de pesquisa postas ao serviço das necessidades da localidade, da cidade, do país e do mundo.

Na mesma direção, se quer recuperar a autonomia e a democracia ao levar em conta o consenso e a participação da comunidade para a construção dos Currículos nestas instituições de educação. A tomada de decisões que afetem os estamentos institucionais deve ser feita também em comunidade.

É um considerável pensar a universidade através das disciplinas que nela circulam. Nisso, é preciso aproveitar a experiência dos professores e a disposição dos estudantes e demais integrantes da comunidade educativa para recuperar sua autonomia na ordem do conhecimento e para oferecer soluções inteligentes, interdisciplinares e de rigor que consolidem sua identidade, gerando um sentimento de pertença (SANTOS, 2011).

A universidade sonhada deve desenhar uma nova forma de avaliar sua própria estrutura. Não pelo cumprimento de metas e objetivos fixados desde fora, senão por seu impacto na formação de profissionais com uma visão de serviço à comunidade a partir

de seu papel na construção de qualidade de vida. Isso se dá através da dimensão pragmática do conhecimento, por sua formação em valores democráticos e por seu exercício de responsabilidade social, colocadas em todas as suas ações, e que devem sempre estar orientadas a cumprir finalidades de ordem social e cultural a favor da comunidade.

Continuando esta mesma linha de análise, e segundo o autor supracitado, exige-se do Estado o fomento da universidade pública como bem social e como direito do cidadão, solicitando que regulamentem com critérios mais restritos o crescimento desmensurado da universidade privada. Desta maneira se pode articular a universidade pública com um projeto de nação que possibilite a construção de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa, retornando à universidade o papel que lhe corresponde como centro da ciência e da cultura a serviço da sociedade.

Para alcançar todas estas pretensões deve-se superar a visão conservadora e defensora da hegemonia que tem sido mantida nos últimos anos, e dotá-la de uma visão a longo prazo, renovada, e progressista que promova alternativas de investigação, formação, extensão diferentes que superem a crítica e a denúncia.

Recuperar, em suma, a legitimidade e a institucionalidade da universidade pública diante uma reforma estrutural que não atente contra a natureza e missão dela, senão que a fundamente como centro superior do saber, como o maior patrimônio cultural da nação e como parte essencial de um projeto de país que é construído com a participação de todos (SANTOS, 2011, p. 56).

Isto quer dizer que se pode aproveitar a globalização de outra maneira, construindo redes de compartilhamento de informação, realizando projetos conjuntos e organizando com outros países no mesmo contexto uma visão crítica e democrática da universidade pública.

Neste sentido, acredita-se que a legitimidade da universidade pública será alcançada quando estas tarefas forem realizadas sem dilações, e a qualidade dos estudos que ensinados nas aulas universitárias alcance um nível de pertinência, de tal modo que responda à realidade contextual e também ao projeto democrático e igualitário do país. Conseqüentemente, onde a distribuição equitativa das oportunidades seja um imperativo das políticas públicas, em que existam múltiplos espaços para que a justiça social faça parte da realidade cotidiana da população.

Seguindo esta perspectiva, a universidade pública deve se converter numa instituição mais ativa, com capacidade de convocatória e negociação com os diversos públicos para desenvolver projetos sociais, além de apresentar-se como uma entidade sensível às necessidades de educação e de conhecimento que possam Impulsionar essas transformações.

Além disso, a universidade que se quer deve também enfatizar os processos de criação e produção do conhecimento, assim como a distribuição equitativa destes, levando em conta para isso à Ecologia dos Saberes²⁷. É necessário introduzir com eficácia o uso das TIC, ampliar e referendar seu compromisso e responsabilidade social (MARTÍNEZ, 2014).

A legitimidade pretendida pela universidade pública poderá ser alcançada por meio da promoção das práticas sociais, sendo a educativa um ponto de encontro que articula a realidade com a universidade na busca de lutas que juntam forças junto aos movimentos sociais, interessada em diminuir as lacunas das desigualdades sociais que separam os membros da população e dificultam o desenvolvimento de um país.

É preciso que a universidade assuma essa transformação que durante séculos de indiferença tem instaurado uma injustiça estrutural que impera nas estruturas sociais das sociedades latino-americanas. A educação então assume a tarefa de ampliar o desenvolvimento das autênticas capacidades de leitura contextual do indivíduo, mobilizando sua sensibilidade crítica para negar qualquer forma de injustiça e falta de humanidade incrustada nas relações cotidianas das referidas sociedades.

Considerar o panorama da universidade pública nestes países corresponde, obrigatoriamente, reexaminar criticamente as tradições intelectuais culturais que determinam para encontrar critérios que permitam entender a realidade de desigualdade estrutural.

O cumprimento desta tarefa poderá romper com a dependência que se tem dos modelos teóricos vindos de outros contextos socioculturais, que por serem totalmente

²⁷ A **Ecologia dos Saberes** da qual se fala, tem a ver com a possibilidade de participação que possuem os saberes tradicionais de fazer parte dos conteúdos programáticos dos currículos institucionais na Universidade. A academia deve ter em conta as experiências construídas pelos integrantes dos grupos humanos culturalmente diversos e assim nutrir o conhecimento científico que produz a partir da riqueza destes grupos.

diferentes, não podem penetrar as raízes éticas das enormes carências sociais; e por isso mesmo não podem diminuir os traços de exclusão e de injustiças (MARTINEZ, 2014). Para isso, a universidade necessita assumir algumas das tarefas de regeneração ética e política da sociedade, cuja viabilidade está em questão devido à corrupção, à violência e à exclusão que tem afetado desde sua origem.

Finalmente, a universidade, que pode contribuir com a diminuição da desigualdade social, é uma instituição construída e sedimentada pela própria comunidade acadêmica, que faz um trabalho articulado de colaboração permanente com os movimentos sociais, lutando junto à população pela busca de equiparação de oportunidades. Uma universidade que pratique uma ecologia dos saberes, que erradique de suas ações qualquer traço de imposição colonizadora do conhecimento.

Estas mudanças advindas da sociedade da informação têm causado rupturas nos fazeres e saberes em todos os campos do conhecimento. No ensino superior, segundo Da Silva (2009), os impactos são consideravelmente importantes, na medida em que se busca o papel e o compromisso político-social das universidades, bem como o aprofundamento de pesquisas e o atendimento, por meio da extensão, de um significativo contingente populacional historicamente alijado desse nível de ensino, e, principalmente, a formação de profissionais críticos-reflexivos, capazes de aliar educação/política/sociedade.

4.1 Formação Profissional

Este espaço de discussão tem como finalidade refletir, estudar e compreender a formação profissional que ministrada na universidade e especificamente nos cursos de Biblioteconomia da universidade Federal da Bahia (Brasil) e na Universidade de Antioquia (Colômbia). A perspectiva pretendida decorre do entendimento de que sendo o profissional bibliotecário responsável pelo tratamento, organização, disseminação e uso da informação, seu processo formativo pode influenciar diretamente na sua postura quanto aos aspetos relacionados ao fenômeno da desigualdade.

Embora a formação profissional de qualquer nível e área do conhecimento englobem aspetos diversos como a ética, o conceito de trabalho e de empregabilidade,

assuntos sobre política e participação social, esta deve orientar seus recursos para alimentar a multidimensionalidade do ser humano a respeito da condição de humanidade que toda pessoa possui.

Considerando que a formação profissional é por natureza um processo educativo (ensino-aprendizagem) faz-se necessário fortalecer essa multidimensionalidade a partir dos Currículos, para que em todos os atos do futuro profissional da informação seja visível sua faceta emocional, físico-criativa e cognitiva de maneira articulada.

Cabe ressaltar que o conhecimento descontextualizado não é suficiente para dar conta dos processos formativos que requer a sociedade atual. É preciso, portanto, aperfeiçoar os múltiplos saberes do sujeito (saber fazer, saber ser e saber saber) articulando-os num fluxo contínuo ao processo de aprendizagem, a partir do enfoque de competências²⁸

No caso específico da formação profissional do bibliotecário, o ponto de tensão se apresenta no momento em que se privilegiam os assuntos técnicos e de conhecimento da disciplina em detrimento das dimensões sócio-afetivas e físico-criativa, deixando profundas lacunas na formação sociocultural do profissional. Para minimizar esse problema é necessário criar e articular planos curriculares que atendam a uma multidimensionalidade, onde a técnica aliada às dimensões anteriormente descritas possibilite aos bibliotecários inserir-se com sucesso na vida laboral e ao mesmo tempo participar politicamente na vida da sua comunidade.

Nessa dinâmica formativa é importante considerar que uma das maiores dificuldades, de maior impacto sobre a educação está em fazer com que o ser humano possa aplicar os conhecimentos e saberes com eficiência na solução dos problemas do cotidiano. É preciso, para dar força ao processo de educação geral, estruturar na educação superior das universidades uma ponte que faça com que os futuros

²⁸ O Conceito de Competências que se quer tratar aqui, ainda que muitos autores tenham estudado sobre o tema sem estarem de acordo com a complexidade do termo e de seus usos, é o que contempla a possibilidade de atuação pertinente, eficaz e eficiente ante as problemáticas da vida em sua oportunidade de outorgar alternativas de solução, a partir do conhecimento adquirido em seu processo formativo tanto escolar como de aquisições vivenciais. As competências no âmbito da educação fazem referência à capacidade ou conjunto de capacidades que são postos em jogo para mobilizar o conhecimento para aprender e aplicar o aprendizado à cotidianidade mesma.

profissionais sintam-se parte da comunidade, e assim atuem responsabilmente como agentes sociais tentando sempre transcender ao interior das suas comunidades.

Nesta direção, a formação profissional do bibliotecário deve orientar-se de acordo com a nova realidade das sociedades emergentes, cuja tendência ultrapassa a “sociedade industrial” e a “sociedade da informação”, para situar-se na sociedade que hoje se conhece como “sociedade do conhecimento”. Quando se fala de sociedade do conhecimento se faz menção a uma sociedade de caráter pós-industrial, que começou a ser estudada a partir da década de 1970, do século XX, e que ganhou relevância até os anos 1990. No contexto mencionado, o conhecimento tem sido, desde sempre, considerado importante recurso para o progresso da sociedade (FULLER, 2001; OCDE, 2004 apud ROMEIRO, 2010).

Em função disso, o caráter multidimensional do desenvolvimento baseado no conhecimento tem originado diferentes interpretações do Conceito de Sociedade do Conhecimento. A implementação de políticas de desenvolvimento muito diversificadas, e a intensificação dos fluxos do conhecimento e da escala com que estes ocorrem vieram alterar a natureza do desenvolvimento e da competitividade, agora diretamente relacionados com a capacidade para criar, difundir e aplicar conhecimento em “tempo real” (ROMEIRO, 2010).

Embora o termo “sociedade do conhecimento” seja uma invenção do Sistema capitalista, os planos curriculares dos programas da Biblioteconomia consideram estes postulados como forma de adaptar seus conteúdos aos contextos reais, nos quais se encontram inseridos seus estudantes. Do contrário, as transformações sociais requeridas pela sociedade atual dificilmente serão efetivadas.

No âmbito da educação superior, a formação profissional é uma obrigação histórica da universidade, posto que esta instituição, sobretudo no âmbito do público, foi considerada um lugar para o pensamento crítico, que funciona como espaço de resistência contra as imposições do exterior, que exacerbam a condição humana dos integrantes da comunidade educativa.

Neste percurso, a formação profissional deve tornar as práticas pedagógicas mais humanas, deixando de ver uma universidade que dá resposta às preocupações dos

diferentes setores sociais, ao mesmo tempo que forma profissionais com alto grau de competências gerais, sensíveis e politicamente comprometidos com suas comunidades.

Os futuros profissionais precisam passar a se ver como atores sociais comprometidos com as mudanças sociais de que precisa a sociedade contemporânea. A formação na universidade deve superar o paradigma mercantilista que ronda os cenários acadêmicos e deve ser voltada para a produção de conhecimento e formação humana (CORREIA, 2004); uma formação humana dimensionada para a técnica, a ética, a política e o social, o que significa dizer uma formação que aborda a multidimensionalidade do ser humano em sua vocação humanitária, de prestar serviço aos demais.

Neste ínterim, a universidade pública possui um papel que visa ajudar a superar as representações sociais que levam à formação profissional unicamente voltada para a inserção ao mercado laboral, deixando de lado a possibilidade de incidência social e transformação de realidades adversas para os grupos historicamente marginados.

A partir do momento em que a universidade pública responder à parte dos desafios que impõe a sociedade atual, será possível falar de formação profissional de acordo com as realidades contextuais da população. Caso contrário, a universidade somente estará alimentando os espaços de reprodução das injustiças que aumentam e eternizam as lacunas da desigualdade social apresentada nestes territórios vulneráveis.

Voltando às especificidades da formação profissional do bibliotecário como profissional da informação, é preciso que se ofereçam concepções que permitam construir bases educativas a partir do ensino de competências, sejam elas gerais ou específicas. Para exemplificar a aplicação dessa prática pedagógica, menciona-se o plano curricular da disciplina na Universidade de la Salle (que apesar de ser uma universidade de caráter privado, tem alguns postulados que podem ser de utilidade para este estudo). No plano curricular da disciplina, na Universidade de la Salle (2008) na Colômbia, as macrocompetências²⁹ das quais precisa o profissional da informação são:

²⁹ São derivadas dos perfis e competências como um elemento importante do plano curricular da área; seu ensino é materializado a partir dos diferentes espaços acadêmicos, procurando guardar uma articulação entre o discurso e a atividade prática, uma maneira de desvelar à investigação com a formação da mesma, os problemas concretos da sociedade com a geração de conhecimento. Em outras palavras, é um jeito de garantir a pertinência social dos estudos contemplados por esta disciplina acadêmica.

1. Comprende los Sistemas da información como ciencia social y la interacción información - documento - usuário – institución informativa documental, para la construcción de tejido social.
2. Integra y aplica conocimientos y técnicas para la interacción información-documento-usuários, com a apropiación de las TIC, para lograr la participación de los beneficiarios de la sociedad da información y del conocimiento.
3. Hace gestión de la información, documentos, servicios e instituciones informativas documentales com critérios de responsabilidad social, para la generación de conocimiento e inovação de la ciencia y la tecnologia.
4. Propone alternativas para a democratización y el acceso a la información com el fin de mejorar la calidad de vida de los sujetos que comparecen a los os servicios informativos. (Universidade de la Salle, 2008, p. 37).

A aquisição destas “macrocompetências” integradas às Competências³⁰ gerais e específicas dos bibliotecários devem garantir um processo formativo rico em cidadania, humanidade e vocação ao serviço social, respondendo à função social e cultural que estes profissionais devem exercer em sua comunidade.

Finalmente, uma correta formação do bibliotecário precisa refletir sobre o papel do profissional da informação como sujeito ético e político, que a partir a gestão dos sistemas de informação, gera espaços de acesso, utilização e aproveitamento da informação como meio para oferecer oportunidades para a população em geral sem discriminações geradas por condições sociais e culturais diversas.

O profissional da informação deve democratizar o acesso à informação necessária para diminuir as lacunas informacionais que cria desigualdades de oportunidades e que acrescentam os níveis de desigualdades na sociedade de hoje.

A formação dos profissionais da Informação deve responder aos postulados da Ciência da Informação, que nas palavras de Le Coadic (1996), é uma ciência de caráter interdisciplinar que tem como alvo o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese e efeitos). Tratam-se de postulados que permitem atuar na

³⁰ Reforçando o Conceito de Competência, segundo FLEURY (2001), trata-se de “um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo. Da mesma maneira, entende-se que o Conceito de Competência, segundo DE AMORIN e DO AMARAL (2010), compreende três atributos: 1) Conhecimentos: o “saber” que a pessoa acumulou ao longo da vida, que corresponde a uma série de informações assimiladas e estruturadas pelo indivíduo e lhe permitem “entender o mundo”; 2) Habilidades: o “saber fazer”, que é a capacidade de fazer uso produtivo do conhecimento, de instaurar conhecimentos e utilizá-los em uma ação; e 3) Atitudes: o “saber ser”, que se refere aos aspectos sociais e afetivos relacionados ao trabalho (DE AMORIN; DO AMARAL, 2010, p. 3).

construção da cidadania, por meio dos estudos das necessidades informacionais, dos processos de interação e dos Sistemas de informação.

Vickery (1989) afirma que a Ciência da Informação está identificada com o estudo da comunicação da informação na sociedade, o que pode significar efetiva contribuição para facilitar os processos de transferência de informações como percurso na busca da transformação social, para a criação de sociedades democráticas justas e equitativas. Nesse sentido, o bibliotecário é um profissional da informação com a capacidade de ser provedor desta para qualquer finalidade que se faça requisito.

Porém, a informação como objeto de estudo e trabalho do profissional da informação, lhe permite contribuir para o sucesso das organizações. O exercício da profissão deste profissional acompanhou o fenômeno da explosão da informação em seu dinamismo e multiplicidade de formas e meios de comunicação, que influenciam o desenvolvimento de uma sociedade apoiada na transmissão da informação (DA SILVA, 2009).

4.2 O Profissional da Informação

A abordagem sobre o exercício profissional do bibliotecário busca encontrar pontos de pertinência e coerência com as ideias até então discutidas neste estudo. Desse modo, não nos ocuparemos de reforçar as representações que se tem em torno da formação profissional para responder às necessidades laborais do profissional da informação, em função do mercado de trabalho unicamente. A ideia é, sim, centrar esforços para ressaltar a formação de profissionais comprometidos com o cumprimento da função social inerente à Biblioteconomia e com a Ciência da Informação.

Por ser um campo de importante conteúdo sociocultural, deve oferecer à comunidade, liderado por seus profissionais, um processo de mediação para a transformação e mudança social que a coletividade reclama.

Cabe a esses profissionais facilitar e criar caminhos de acesso equitativo à informação a fim de que as pessoas convertam os dados disponibilizados em insumo que ajudarão a alcançar altos patamares de leitura contextual, permitindo traduzi-los em conhecimento útil que responda às necessidades e apresentem alternativas de solução às problemáticas da comunidade de atuação.

Nesta perspectiva, exige-se que os profissionais da informação, no exercício das suas funções, descubram alternativas de atuação que lhes permitam propor diversas possibilidades de disseminação, acesso e uso da informação, aproveitando as condições de tempo e espaço, a fim de evitar tarefas desnecessárias que os afastem de sua verdadeira função de mediador entre os sujeitos e a informação. Ou seja, entre as pessoas que buscam informação e a possibilidade destas de convertê-la em conhecimento.

Na materialização deste papel social, é preciso que os profissionais façam uso de ferramentas pedagógicas no atendimento a pessoas de todas as esferas e grupos sociais, que consigam visualizar a Biblioteconomia como disciplina componente de uma ciência transdisciplinar. No sentido, a Ciência da Informação, apropriando-se assim de conceitos relevantes, advindos de vários campos do conhecimento com os quais mantem afinidades de campos afins. No cerne, ao tratar esse campo disciplinar, Saracevic (1996, p.47) salienta que

a ciência da informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional, voltada para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas, em particular interesse, as vantagens das modernas tecnologias informacionais.

Os profissionais da Informação devem se comunicar com os analistas de Sistemas e apropriarem-se de noções de Engenharia e Arquitetura para compartilhar com os profissionais dessa área, na elaboração de projetos ideais de bibliotecas e centros de informação (GUEDES, 1985).

A chegada do século XXI trouxe com ele mudanças significativas na maneira com a qual as pessoas acessavam as fontes informativas bem como os efeitos que se esperava ter desta aquisição de saberes. Na atualidade, a busca pelo conhecimento já não é privilégio de uma classe minoritária de eruditos, cuja cultura de saber posicionavam uma esfera superior do poder social.

A reprodução hegemônica das desigualdades e injustiças sociais garantiram a manutenção de uma ordem social discriminatória onde as minorias e os setores mais vulneráveis ocupam um amplo espaço nas lacunas da desigualdade. Para reverter essa situação, a busca de conhecimento deve ser feita com a intenção de emancipação,

libertação das opressão, diminuição das iniquidades, transformando o conhecimento em oportunidades, em liberdade, em poder e em justiça.

Dessa maneira, o profissional da informação deve se apresentar como um sujeito ético e político que possa, a partir de sua mediação, facilitar o alcance destas finalidades sociais de reivindicação.

Para isto, é preciso que o profissional da informação adquira uma competência de leitura contextual importante, na qual o bibliotecário deve interpretar com certa eficácia os avanços tecnológicos numa sociedade que pode passar de “Sociedade da Informação”³¹ para a “Sociedade do Conhecimento”, sem o tempo necessário para que os cidadãos se adaptem a estas mudanças, o que exige uma evolução na busca de uma “Cidadania Global”.

O tratamento dado ao termo **Sociedade do Conhecimento** faz com que alguns autores o posicionem como uma alternativa de solução de combate às desigualdades geradas pela chamada Sociedade da Informação, na qual o conhecimento é a riqueza com que contam as pessoas para, através da produção do mesmo, se insiram na cotidianidade da vida, buscando a criação de oportunidades em prol do desenvolvimento do potencial humano e da coletividade.

A **Cidadania Global** é vista como aquela oportunidade que tem o sujeito de tomar parte da coletividade global demarcada por princípios de igualdade, democracia e justiça, no reconhecimento da pessoa humana como elemento importante no sistema social; é a possibilidade de um novo Sistema humanístico de transformação social.

A Cidadania Global que se busca é a que autores como Bauman (2004) ressalta quando diz que neste planeta, todos dependem uns dos outros, e nada do que se ou deixe de fazer é alheio ao destino dos demais desde o ponto de vista ético, os que

³¹O conceito de **Sociedade da Informação** está diretamente ligado às Tecnologias da Informação e à Comunicação (NTIC). Nos anos 1990, as TIC registram uma evolução bastante importante. A generalização do intercâmbio eletrônico de informações, a convergência para as tecnologias digitais, o crescimento exponencial da Internet e a liberalização das telecomunicações constituem algumas das manifestações desta mudança. Alguns autores consideram isto como uma evolução positiva. Mais: se esta Sociedade da Informação não chega aos cidadãos se torna um obstáculo para a diminuição da desigualdade no acesso à informação. Assim, a sociedade da informação pode contribuir para a marginalização de determinados segmentos da sociedade, acentuando as desigualdades sociais. Pelas claras ameaças que isto trouxe para a sociedade, é preciso adiantar medidas preventivas para diminuir o alto impacto nas comunidades vulneráveis.

os torna responsáveis por cada um de seus semelhantes. A responsabilidade está firmemente colocada em seu lugar pela rede de interdependência global.

Edgar Morin (2001) se refere à **Consciência Cívica Terrenal** como o espaço que permite pensar a humanidade como destino planetário, como consciência comum, generosa e solidária que interconecta os indivíduos e que está indiscutivelmente presente na esfera vital compartilhada por todos. E finalmente, para reforçar esta preocupação, Santos (2005) fala da **Globalização Contra-hegemônica ou do Cosmopolitismo Subalterno**, que torna visível o que há de comum entre as diferentes formas de discriminação e opressão: o sofrimento humano.

Desse modo, a divulgação e o uso de novos conhecimentos e tecnologias podem fortalecer o processo democrático e possibilitar à sociedade encontrar novas formas de convivência e de superação dos desníveis existentes, por meio da construção da chamada “inteligência coletivos” (LÉVY, 2003), na qual o profissional da informação, a partir da sua formação, se prepara para enfrentar as problemáticas apresentadas, por meio do conhecimento acadêmico, mostrando o grau de competência que tem para avançar paralelamente com a tecnologia e não deixar que estes avanços dificultem seu exercício no cumprimento da sua função social.

Nessa sociedade que Lipovsky (2006) chama de tempos hipermodernos³², a criação de conhecimento é uma das conquistas mais significativas da coletividade humana, no caminho para tornar este saber em um bem social de correta utilização nas satisfações das necessidades da coletividade.

Nesse contexto, a contribuição do profissional da informação deve-se orientar mais para oferta de serviços que de produtos. Nesse sentido a verdadeira finalidade de atuação destes profissionais deve voltar-se para o atendimento das necessidades informacionais pessoas que ainda tem dificuldade para acessá-la. De esse modo o

³² É uma sociedade que se caracteriza pela superação da era da pós-modernidade para evoluir até a era «hipermoderna». Esta época se caracteriza pelo hiperconsumo e o indivíduo hipermoderno: o hiperconsumo absorve e integra cada vez mais esferas da vida social e empurra o indivíduo para consumir para sua satisfação pessoal. O indivíduo hipermoderno, ainda que orientado para o hedonismo, sente a tensão que surge de viver num mundo que se possa dissociar da tradição e afrontar um futuro incerto. Os indivíduos estão corroídos pela angústia e do medo ter se apoderado da vida das pessoas, fazendo com que esqueçam os prazeres e a ansiedade para sua liberação.

trabalho ter-se que aperfeiçoar na medida de facilitar e garantir o acesso à mesma como insumo para criação do conhecimento requerido pela comunidade.

A partir deste ponto de vista é preciso orientar o processo de formação do profissional da informação nas competências sociais, humanas e culturais que propiciem o entendimento social e que permita alcançar as adaptações culturais para o contexto no qual o bibliotecário atua. Nessas acomodações sociais, deve-se levar em conta que o “novo terreno” da internet pode ser apresentado como uma inovação, ainda que não seja novidade, e merece atenção para que não se transforme em um ponto fronteiro para a implementação da disciplina nos diferentes contextos.

Nesta sociedade, compreende-se que o espaço da Internet é uma crescente fronteira que disponibiliza informação antes armazenada em bibliotecas tradicionais. Esse conhecimento acumulado, devidamente atualizado em termos tecnológicos, pode ser usado para resolver problemas de informação em inúmeros contextos (Barbosa em Da Silveira, 2000), para os quais o profissional da informação deve estar preparado para assumir com qualidade as interrogações daí derivadas.

Nesta “nova” temporalidade social, o bibliotecário como profissional da informação, comprometido com a transformação de sua comunidade, deve contribuir com a aquisição de competências informacionais que provoquem uma melhor leitura da realidade, para assim dar respostas eficientes aos problemas e necessidades da sociedade.

4.3 O Papel do Bibliotecário

Seguindo essa linha de reflexão, é possível fazer a seguinte pergunta: Qual papel profissional bibliotecário desempenha em diferentes contextos sociais? Esta interrogação pode ser respondida a partir da função que o bibliotecário, como profissional da informação, assume em uma dinâmica de transformação de uma realidade social adversa, na qual integram os sujeitos pertencentes aos grupos humanos mais vulneráveis.

O acesso à informação deve constituir-se em um aspecto gerador de igualdade de oportunidades na sociedade, por ser a informação um bem comum que

muitas vezes não chega para todos por igual e, por conseguinte, restringe-se o conhecimento a alguns poucos. Materializar a possibilidade de acesso à informação como insumo para o conhecimento é a aposta que o bibliotecário deve fazer para cumprir sua missão como sujeito ético e político de transformação de adversidades.

Nessa direção, segundo Santa Anna (2015), o IV Encontro de Diretores das Escolas de Biblioteconomia e Ciência da Informação do MERCOSUL, realizado no ano 2000, em Montevideu, Uruguai, formalizou as quatro grandes competências inerentes ao bibliotecário, a saber: Competências de Comunicação, Gerenciais, Técnico-científicas, Sociais e Políticas. Neste estudo o enfoque dirige-se preferencialmente para a *Competência Social* que estes profissionais devem assumir com maior transcendência.

Observa-se claramente que o profissional bibliotecário se encaixa em um marco sócio-humanista bastante orientado para o Serviço Social e como ator cultural importante no seio de uma comunidade, na qual sua participação política necessita ser evidenciada em cada ação da sua vida profissional, demonstrando seu caráter de sujeito comprometido com a melhoria da sociedade a partir de seu campo de conhecimento. Um profissional comprometido que reconhece na informação uma ferramenta capaz de reduzir a desigualdade, que fragmenta a sociedade nestes territórios vulneráveis.

Nessa perspectiva, a prática do bibliotecário torna-se uma ação de equilíbrio que diminui os efeitos desta dinâmica globalizante, que eficientemente é implementada e executada pelas políticas mundiais que veiculam este capitalismo dominante, orientador do desenvolvimento planetário.

As transformações sociais ocorridas com o passar dos anos modelam o papel desempenhado pelo bibliotecário, que pretende fazer parte da solução e não do problema; oferecendo espaços de contribuição social se constituem num imperativo inerente ao próprio papel deste profissional na sua tarefa de servir aos demais. Assim, a competência técnica da execução das tarefas não pode se sobrepor à responsabilidade social relativa ao papel de agente social de transformação pertencente ao bibliotecário.

Por meio desta iniciativa acadêmica pretende-se evidenciar a necessidade de trabalhar a multidimensionalidade do ser humano como meio de construção de verdadeiras sociedades democráticas, justas e igualitárias. É preciso que o profissional da informação, ator passivo que aparece nas **representações sociais** como guardião da

informação, possa ser visto como líder, ator social ou gestor de transformações sociais, que crie oportunidades e participe nas decisões que geram satisfação das necessidades sociais da população.

As mudanças sociais que evidenciam a complexa realidade em que se encontra o mundo atual, os indivíduos e suas comunidades, faz com que o bibliotecário tenha que despertar do estado de passividade para tornar-se um sujeito ativo, consciente de que a aquisição da informação é insumo na produção de um conhecimento emancipador. Segundo Dudziak (2007), a presença de cidadãos emancipados e socialmente incluídos depende da capacidade de todos e de cada um em desenvolver continuamente a competência em informação, como uma maneira efetiva de transformar a realidade.

Esse despertar de consciência individual deve mobilizar uma mudança coletiva através do domínio da informação, do conhecimento e do aprendizado. Nesta caminhada, o bibliotecário é convocado a assumir um papel de protagonismo nas lutas por uma mobilização social. Ainda que pareçam ser muitas tarefas para o bibliotecário, a posição de ator social e político faz com que esta seja uma filosofia de compromisso com a própria vida. A realidade social de desigualdade presente no contexto atual global é uma oportunidade de atuação que o bibliotecário tem para contribuir como ator social, ético e político de transcendência em sua comunidade.

Salienta-se que o profissional da informação tem um lugar preponderante na sociedade, em especial quando assume com seriedade o papel de líder facilitador da aquisição do conhecimento, pois permite-lhe libertar-se e ao mesmo tempo ajudar com a emancipação de integrantes de grupos mais vulneráveis.

Por outro lado, a capacidade de se adaptar aos avanços da tecnologias se converte também em uma habilidade própria dos bibliotecários atualmente, pois, permite transitar com sabedoria pelos caminhos da educação, no papel de educadores, por muitos ignorados. Esse papel permite encontrar alternativamente espaços de sensibilização para a consolidação das competências informacionais que requerem os cidadãos, para realizar análise crítica e reflexiva de suas realidades particulares e gerais.

A Pedagogia apresenta-se como uma possibilidade metodológica para alcançar com êxito a missão social do profissional da informação, missão essa que tem a ver com uma orientação natural de abertura para o conhecimento.

Deste modo, o bibliotecário deve possibilitar a aquisição de competências informacionais para todos os sujeitos, aprofundando o sentido da observação contextual, a fim de que estes possam atuar como agentes culturais de mudança, socialmente orientados às transformações da sociedade.

Nesta perspectiva, a aquisição de ferramentas da Pedagogia como disciplina acadêmica parceira da Biblioteconomia amplia o campo de atuação do bibliotecário, e conseqüentemente, aumenta seu raio de ação na área da educação. Deste modo, a função social do bibliotecário se orienta ao tratamento dos fenômenos como da desigualdade social no caminho da sua diminuição.

A partir da educação pode-se oferecer alternativas de solução às problemáticas que dificultam a construção de sociedades democráticas, com altos índices de justiça, solidariedade e desenvolvimento humano.

Nessa dinâmica de leitura contextual para a qual se devem preparar as pessoas neste espaço de resistência social, de luta e de emancipação, é preciso dotar o olhar do leitor-observador para desvelar os efeitos dos interesses neoliberais que geram desigualdade e alimentam as lacunas que impossibilita a convivência. Esse desequilíbrio possibilita empreender um trabalho comunitário de busca de espaços de liberação que se oponham à reprodução das desigualdades existentes, propiciando o nascimento de espaços de inclusão com altos patamares de justiça social, onde o profissional da informação deixe ver sua responsabilidade social como ator de mudanças.

O bibliotecário é, então, convidado a abandonar as frias paredes e os rígidos estantes das bibliotecas estáticas, para adentrar no calor atrativo das comunidades mais necessitadas, adotando uma posição mais flexível que permita criar cenários alternativos para dispor da informação como instrumento para o desenvolvimento do potencial humano, na consolidação de um ideal de homem e de sociedade.

O papel social do bibliotecário o orienta a dar respostas frente à realidade complexa na qual se vive, Situando-se num cenário de intermediação onde o profissional da informação figura como centro dos olhares dos membros da comunidade, posição que

o compromete com as lutas sociais para a emancipação da população. A mobilização destas ações possibilita que as pessoas possam acessar informação em igualdade de condições sem restrição de nenhuma natureza.

O acesso à informação apresenta-se como um direito do ser humano a se materializar a partir de diferentes perspectivas, em especial da Ciência da Informação, no momento em que renascem os movimentos sociais como espaço de libertação dos sujeitos, na busca da diminuição das desigualdades que distanciam as pessoas dos verdadeiros estados de bem-estar individual e coletivo.

Seguindo essa linha de estudo, compete ao profissional da informação entender que na sociedade atual, imersa em funcionamentos totalmente complexos, a ação social e cultural é mobilizada a partir das práticas sociais reforçadas pela interpretação que cada um faz da realidade circundante, isto é, da capacidade com a qual irá interpretar o contexto observado. Nesse cenário, reside a importância da mediação desta disciplina acadêmica social como vetor para a aquisição de competências informacionais que possibilitem alcançar uma profundidade visual, permitindo um olhar mais cuidadoso para a informação de tal modo que esta possa se converter em conhecimento emancipador.

Frente a esse panorama universal, onde o volume de informação disposto pelos meios de comunicação cresce de forma indiscriminada, faz-se preponderantemente necessária a presença de um profissional eticamente responsável, que seja sujeito político comprometido com o empreendimento de ações de incidência social, que contribuam com seu desenvolvimento e o da comunidade da qual participa.

4.4. Contexto da Realidade

A realidade contemporânea, marcada pelo uso intensificado das TIC, faz com que a perspectiva da biblioteca tradicional (recinto sagrado da conservação da cultura e despertar dos sujeitos ávidos de sabedoria) entre em conflito com sua função sociocultural. Essa mesma realidade traz consigo uma necessária mudança do papel do bibliotecário, a fim de que possa ser considerado um profissional integral, capaz de lidar com precisão com o volume de informação gerada a cada momento em todos os lugares.

Este momento pode ser superado graças à presença das TIC, assim como pela função social outorgada às bibliotecas públicas na atualidade.

A vigência social do profissional da informação depende dos caminhos por ele traçados, tendo em vista que os percursos são cada vez mais amplos em sua possibilidade de atuação, e também que as dificuldades crescem, na medida em que os caminhos são mais diversos para acessar a informação.

A forma de empreender a caminhada depende do modo como o ator social interprete a realidade e adapte sua atuação no aproveitamento das melhores oportunidades de acesso e uso da informação, segundo os contextos específicos. Ver a informação desta forma permite considerá-la uma ferramenta que facilita a gestão e o tratamento de muitos fenômenos sociais desestabilizadores.

Em face do exposto – frente às mudanças sociais geradas pela articulação da informação, das tecnologias da informação, das telecomunicações, das necessidades e das problemáticas sociais – o profissional da informação deve exercer uma posição crítica, apoiada nos processos investigativos que facilitem a leitura real das situações. Desse modo, pode assumir essas mudanças sociais como algo natural da realidade em que se vive.

É evidente que os avanços tecnológicos têm, segundo estudos de Borges (2004), alterado as noções de tempo e de espaço, gerando uma dinâmica de mercado, onde, com muita frequência, os direitos das pessoas são apresentados como serviços e produtos cada vez mais sofisticados que aparecem e desaparecem com a mesma velocidade.

A tecnologia assim vista torna-se uma oportunidade e um risco para o profissional da informação, na medida em que o mesmo tem que adquirir novas competências que o permita dialogar com os produtos dessa tecnologia, para, assim, encontrar a funcionalidade social das mesmas. Nisto o bibliotecário deve possuir a capacidade de diluir o efeito alienador que tem esses artefatos como elementos reprodutores de desigualdade, para torná-los elementos de coesão social a partir dessa mesma acessibilidade possibilitada pela tecnologia.

No contexto da realidade atual, a tecnologia advinda da globalização dificulta a obtenção de empregos na medida em que os elimina. Segundo Baptista (2004), as

tecnologias trazem, com as pressões do consumismo global, um aumento do desemprego que tem que ser visto como uma chance que amplia, por sua vez, as oportunidades de trabalho em níveis planetários³³. Por outro lado, oferece novas chances para compreender as questões imperativas que são geradas pela dinâmica mundial.

Nesta realidade social que coloca o indivíduo participe de uma comunidade globalmente relacionada, orientada pelo capitalismo selvagem, que determina os comportamentos da grande maioria das pessoas, a participação do profissional da informação contribui para a transformação das realidades desalentadoras em um processos de emancipação que leva caminhos de esperança.

Ainda que o contexto não seja muito amplo em termos de igualdade, de justiça e de democracia, abre-se um leque de possibilidades na medida em que alimenta a capacidade criativa dos sujeitos e aviva o desejo de uma maior liberdade quanto à mediação como insumo para um crescimento individual e coletivo. Pode-se aferir como um chamado para que o bibliotecário atue de uma maneira efetiva ajudando a promover uma mudança e/ou melhoria na vida das pessoas que necessitam de sua intervenção como um profissional da informação interessado no desenvolvimento da população.

Nesta perspectiva de mudança do papel profissional, o caminho a ser seguido pelo bibliotecário está orientado também pela necessidade e interesse de informação que os sujeitos têm nas suas respectivas comunidades, em busca da construção de um conhecimento útil que proporcione uma melhor convivência em um mundo onde atuam, atualmente, de maneira efetiva e contínua, as tecnologias da informação e a comunicação.

Assim, o processo de adaptação ao contexto e a capacidade de efetuar leituras precisas e exatas orientam o desempenho deste ator social, convertendo-o num protagonista de sua realidade, e ao mesmo tempo, m agente de transformação social.

³³ Quando se fala do nível planetário se refere a essa mundialização das atividades que vão muito mais lá da catalogação econômica da globalização; a planetarização é um termo novo acunhado pela intenção de uma corrente progressista em educação que propõem a cidadania global como uma via para mudar as sociedades desiguais de hoje em dia. Precisa-se de uma mirada cosmopolita emancipadora que permita interpretar as interconexões do mundo e que contribua à consolidação do mesmo projeto ético e político de liberação que fortaleça o potencial do desenvolvimento humano e social. Bem agrega Beck (2002) que para viver dignamente neste mundo que ter-se voltado cosmopolita, se requer urgentemente uma nova maneira de mirar, a mirada cosmopolita, se se quer compreender a realidade social e política na que vivemos para tentar transformá-la.

4.5 Oportunidades e Desafios: o Bibliotecário Agente Social de Mudanças

A proliferação informacional gerada nos últimos tempos, que se pode citar como tempos de incerteza, é sem dúvida a maior oportunidade que tem o profissional bibliotecário para criar espaços de incidência sociocultural em sua comunidade. Lidar com eficiência com esta propagação de informações é um desafio profissional que orienta a caminhada dos bibliotecários e de todos os profissionais de cunho social na atualidade.

Deste modo, garantir o acesso à informação para todos os setores e grupos da sociedade deve ser um dos principais objetivos do profissional da informação que deseja contribuir com mudanças sociais que possam reduzir os altos índices de desigualdade existentes ao redor do mundo. Ainda que pareça redundante, faz-se necessário que o profissional da informação fique atento quanto ao combate de fenômenos multicausais, a exemplo da desigualdade social.

Um dos mecanismos privilegiados de ação que atuam para diminuição destas desigualdades é a Biblioteconomia, utilizada como mediação para o conhecimento, ao disponibilizar meios para que o acesso à informação se traduza em conhecimento efetivo ou como ponte para adquirir ferramentas que possibilitem sua chegada para todas as pessoas das diferentes comunidades.

Lidar com informação tem muitas vantagens que se tornam oportunidades e materializar estas oportunidades constitui, por sua vez, um desafio profissional de grande relevância para o desenvolvimento social de uma comunidade.

Outro grande desafio enfrentado pelo profissional bibliotecário está relacionado à necessidade de atuar, a partir de seu saber disciplinar, no desenvolvimento do potencial humano das pessoas que necessitam de informação. Esta participação deve ser suscitada pelo profissional sem distinção de classe, etnia, sexo, orientação sexual, religião, etc.; o que o transforma num sujeito ético e político, que utiliza os caminhos da Interculturalidade Crítica³⁴ como espaço de materialização a partir de seu papel profissional.

³⁴ Transitar por caminhos de Interculturalidade Crítica significa adentrar nos campos da descolonização do pensamento como filosofia de vida, resgatar de cada uma das pessoas as potencialidades que têm como

Nesta intenção, a capacidade de adaptação aos contextos é uma competência que demonstra a evolução na qual o bibliotecário deve conviver para não ficar desatualizado quanto aos avanços da sociedade contemporânea. É preciso também recorrer à interdisciplinaridade como ferramenta que facilita a leitura contextual, contribuindo para o surgimento de soluções dos problemas existentes e da satisfação das necessidades da comunidade.

O campo de ação bibliotecário hoje exige acrescentar as fronteiras da criatividade como insumo para alcançar passos transformadores, possibilitando o surgimento de um profissional inovador que faça dos obstáculos uma oportunidade para superar suas inseguranças, onde os riscos sejam motivos para impulsionar o trabalho comunitário, ampliando suas competências e maximizando suas oportunidades de contribuição real.

O maior desafio que se vislumbra neste estudo é poder fazer da Biblioteconomia um campo disciplinar das Ciências Sociais, onde se possibilite de maneira efetiva o acesso ao conhecimento armazenado para todas as pessoas, utilizando as inovações tecnológicas da informação e da comunicação como oportunidades de crescimento geral. Um profissional da biblioteconomia com a possibilidade de trabalhar em prol da criação do conhecimento a partir da gestão feita da informação que tiver sobre seu domínio.

A reflexão até aqui apresentada destaca o papel do bibliotecário como responsável por uma instituição criada para o desenvolvimento da humanidade: a biblioteca. Nela, o objeto de estudo é a informação, um espaço que possibilita a coesão social através de seu objeto de estudo. Além disso, pode-se considerar como uma organização social articulada com o Conceito de Sociedade (TELLO, 2005), que de acordo com esta premissa, na visão (SHARMAN em TELLO, 2005), são indispensáveis para a sociedade, pois, educam, informam e formam cidadãos melhores.

sujeitos integrantes de uma comunidade rica em valores culturais relevantes para seu próprio desenvolvimento. A descolonização do pensamento deve partir inicialmente da própria pessoa se se quer alcançar transformações profundas das realidades adversas para a população em seu conjunto.

Esta percepção implica uma evolução do conceito de biblioteca posto que, vistas deste modo, deve transcender as paredes físicas e posicionar-se entre as comunidades vulneráveis.

Nesta perspectiva, o bibliotecário é um agente social de transformação, isto é, um profissional social da informação; e assim, todo desafio a ser encarado pelo profissional da informação se constitui por sua vez em uma oportunidade de atuação, que, com intenção reforçada pelo conhecimento disciplinar contribuirá com o desenvolvimento do potencial humano dos sujeitos inseridos na sociedade da informação e do conhecimento. A transformação desta sociedade começa a partir da mudança do posicionamento profissional, para assim poder transmitir a dinâmica transformadora aos usuários que dele requeiram seus serviços.

Em concordância com a intenção formativa deste estudo, deixa-se aqui como ponto de reflexão, a necessidade de adotar posições profissionais através da biblioteconomia, que respondam à problemática das realidades contextuais na medida em que possa contribuir com a busca de soluções de problemas reais, como pela satisfação das necessidades de informação, por fim, para dar respostas de acordo com os desafios e as oportunidades que se surgem no cotidiano.

5 CARATERIZAÇÃO CONTEXTUAL

Neste capítulo se tentará retratar a realidade de duas unidades acadêmicas, objeto deste estudo, levando em conta o macro contexto que constituem a universidade pública como tal. Mais especificamente, centrará-se na Universidade de Antioquia (Colômbia) como referência colombiana, por sua existência num departamento com alto grau de dificuldades sociais, que tem na Escola Interamericana de Biblioteconomia a possibilidade de contribuir com a formação de bibliotecários comprometidos com as mudanças sociais que requer a cidade, o departamento e o país.

Junto, tem-se a Universidade Federal da Bahia (Brasil) que, fazendo parte da educação pública superior num Estado muito desigual como a Bahia, precisa de uma ação emancipatória na qual a formação profissional pode se alcançar os cidadãos. No cerne, o Instituto de Ciência da Informação tem o objetivo de disseminar a informação facilitando o acesso a toda a população, de forma que se constitua num instrumento que equipara as oportunidades em todos os membros da sociedade.

Tanto no Brasil como na Colômbia estão presentes inúmeras problemáticas sociais que os posicionam na realidade mundial como nações onde a desigualdade social é um fenômeno presente nas cotidianidades, o que dificulta o desenvolvimento dos mesmos.

5.1 Macrocontexto

Neste tema se registram alguns aspectos, que vistos de um contexto amplo, referem-se ao conhecimento das duas unidades acadêmicas que fazem parte deste estudo. A primeira instituição de análise é a Escola Interamericana de Biblioteconomia, que forma parte da Universidade de Antioquia, situada geograficamente na Cidade de Medellín, no departamento³⁵ de Antioquia, Colômbia.

A contextualização feita aqui mostrará elementos importantes que permitirão ver parte da realidade destas dependências, começando pelos cenários mais amplos até focar nas especificidades do estudo. Este trabalho além de se converter em análise de um fenômeno como a desigualdade social, presente nas realidades atuais dos dois países aqui citados, se apresenta também como uma possibilidade de estabelecer parcerias acadêmicas e sociais para o tratamento dessas dificuldades compartilhadas. Assim, a conhecimento relacionado destas duas realidades poderá ocasionar a identificação mútua das problemáticas existentes em ambos os lados.

5.1.1 Medellín e a Biblioteconomia na Colômbia.

O município de Medellín, cidade capital do departamento de Antioquia, fica geograficamente localizado na parte mais extensa do departamento, região natural conhecida como o Valle de Aburra, que fica na Cordilheira Central³⁶. É a cidade com a segunda com maior população da Colômbia, depois de Bogotá (2.508.452 habitantes)³⁷.

A cidade de Medellín, na atualidade, se apresenta como um centro urbano, ponto de encontro multicultural, de uma diversidade pluriétnica por excelência, resultado de uma gama de tecidos que elencam intenções sociais e acadêmicas, que dialogam nos setores privados e públicos, nas organizações sociais, empresariais e na comunidade em

³⁵ Equivalente a Estado, no Brasil

³⁶ Ver Gráfico 3.

³⁷ Estimativa nacional de projeção de população nacional, departamental e municipal. DANE. Consultado em março 14 de 2017.

geral, para transformar Medellín numa sociedade justa, democrática e equitativa, onde se apresentem oportunidades para todos os setores.

Desta forma, este município, segundo Alonso Salazar³⁸ (2008), apresenta-se como uma urbe que identifica propósitos comuns que dão direção e possibilitam o cumprimento das metas planejadas no plano de desenvolvimento desta região. Foram criadas políticas públicas dirigidas a identificar Medellín como *uma cidade de todos e para todos*.



Figura Nº 1. Posição do município de Medellín em Antioquia.
Fonte: Departamento Nacional de Estadística (DANE)

³⁸ Alcaide de Medellín, no período compreendido entre 2008 e 2011.

Medellín é um centro receptor de populações desarraigadas pelos problemas da violência doméstica, que acolhe em seu território estes grupos garantindo que todos tenham os mesmos direitos quanto a utilização dos espaços, programas e projetos sociais culturais existentes na cidade; e que vem de administrações anteriores, como a de Alcaide Sergio Fajardo, gestor que fez muitas inversões para o setor social mais desfavorecido da cidade.

Para enfrentar as condições adversas, o município de Medellín centrou seus esforços na busca pela transformação dessa realidade a partir da criação de políticas que, lideradas pela administração municipal no ano 2008, através do Departamento Administrativo de Planejamento (DAP), formulou junto ao Conselho Municipal de Política Social para a Igualdade (CMPSE), acordos e políticas públicas que visando um e processo de transformação em busca do bem-estar de todos seus habitantes.

De acordo ao Plano de Desenvolvimento (2008-2011), “Medellín é solidária e competitiva”. Esta cidade oferece todo tipo de benefícios aos cidadãos sem distinção de raça, sexo, condição socioeconômica, religião e orientação sexual. Foram estabelecidas medidas dirigidas a superar as desigualdades, para alcançar níveis de igualdade de direitos e oportunidades – condições básicas para a inclusão social, política e econômica.

Dentro dos direitos fundamentais que contemplam este plano, existem aspectos vitais como a saúde, nutrição e as precárias condições de moradia, assim como a baixa qualidade na educação e o difícil acesso ao lazer e à cultura.

Nesta perspectiva, o desafio fundamental que possui a cidade é alcançar um maior nível de equidade e inclusão social, situações que se originam a partir de um reconhecimento explícito destas condições adversas presentes entre seus habitantes, e que tem a ver com a possibilidade de acessar a satisfação dessas necessidades básicas (desigualdade social, carência de oportunidades, violência doméstica, entre outras).

Desta maneira, tem sido uma preocupação sentida das administrações governamentais de Fajardo, Salazar; Gutierrez y Gaviria as dificuldades sociais que obstruem melhorias quanto ao desenvolvimento humano e coletivo da comunidade. O combate à pobreza e às desigualdades tem sido tema fundamental que se encontra no foco dos planos de desenvolvimento das recentes entidades governamentais no município.

Nesta direção, é ponto de destaque a apresentação de uma compilação de políticas públicas que objetivam favorecer o reconhecimento da diversidade populacional e gerar inclusão, procurando assim, diminuir a brecha social que divide os cidadãos no município.

O documento que contém esta série de medidas sociais não é apresentado como um trabalho concluído, senão como um texto em contínua construção que procura ao máximo responder às necessidades da população, através da implementação de políticas públicas que posicionem a cidade de Medellín como uma plataforma que Impulsiona ações em prol da gestão da multiculturalidade presente, para convertê-la em centro de relações do reconhecimento intercultural.

É preciso entender que problemáticas sociais como os aqui apresentados não podem se resolver com ações e planejamentos fragmentados nem com a participação exclusiva de setores populacionais isolados. Mais que isso, faz-se necessário unir esforços para alcançar melhores resultados no cumprimento das metas. Assim, requer-se apresentar iniciativas desde o setor educativo, ações no sistema de saúde, programas econômicos, projetos sociais e planos culturais que apontem desde seus campos de ação a uma finalidade comum: combater a desigualdade social gerada pela falta de oportunidades e pela carência de bens e serviços.

Retornando ao compilado de intenções políticas preocupadas em atender as problemáticas sociais que dificultam a convivência no município, deve-se ter em conta um marco normativo que vai desde o cunho internacional, passando pelo nacional e departamental até chegar ao municipal propriamente dito, começando com a população, partindo das idades mais tenras, como crianças e adolescentes até a idade adulta, no intuito de convertê-los em sujeitos de direitos. Sobre a afirmativa, tem-se que:

Niños y niñas, en el concepto de persona plena de su dignidad, son sujetos jurídicos especiales, lo que implica que en el ámbito mundial conforman el único grupo poblacional reconocido per se como vulnerable. De allí su clasificación como sujetos de derechos prevalentes y como los individuos más en el ordenamiento jurídico internacional y nacional. Este hecho implica esfuerzos adicionales por parte de los Estados en materia jurídica, política y administrativa para asegurarles, sin ninguna excusa, la garantía y el ejercicio de sus derechos³⁹ (COLOMBIA, Ley 1098 del 2006).

³⁹ Código de Infância e Adolescência.

Este fragmento jurídico da normatividade de infância e adolescência é eixo no tratamento da população infantil, dentro das políticas públicas municipais criadas para dar solução aos problemas de iniquidade no marco da desigualdade social.

Nesta perspectiva, as crianças e adolescentes são reconhecidos como atores sociais, sujeitos de direitos, pessoas com potencial social e cultural para contribuir com o crescimento de sua comunidade, assim como seres capazes de tomar consciência sobre seu papel na vida para transformá-la. São considerados protagonistas de sua própria história, com a capacidade de participação e de decisões para seu bem-estar e da sua comunidade (MEDELLIN-COMPSE, 2010).

Tal qual as crianças e adolescentes nas políticas populacionais de diversidade e equidade, os jovens – com idade entre 14 e 26 anos⁴⁰- são também considerados sujeitos de direitos que, segundo o Conselho Municipal de Políticas Sociais e Equidade:

Esto lleva a comprender que un enfoque poblacional sobre juventud, debe abordarse a partir de la comprensión de la noción: **juventudes**, como una población diversa, con múltiples vivencias y formas de ser, determinadas por **la edad, el género, la etnia, la condición social, el entorno familiar, escolar y laboral, el territorio habitado, la memoria histórica y las culturas grupales**, que dan cuenta de diversas formas de asumir el mundo y de múltiples aspiraciones, fortalezas, creencias, valores, lenguajes, espacios y respuestas al contexto social, que es importante reconocerlas para generar ofertas y servicios coherentes con la condición vital juvenil (COMPSE, 2010, p.36).

Desta maneira se quer eliminar o estigma que recai sobre os jovens identificando-os como uma população que não faz parte dos indivíduos que contribuem para busca de soluções para as desigualdades e dificuldades de seu país, porque não realizam maiores contribuições à sociedade. Ao contrário disso, ressalta-se que eles são sujeitos capazes de transformar realidades, fazendo uso de sua autonomia e decisão, posicionando-os como atores importantes nas decisões políticas que possam contribuir para melhorias da sociedade da qual fazem parte.

Para lograr isto é preciso fazer com que eles se vejam como sujeitos de direitos, estratégicos, atores sociais primários na promoção da vida como fortaleza para

⁴⁰ Artículo 3 de la Ley 375 de 1997 o Ley de Juventud

a construção do sentido do público, e pertencentes à população vulnerável por natureza (ALCALDIA DE MEDELLIN; FUNDACION UNIVERSITARIA LUIS AMIGO, 2010).

As políticas públicas na cidade também convertem o idoso num alvo de sua intervenção social, onde são gestados projetos de proteção social das pessoas adultas, veiculados através de programas que oferecem um acompanhamento a este grupo populacional.

Estas políticas procuram manter vigentes inumeráveis benefícios de favorecimento ao idoso, tentando fomentar a permanência e integração destes no núcleo das suas famílias e no entorno social em geral (COMPSE, 2010). Os subsídios econômicos e outras medidas econômicas buscam minimizar os efeitos da pobreza nesta faixa etária, assim como os programas de atenção à saúde domiciliar e de lazer são planejados.

A ideia principal aqui gestada tem a ver com a necessidade de estabelecer mecanismos de integração às atividades cotidianas de uma cidade multicultural como é o município de Medellín; e basicamente, os esforços são orientados à atenção para a condição de diversidade que ali se apresentam.

Quando se fala de diversidade populacional no território é preciso contemplar na política pública programas que atendam um grupo populacional historicamente excluído: as mulheres. Medidas são necessárias para oferecer a elas a promoção de igualdade quanto a seus direitos e também deveres sociais, considerando-as como sujeitos com as mesmas possibilidades de crescimento social e cultural, com acesso e de equiparação de oportunidades.

Neste percurso, é preciso destacar a presença de um programa social com foco neste grupo populacional da cidade de Medellín. O projeto compreende o desenvolvimento de ações afirmativas e de transversalidade, orientadas a conseguir melhorias da condição e posição das mulheres no território. Com a execução destas políticas públicas, segundo o COMPSE (2010, p. 59), tem-se:

1. La autonomía económica de las mujeres, con el fin de facilitar su acceso a oportunidades de ingresos y el desarrollo de empresas sociales de cuidado y centros de producción de interés colectivo para las mujeres.
2. Una política de seguridad pública para las mujeres, dirigida a garantizar que Medellín se constituya en una ciudad segura para las mujeres.

- El ejercicio pleno de la ciudadanía de las mujeres.
3. La transformación de patrones sociales y culturales que limitan el reconocimiento y valoración de los derechos e intereses de las mujeres.

O desenvolvimento deste programa deve garantir iniciativas orientadas a diminuir os níveis de pobreza extrema – fator que acrescenta a lacuna de desigualdade – nesta comunidade, destacando três componentes principais identificados no documento: o controle sobre a renda, a prevenção da violência baseada no gênero e a regulação da fertilidade (COMPSE, 2010). Seguindo esta linha de abordagem, o tratamento social que a política pública faz dos grupos populacionais minoritários que também habitam o território e que posicionam a cidade como uma metrópole diversa em sua realidade cotidiana.

A **diversidade sexual e de gênero** do município, também contemplada nesta intenção política integradora, e pretende dar tratamento equitativo às pessoas, combatendo toda forma de discriminação por motivos de orientação ou opções sexuais e fazendo com que sintam sujeitos ativos de direitos.

“Para consolidar en Medellín una convivencia pacífica basada en el respeto a los derechos humanos y fundamentales de las personas, es necesario dejar atrás la discriminación y estigmatización de quienes tienen una identidad y una orientación sexual diferente a la heterosexual” (MEDELLIN, Plan Nacional de Desarrollo, 2008-2011).

Esta consolidação faz parte do componente de atenção para grupos populacionais minoritários que procura gerar mecanismos complementares na promoção da inclusão social de crianças, adolescentes, mulheres, jovens, adultos, idosos, indígenas, afrodescendentes e comunidades LGBT (considerados como minoritários).

Parcialmente, finaliza-se esta rota levando em conta a presença da **população afrocolombiana** em Medellín, comunidade que tem sido historicamente atingida por um alto índice de discriminação, que a posiciona nos maiores graus de marginalidade e pobreza. Este cenário exige uma intervenção rápida e decidida das autoridades governamentais para tentar diminuir a injustiça social sentida por este coletivo humano.

As intenções são materializadas através de políticas públicas que atendam especialmente esta comunidade e propiciem medidas socioeconômicas que elevem a

qualidade de vida destas pessoas, ao reivindicarem seus direitos e reconstruírem sua dignidade.

Para cumprir este propósito, é importante que na construção destas políticas públicas se leve em conta a cultura, a história, a etnia e o desenvolvimento meio ambiental em verdadeira harmonia com a natureza:

Por lo tanto no sólo es importante recuperar su expresión cultural, sino también proyectarla como parte de la pluri-etnicidad, la multi-culturalidad e interculturalidad de los legados nacional, regional y local, de tal manera que se reconozca y permita asumir libremente su identidad y aportes a la construcción de localidad, región y país. No sólo como un derecho históricamente negado a este grupo social, si no también en señal de la voluntad política de acabar efectivamente con la marginalidad, el racismo y la discriminación (COMPSE, 2010, p. 81).

Através da identificação das condições de vida deste grupo populacional, será possível desenvolver ações que permitam contribuir para a solução das problemáticas sociais, econômicas, culturais e ambientais da comunidade Afrocolombiana na cidade.

Para maior entendimento da situação contextual da cidade de Medellín, têm-se alguns dados estatísticos, proporcionados pelo Departamento Nacional de Planejamento (DNP - por sua sigla em espanhol), do ano de 2013, em sua ficha de caracterização. Estes elementos permitiram uma leitura mais profunda da realidade do município quanto às suas questões socioculturais e econômicas.

Departamento	Antioquia		
Categoria do Município	E ⁴¹	Porcentagem Km² do Departamento	0.6%
Extensão territorial Km²	387	Taxa Populacional do Departamento	383
Total População	2.441.123	Densidade da População por Km²	6.383
Distribuição	Cabeceira 99%-Resto 0.1%	População Potencialmente Ativa⁴²	1,624,846
Tipo de Entidade	Territorial Municipal	População Inativa⁴³	816,277
Região Transferência de Regalias	EJE CAFETERO		

⁴¹ Município categoria especial segundo Lei n. 617, do ano 2000.

⁴² São consideradas as pessoas em idade apta para trabalhar (entre 16 e 60 anos).

⁴³ Pessoas com idade de 0-14 anos e 61 ou mais anos.

Porcentagem de população por Etnia Afro: 6.21% Indígena: 0.13% ROM: 0.00%

Município Certificado em Educação em 2013

Quadro 01 – Características Gerais. Fonte: Departamento Nacional de Planejamento (DNP).

Uma observação quanto às cifras em educação complementam o conhecimento sobre a realidade social e cultural deste município. A cifra de cobertura em educação no município de Medellín está acima do pleiteado pelo departamento de Antioquia e da Colômbia como país.

No que se referente às necessidades vitais também notou-se avanços quanto à moradia e acesso a água potável, situando o saneamento básico a uma porcentagem muito abaixo. Quanto à pobreza, as cifras evidenciaram um trabalho municipal com tendência à redução deste fato social.

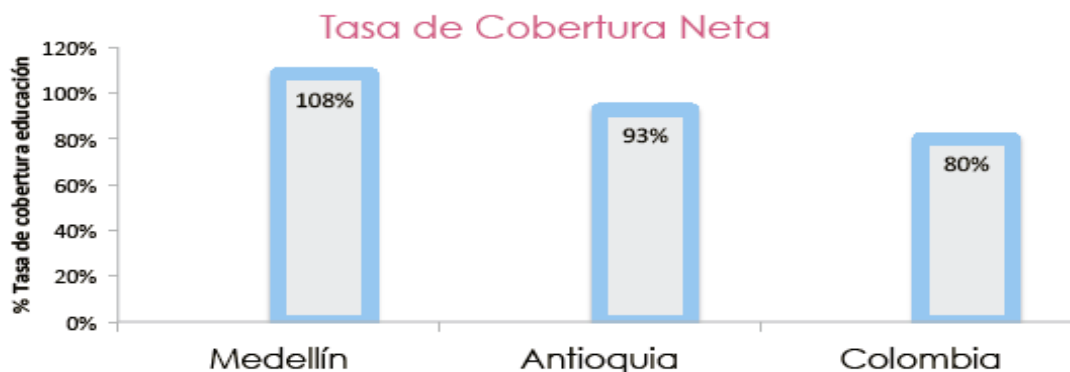


Gráfico Nº 1. Mostra como a política pública sustenta o progresso educativo no município. Fonte: Ficha de caracterização DNP.

Vivienda, Agua Potable y Saneamiento Básico



Municipio certificado en agua (2013)

CERTIFICADO

Promedio de índice de riesgo de calidad de agua*



Fuente: Instituto Nacional de Salud

Gráfico N° 2. A busca da satisfação das necessidades principais faz que Medellín seja posicionado como uma cidade preocupada por diminuir as desigualdades sociais existentes. Fonte: Ficha de caracterização DNP.

Pobreza



Índice de Pobreza Multidimensional-2005

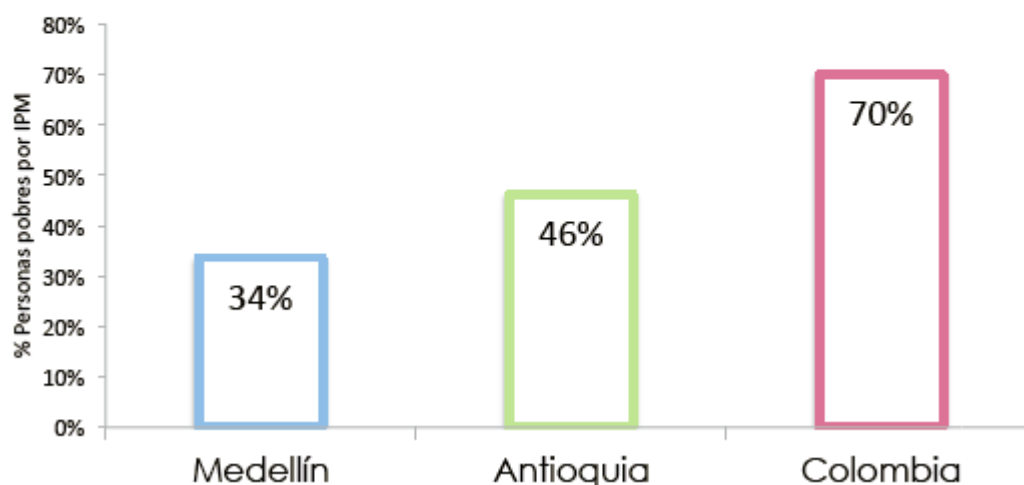


Gráfico N° 3. A pobreza multidimensional. Fonte: Ficha de caracterização DNP

Ainda que os programas sociais do Estado executados na cidade de Medellín deem conta da cobertura de serviços criados para contribuir com as condições sociais e econômicas da população mais vulnerável. Visando reduzir as lacunas de desigualdade no território, o município apresenta uma porcentagem alta de diferenciação entre margem de pobreza e recursos, aspecto que acrescenta às lacunas de desigualdade social no território.

A desigualdade é uma das preocupações de maior atenção nas agendas dos diferentes governos, sobretudo quando reforça os níveis de pobreza e de pobreza extrema. É imperativo então intervir para redução desde dado fenômeno sem pausar a intenção de alcançar sua diminuição.

Neste sentido, considerando a educação um espaço de intervenção que pode contribuir nesta intenção, vê-se em Medellín uma oportunidade que conta com um Sistema de bibliotecas públicas que possibilita a materialização de um Currículo Vivo da Biblioteconomia na cidade.

5.1.1.1 Sistema de Bibliotecas Públicas da cidade de Medellín

Neste exercício de caracterização é oferecido um olhar através da apresentação da realidade contextual do território a partir da Biblioteconomia na cidade, que traz esperanças quanto à possibilidade de combate das desigualdades geradas pela dificuldade de acesso à informação.

A acessibilidade à informação é então um eixo de desenvolvimento social e cultural da população, e disponibilizar a informação e garantir o acesso à mesma pode se converter em um elemento de aquisição de conhecimento, que favoreça a equiparação de oportunidades, apresentadas mais adiante.

Um sistema de bibliotecas que possibilite a articulação da academia com a comunidade na materialização do Currículo Vivo, que outorgue aos cidadãos a oportunidade de chegar com facilidade à informação, vista como insumo para o conhecimento geral, é uma forma de levar a população à apropriação de ferramentas conceituais que melhorarão e fortalecerão competências informacionais. Isso fará com

que tenham uma leitura contextual necessária para que participem no fortalecimento do desenvolvimento humano de si mesmo e dos habitantes das diferentes comunidades.

No que se refere às bibliotecas da atualidade, o município de Medellín conta com uma rede de bibliotecas públicas, resultado de políticas públicas no reconhecimento da função da informação e no papel específico do bibliotecário como agente de mudança social, movimentador das populações ávidas por conhecimento – fator importante quando se quer contribuir na transformação dos próprios contextos.

Ademais, para participar na diminuição das lacunas de desigualdade que diretamente afetam a população, é preciso que estas bibliotecas estejam enredadas numa esfera pública e social, possibilitando o acesso informacional para todos.

Faz-se importante também que adiantem os processos necessários para que cheguem aos locais mais afastados e de difícil acesso, exercendo assim de sua função de acessibilidade e de facilitador no que se refere à informação como insumo para a diminuição das desigualdades.

As políticas públicas na cidade de Medellín no que tange à Biblioteca pública tem em conta alguns objetivos relacionados com sua função sociocultural, posicionando a instituição como uma organização e/ou uma estrutura intimamente vinculada às comunidades, já que proporciona o acesso às ideias, aos documentos, ao conhecimento e à informação.

Segundo Bornacelly (2014), é uma agencia cultural que através da disponibilização da informação como ponte do conhecimento, contribui com o aumento na qualidade de vida dos membros das comunidades desfavorecidas nos espaços de influência destas bibliotecas.

Desta maneira, atua como meio de uma ampliação funcional destas instituições, agrupadas em rede para poder chegar de uma forma mais coerente e organizada a um maior número de usuários, garantindo uma maior e melhor plataforma de acesso informacional.

Isto permite pôr em evidência o papel da biblioteca pública como espaço social de transformação quando se acha que:

La biblioteca pública alberga un importante papel como un agente catalizador del cambio social, por lo cual es esencial recopilar de forma más Sistemática fuentes de información que permitan conocer con mayor detalle las comunidades y poblaciones en las cuales la biblioteca pública tiene asiento, no solo desde la perspectiva de adecuar mejor la oferta de servicios que presta, si no también para conocer mejor las necesidades, expectativas, representaciones y valores que tanto los usuarios como las comunidades van construyendo sobre el valor y la funcionalidad de la biblioteca pública (BORNACELLY E OUTROS, 2014, p. 168-169).

Num contexto como o da cidade de Medellín é muito importante a presença de bibliotecas públicas no interior das diferentes comunidades, posto que estas em sua maioria são constituídas por famílias em situações de exclusão social e cultural, movimentadas por realidades socioeconômicas adversas, condição que fragmenta a coesão social como meio para uma boa convivência.

Nesta perspectiva, o combate às desigualdades será possível sempre e quando as políticas públicas criadas alcancem certo grau de complemento, através da execução das pessoas que historicamente têm permanecido excluídas da vida social, cultural e econômica da população.

A cidade de Medellín tem um sistema de bibliotecas públicas que, segundo o plano estratégico (2014-2018), é um projeto de cidade construído com participação direta da população, baseando-se na escuta dos atores no que tem a ver com seus desafios, interesses e oportunidades. Projeta-se a partir de outros países ao redor do mundo, do contexto da América Latina, passando pela Colômbia, pelo departamento de Antioquia, na cidade de Medellín para chegar até as unidades básicas de informação das comunidades, e assim, oferecer ao usuário a variedade de informação que fomentarão a mudança das realidades individuais e coletivas.

Este sistema de Bibliotecas deve responder a desafios que satisfaçam as necessidades de informação dos habitantes desta cidade, levando em conta suas características particulares. Segundo o Plano Estratégico (2014-2018), este sistema tem que dar resposta em seu funcionamento ao *desafio da convivência pacífica na cidade*. As unidades de informação tem que garantir que são territórios de paz e trabalhar para conscientizar a população sobre o significado e importância da paz no contexto do que é a realidade nacional.

Reconhecendo a diversidade territorial e populacional num dialogo intercultural, as relações que se estabelecem com a mediação do bibliotecário precisam estar permeadas pelo reconhecimento do indivíduo como interlocutor válido na construção do conhecimento coletivo. O saber de cada um dos integrantes da comunidade é insumo para a aprendizagem coletiva; a participação dos cidadãos no processo de internacionalização da cidade e o diálogo com a região, o país e o mundo e a aquisição da informação precisam favorecer os processos de participação cidadã nas decisões que ajudem à na expansão das fronteiras do município.

Faz-se necessário também que permitam o conhecimento nacional, regional e mundial da cultura de Medellín como cidade pioneira dos sistemas de bibliotecas públicas instaladas em rede, com um aporte social. Aproveitando o potencial cultural para uma gestão cultural reflexiva e participativa, as unidades de informação são uma oportunidade de aproveitamento do potencial dos usuários como atores sociais, éticos e políticos que contribuam com decisões coerentes na transformação das suas comunidades.

Durante mais de 25 anos, as bibliotecas em Medellín têm sido motor de melhoramento das diferentes comunidades nas quais funcionam, conseguindo promover mudanças positivas na cidade. Por isso, o sistema de bibliotecas públicas tem tido um crescimento considerável em ação e presença nos territórios onde habitam as pessoas em condições desfavoráveis.

Na atualidade, este projeto bibliotecário conta com 32 unidades de informação dispostas em locais estratégicos do município. Destas, 13 estão em comunidades e 4 em espaços rurais (Gráfico N° 6), composto por: “9 parques biblioteca, 9 bibliotecas de proximidad, la Biblioteca Pública Piloto y sus 4 filiales, 4 centros de documentación, La Casa de la Lectura Infantil y el Archivo Histórico de Medellín” (SISTEMA DE BIBLIOTECAS PUBLICAS DE MEDELLIN, 2015, p. 4).

Nesta perspectiva social, fazer parte deste projeto é embarcar numa aventura com o conhecimento, em que se estabelecem relações com pessoas pertencentes a culturas, reconhecendo nelas interlocutores valiosos para a construção de sociedades mais justas e democráticas, que acham a apropriação da informação um relevante caminho de crescimento pessoal e grupal, para o alcance de transformações sociais do interior dos mesmos grupos desfavorecidos.

Unidade de Informação	Nome da Unidade
Parques Biblioteca	Parque Biblioteca Belén
	Parque Biblioteca España, Santo Domingo Savio
	Parque Biblioteca Fernando Botero, San Cristóbal
	Parque Biblioteca Gabriel García Márquez Doce de Octubre
	Parque Biblioteca José Horacio Betancur, San Antonio de Prado
	Parque Biblioteca León de Greiff, La Ladera
	Parque Biblioteca Manuel Mejía Vallejo, Guayabal
	Parque Biblioteca Presbítero José Luis Arroyave, San Javier
Parque Biblioteca Tomás Carrasquilla, La Quintana	
Bibliotecas Próximas	Biblioteca Centro Occidental
	Biblioteca Pública Altavista
	Biblioteca Pública Ávila
	Biblioteca Pública Barrial Fernando Gómez Martínez
	Biblioteca Pública Barrial La Floresta
Bibliotecas Próximas	Biblioteca Pública Corregimental El Limonar
	Biblioteca Pública Corregimental San Sebastián de Palmitas
	Biblioteca Pública Corregimental Santa Elena
	Biblioteca Pública Escolar Granizal
	Biblioteca Pública Escolar Popular No.2
	Biblioteca Pública Escolar Santa Cruz
Biblioteca Pública Piloto	Biblioteca Pública El Poblado
	Biblioteca Pública Piloto – Sede Central
	Biblioteca Filial Juan Zuleta Ferrer
	Biblioteca Filial La Loma – San Javier
Biblioteca Infantil	Biblioteca Filial San Antonio de Prado
	Biblioteca Filial Tren de Papel – Florencia
Centros de Documentação	Casa de Lectura Infantil
	Centro de Documentación de Planeación
	Centro de Documentación en Primera Infancia Buen Comienzo
	Centro de Documentación especializado en deporte INDER Medellín
	Centro de Información e Investigación Ambiental (CIAM)
	Centro de Recursos para la Activación de la Memoria CRAM
Arquivos	RepoSimtório Digital de Salud
	Archivo Histórico de Medellín

Quadro N° 2. Unidades de Informação que fazem parte do Projeto Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín. Fonte: Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín.

Deste sistema de bibliotecas, salienta-se a Biblioteca Pública Piloto, como eixo das unidades de informação dispostas para a comunidade em 5 locais considerados os mais vulneráveis da cidade (Gráfico N° 6).

Este sistema de Bibliotecas faz parte de uma rede ampla constituída por 47 bibliotecas públicas em Antioquia, sendo 4 bibliotecas da Caixa de Compensação Familiar Colfenalco; 11 da Caixa de Compensação Familiar Confama; 13 na Área Metropolitana do Valle de Aburrá; 7 bibliotecas especializadas; e 4 bibliotecas da Fundación Ratón de Biblioteca (Morales e outros, 2016).

Existem também outras redes de bibliotecas e programas bibliotecários como o GRUBE (Rede de Bibliotecas Escolares), a GUIE (Grupo de Bibliotecas Especializadas), G8 (mesas institucionais de bibliotecas de instituições de educação superior) que ampliam esta oferta informacional na cidade.

Estas 115 unidades de informação posicionam Medellín como um ambiente cultural por excelência, onde a democratização da informação é um componente básico nas políticas públicas da região.



Figura N° 2. Fachada do edifício da Biblioteca Pública Piloto de Medellín. Unidade de reconhecida trajetória na cidade de Medellín. Fonte⁴⁴.

⁴⁴ https://www.google.com.co/search?q=biblioteca+p%C3%BAblica+piloto+de+medell%C3%ADn&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjH8pPqksDVAhWILSYKHaNBCA8Q_AUICygC&biw=1093&bih=510#imgrc=dTuU-XRWZE3w2M.

É de suma importância ter o bibliotecário como expoente de uma Biblioteconomia que atue como uma disciplina pertencente à Ciência da Informação. Trata-se de uma ciência social e humana de suporte às comunidades, através do desenvolvimento de seu objeto de estudo, para contribuir com as transformações sociais que a população precisa no combate às desigualdades que imperam na sociedade.

5.1.2 A Escola Interamericana de Biblioteconomia.

O trabalho dos bibliotecários na Colômbia conta como uma instituição estabelecida em três períodos (o primeiro em 1999, o segundo em 2004 e o terceiro em 2012), que possibilitou uma estrutura acadêmica para que estes profissionais possam atuar com as comunidades em todos os âmbitos da sua vida cotidiana, e assim, garantir através do seu campo de ação, o direito do cidadão manter-se informado, facilitando a disseminação e o acesso à informação.

A Escola Interamericana de Biblioteconomia é uma unidade acadêmica que funciona no interior da Universidade de Antioquia⁴⁵, e conta com um sistema de bibliotecas composto por 19 unidades coordenadas e integradas para facilitar o acesso à informação e ao conhecimento, e dinamizar os processos de pesquisa e de inovação da Universidade.

Para cumprir com sua missão acadêmica formativa e de extensão, conta com 15 coleções bibliográficas gerais e especializadas em formato físico composta por 262.406 títulos e aproximadamente 758.621 volumes; 127.720 referências e documentos

⁴⁵ A **Universidade de Antioquia** é uma instituição educativa, pública, de caráter oficial e de educação superior que tem seu domicílio na rua 67 N° 53 - 108, na cidade de Medellín, Departamento de Antioquia, República de Colômbia. Está organizada como um *Ente Universitario Autônomo* com regime especial, vinculada ao Ministério de Educação Nacional, no atendimento às políticas e planificação do setor educativo e do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Funciona como pessoa jurídica, tem autonomia acadêmica, administrativa e financeira. Esta Instituição tem por objeto a busca do desenvolvimento e a difusão do conhecimento nos campos das humanidades, a ciência, as artes, a filosofia, a técnica e a tecnologia, mediante função da missão em atividades de pesquisa, de docência e de extensão para a comunidade, a partir dos programas de Educação Superior de Graduação e de Pós-graduação ou com metodologias presenciais, semipresenciais, aberta e à distância, deixadas ao serviço de uma concepção integral de homem. A Universidade assimila as diversas produções culturais e faz das necessidades sociais objeto das aulas e de pesquisa. A sociedade por sua vez participa e é beneficiada por ela (portal UDEA, 2017).

eletrônicos e 18 serviços tradicionais e especializados, alguns deles de acesso virtual e eletrônico⁴⁶.

A Escola Interamericana de Biblioteconomia foi criada em 19 de outubro de 1956 e historicamente tem sido a instituição que impulsionou a Biblioteconomia em Medellín, em Antioquia, em Colômbia e em todo continente. Começou seu trabalho acadêmico com um total de 35 estudantes provenientes de diferentes locais do território nacional e se expandiu até o por vários municípios do departamento de Antioquia, sendo pioneira da biblioteconomia a nível nacional e na América Latina.

Segundo o fundador, Doutor Ignacio Velez Escobar⁴⁷, médico e docente nascido em Antioquia, a Escola Interamericana de Biblioteconomia foi concebida a partir de um projeto de cidade, de país e de região, que na necessidade do continente de lidar com a organização, difusão e transferência do conhecimento, localizado nas bibliotecas ou unidades de informação, procurou estruturar um processo de formação acadêmica e profissional de pessoal que se formou com competências adequadas para cumprir com essa função social.

Até o ano 1959 constituiu dois níveis: um técnico, que outorga o título de Bibliotecário; e um profissional, que outorga o título de Licenciado em Biblioteconomia e que funcionou assim até 1979, quando uma reforma na educação superior no país, no ano de 1980, começou a outorgar o título de Bibliotecário. Após esta nova denominação do profissional bibliotecário, uma abertura foi dada aos programas de pós-graduação igual aos de graduação, para seguir um caminho de evolução institucional e responder aos desafios modernos em torno da organização e manejo da informação e suas unidades de ajuntamento e disseminação.

⁴⁶ Portal Udea: <http://www.udea.edu.co/wps/portal/udea/web/inicio/sistema-bibliotecas/institucional> - último acesso maio 11 de 2017.

⁴⁷ Político e acadêmico, foi governador de Antioquia, Alcaide de Medellín e reitor e decano da Universidade de Antioquia. Preocupado com o manejo da informação, fundou a Escola Interamericana de Biblioteconomia.



Figura Nº 3. Biblioteca Geral Central Universidade de Antioquia. Faz parte do Sistema de Bibliotecas da Universidade. É uma unidade de tradição reconhecida a nível local, nacional. Fonte⁴⁸.

Com a consolidação da EIB como uma instituição referente para a biblioteconomia na Colômbia e América Latina, foram formados alguns convênios com entidades a nível internacional como a OEA, que propôs um projeto multinacional de Biblioteconomia que outorgou benefícios a pessoas de mais de 20 países.

Isso permitiu a vinculação de um grande número de bibliotecários das bibliotecas escolares e universitárias de uma diversidade de países em América Latina, capacitando-os na Escola Interamericana de Biblioteconomia de Medellín, difundindo assim o grau de consolidação que a instituição vem logrado ao longo tempo.

A consolidação da EIB no campo disciplinar da biblioteconomia conseguiu, segundo (Lozano, 2015), dar grande visibilidade ao trabalho desenvolvido com a participação de expertos estrangeiros, os convênios, a produção editorial, a consolidação de programas de formação e a excelente acolhida de seus egressos.

Os avanços que as pesquisas têm conseguido na EIB tem feito com que este reconhecimento ganhe grandes proporções e assim tenha a possibilidade de aumentar seu foco de ação, aproximando-se das comunidades e populações com maiores

⁴⁸ Ver:https://www.google.com.co/search?q=escuela+interamericana+de+bibliotecologia+universidad+de+antioquia&source=lnms&tbm=isch&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwjJxaT7iujTAhXH7yYKHbnRDRQQ_AUIBygC&biw=1366&bih=638#imgrc=7shv3z-FipmdCM.

necessidades de informação, sendo a primeira unidade acadêmica a se destacar no campo da pesquisa em informação, conhecimento e sociedade.

Além disso, convoca pesquisadores de outros campos do saber para participarem da construção de linhas de destaque em investigação, tais como: Biblioteca, Informação e Cidadania; Informação e Gestão do Conhecimento; Terminologia e Representação do Conhecimento; Informação, Ciência e Tecnologia; e Arquivos, Memória e Sociedade. Estes elementos fazem da EIB uma instituição de referência nos estudos da Biblioteconomia no mundo da Ciência da Informação.

Em consonância com os objetivos desta unidade acadêmica, no que se refere à projeção social, atua de maneira contundente na comunidade, chegando de diversas maneiras:

Dinamizando procesos de intervención social a través de las prácticas solidarias en comunidades desprotegidas, cárceles y grupos vulnerables; haciendo diagnósticos y aportando con proyectos de mejoramiento; apoyando con cursos de capacitación a personas de la comunidad que trabajan en bibliotecas populares, públicas, rurales y escolares; respaldando y asesorando iniciativas surgidas de las mismas comunidades o instituciones sin ánimo de lucro, tendientes al mejoramiento del proceso de lectura e información; manteniendo una importante relación con la Asociación de Egresados de la Escuela, conocida como ASEIBI, fundada a principios de los ochentas, para proveer educación continuada a sus más de mil egresados profesionales, más otro número casi igual de bibliotecólogos y auxiliares de biblioteca que han pasado por sus aulas (Lozano, 2015, p. 1).

O trajeto recorrido pela EIB nestes 60 anos refletem a realização de um amplo trabalho na materialização dos objetivos da Universidade como entidade de educação superior voltada para o crescimento social e educativo da comunidade e dos países em geral. Quanto à docência, à pesquisa, à extensão e projeção social, a Escola mostra um processo evolutivo muito marcado para a geração de um conhecimento, a partir da criação de um Currículo novo e pertinente com a realidade da região e das necessidades informacionais da população.

Os planos de estudo têm sido transformados, levando em conta as exigências no desenvolvimento de atividades e destrezas em leitura e escrita, na imersão dos elementos da leitura crítica da realidade, direcionamento das ferramentas gerenciais, o

manejo das TIC', assim como o fortalecimento de um plano de pesquisa bastante forte (MUNERA e JARAMILLO, 2016).

Nesta direção, a EIB concebe a pesquisa como uma oportunidade para levar um novo conhecimento para a população, na medida em que sua transferência, disseminação e o acesso à mesma geram espaços de democratização da informação. Desta maneira, a escola transita na primeira década do século XXI com muitos grupos de investigação constituídos e reconhecidos por Colciencias⁴⁹; dentro dos quais figuram o grupo de Biblioteca Pública, Gestão do Conhecimento, usuários da Informação e Terminologia, Epistemologia da Biblioteconomia, Tecnologia da Informação e Bibliometria, Cienciometria e Infometria (MUNERA e JARAMILLO, 2016).

Estas agrupações acadêmicas atuaram como suporte para a criação e posterior desenvolvimento do Mestrado em Ciências da Informação. Além disso, proporcionou o nascimento da Revista Interamericana de Biblioteconomia, indexada no índice de Colciências, na categoria B e com possibilidade de ascender à categoria A (possibilidade já se materializou com as novas políticas desta entidade e agora é A1) (Múnera e Torres, 2007).

La investigación es uno de los ejes de la vida académica de la EIB, su función básica es hacer parte primordial en el proceso de la formación integral del profesional, de ahí que articule con la enseñanza y extensión para el alcance de las metas corporativas, tanto como lidiar con las la transmisión de conocimientos e información como una de sus responsabilidades fundamentales con la sociedad. En consecuencia, la investigación como un proceso conformado por un conjunto de actividades de indagación, exploración de la realidad a la luz de las metodologías y principios científicos, posibilitan a la institución una mayor consecución de conocimientos como vía fundamental para la busca de soluciones a los problemas de la sociedad en una ampliación de las fronteras de la misma disciplina (JARAMILLO et al., 2011, p. 12).

Para a Escola, assim como a pesquisa é importante, a docência também é um eixo de desenvolvimento do seu objeto de estudo (a transferência da informação), porque exerce um compromisso social na medida em que está comprometida com a formação de profissionais com espírito crítico e participativo, que favoreçam o acesso informacional

⁴⁹ Máxima entidade colombiana e reitora do que tem a ver com a pesquisa em todo o território nacional. Gera as políticas públicas em investigação para a gestão do conhecimento no país.

a todas as populações, formando seres humanos íntegros com altos patamares de dignidade humana e de desejo pela superação pessoal e profissional.

Así, durante su existencia y en las diversas reformas curriculares la EIB ha transitado por diversos referentes y concepciones teóricas. En la actualidad, la Escuela, se inscribe por una concepción diferenciada de las disciplinas que hacen parte del campo de estudio de las ciencias de la información (bibliotecología, archivística, documentación, museología y ciencia de la información), cuyo objeto se centra en la transferencia de la información como objetivo común, pero diferenciadas por los soportes de información, las instituciones y los procesos propios de cada ciclo de transferencia. De igual forma, en la estructura curricular que la Escuela ha construido, y a lo largo de las transformaciones, mejoramientos curriculares, evaluaciones y creación de nuevos pregrados y posgrados, se propende por una formación disciplinar (JARAMILLO et al., 2011, p. 21).

O grupo que integra equipe docente institucional está representado por 13 professores efetivos, vinculados à Universidade de Antioquia, e oito professores substitutos, dois professores de meio período e a maior parte dos professores são contratados por hora/aula.

Os professores vinculados ao programa são profissionais de diferentes áreas do conhecimento: bibliotecários, comunicadores sociais, filósofos e historiadores, dentre outros, com estudos de pós-graduação, em sua maioria mestrados; e alguns doutorandos. Trata-se de um grupo multidisciplinar, com qualidades profissionais amplas que permitem a materialização do objeto da educação superior.

Otro de los logros de la EIB es la apuesta al desarrollo del relevo generacional de la planta docente, con miras a garantizar la calidad y eficiencia académica como producto de procesos de inducción en el ámbito pedagógico para Estudiantes sobresalientes que se constituyan en los futuros facilitadores de la educación profesional en las diferentes áreas del saber que son enseñadas en la Escuela. Algunos de ellos ya hacen parte de la planta de docentes con que cuenta la EIB en la actualidad. Y están realizando maestrías y doctorados (Munera e Jaramillo, 2016, p.225).

Segue uma relação da planta docente, com sua formação profissional e o ano de ingresso à Escola.

Nº	Nome	Nível de Formação	Ano de vinculação	Dedicação	Categoria na escada Docente
1	Alejandro Uribe Tirado	Doutorado	2006	T.C	Associado
2	Edilma Naranjo Velez	Doutorado	2006	T.C	Assistente
3	Didier Alvarez Z.	Mestrado	2000	T.C	Associado
4	Luis Carlos Toro T.	Doutorado	2013	T.C	Associado
5	Margarita Gaviria V.	Doutorado	2003	T.C	Associada
6	Maria Teresa Arbeláez	Especialização	2000	T.C	Associada
7	Maria Teresa Múnera T.	Doutoranda	2000	T.C	Titular
8	Marta Lucía Giraldo L.	Doutoranda	2012	T.C	Associada
9	Martha Simlvia Molina	Doutorado	1996	T.C	Assistente
10	Nathalia Quintero C.	Mestrado	2003	T.C	Associada
11	Orlanda Jaramillo	Doutorado	1995	T.C	Titular
12	Sandra Arenas G.	Doutorado	2006	T.C	Associada
13	Wilson Castaño M.	Mestrado	2014	T.C	Assistente

Quadro Nº 3. Relação dos docentes da EIB. Fonte: Munera y Jaramillo (2016)

A revisão anterior permite visualizar a preocupação e o interesse da EIB em melhorar as condições de trabalho dos profissionais da informação; para que este desenvolvimento resulte no cumprimento dos objetos da universidade, como uma instituição que prioriza e valoriza a formação integral dos sujeitos através da docência, da pesquisa e da projeção e extensão desse conhecimento na à comunidade.

Estas ações possivelmente resultarão no bem-estar geral e no desenvolvimento social e humano da comunidade acadêmica, com projeção para as comunidades. Desta forma, a Biblioteconomia pode ser uma saída para a redução das lacunas da desigualdade social no território Colombiano.

5.1.3 O Estado da Bahia, Brasil.

A história da Bahia se confunde com a própria história do país. Em Porto Seguro, no Extremo Sul do Estado, no ano de 1500, o Brasil foi descoberto com a chegada dos portugueses e a celebração da primeira missa, em Coroa Vermelha, por frei Henrique Soares de Coimbra. Nesses cinco séculos de muitas histórias, a Bahia foi palco de invasões, como a Holandesa, das guerras pela Independência e de conflitos e revoltas, como a Sabinada e a do Malês.

No século XVI, a Bahia a economia girou em torno da comercialização do pau-brasil e da cana-de-açúcar, seguida pelo ciclo do ouro e do diamante. A fase áurea da cana-de-açúcar, inclusive, proporcionou o surgimento da nobreza colonial, provocando um aumento populacional e também financeiro, principalmente na capital, o que pode ser comprovado pelas construções das principais igrejas da cidade, como a de São Francisco, a Igreja de Ouro, a venerável Ordem Terceira de São Francisco, com fachada em barroco espanhol, e a Catedral Basílica, onde está o túmulo de Mem de Sá, o terceiro governador-geral do Brasil, e a cela onde morreu o padre Antônio Vieira (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2017).

O Estado da Bahia é um amplo território que está localizado geograficamente na região nordeste do país (Figura Nº 4), fazendo limite os outros estados Brasileiros, tais como: Sergipe, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Piauí, Pernambuco e Alagoas. O Estado possui uma grande extensão, banhado pelo oceano Atlântico, o que faz da sua zona litorânea muito procurada como destino turístico.

A região possui uma extensão territorial de 564.692,669 quilômetros quadrados, o que o converte no maior Estado do nordeste e quinto a nível nacional. Possui 417 municípios e, segundo o último estudo populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), tem uma população estimada de 15.344.447 pessoas, com uma Densidade demográfica de 24,82 hab/km².



Figura Nº 4. Mapa das regiões de Brasil, amostra a poSimcao geografica da Bahia-BA. Fonte⁵⁰.

É importante destacar que a expectativa de vida das pessoas pertencentes a esta região tem aumentado nos últimos anos, atualmente superior a 70 anos. A população feminina é maior, com uma porcentagem de 51% e a masculina de 49%. Os habitantes da Bahia quanto às suas características físicas e culturais são oriundas da miscigenação do africano, o índio e do europeu, situação que representa uma riqueza cultural que se manifesta em suas danças, a culinária, a religiosidade e na sua diversidade étnica de uma maneira geral. É o Estado com maior predominância de negros do Brasil, onde a cultura africana exerce grande influência em aspectos tais como a música e a dança, a exemplo.

No tange à **educação**, as políticas públicas criadas para o melhoramento da educação da população e para equiparar oportunidades estão sempre relacionadas com a qualidade da educação e a ampliação da sua cobertura. Isso se dá de tal forma, que o maior número de pessoas em idade escolar são atendidas por um sistema educativo, que

⁵⁰ Ver: <https://www.google.com.co/search?q=mapa+do+brasil&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir>.

visa garantir a formação. Nesse sentido, o financiamento para a educação superior de caráter público nas instituições federais é feito pelo Estado, que propõe mecanismos que pretendem diminuir as distâncias entre os que têm muito e os que têm menos ou nada.

Por outro lado, é fundamental prestar especial atenção ao contexto social que representa o espaço determinado pelas relações de poder que se manifestam através da lógica racial e de classe social.

5.1.4 A cidade de Salvador

São Salvador, da Bahia de Todos os Santos, é o nome completo da capital do Estado da Bahia.



Figura Nº 5. Mapa com a ubicação geográfica da cidade de Salvador e algumas cidades e Estados limítrofes no território brasileiro. Fonte⁵¹:

Salvador possui uma arquitetura marcada por construções do período colonial: igrejas, palácios e os casarões do Pelourinho, transformados em patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Com ruas estreitas e ladeiras íngremes, divide-se em cidade baixa e

⁵¹ <https://www.google.com.co/search?q=mapa+de+salvador+bahia+para+imprimir>.

cidade alta, ligadas pelo Elevador Lacerda. A capital baiana possui 2.953.986 habitantes, sendo a terceira capital mais populosa do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro (IBGE, 2017).

A cidade foi a capital colonial até 1763 e desenvolveu-se em torno de uma economia baseada do cultivo da cana-de-açúcar e do trabalho realizado pelos escravos. A presença de grandes plantações de açúcar na região fazia dos proprietários grandes comerciantes os donos da terra e da hegemonia da situação regional, na qual desempenhavam um papel fundamental na economia local (Faria, 1980).

As desigualdades sociais tiveram origem nas bases da economia da época e grande parte da a população era constituída pela força de trabalho. A cidade manteve sua economia, ao longo do período colonial, trabalho escravo, com muitas de suas atividades comerciais facilitada pelo escoamento através do porto, com a de saída da produção de tabaco, açúcar, tecidos, dentre outros produtos.

Nos anos de 1950, foi criada a Petrobras. Segundo Pinho (2008), 20 anos depois, setores público e privado, locais e internacionais se juntaram para instalar o segundo 'Polo Petroquímico Brasileiro', em Camaçari (COPEC), no ano de 1972. Apesar disso, as distâncias de desigualdade continuaram acrescentando todas as situações, em diferentes áreas, com o auge da exploração de petróleo.

Donald Pierson (1971) apresenta a Bahia dos anos 1930 como uma sociedade multirracial quanto a classes sociais, na qual a linha de cores não existia como uma fronteira intransponível de oportunidades, limitadas para o avanço social dos negros e mestiços. A presença, embora reduzida, de negros nas 'esferas superiores' era algo observado à época (p. 226).

Pierson achava que na Bahia não existia racismo e que tanto os estereótipos como a posição inferior do negro na estrutura econômica, deviam-se ao legado da escravidão. Nesse sentido, a situação de classe de um determinado indivíduo era o que realmente importava para sua promoção social, enquanto o requisito cor seria secundário. Segundo Pinho (2008), Pierson vê uma correspondência entre grupos de cores e classe, que sempre reaparece e que ocorre na ocupação espacial, na divisão do trabalho, no carnaval, etc. No entanto, não refere essa coincidência como reprodução social desigual, pobreza, e exclusão.

Nos primórdios de 1955, quando a Petrobras se instalou na Bahia, o volume salarial injetado na economia baiana era o equivalente a 38,7% da riqueza de toda a indústria interna do Estado, atingindo em 1967 o valor de 50%. Desde a década de 1960, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), financia o desenvolvimento industrial do Nordeste e, especificamente, o baiano, através de investimentos de natureza altamente concentrada (Azevedo, 1999, Oliveira, 1987).

Oliveira (1987) salienta que em função destas transformações, a estrutura produtiva e o mercado laboral provocaram mudanças em Salvador. No entanto, as condições dos negros e mulatos, que são maioria da população, de lá para cá, seguem desfavoráveis. Lembrando as observações de Pierson (1971), no quadro de 'Distribuição Racial Laboral, Salvador, 1936', viu-se que negros e mulatos eram a maioria entre os carregadores, 97% e 3%, respectivamente. Entre as lavadeiras havia 89,5% de negros e 9,5% de mulatos. Entre os pedreiros, 82,4% dos negros e 16,8% dos mulatos. Entre os estivadores, 1,6% dos brancos, 81,6% dos negros e 15,2% dos mulatos. E assim por diante.

Destarte, até hoje estas, em grande medida, são profissões negras ou 'empregos negros', em Salvador. Na tabela "Distribuição racial em empregos", onde os brancos pareciam predominar, Salvador, 1936, observou-se que entre os banqueiros, 84% eram brancos, 2,4% mulatos e nenhum negros. Entre os revendedores, 75% eram brancos e 7,5% de mulatos, além de 17,5% 'branqueados' e nenhum preto. Entre os dançarinos de cabaré, 67,31% de branco, 11,5% de mulatos e nenhum negro. Entre os advogados, 67,1% dos brancos, 9,7% dos mulatos e 1,7% dos negros. Entre os médicos, 63% dos brancos, 20% dos mulatos e 1% dos negros.

Embora as condições laborais na atualidade tenham mudado, não estão no nível de igualdade requerida. Negros, mulatos e pardos, apesar de serem maioria populacional em Salvador, seguem ocupando posições de vanguarda no mercado do trabalho.

As autoras Nadya Castro e Vanda Barreto (1998), juntamente com outros pesquisadores, abordaram com profundidade a realidade da desigualdade racial no mercado de trabalho baiano. Na pesquisa, o emprego doméstico se destacou novamente

como o emprego racial por excelência; apenas 4% dos brancos tinham essa ocupação, em comparação com 12% dos negros e 9% dos negros ocupados.

O mercado de trabalho informal (a "franja", mencionada por Francisco de Oliveira), muito importante em Salvador, seria composto por 48% de negros, 40% pardos e 12% brancos. Os brancos, que são 17% dos empregados, absorvem 54% das posições de nível superior, enquanto os negros (pretos e pardos), que são 83% dos empregados, representam apenas 46% dos que trabalham em funções de nível superior (Barreto, 1994).

Os dados disponíveis para os anos 1970 e 1980 revelam a persistência de índices e estruturas de desigualdade similares às encontradas no período anterior, sugerindo que a industrialização e o milagre econômico, apesar de melhorar os índices gerais, manteve a disparidade entre brancos e negros (Pinho, 2008).

No cerne, Dourado (2017) salienta que a desigualdade social em Salvador é tão visível que contrasta com suas belas paisagens. Apresentam-se dois pontos distintos: riqueza e pobreza. De um lado, uma riqueza traduzida em seus belos edifícios e do outro, uma pobreza traduzida nos bairros da periferia. Esse panorama pode ser observado do país, onde os governos não atuam de forma a resolver ou minimizar essa problemática cada vez mais crescente através do trabalho, educação, pelo contrário, dão esmolas em forma de benefícios, para não serem capazes de enxergar a realidade.

Este contexto permite observar uma cidade com altos índices de desigualdade social, na qual a maioria da população é constituída por pessoas negras que mantêm locais de retaguarda no mercado laboral, e que continuam fazendo trabalhos em que os "brancos" são a minoria. A exemplo, o trabalho doméstico, que em grande parte é desenvolvido por mulheres negras, indica um componente de vulnerabilidade para esta população. Esta é uma das razões pelas quais são pertinentes este tipo de estudo, quando a intenção é construção de um trabalho com altíssimo conteúdo social e que reporta, em grande medida, ao tratamento deste tipo de fenômenos.

Seguindo neste contexto, tem-se a seguir um espaço de articulação de políticas públicas por meio do trabalho da academia a serviço às comunidades em Salvador, o que faz da biblioteconomia uma importante aliada nesse processo, através do currículo.

5.1.4.1 Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia

É importante destacar nesta caracterização a existência de uma rede de bibliotecas públicas no Estado que se constituem num sistema que depende da Secretaria de Cultura Estadual e que foi instituído pelo decreto nº 22.103, de 04/11/1970, com o objetivo de incentivar a leitura por meio de apoio e valorização das bibliotecas públicas estaduais, municipais e comunitárias (SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PUBLICAS DA BAHIA, 2017). Este sistema tem em vista uma série de metas que deve garantir o acesso à informação aos habitantes do Estado, seguindo as políticas públicas criadas para este fim.

Esta projeção tem a ver com a operacionalização das políticas públicas do Ministério Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Além disso é também função deste sistema assessorar o planejamento das bibliotecas públicas estaduais assim como prestar assessoria às bibliotecas públicas municipais da Bahia. Esta rede propicia a criação, expansão e manutenção dos serviços bibliotecários em todos os bairros da cidade.

O sistema é liderado por uma Diretoria que tem a responsabilidade de gerenciar as operações das bibliotecas públicas, oferecendo assistência técnica na implantação e modernização das bibliotecas públicas municipais, assim como a criação e fortalecimento de bibliotecas comunitárias em cooperação com programas federais de apoio, dando assistência e fomento às atividades dessas unidades de informação.

O aporte que a cidade de Salvador faz ao fortalecimento do sistema está representado em seis bibliotecas públicas, localizadas em diferentes bairros, duas Bibliotecas Móveis que percorrem praças, parques e bairros da capital e do interior, além da Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, especializada na História da Bahia e da Biblioteca Juracy Magalhães Jr., em Itaparica (BA) (SEBP, 2017).

Como complemento, relacionam-se no seguinte quadro as 12 unidades de informação da cidade de Salvador que sustentam o SEBP em sua missão informativa e de acesso para todos.

Nº	Unidade	Diretor (a)	Endereço
1	Arquivo Público do Estado da Bahia	Maria Tereza Navarro de Britto Matos	Ladeira de Quintas, 50, Baixa de Quintas
2	Biblioteca Anísimo Teixeira	Laura Santiago Galvão	Rua Frei Vicente, N°16, Pelourinho
3	Biblioteca de Extensão	Sílvia Cunha	Rua General Labatut, 27 – subsolo – Barris Salvador
4	Biblioteca Infantil Monteiro Lobato	Patrícia Porto	Praça Almeida Couto, s/n – Nazaré Salvador
5	Biblioteca Juracy Magalhães Jr – Itaparica	Soraia Cristina Santos Alves	Rua Rui Barbosa, s/n – Centro Itaparica/BA
6	Biblioteca Juracy Magalhães Jr - Salvador (Rio Vermelho)	Débora Sampaio Leitão	Rua Borges dos Reis, s/n – Rio Vermelho Salvador/BA
7	Biblioteca Central do Estado da Bahia	Lívia Freitas	Rua General Labatut, 27 – Barris Salvador/BA
8	Biblioteca Pública Thales de Azevedo	Jaires de Oliveira	Rua Adelaide Fernandes da Costa, s/n – Costa Azul Salvador
9	Biblioteca Virtual Consuelo Pondé	Maria Cristina	bvconsueloponde.fpc@fpc.ba.gov.br
10	Casa Afrânio Peixoto	Dulce Ferrero	Praça Afrânio Peixoto, s/n – Centro Lençóis
11	Centro de Memória da Bahia	Rafael Fontes	Biblioteca Pública do Estado da Bahia, 3º andar, R. General Labatut, nº 27, Barris
12	Memorial dos Governadores	Nilo Cerqueira	Palácio Rio Branco – Praça Thomé de Souza

Quadro N° 4. Rede de unidades de informação na cidade de Salvador, Bahia. Fonte⁵²

Estas unidades de informação merecem serem destacadas de maneira particular, porque realizam atividades permanentes que se convertem em verdadeiros ambientes culturais de aprendizagem na cidade.



Figura N°6. Arquivo público do Estado da Bahia. Fonte⁵³.

⁵² <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19-2017>.

⁵³ <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19>. É um local de imensa tradição no território.



Figura N° 7. Biblioteca Móvel. Fonte⁵⁴



Figura N°8. Fachada Biblioteca Central do Estado da Bahia. Fonte⁵⁵.

Desta forma, a SEBP tenta promover e garantir o acesso democrático e gratuito à informação e ao conhecimento, fazendo da prática da leitura uma ferramenta contra as desigualdades e a exclusão que gera o desconhecimento e a desinformação.

As lutas para combater as desigualdades partem da criação de políticas públicas, dado o caráter multicausal do fenômeno, tem também que ser tratado por diferentes esferas da vida social e cultural. Nesse sentido, a formação do percurso humano é necessária como meio de democratização da informação através de sua disseminação e acesso para todos. Essa função formativa para estes profissionais pode

⁵⁴ <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19>. É uma iniciativa muito importante na intenção de democratizar a informação, pode garantir o acesso informacional a população em locais apartados pertencentes as periferias da cidade.

⁵⁵ <http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19>. É por excelência um centro cultural e acadêmico que congrega a realização de muitos eventos geradores de conhecimento científico e disseminador de saber popular também.

ser cumprida pelo Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia, no curso de Biblioteconomia.

5.1.5. O Instituto de Ciência da Informação (ICI)

Esta unidade acadêmica da Universidade Federal da Bahia foi criada com aprovação do Conselho Universitário em 12 de março de 1998, substituindo a antiga Escola de Biblioteconomia e Documentação (EBD). Essa mudança ocorreu em função das novas demandas que surgiram à época, para além do curso de Biblioteconomia: a criação do mestrado em Ciência da Informação e do Curso de Arquivologia. Vale ressaltar que o curso de Biblioteconomia foi instituído em 1942, antes mesmo da criação da Universidade Federal da Bahia.

Nas décadas seguintes, o curso de Biblioteconomia passou por transformações importantes, tornando-se um curso em nível superior e é integrado à recém criada Universidade da Bahia, federalizando-se juntamente com ela.

Desde o início, foi marcante a contribuição da EBD na formação de uma mentalidade profissional no campo do tratamento e da difusão do conhecimento, o que veio a favorecer o surgimento de novos e modernos arquivos e bibliotecas, a adequação e a qualidade da prestação de serviços de informação à comunidade, bem como o incentivo à criação e ao desenvolvimento de políticas para a preservação de acervos e da memória local e nacional⁵⁶.

O ICI é relativamente novo e veio dar respostas aos desafios emergentes do tratamento da informação – não apenas a formação de profissionais de nível superior, mas também a qualificação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento em nível de *strictu sensu*.

O Instituto traz uma nova perspectiva para a Biblioteconomia e áreas afins, a partir da instalação do Programa de Pós-Graduação, pois além de formar pesquisadores na área, também é responsável pela qualificação de docentes do ensino superior. Uma outra contribuição, não menos importante, está relacionada à formação de uma

⁵⁶ <https://blog.ufba.br/ici/instituto/>.

consciência crítica sobre a práxis biblioteconômica em razão das pesquisas desenvolvidas na pós-graduação, cujo objeto é a informação relacionada ao tratamento, disseminação, acesso e uso.



Figura N°9. Edifício do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia. Fonte⁵⁷.

Ao longo do tempo, o Instituto solidificou-se, expandindo a composição e a coerência que vinha sendo concebida com a reformulação dos cursos de Biblioteconomia em 1996, e do Mestrado nos anos 2000, além da implantação do Curso do Doutorado em Ciência da Informação. O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) tem uma área de concentração é Conhecimento na Sociedade Contemporânea, na qual estão alocados 2 linhas de investigação: Linha 1. Políticas e Tecnologias da Informação e Linha 2. Produção, circulação e mediação da informação, com disciplinas pertencentes a cada uma das linhas e representa atualmente uma produção de mais de 150 dissertações e 15 teses, defendidas num período de menos de 20 anos. O seu crescimento reverbera tanto na produção de artigos, livros e trabalhos apresentados em eventos como também na ampliação dos grupos de pesquisa, sendo 12 na sua totalidade.

⁵⁷www.google.com.co/search?q=ici+ufba&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjF95ittvfUAhVFN SYKHcQPARYQ.

O Quadro a seguir mostra a composição do corpo docente do ICI do Instituto.

Nº	DOCENTE	TITULO	UNIVERSIDADE
1.	Albano Souza Oliveira	Doutor em Difusão do Conhecimento	UFBA
2.	Alzira Gondim Tude de Sá	Doutora em Ciência da Informação	UFBA
3.	Ana Claudia Medeiros de Sousa	Mestra em Ciência da Informação	UFPB
4.	Ana Paula de Oliveira Villalobos	Doutora em Educação	UFBA
5.	Bruna Bomfim Lessa dos Santos	Mestra em Ciência da Informação	UFBA
6.	Carolina de Souza Santana Magalhães	Mestra em Ciência da Informação pela	UFBA
7.	Derek Warwick da Silva Tavares	Mestre em Ciência da Informação	UFPB
8.	Francisco José Aragão Pedroza Cunha	Doutor em Difusão do Conhecimento	UFBA
9.	Gillian Leandro de Queiroga Lima	Mestre em Ciência da Informação	UFBA
10.	Henriette Ferreira Gomes	Doutora em Educação	UFBA
11.	Hildenise Ferreira Novo	Doutora em Difusão do Conhecimento	UFBA
12.	Ivana Aparecida Borges Lins	Doutora em Ciência da Informação	UFBA
13.	Jaires Oliveira	Mestre em Ciência da Informação	UFBA
14.	José Carlos Sales dos Santos	Doutor em Ciência da Informação	UFBA
15.	Jussara Borges de Lima	Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas	UFBA
16.	Kátia de Oliveira Rodrigues	Mestre em Ciência da Informação	UFBA
17.	Lídia Maria Batista Brandão Toutain	Doutora em Filosofia	Universidade de León, Espanha
18.	Maria Dulce Paradella M. de Oliveira	Mestra em Ciência da Informação	UFBA
19.	Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira	Doutora em Educação	UFBA
20.	Maria Teresa Navarro de Brito Matos	Doutora em Educação	UFBA
21.	Marlene Morbeck Coelho	Mestra em Ciência da Informação	UFBA
22.	Nídia Maria Lienert Lubisco	Doutora en Documentación	Universidade Carlos III de Madrid, Espanha
23.	Raquel do Rosário Santos	Doutora em Ciência da Informação	UFPB
24.	Raymundo das Neves Machado	Doutor em Ciência da Informação	UFRJ
25.	Rodrigo Fortes de Ávila	Mestre em Ciência da Informação	UnB

26.	Rodrigo França Meirelles	Mestre em Ciência da Informação	UFBA
27.	Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva	Doutor em Ciência da Informação	UFRJ
28.	Sérgio Franklin Ribeiro da Silva	Doutor em Ciência da Informação	UFBA
29.	Zeny Duarte de Miranda	Doutora em Letras	UFBA
30.	Natan Sobral	Mestrado em ciências Farmacêuticas	UFP
31.	Leyde Klebia R. Silva	Mestrado em Ciência da Informação	UFPB
32.	Maira Sales	Mestrado em Ciência da Informação	UFBA

Quadro N° 5. Relação dos docentes do ICI. Fonte: blog.ufba.br/ici/professores/ (2016)

Observa-se que o corpo discente do ICI é, em sua maioria, formado por mulheres, situação que evidencia que o Instituto é um espaço onde se pode materializar as oportunidades que provem o processo formativo – as mulheres em muitos espaços faz parte das comunidades vulneráveis historicamente excluídas pela hegemonia nas sociedades.

A variedade quanto à constituição do corpo docente desta unidade acadêmica evidencia a interdisciplinaridade que permeia a formação dos professores do ICI e delinea a diversidade de oportunidades que podem ser ofertadas no processo de formação dos profissionais da Informação, fato que possibilita a criação de uma consciência crítica que lhes permitam participar ativamente na transformação nas quais desenvolvam suas atividades laborais.

Posto isso, apresenta-se um panorama geral que permite observando um ambiente propício para empreender ações, a partir de um cenário acadêmico que contribua com o tratamento do objeto de estudo desta pesquisa.

O desenvolvimento pedagógico do Instituto de Ciência da Informação e a Escola Interamericana de Biblioteconomia, especificamente em seus programas de Biblioteconomia e Documentação, deve propiciar espaços de transformação que gerem mudanças significativas no contexto social e cultural onde atuam. Importa salientar que a atenção à problemática da desigualdade social deve se fazer inicialmente no cenário formativo, onde a pessoa adquira uma consciência crítica que permita convertê-la num sujeito ético e político de transcendência.

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo apresenta-se um caminho para estabelecer uma metodologia que permita analisar o modo como a desigualdade social é abordada nos conteúdos presentes nas matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia, nas Universidade Federal da Bahia e na Universidade de Antioquia. Entende-se que para alcançar os objetivos pretendidos, descreve-se o tipo de estudo, a amostra investigada, a abordagem adotada e os instrumentos de coleta utilizados, bem como o percurso seguido para obter os resultados pretendidos.

6.1 Tipo de estudo

Reitera-se que a presente pesquisa enquadra-se como uma investigação de nível descritivo quanto aos seus objetivos, por caracterizar o fenômeno da desigualdade social na perspectiva dos Currículos acadêmicos dos cursos de graduação em Biblioteconomia de duas instituições de ensino superior, em contextos geográficos diferentes, com realidades que guardam características similares enquanto países pertencentes ao ambiente sociocultural da América Latina.

O programa acadêmico dessas instituições tem alcançado um desenvolvimento educacional importante, tornando espaços de investigação propícios para se descrever a maneira como se evidencia nos conteúdos curriculares a qualidade social que caracteriza a Ciência da Informação como uma Ciência Social e Humana, que se preocupa com o desenvolvimento do potencial humano individual e coletivo.

A partir do nível descritivo desta investigação especificaram-se as percepções dos participantes sobre o fenômeno mencionado no Currículo, posto que o aprofundamento do seu entendimento favorece a elaboração de propostas para seu tratamento.

Este tipo de estudo permite medir ou avaliar diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno investigado e oferece a possibilidade de predições; analisa como é e como se manifesta o fenômeno das desigualdades e seus componentes em uma determinada população. É importante expor o papel dos atores sociais diretamente envolvidos na realidade institucional, discentes e docentes, como protagonistas do processo educativo – os primeiros adotando uma posição crítica de aprendizagem, e os demais contribuindo, a partir de suas aulas, com a formação de profissionais.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que se trata de um estudo descritivo, posto que estudou o fenômeno da desigualdade social no Currículo dos programas de graduação dos cursos de Biblioteconomia nas instituições já citadas. Estas instituições não têm abordado este fenômeno no plano de estudos, o que o constitui uma problemática suscetível de aprofundamento a partir da pesquisa social que possibilite a transformação da realidade. Para Hernandez et al (1998, p.58), “um estudo tem caráter

descritivo quando o objetivo é examinar um tema ou problema de investigação pouco estudado ou que não tem sido abordado anteriormente”.

Com frequência, o propósito do pesquisador é descrever situações e eventos; dizer como é e como se manifesta determinado fenômeno. Os estudos descritivos tentam especificar as percepções importantes das pessoas, grupos, comunidades ou qualquer outro fenômeno que seja submetido a análise (HERNANDEZ SAMPIERI, 2006). Para o autor, do ponto de vista científico, descrever é medir. Isto é, em um estudo descritivo se seleciona uma série de questões e se mede cada uma delas independentemente, para assim descrever o que se pesquisa (HERNANDEZ SAMPIERI, 2006).

6.2 Desenho Metodológico

Esta abordagem faz com que a pesquisa seja classificada como uma investigação qualitativa, o não exclui a possibilidade de mensurar dados; ainda que a pesquisa tenha como característica um paradoxo de estudar poucas pessoas. A quantidade de informação coletada pode ser grande e rica de possibilidade de análise e de interpretações (ÁLVAREZ-GAYOU, 2005). Levar em conta este enfoque qualitativo⁵⁸ permite articular o estudo alguns pressupostos epistemológicos que retratam a posição ética e política do pesquisador, em sua intenção de contribuir com a solução do problema pesquisado.

Os estudos que utilizam este tipo de enfoque permitem aperfeiçoar a gestão da informação coletada, a partir de uma multiplicidade de instrumentos para a coleta de dados. No caso desta investigação são as entrevistas com professores, os questionários para estudantes e a leitura analítica e crítica dos planos de estudo que possibilitam desvelar a presença ou ausência do fenômeno da desigualdade social nas práticas pedagógicas, que materializam os conceitos dos Currículos das instituições educativas estudadas.

⁵⁸ Segundo Galeano e Vélez em Vélez (2012, p. 97) “ la investigación social cualitativa social apunta a la comprensión de la realidad como resultado de un proceso histórico de construcción a partir de lógicas de los diversos actores sociales con una mirada “desde adentro” y rescatando la singularidade y las particularidades propias de los procesos Sociales”.

A análise da informação consignada em torno do fenômeno investigado, como neste caso, oferece também a possibilidade de fazer uma triangulação que permita uma melhor leitura do fenômeno, a partir das três técnicas usadas nesta coleta. Outra característica importante da pesquisa qualitativa é que estas trabalham mais com palavras, significados e sentidos do que com números, o que faz dela uma investigação mais complexa, posto que as palavras ocupam mais espaço que os números (FERNANDEZ, 2006).

A investigação qualitativa mostra sua pertinência para este estudo na medida em que seu caráter interdisciplinar, transdisciplinar e, segundo Lincoln e Denzin (1994), em muitas ocasiões contra-disciplinar num campo de ação que é ao mesmo tempo muitas coisas:

A investigação qualitativa é multiparadigmática em seu enfoque. Os investigadores que a praticam são sensíveis ao valor do enfoque multimetódico. Estão submetidos à perspectiva naturalista e à compreensão interpretativa da experiência humana. Ao mesmo tempo, o campo é inerentemente político e construído por multiplicidade de posições éticas e políticas (LINCOLN; DANZIN, 1994, p. 576).

O investigador qualitativo tem a oportunidade de contribuir com o melhoramento da sua comunidade a partir da abordagem do fenômeno que afeta o desenvolvimento humano da população. Isto permite evidenciar sua posição ética e política em todo o processo da pesquisa.

A complexidade do objeto desta pesquisa faz com que sejam usadas várias estratégias metodológicas para explicar o fenômeno, o que o converte num estudo de caso⁵⁹. Velez (2012) se refere ao estudo de caso como uma estratégia metodológica que descreve a compreensão como a interpretação do movimento da tradição e do movimento do quem interpreta. Ainda que a origem do estudo de caso como estratégia metodológica seja incerta (há referências na Medicina, na Antropologia e no Direito), esta tornou-se uma das modalidades de pesquisa qualitativas usadas em Ciências Humanas e Sociais como neste caso.

⁵⁹ “No es simplemente un presupuesto bajo el que nos encontramos siempre, sino que nosotros mismos la instauramos en cuanto que comprendemos, participamos del acontecer de la tradición y continuamos determinándolo así desde nosotros mismos. El círculo de la comprensión no es en este sentido un círculo “metodológico” sino que describe un momento estructural ontológico de la comprensión” (Velez, 2012, p. 98).

O estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

Nesta oportunidade, faz-se uma análise profunda de uma unidade, compreendendo cada uma das duas instituições em estudo como essa unidade, que tem que ser analisada para a compreensão do fenômeno uma vez que se observa a partir do interior dos planos dos cursos de Biblioteconomia⁶⁰.

Estes dois contextos particulares são reflexos da cultura e da sociedade de duas regiões distantes geograficamente, porém muito próximas em problemáticas e necessidades sociais de suas populações, que compartilham interesses e imperativos comuns em sua intenção formativa.

Neste estudo de caso se indagou de forma intensiva as realidades particulares de cada instituição como uma unidade, para posteriormente fazer uma fase comparativa das descobertas, e assim, contrastar as realidades institucionais na busca de estabelecer que tratamento se dá ao fenômeno da desigualdade social na vida curricular dos programas acadêmicos estudados.

Este tipo de pesquisa se converte em uma via de saída para dar solução às problemáticas, satisfazer necessidades ou criar oportunidades de ação nos coletivos humanos. Elas dão tratamento a seu objeto de estudo com uma abordagem qualitativa que outorga espaço à subjetividade do pesquisador – espaço que permite deixar uma postura clara e decidida para a emancipação a partir do conhecimento.

Caminhar pelo método qualitativo propicia, entre outras coisas, a obtenção de dados de tipo descritivos, onde, segundo Tylor e Bogdan (1987), as falas e escritas e as condutas observáveis dos indivíduos são uma fonte rica em significados, que permitem encarar o estudo para se aproximar da realidade percebida pelas pessoas em torno a de um fenômeno. Assim, se logra a interpretação da ação social e se pode descobrir seu Significado para poder transformá-lo.

⁶⁰ A análise e a discussão dos dados coletados se apresentam no Capítulo 7 deste estudo, buscando a articulação da teoria e os dados gerem o nível de centralidade, exigido neste tipo de trabalho.

Uma das vantagens da investigação qualitativa se dá a partir da perspectiva do sujeito e foca sua importância no processo e contexto em que estes se desenvolvem. Segundo Mella (2003), esta ênfase processual se acontece no que os participantes da vida social experimentam da realidade social como processos. Com isso, a imagem geral que a investigação qualitativa entrega enquanto à ordem social é de interconexão e de mudança.

Nesta perspectiva, ainda que a pesquisa seja qualitativa e aberta, não significa que perca seu rigor. De acordo com Valles (1995, p.77),

o desenho qualitativo é aberto, enquanto concerne à seleção de participantes atuantes na produção do contexto Situacional assim como no concernente à interpretação e análise; e dizer, a articulação de contexto Situacional e convencional já que tanto o análise como a investigação se conjuga no investigador em tanto sujeito da investigação; que é quem integra o que dissesse e quem o disse.

Sob esse aspecto, a pertinência do enfoque qualitativo como método para indagar as percepções dos atores educativos sobre o fenômeno da desigualdade social e sua inserção no Currículo dos programas de Biblioteconomia das instituições supracitadas.

Como já dito anteriormente, pela complexidade do estudo é preciso adotar estratégias metodológicas que permitam aproximar-se mais do fenômeno. Esta pesquisa caracteriza-se também como documental, por abordar o conteúdo dos Currículos das duas universidades e se complementa com um trabalho de campo consistente, por coletar dados diretamente da realidade dos sujeitos das comunidades educativas envolvidas na população de intervenção.

Esta análise documental se faz com o propósito de recuperar informações que permitam estabelecer posições, relações, semelhanças, descobrir o estado atual do conhecimento em torno do objeto de estudo da investigação, os planos de estudo. O projeto político educativo das duas universidades é fonte de informação de análise e interpretação na produção de conhecimento sobre o fenômeno. Caso estes documentos revelem-se muito antigos, será preciso realizar entrevistas em profundidade com docentes formadores de tradição nos programas em estudo.

A pesquisa qualitativa é muito importante neste caso porque aprofunda o estudo do fenômeno social, considerando principalmente as opiniões, vivências e sentimentos dos atores principais no processo formativo da disciplina da Biblioteconomia e os contextos nos quais se encontram imersos; além da observação do próprio investigador quanto à melhor maneira de se aproximar diretamente da realidade.

Segundo Tylor y Bodgan (1987) a pesquisa qualitativa, isso consiste em mais que um conjunto de técnicas para coletar dados, mas um modo de encarar o mundo empírico, cujos aspectos distintivos desta metodologia são:

1. A investigação qualitativa é indutiva.
2. Na metodologia qualitativa o pesquisador vê o cenário e as pessoas em uma perspectiva holística.
3. O investigador qualitativo é sensível aos efeitos que ele mesmo ocasiona sobre as pessoas, objeto de seu estudo.
4. Os investigadores qualitativos tratam de compreender as pessoas dentro do marco de referências delas mesmas.
5. O pesquisador qualitativo tenta suspender ou apartar suas próprias crenças, perspectivas e predisposições.
6. Para o pesquisador qualitativo todas as perspectivas são valiosas.
7. As metodologias qualitativas são humanistas.
8. Os pesquisadores qualitativos dão ênfase a validar a investigação.
9. Para o pesquisador qualitativo todos os cenários e pessoas são dignos de estudo.
10. A pesquisa qualitativa é uma arte. Os métodos qualitativos não têm sido tão refinados ou estandardizados como outros métodos. O próprio investigado pode criar suas próprias estratégias metodológicas. As metodologias servem ao investigador; nunca é o investigador escravo dos métodos. (TYLOR e BOGDAN, 1987, p.7)

Estes aspectos importantes que caracterizam a pesquisa social qualitativa aponta uma linha humanística a este tipo de estudo, e mostra um caminho propício para pesquisar sobre estes fenômenos que preocupam demasiadamente a sociedade atual e que não são muito pesquisados nos cenários educativos.

O método qualitativo aqui referido proporciona as ferramentas investigativas necessárias para descortinar o estado do fenômeno da desigualdade social no contexto curricular dos programas dos cursos citados. O aspecto humano nesta investigação tem a possibilidade de tornar-se um mecanismo de mobilização de transformações sociais que partem dos sujeitos.

O enfoque qualitativo também permite indagar, neste caso particular, a realidade da Biblioteconomia como disciplinas de uma Ciência Social e Humana, que

possibilita a materialização de um Currículo, que a partir da sua projeção social, da vida à intencionalidade formativa da Biblioteconomia.

6.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Nesta etapa, descreve-se a diversidade de instrumentos (questionário, roteiro de entrevista e pesquisa documental) escolhidos para desenvolver a técnica que permitiu coletar as informações que embasaram a construção do conhecimento sobre o objeto de estudo desta pesquisa.

Esses instrumentos e técnicas buscam descobrir as características e o estado do fenômeno de estudo (a desigualdade social e seu tratamento no Currículo do programa de Biblioteconomia nas instituições de ensino) no qual se pretende indagar as percepções e sentimentos dos indivíduos a fim de analisar o modo como o Currículo de formação do bibliotecário trata a desigualdade social na Universidade Federal da Bahia (Brasil) e na Universidade de Antioquia (Colômbia). As ferramentas mencionadas possibilitaram realizar um cruzamento de dados visando análise comparativa das duas realidades contrastadas.

6.3.1 A Entrevista: o Discurso dos Docentes Atores do Processo Educativo

Relembrando os objetivos específicos, tem-se: identificar os planos e programas que orientam a formação profissional, conteúdos voltados para o combate à desigualdade social, retratar as percepções sobre a desigualdade social dos docentes envolvidos na formação desses profissionais; e verificar ações que evidenciem práticas que propiciem a reflexão sobre a exclusão social nos espaços investigados. Para atingir esses objetivos estabelecidos na pesquisa foram realizadas entrevistas

semiestruturadas⁶¹, que permitiram registrar as percepções, sentimentos e intenções dos docentes dos programas acadêmicos dos cursos analisados.

Esse tipo de entrevista é vista como uma possibilidade forma de observar o momento reflexivo no qual os agentes protagonistas do processo de formação exteriorizam suas percepções em torno do objeto de estudo, revelando ou não sua intenção de tratar este problema em sua prática pedagógica. É claro também que a intenção reflexiva das entrevistas não elimina destas o rigor que caracteriza os estudos de enfoque qualitativo dentro das Ciências Sociais e Humanas, como nesta situação.

No presente estudo, a entrevista qualitativa é concebida como uma técnica que complementa outros instrumentos capazes de responder a interrogações que norteiam os objetivos desta pesquisa. Para Tylor e Bodgan (1994), as entrevistas em profundidade são reiterados encontros face a face que buscam compreender as perspectivas dos informantes a respeito de suas vivências, experiências e situações tal como são expressadas em suas próprias palavras.

Essa técnica de coleta de dados tem muitas vantagens. Segundo Valle (1996), o estilo especialmente aberto permite a obtenção de material informativo de caráter holístico, contextualizado com as palavras e enfoque do entrevistado. Oferece ainda vantagem de gerar na fase inicial de qualquer estudo, pontos de vista, enfoques e outras orientações de utilidades, servindo especialmente para trabalhos de reconhecimento de populações historicamente marginalizadas, carentes de reconhecimento social.

Estas precisões permitiram que nesta pesquisa as vozes dos docentes, suas perspectivas e suas posições em torno do processo de ensino-aprendizagem fossem levadas em conta para a construção de caminhos mais inclusivos, democráticos e justos, que possam ser veiculados pela dinâmica das aulas nos programas de Biblioteconomia das universidades públicas em geral.

⁶¹ Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. Realizar entrevistas de forma adequada e rigorosa não é mais simples do que lançar mão de qualquer outro recurso destinado a coletar informações no campo (Duarte, 2004, p. 215).

A entrevista como instrumento de coleta de dados, neste trabalho, evidencia a posição ética e política do autor do estudo, no sentido de visibilizar a necessidade de inclusão da parceria entre a Ciência da Informação e a Pedagogia como ponto de transformação das práticas pedagógicas dos docentes, para que estes sejam vistos pela população como agentes de transformação social, fazendo desta uma ciência de cunho humano e social.

O caráter reflexivo do diálogo com os docentes está presente no momento formativo de interação pessoal que facilitou a entrevista qualitativa. Segundo Haguete (2001) e outros autores em Fraser e Gondim (2004), a entrevista é uma possibilidade de encontro onde os sujeitos logram uma interação válida para o conhecimento. Dizem ainda que:

a entrevista é considerada interação entre duas ou mais pessoas. Trata-se de uma conversação dirigida a um propósito definido que não é a satisfação da conversação em si, pois esta última é mantida pelo próprio prazer de estabelecer contato sem ter o objetivo final de trocar informações, ou seja, diminuir as incertezas acerca do que o interlocutor diz (FRASER e GONDIM, 2004, p. 139).

Precisamente a entrevista qualitativa, considerada como um espaço de tempo onde se escuta com disposição reflexiva e crítica através do diálogo com docentes, é aquela que permite registrar informação relevante para construir conhecimento em torno das problemáticas sociais suscetíveis de oferecer alternativas de solução. Nesse estudo, isso se daria desde o currículo dos programas de Biblioteconomia até os programas curriculares desenvolvidos no interior da universidade pública como espaço interessado em lograr transformações sociais que contribuam com a diminuição das lacunas de desigualdade social que, no momento, atentam contra a unidade e coesão social nas comunidades.

Assim, a entrevista qualitativa⁶² transcende sua abordagem como técnica de coleta de dados para se transformar num espaço intersubjetivo de encontro de percepções diversas e diferentes maneiras de atingir a vida através do campo da Ciência da Informação. Nesse sentido, considerando-a uma ciência social aplicada ao

⁶² A explicitação de como aconteceram as entrevistas será apresentada no capítulo sete, no qual se fará a discussão e análise de dados.

esclarecimento das problemáticas sociais que dificultam a vida em sociedade e a correta convivência intercultural.

6.3.2 O Questionário como Espaço para Refletir sobre as Percepções Discentes

Para olhar a perspectiva dos discentes em torno do fenômeno de estudo que se dá nos planos curriculares do programa e também para indagar sobre suas projeções profissionais, aplicou-se um questionário que permitiu responder aos objetivos da pesquisa já mencionados. Os questionários têm algumas vantagens como instrumento de coleta de informação que facilitou sua utilização neste tipo de estudo.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Ele tem muitas vantagens que podem ser materializadas na pesquisa social, como por exemplo:

- a) Possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio; b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores; c) garante o anonimato das respostas; d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente; e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado (GIL, 1999, p. 128).

Ainda que o questionário não seja um instrumento mais apropriado para investigações qualitativas, Hernandez (1998,) enfatiza que este é o instrumento mais utilizado para coletar dados, especialmente quando se trata de pesquisa quantitativa. Em pesquisa de caráter social, muitos pesquisadores sociais renunciam a esse instrumento por sua inclinação positivista. Contudo, nesta ocasião, o questionário foi desenhado enquanto oportunidade de os estudantes expressarem diretamente opiniões acerca de sua própria formação profissional.

O aporte da comunidade discente dos programas acadêmicos em estudo expressou-se na medida em acharam no questionário uma oportunidade para pensar no seu papel de estudantes comprometidos com a transformação das realidades sociais

adversas, a partir da dinamização da sua área de formação no contexto da intervenção nas diferentes comunidades. O questionário apresentado aos estudantes permitiu, por meio de suas respostas, interpretar e analisar a postura destes atores como agentes de mudanças que podem dinamizar as mudanças a partir do interior do próprio curso.

Desta maneira, este método denominado como instrumento híbrido⁶³, apoia metodologicamente a pesquisa social permitindo achar o sentido e o significado das ações dos atores envolvidos nesta investigação. A capacidade do pesquisador para interpretação dos dados outorga um valor importante para sua aplicação e muito mais para sua análise.

No intuito de obter informação dos grupos de estudantes nas duas unidades acadêmicas pesquisadas foram gerados espaços de reflexão que permitiram fazer uma leitura interna sobre o papel que estes atores estão adotando para questionar seu próprio processo de formação. Foi preciso indagar também sobre que tipo de intervenção ética e política os estudantes estão fazendo para as comunidades às quais pertencem.

Nesta perspectiva, o questionário como instrumento de registro de informação e pertinente para este tipo de estudos, permitiu “tocar” intersubjetividades e possibilitou fazer questionamentos a partir do próprio eu dos indivíduos envolvidos, uma vez que é um instrumento que, além de possibilitar os processos de pesquisa, permite também adiantar processos avaliativos de pessoas e de formação.

O questionário é muito mais versátil, para torná-lo mais próximo e palpável pelo estudante do ensino superior. Este instrumento “[...] que, se usado de forma correta, é um poderoso instrumento na obtenção de informações, tem um custo razoável, garantindo o anonimato e sendo de fácil manejo na padronização dos dados, garante uniformidade” (CHAER, 2011, p. 263).

Fica claro, então, ser este um modelo de fácil aplicação, simples, barato e plenamente hábil a possibilitar ao aluno desenvolver suas pesquisas e alcançar o tão almejado e fundamental status de pesquisador. Esta característica reforçou seu nível de

⁶³ Os questionários são denominados como métodos híbridos pela possibilidade de serem utilizados para coletar informação em pesquisas com enfoques quantitativos, mas também para o paradigma qualitativo em ciências sociais.

pertinência para que fosse usado nesta pesquisa como ferramenta fiel para coleta da informação.

6.3.3 A Análise Documental como Aprofundamento nos Planos Curriculares.

A pesquisa documental apoia-se na análise de conteúdo, que é vista como uma “hermenêutica controlada, baseada na dedução: inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos de rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (BARDIN,1977, p.9). Nesta investigação centrou-se o olhar no conteúdo programático dos planos de estudo dos programas curriculares que se desenvolvem nas unidades acadêmicas pesquisadas, convertendo o Currículo destes programas acadêmicos alvo do olhar do pesquisador, para indagar sobre o tratamento dado à problemática da desigualdade social durante a formação dos futuros profissionais.

Além de analisar interpretativamente os planos de estudo, também foi ponto central de observação o Projeto Político Pedagógico (PPP), do Instituto de Ciência da Informação (ICI) e o Projeto Educativo Institucional (PEI), da Escola Interamericana de Biblioteconomia (EIB). Ambos os projetos se converteram em objeto de estudo desta pesquisa com a finalidade de buscar neles indícios que permitam posicionar a Biblioteconomia como fronteiras das Ciências Sociais e Humanas, tanto na formulação de suas políticas como em sua aplicação para a vida.

No estudo em questão, a pesquisa social qualitativa baseada na análise documental, dedicou-se a reunir, classificar e analisar os dados que apareceram nos respectivos documentos institucionais que se materializam textualmente no Currículo educativo destes programas. Aprofundar o olhar permitiu o esclarecimento de apresentação da ação pedagógica⁶⁴ como uma possibilidade de construir caminhos para alcançar a emancipação coletiva que outorga a formação.

Este método, também conhecido investigação de fontes secundárias, possibilitou a recuperação de uma quantidade de informação para fins desta pesquisa,

⁶⁴ A Pedagogia como ciência parceira da Ciência da Informação tornasse uma necessidade acadêmica dentro do processo de formação dos futuros profissionais da informação em essa necessidade de reunir a maior quantidade de ferramentas que ajudem a consolidar-se como atores sociais de mudanças liderando espaços educativos.

posto que facilitou a oportunidade de observar nos escritos, a parte social e cultural que demarca a construção do currículo acadêmico, assim como sua parte histórica, aspecto que ajudou a desvelar a realidade política do momento em que foi criado.

Conforme Bardin (1997, p. 10):

O maior interesse deste instrumento de análise de informação polimorfo e poli funcional, que é a análise de conteúdo, reside no constrangimento por ele imposto de alongar o tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas.

Permitiu assim, fazer uma análise comparativa de muitos documentos históricos das instituições, e desse modo, contrastar realidades com as possibilidades de transformação das mesmas.

6.3.4 A Triangulação como Ferramenta na Construção do Conhecimento.

A Triangulação de Métodos⁶⁵ relativos à coleta de dados, conforme Marcondes e Brisola (2013), permite que o pesquisador possa lançar mão de três técnicas ou mais, com vistas a ampliar o universo informacional em torno de seu objeto de pesquisa, utilizando-se, para isso, por exemplo, do grupo focal, entrevista, aplicação de questionário, dentre outros.

De acordo com os postulados de Minayo (2010), a Triangulação é utilizada para avaliação aplicada a programas, projetos, disciplinas, etc. No processo avaliativo, sua conceituação torna-se abrangente e complexa, abarcando diferentes variáveis, dentre elas, a necessidade de se ter presente avaliadores externos, além dos internos, e que, preferencialmente, sejam de formações distintas, possibilitando “combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista” (MINAYO, 2010, p. 29).

Nos métodos e nas perspectivas analisadas, esta Triangulação é uma forma de confrontar posições que possivelmente encontram pontos de convergência, mas também, pontos de divergências levando em conta a presença de duas realidades diferentes em contextos e em populações.

⁶⁵ Desvelará seus resultados no capítulo destinado para o análise e discussão dos dados coletados.

A finalidade da Triangulação é conhecer com maior profundidade a realidade investigada através de informações recolhidas nos diversos instrumentos de coleta aqui utilizados. Seguindo esta linha, segundo Gómez (2010), a Triangulação é utilizada para análise qualitativa das informações coletadas. O processo interpretativo deve ser realizado, primeiramente, mediante “uma valorização fenomênica e técnica dos dados primários, em si mesmos e à exaustão”. E, posteriormente, num segundo movimento analítico, as informações devem ser “contextualizadas, criticadas, comparadas e trianguladas” (GOMEZ et al., 2010, p. 185).

Nesta pesquisa faz-se uma Triangulação de dados obtidos por meio de aplicação de questionários junto aos discentes da graduação dos últimos semestres, nos programas de Biblioteconomia das instituições investigadas. Junto, informações obtidas a partir das entrevistas feitas com os docentes que atuam nos espaços acadêmicos mencionados. Esse processo é complementado com os dados que emergem dos planos programáticos e demais documentos que fazem parte do Currículo destas duas unidades educativas. A adoção desse procedimento prepara o caminho para realizar uma análise comparativa, permitindo, assim, uma visão mais ampla do objeto de estudo.

6.3.5 A matriz comparativa como meio de contrastar as realidades curriculares

Atendendo a característica de comparação, adotou-se uma matriz como instrumento de comparação destas realidades. Tal mecanismo colabora na realização de uma leitura crítica do conteúdo curricular de cada um dos programas, permitindo evidenciar uma série de semelhanças ou diferenças relativas à presença e/ou tratamento da problemática da desigualdade social no Currículo geral da área investigada.

A matriz permitiu evidenciar informações relevantes sobre a forma como são abordados os conteúdos relativos à formação profissional do bibliotecário nas duas instituições de ensino superior. A malha curricular deve evidenciar uma postura ética e política dos atores que desenham o Currículo nas instituições educativas mencionadas, demonstrando a relação do conhecimento disciplinar próprio da Biblioteconomia como espaço sociopolítico preocupado com a democratização do acesso à informação.

A matriz de análise comparativa possibilitou desvelar a coerência existente entre a intenção discursiva do Currículo da Biblioteconomia nas instituições estudadas e a materialização deste discurso teórico por meio da ação pedagógica que os docentes vivenciam em seus espaços acadêmicos.

6.3.6 Universo Investigado

A população escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa é formada pelas comunidades educativas do Instituto da Ciência da Informação/UFBA – Salvador, Bahia Brasil; e Escola Interamericana Biblioteconomia/ UDEA –Medellín, Colômbia.

Diante da impossibilidade de investigar a população como um todo, foi delineada uma amostra, composta pelos atores dos respectivos programas, sendo os discentes dos últimos semestres nos dois cursos questionados, assim como os docentes que ministram aulas nesses espaços formativos onde os discentes estão sendo formados.

A escolha destes estudantes decorre da compreensão de que já estão num estado avançado de sua formação profissional e têm um maior conhecimento da malha curricular, além de poderem fazer muitas inferências sobre ela. As percepções e sentimentos destes atores forneceram ferramentas de análise, contribuindo na busca de um significado da prática pedagógica como forma de materializar o Currículo destas unidades acadêmicas.

6.4 Esquemas da Coleta da Informação

O sucesso de um processo de pesquisa qualitativa social como esta, depende da forma como tenham sido concebidas as ferramentas metodológicas que foram utilizadas para a coleta de dados, de modo que estes possibilitem conhecer as subjetividades dos atores envolvidos no processo, quando estes expressarem suas verdadeiras sensações e vivências sobre o fenômeno estudado, tornando-o evidente.

Para tornar clara essa pretensão, o gráfico N° 4 mostra o esquema de como foram utilizados os instrumentos para abordar o fenômeno.

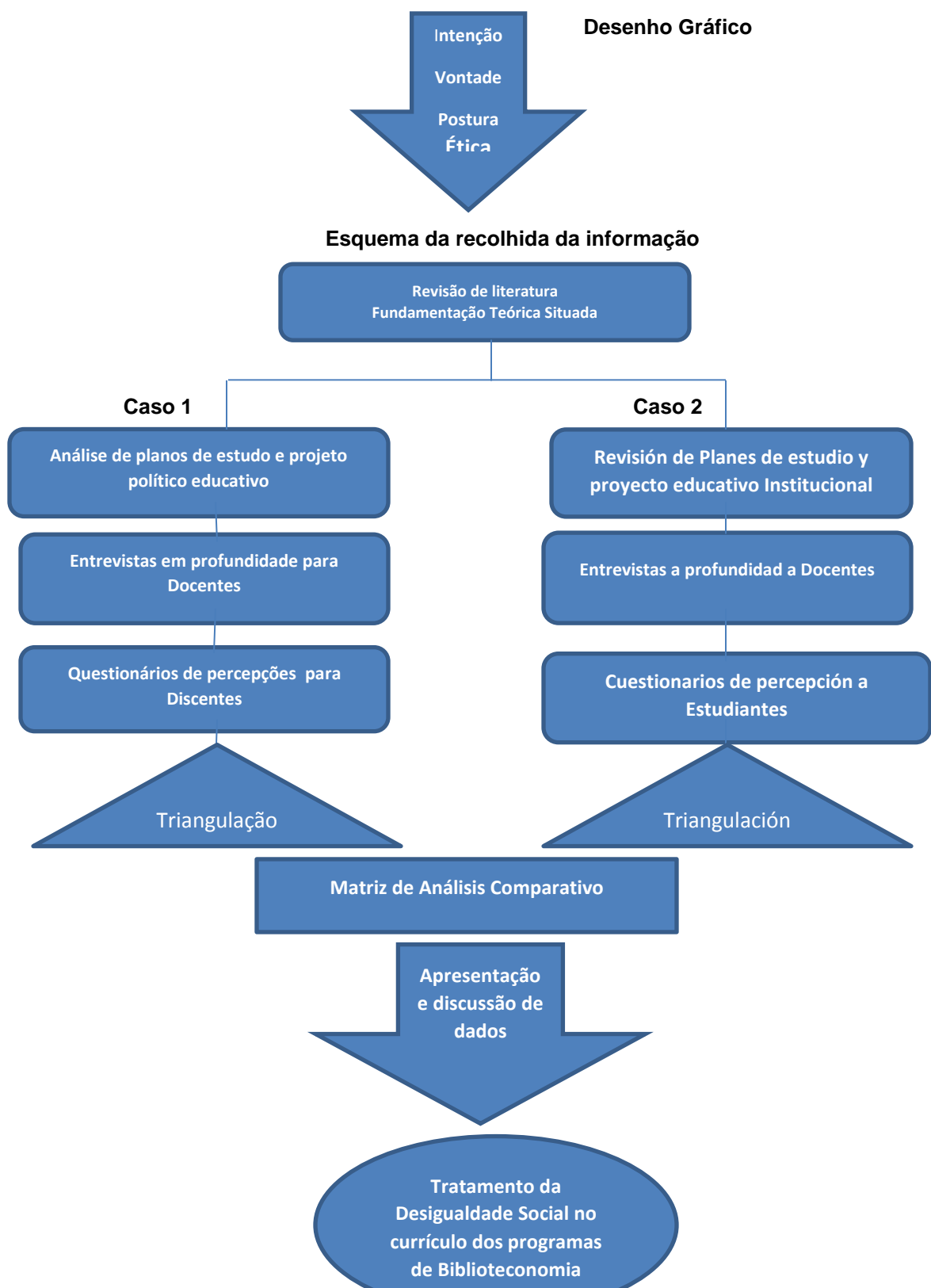


Gráfico N° 4. Esquema do Desenho da pesquisa

6.5 Dados Preliminares

Para iniciar este estudo, depois de construída a fundamentação teórica conceitual do mesmo, e abordando o desenvolvimento do objeto de estudo, foi realizado a análise, a partir de um olhar aprofundado sobre os Currículos das duas unidades acadêmicas, representadas pelos projetos educativos e os planos de estudo das mesmas.

Estes projetos mostraram, a partir de seu horizonte institucional (missão, visão, perfil de egressos e princípios e valores educativos), sua intenção formativa e a aposta que fazem, a partir de seu cotidiano, para a transformação social e as mudanças requeridas pela sociedade.

Igualmente, os planos dos programas com a articulação de suas disciplinas permitiram olhar o cumprimento do objeto e missão da Universidade como instituição voltada para a sociedade (Docência, Pesquisa e Projeção Social) que, desde a informação que ministrada nas aulas permitirá avaliar a coerência do discurso com a ação e assim, verificar os níveis de pertinência do mesmo com a realidade da comunidade, e por fim, se estes conteúdos programáticos respondem às verdadeiras necessidades da população.

Nesta perspectiva, a informação que provem dos dados preliminares desta pesquisa está confirmada pelas evidências sobre o tratamento do fenômeno da desigualdade, que tem a ver com o desenvolvimento do Currículo em sua manifestação mais palpável na sala de aula.

O discurso desenvolvido nos planos de estudo do programa tem que ser materializados pelos estudantes, de tal forma que eles adquiram o conhecimento através da ação docente que permite o reconhecimento das intersubjetividades como meio de

criação deste. A informação precisa transitar pela sala de aula até se converter em conhecimento útil para os estudantes, que por sua vez farão as vezes de mediadores e de facilitadores do acesso da informação para as comunidades.

7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE DADOS

Neste capítulo aborda-se a análise dos dados obtidos através da aplicação dos instrumentos e da utilização de técnicas como meio de coleta de dados já referidas em capítulo anterior. Primeiramente, fez-se o estudo de cada uma das unidades em separado (a forma e os resultados estão mais à frente), para em seguida realizar a fase comparativa da pesquisa e assim emitir as conclusões e considerações finais.

Os primeiros documentos analisados foram os projetos educativos e políticos e os planos curriculares dos cursos em estudo. Posteriormente, as entrevistas dos professores e depois os questionários feitos pelos estudantes. A análise de cada um dos cursos permitiu articular uma visão compartilhada das realidades do programa de Biblioteconomia nas duas universidades pesquisadas.

7.1 Tratamentos dos Dados Qualitativos

As tradições teóricas quanto às investigações qualitativas, além de dar base argumentativa a esta pesquisa, mostram diversas maneiras de tratar a informação coletada a partir dos dados fornecidos pelos informantes e também os extraídos dos documentos estudados:

Como espacio de la discusión y el discurso, la investigación cualitativa es difícil de definir con claridad. No cuenta con una teoría o un paradigma que le sean distintivamente propios. [...] Múltiples paradigmas teóricos se atribuyen el uso de métodos y estrategias de la investigación cualitativa (DENZIN; LINCOLN, 2011, p. 55).

Seguindo este pensamento, se pode evidenciar a necessidade que todos os pesquisadores sociais possam adotar sua própria metodologia de análise, onde as tradições ficam como cimento para esta construção. Se leva em conta que a quantidade informativa é de grande volume neste tipo de estudo, por isso resulta necessário utilizar uma combinação de técnicas em seu tratamento.

Nesta direção, Tyler e Bogdan (1986) citam que os estudos de enfoque qualitativo lidam com muita informação particular: as próprias palavras pronunciadas ou ditas e as atividades observáveis que diz que o pesquisador está ali. É recomendável para este tipo de estudos evitar a rigidez dos procedimentos de análise e tratamento dos dados qualitativos, e apelar então à imaginação como meio para oferecer uma interpretação mais próxima da realidade que os instrumentos de coleta de dados arrojam.

Continuando, Becker (1993) complementa que a metodologia não é assunto de especialistas, mas que corresponde a todos os pesquisadores sociais criarem seus

próprios procedimentos, métodos e formas, sempre fazendo uso da criatividade e sobretudo da liberdade e fidelidade com o trabalho de campo realizado.

Nesta perspectiva, postulados da Teoria Fundamentada (GLASER; STRAUSS,1967), da análise de conteúdo e dos fundamentos da Triangulação a contribuíram nesta pesquisa, outorgando ferramentas conceituais que facilitaram o tratamento dos dados coletados por diversos mecanismos, procurando assim, fazer uma interpretação e, posteriormente, análise que favoreceu o entendimento do fenômeno da desigualdade social e o tratamento que os Currículos destas duas unidades acadêmicas estudadas dão a este fenômeno.

Da Teoria Fundamentada pode-se resgatar o tema da categorização e codificação mediada pelos dados obtidos no campo, começando com a mesma observação, onde as notas de observação, as entrevistas, o discurso dos participantes e os documentos e textos escritos poderão gerar categorias e códigos de análise, além dos já estabelecidos.

A estratégia proposta por Glaser e Strauss (1967), chamada de “Método Comparativo Constante”, diz que o pesquisador faz um trabalho simultâneo, analisa e codifica dados para desenvolver conceitos. Isto é feito através da comparação contínua de incidentes específicos dos dados, onde o pesquisador refina esses conceitos, identifica suas propriedades e explora suas interrelações, integrando-as teoria coerente (TAYLOR; BOGDAN,1984). O trabalho de interpretação e análise dos dados deste estudo tem relação com estes postulados, mas não limita-se somente a eles, considerando que algumas categorias foram estabelecidas previamente no trabalho de campo.

Além da utilização de alguns conceitos e procedimentos da Teoria Fundamentada, uma tradição metodológica que tem a ver com a interpretação e análise de dados qualitativos é a análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977), trata-se de um conjunto de técnicas de análise de comunicações. Nesse procedimento, o fator semântico se destaca como meio de desenvolvimento do campo da interpretação – a pesquisa como forma de dotar de Significação os diferentes textos (CAMPOS, 2004).

Berelson (1984) define a análise de conteúdo como uma técnica de indagação que visa uma descrição do conteúdo de comunicação de maneira objetiva, sistemática e

quantitativa. Assim, é possível passar da exposição linguística até um nível semântico que dirija inclusive o resultado hermenêutico do assunto.

A assinatura de sentido e significado do texto se dá graças à sistematização inicial das categorias de análise estabelecidas previamente, resultante do marco teórico da pesquisa. É importante esclarecer também que, considerando os dados, é possível que insurjam outros conceitos não contemplados inicialmente, que nesta pesquisa foram nomeados como categorias emergentes.

Desta maneira, categorias apriorísticas e categorias emergentes foram articuladas para concentrar uma análise de maior projeção com a realidade mostrada pelos instrumentos na coleta de dados fornecidos.

Levando em conta o anteriormente enunciado, para efeitos do análise de dados, apresenta-se o seguinte esquema estrutural:

Pergunta/categoria	Categoria Principal (Códigos)	Comentário- Unidade de análise (citas)	Interpretação e análise
--------------------	-----------------------------------	--	----------------------------

Quadro N° 6. Sequência para fazer análise de dados. Fonte: Desenho do autor

As categorias de análise devem facilitar o caminho para que os pontos de vista dos atores e os dados consignados nos textos cumpram de maneira eficiente o procedimento hermenêutico, possibilitando responder satisfatoriamente à pergunta da pesquisa que norteia este trabalho qualitativo.

7.1.1 Tratamento do Fenômeno nos Planos Curriculares

Os dados fornecidos pelos Projetos Pedagógicos dos dois cursos em estudo permitiram evidenciar o tratamento dado ao fenômeno das desigualdades sociais na estrutura curricular das duas unidades acadêmicas. Considerando a leitura destes documentos, pretende-se encontrar pressupostos pedagógicos que possam facilitar os elementos conceituais que destacarão a função social da Biblioteconomia como disciplina social.

Inicialmente apresenta-se um quadro com alguns aspectos gerais da caracterização e estrutura curricular das duas unidades acadêmicas envolvidas nesta pesquisa. Seguindo, procedeu-se a análise da informação relevante que permitiu indagar sobre o estado do fenômeno dentro do projeto pedagógico dos programas mencionados, visando esclarecer o tratamento das desigualdades sociais nestes.

ITEM	Escola Interamericana de Biblioteconomia (EIB)	Instituto de Ciência da Informação (ICI)
Nome do Projeto	PROJETO EDUCATIVO INSTITUCIONAL PEI	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
Propósito	Gerar uma visão realista do EIB, evidenciando seu objetivo, que só pode ser alcançado através de um processo de aprendizagem institucional permanente, que consolida um gerenciamento abrangente e transformador de todos os seus membros.	Nortear o funcionamento do Instituto no que refere à orientação pedagógica, ao desenvolvimento da pesquisa e à projeção da comunidade. Contribuir com as finalidades educativas da Universidade.
Antecedentes	A criação da Escola foi oficializada em 19 de outubro de 1956, pelo Conselho de Diretores da Universidade e iniciou suas atividades acadêmicas em 4 de fevereiro de 1957, com 35 alunos de vários países. Em seus aspectos curriculares, os seguintes fatos podem ser destacados: até 1959 a Escola ofereceu treinamento em dois níveis: Técnico, que concedeu o título de bibliotecário e Profissional, pelo grau de Licenciado em Biblioteconomia e que foi concedido até 1979. De 1980, pelo Decreto 80, que reformou o Sistema de Ensino Superior no país, onde o título de Bibliotecário é concedido.	O ensino de Biblioteconomia na Bahia teve início em 1942, passando oficialmente a ser um curso de caráter regular em 1964, quando da criação da Escola de Biblioteconomia e Documentação da Bahia. Nesse mesmo ano firma convênio com a Universidade da Bahia; e com a reforma do Estatuto da Universidade passou a integrá-la como uma de suas unidades de ensino.
Denominação do curso	Bibliotecologia	Biblioteconomia e Documentação
Modelo Pedagógico	Andragogista	Não registra
Missão	A Escola Interamericana de Biblioteconomia da Universidade de Antioquia é uma comunidade acadêmica consolidada em torno de projetos de ensino, pesquisa e extensão em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Ela treina profissionais com critérios de excelência acadêmica, ética e	Formação de profissionais voltados para atuar em todos os segmentos da sociedade como agentes de transformação social.

	responsabilidade social para o desenvolvimento da região e do país.	
Visão	Para a América Latina e o Caribe, a melhor instituição de formação para profissionais, em Biblioteconomia e Ciência da Informação, por sua qualidade, liderança e capacidade de atuar como um agente dinâmico, de mudança e promotor de uma cultura no uso de informações científicas e culturais	Busca o fortalecimento da formação profissional, com base em desenvolvimento de competências e habilidades que enriquecem o ser e incrementam o fazer profissional.
Objetivos	Contribuir para o progresso da nação com programas de pesquisa inovadores, Ensino e extensão que permitam a formação de profissionais de alto nível. Competências acadêmicas, com base nos valores fundamentais da Constituição Nacional, da Universidade, da Escola Interamericana de Biblioteconomia, da pessoa, e especialmente no respeito à democracia para a consolidação de uma sociedade mais justa e equitativa, do desenvolvimento adequado do ciclo de transferência de informações	Formar o profissional bibliotecário, documentalista com uma base em pressupostos teórico-metodológicos interdisciplinares que favoreçam a sua intervenção no campo profissional, atendendo assim ao desenvolvimento social e cultural do indivíduo, bem como subsidiando a geração de produtos e serviços informacionais a partir da identificação das necessidades das diferentes organizações.
Objeto de Estudo	A informação e seus Processos de Transferência.	Focaliza sua atenção propriamente na informação e nas demandas informacionais.
Áreas de formação – Eixos metodológicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Macroestrutura: Campos de Conhecimento 2. Mesoestrutura: Núcleos Temáticos e Problematizadores 3. Microestrutura: disciplinas integradas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação. 2. Processamento da Informação. 3. Recuperação e Serviços de Informação. 4. Gestão de Unidade de Informação. 5. Tecnologia da Informação. 6. Pesquisa
Número de semestres	8 semestres	8 semestres: de no mínimo de 4 anos e meio, e no máximo de sete anos.
Carga Horária	Não registra	3.141 horas
Ideal de Homem	Um profissional com capacidade para atuar como agente interventor dinamizador em seu contexto social.	Cidadão com capacidade crítica e reflexiva, com altas competências profissionais
Perfil Profissional	Um profissional com ferramentas teóricas para compreender seu entorno e as relações socioculturais com as práticas bibliotecológicas; com capacidade para atuar como agente interventor e dinamizador em seu contexto social. Um profissional familiarizado com as novas tecnologias, aberto às mudanças e interpretações que elas exigem da realidade, com capacidade crítica para	Um profissional com formação interdisciplinar, capaz de identificar e explorar oportunidades presentes e futuras que atendam às necessidades informacionais dos indivíduos, da sociedade e das organizações.

	adotá-las e adaptá-las ao entorno ao Qual está imerso.	
Opção de Graduado	Trabalho de Graduação	Trabalho de Conclusão de Curso/TCC (Monografia)
Eixos Temáticos	A. Comunicação e Linguagem A. Socio-humanístico	A. Informação para a cidadania. B. Informação para as organizações
Elementos Curriculares	A. Caracterização da Informação B. Organização Informação C. Tecnologias da informação D. Gerenciamento da Informação - Etapas Curriculares	A. Disciplinas Obrigatórias B. Estudos Independentes C. Trabalho Final de Curso D. Estágio Supervisionado.
Componentes Curriculares	A. Imersão B. Profundização C. Consolidação Permeadas por dos grandes vertentes denominadas Campos 1. Profissionalizante 2. Formação Geral	<ul style="list-style-type: none"> • Currículo de Formação geral. • Currículo de Formação Profissionalizante. • Currículo de Aprofundamento. • Atividades Complementares. • Trabalho Conclusão de Curso/TCC • Estágio Supervisionado em Biblioteconomia e Documentação
Disciplinas de Oportunidade de Tratamento dos Fenômenos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos da Informação • Contexto Social • Formação Cidadã • Bibliotecas e Leitura • Historia e Pensamento Social • Fundamentos de Psicologia • Eleetiva Sócio-humanística • Teoria da Cultura • Formação Cidadã e Constitucional • Bibliotecas Escolares - Centros de Recursos • Ética • Transferência da Informação 	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução à Filosofia • Leitura: teoria e prática • Biblioteca Pública e Escolares • Disseminação da Informação • Fundamentos da Informação • Estágio Supervisionado • Introdução à Sociologia • Ação Cultural • Antropologia do Negro no Brasil (optativa)

Quadro 7 – Aspectos gerais dos Currículos das instituições investigadas. Fonte: Projeto Educativo Institucional EIB – Projeto Político-Pedagógico ICI.

Os títulos dos projetos mostram seu posicionamento discursivo, sendo o aspecto político no ICI de maior preponderância que no EIB. Os projetos políticos e pedagógicos aqui apresentados oferecem uma informação geral referente aos projetos

pedagógicos institucionais que norteiam o processo formativo nas duas unidades acadêmicas em estudo.

Os programas de Biblioteconomia pesquisados têm elementos conceituais na construção de suas formas de elaboração que permitem visualizar uma possibilidade de inclusão de temáticas sociais como a da desigualdade social, objeto desta pesquisa. Em suas missões e visões percebe-se um horizonte carregado de trabalho social e comunitário no desenvolvimento dos conteúdos programáticos dos planos de estudo, que podem contribuir com a luta empreendida neste espaço, em relação ao trabalho de responsabilidade social proposto no PEI, da EIB e a intenção do ICI de formar profissionais voltados para atuar em todos os segmentos da sociedade como agentes de transformação social. Segundo Santa Anna (2015), entre as grandes competências do profissional bibliotecário estão as sociais e políticas como base da formação.

Os eixos temáticos abrem um leque de possibilidades de atuação, para que o profissional da informação possa se apresentar como um ator ético e político importante em suas comunidades. Os componentes curriculares criam uma estrutura pedagógica forte para que as disciplinas ministradas no interior dos programas possam se ver como fornecedoras de conhecimento e saberes carregados de pertinência e sentido.

Desta forma, viabiliza-se a coerência que deve existir entre o discurso pedagógico delineado nos planos curriculares e a ação educativa em sua operacionalização. O Currículo cobra vida através da materialização do discurso na realidade, esta convergência é o que Rangel (2013) salienta que permite afrontar as contradições e negociações num contexto determinado, adaptando as atividades ao entorno.

O perfil profissional dos egressos dá conta da intenção por formar profissionais capazes de responder com presteza às problemáticas sociais nas comunidades, garantindo o acesso informacional de acordo com as necessidades destas. Neste sentido, é preciso otimizar as ferramentas pedagógicas para que esta intenção seja materializada na realidade.

As duas unidades acadêmicas guardam em comum o reconhecimento de que, como instituições pioneiras do trabalho biblioteconômico, desenvolvem em suas respectivas regiões o que se estabelece quanto à tradição acadêmica apresentada,

posicionando-as assim como programas de grande força sociocultural preocupados com o desenvolvimento educativo de suas comunidades, cumprindo com a missão substantiva da universidade.

Observa-se nas opções de graduação, TCC para o ICI; e trabalho de Graduação, no caso da EIB, uma grande oportunidade de dar sentido aos Currículos dos dois programas, chegando às populações vulneráveis com soluções para suas problemáticas. Trata-se de uma ação de diminuição das desigualdades que os profissionais da informação podem realizar, orientado o trabalho de graduação ao serviço das comunidades.

Considerando os objetivos aqui apresentados, pode-se notar que estes permitem nortear todo o processo educativo, mas não se vislumbra na mesma estrutura curricular mecanismos metodológicos para monitorar o cumprimento dos mesmos. Ainda que recorram ao Conceito de Inteligência de Coletivos estes profissionais podem enfrentar com as problemáticas da comunidade (LÉVY, 2003).

No mesmo quadro comparativo listam-se as disciplinas que, segundo critério do autor da pesquisa, poderia servir como caminhos de exploração, que por meio de seus conteúdos, visibilizem e abordem temáticas concernentes à problemática tratada neste trabalho. A materialização desta possibilidade depende em grande medida da intenção formativa do docente que ministra estas disciplinas.

As disciplinas oferecem à universidade a possibilidade de alcançar sucesso em sua missão com o comprometimento do corpo docente para a criação e produção do conhecimento, assim como a distribuição equitativa do mesmo (SANTOS, 2011).

Nesta direção, o Currículo, como estrutura que norteia o funcionamento institucional, corresponde à inclusão de disciplinas no componente obrigatório que façam abordagem deste tipo de questões, o que incluiria em sua ementa estes fenômenos sociais. Isso, considerando o sentido que tem o currículo de desembaraçar, através da educação, as possibilidades de combate às injustiças, para a emancipação do ser como caminho para a libertação (FREIRE, 1970).

7.1.2. As percepções⁶⁶ dos discentes em torno do fenômeno da desigualdade social no processo de formação.

A aplicação do questionário aos discentes dos últimos semestres, no total de 20 no curso de formação em Biblioteconomia e Documentação, do Instituto de Ciência da Informação (ICI); e de 27 na Escola Interamericana de Biblioteconomia permitiu evidenciar alguns indícios que se tem em torno da pergunta de investigação que estrutura o objeto de estudo desta pesquisa.

Num primeiro momento buscou-se estabelecer um perfil dos discentes, como uma maneira de caracterização, com dados como: sexo, idade, etnia, estrato socioeconômico e Situação laboral atual, com a finalidade de justificar a necessidade de abordar este tipo de questões no interior destas unidades acadêmicas.

Nesta direção, começando uma leitura pormenorizada das questões gerais feitas no instrumento da mostra, o quadro N° 8 evidencia o perfil dos discentes entrevistados.

Unidade	Nº	Semestre cursado	Gênero	Idade	Estrato	Etnia	Trabalha?
ICI	Estudante 1	8º	F	34	3	Afrodescendente	Não
	Estudante 2	5º	F	41	1	Afrodescendente	Sim.
	Estudante 3	7º	F	62	2	Mestiço	Não
	Estudante 4	7º	F	26	2	Afrodescendente	Sim
	Estudante 5	8º	F	25	4	Mestiço	Nao
	Estudante 6	7º	F	21	3	Afrodescendente	Sim
	Estudante 7	7º	F	23	2	Afrodescendente	Sim.
	Estudante 8	8º	F	34	3	Afrodescendente	Não
	Estudante 9	7º	F	22	2	Mestiço	Não
	Estudante 10	8º	F	26	2	Afrodescendente	Não
	Estudante 11	8º	F	56	3	Mestiço	Sim
	Estudante 12	8º	F	26	4	Branco	Sim

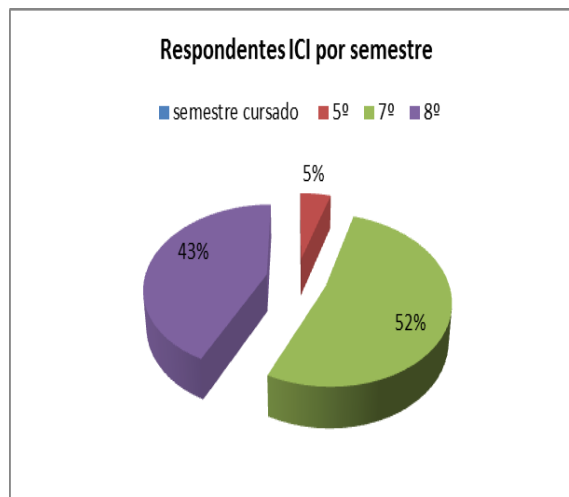
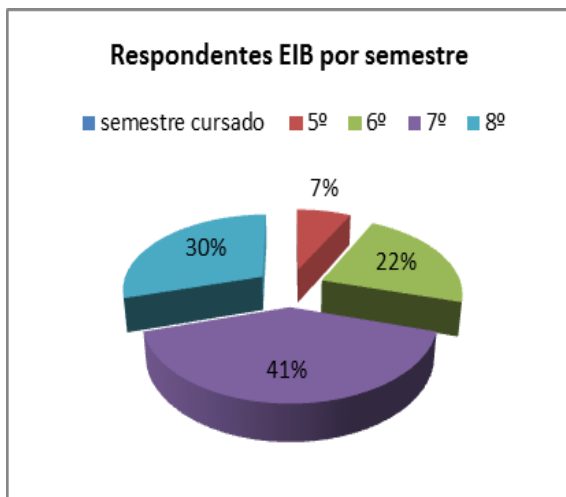
⁶⁶ Salienta-se que o Conceito de Percepção aqui tratado tem a ver com uma noção geral ou capacidade de entender ou criar uma ideia, um modo de ver ou sentir. Assim, as ideias gerais e pensamentos criativos da imaginação podem ser qualificados como concepções. Segundo Barthey (1982), a percepção é qualquer ato ou processo de conhecimento de objetos, fatos ou verdades, seja através da experiência sensorial ou por pensamento; é uma consciência de objetos, um conhecimento, uma sensação faz para um objeto externo. Um conhecimento imediato ou intuitivo, ou julgamento; um discernimento análogo à percepção sensorial em relação à sua realidade, o imediatismo e a sensação de certeza que o acompanha, muitas vezes implica observação agradável ou discriminação sutil.

	Estudante 13	7º	F	30	3	Afrodescendente	Não
	Estudante 14	7º	F	36	2	Mestiço	Sim
	Estudante 15	8º	M	27	3	Índio Português	Sim
	Estudante 16	7º	F	35	2	Afrodescendente	Não
	Estudante 17	8º	F	52	3	Mestiço	Não
	Estudante 18	7º	F	25	2	Afrodescendente	Não
	Estudante 19	7º	F	25	1	Afrodescendente	Não
	Estudante 20	7º	F	27	2	Afrodescendente	Não
EIB	Estudante 1	7ª	23	F	2	Mestiço	Não
	Estudante 2	8º	28	M	3	Mestiço	Sim
	Estudante 3	8º	30	M	2	Mestiço	Sim
	Estudante 4	7ª	25	F	2	Afrodescendente	Sim
	Estudante 5	5º	21	F	3	Afrodescendente	Não
	Estudante 6	7º	22	F	2	Mestiço	Não
	Estudante 7	6º	21	F	3	Mestiço	Sim
	Estudante 8	7º	27	F	2	Mestiço	Sim
	Estudante 9	7º	35	F	3	Mestiço	Sim
	Estudante 10	5º	53	F	2	Mestiço	Sim
	Estudante 11	8º	28	F	2	Branco	Não
	Estudante 12	8º	22	M	2	Mestiço	Não
	Estudante 13	6º	21	F	3	Branco	Não
	Estudante 14	8º	23	F	2	Mestiço	Sim
	Estudante 15	6º	23	M	3	Mestiço	Sim
	Estudante 16	7º	21	M	5	Mestiço	Sim
	Estudante 17	8º	21	F	2	Mestiço	Sim
	Estudante 18	6º	21	M	3	Branco	Não
	Estudante 19	7º	26	F	2	Nenhum	Não
	Estudante 20	8º	21	F	2	N/R	Não
	Estudante 21	8º	20	F	3	Mestiço	Não
	Estudante 22	7º	23	M	2	Mestiço	Não
	Estudante 23	7º	22	M	3	Mestiço	Não
	Estudante 24	7º	22	F	2	Mestiço	Sim
	Estudante 25	6º	24	M	3	Mestiço	Sim
	Estudante 26	6º	20	F	1	Mestiço	Sim
	Estudante 27	6º	22	M	2	Mestiço	Sim

Quadro Nº 8. Perfil dos discentes ICI-EIB. Fonte: Questionário Estudantes

Estes dados embora sejam de ordem quantitativa, proporciona informação socioeconômica e laboral sobre a população estudantil pertencente ao programa. Os 20 estudantes do ICI e os 27 da EIB que responderam ao questionário pertencem aos semestres superiores, que têm uma maior experiência e pode proporcionar uma

compreensão ampla sobre o programa. Por isso, podem fornecer informação sobre sua experiência como avaliadores da realidade do Currículo no qual estão sendo formados.

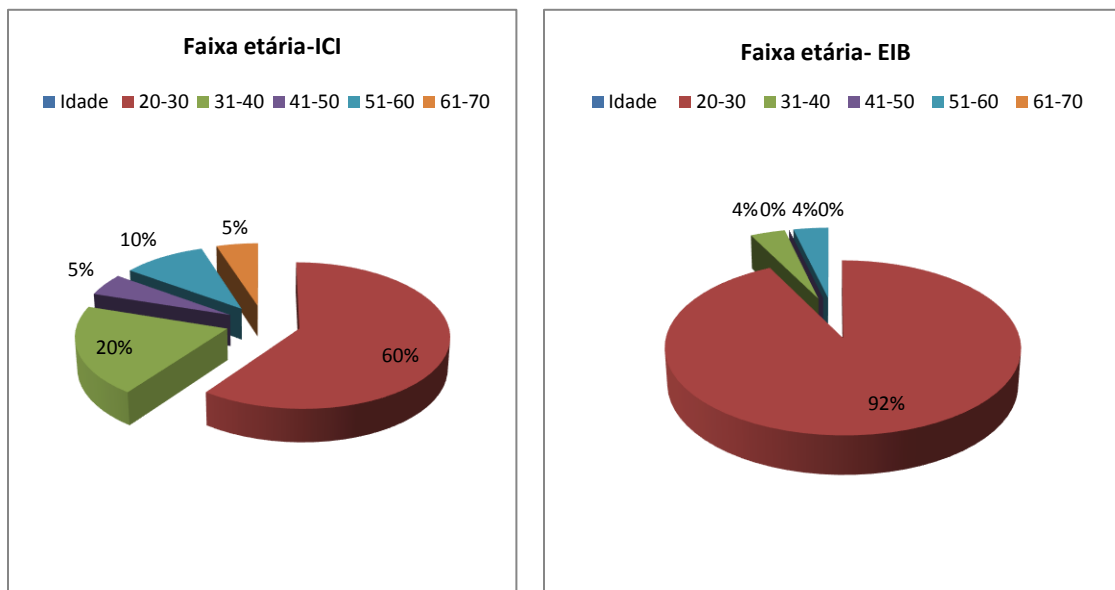


Gráficos Nº 5 e 6. Semestre que cursam os colaboradores da pesquisa. Fonte: Questionário estudantes

Os dados registrados evidenciaram que a maioria encontra-se no período final do curso e por essa razão atende aos objetivos da pesquisa, uma vez que se analisou a percepção dos discentes quanto ao tratamento do fenômeno em estudo.

Nesse contexto, salienta-se que foi considerado um estudante do quinto semestre no ICI e alguns de 5º e 6º na EIB por estarem cursando disciplinas dos últimos semestres, situação que os faz atores importante neste trabalho.

Na EIB, 71% dos entrevistados cursam entre o 7º e o 8º semestre, enquanto que no ICI a porcentagem é de 95%. Outra informação de grande importância para a pesquisa está relacionada com a idade dos estudantes.



Gráficos N° 7 e 8. Faixa etária dos discentes entrevistados. Fonte: Questionários estudantes.

Os gráficos apresentam vários elementos que demonstram que os cursos de Biblioteconomia são espaços de oportunidade, onde o paradigma da idade para realizar estudos de graduação se quebra, pois observa-se vários estudantes em uma porcentagem de 40% no ICI, que estão buscando ampliar seus horizontes educacionais e laborais. Nas idades antes mencionadas (entre 31 a 70 anos), as pessoas já estão ingressando no mercado de trabalho, e algumas já estão aposentado.

Esses dados retratam uma média de idade diferente para os cursos convencionais de estudos de graduação nas diferentes sociedades. Essa realidade revela o desejo de superação destas pessoas, assim como as políticas educativas adotadas pela universidade e pelo Instituto, em prol de facilitar o acesso educativo indiscriminadamente. As políticas de cotas do Governo Brasileiro permite que as pessoas possam aceder ao sistema educativo de nível superior, e o curso de Biblioteconomia do ICI faz parte de esse programa.

A EIB, por fazer parte da Universidade de Antioquia, que é uma universidade pública, beneficia-se com custos mais acessíveis em sua matriculas. A igualdade de oportunidades desejada exige uma educação intercultural para a vida toda; e aqui, a educação adquire um papel relevante para tornar real a utopia da coesão social onde se

elimina a exclusão que fortalece o fenômeno da desigualdade social (HERNANDEZ, 2008).

É possível perceber que ambos os cursos tornam-se espaços de oportunidades, com pequenas variações, haja vista que contemplam o acesso de diferentes idades à educação superior.

O percentual relativo à primeira faixa de ingresso ao curso difere um pouco, pois o curso da IEB estão majoritariamente na primeira faixa (92), e o do ICI contempla 60%. Por outro lado, o percentual de discentes colombianos que compreende a faixa dos 31-40 é ínfimo em detrimento do ICI (20%). Trata-se de um dado importante, pois observa-se na realidade Brasileira um contingente maior de pessoas que buscam qualificar-se numa idade em que já deveriam estar no mercado de trabalho.

Pode-se observar também vários elementos que fazem pensar que os cursos de Biblioteconomia rompem paradigmas com relação a uma idade para estudar nos programas de graduação. Os dados demonstram que há uma representação do desejo de superação de alguns estudantes que veem no processo educativo uma oportunidade pessoal de aquisição de conhecimentos que possibilitam empreender ações sociais que reduzirão as distâncias que fazem desta sociedade um conglomerado desigual e injusto.

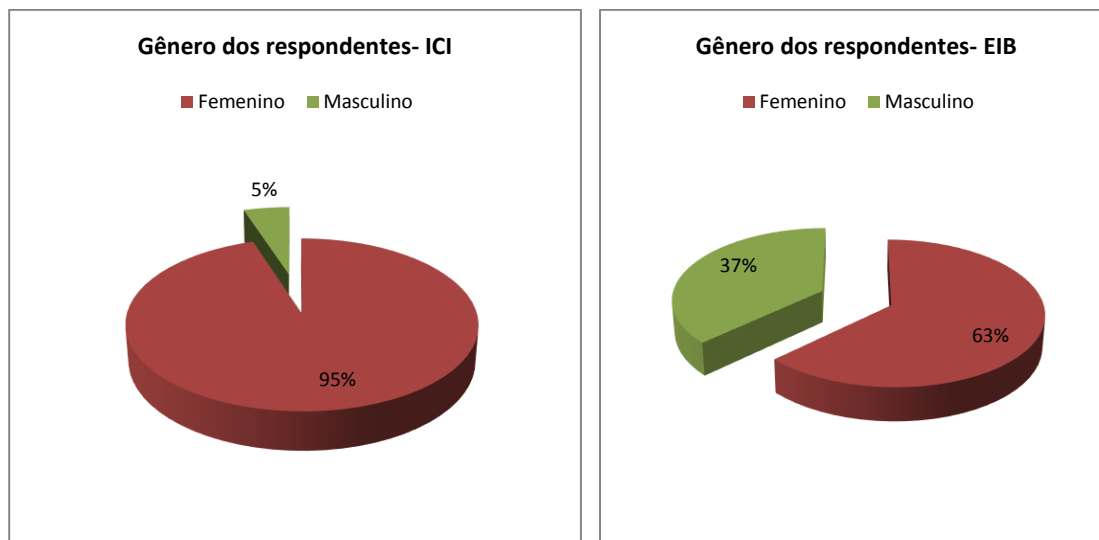
A experiência que outorga os anos de vida é um elemento muito significativo no processo de formação. As vivências dotam de sentido todas as ações que empreendemos e agregam sabedoria a todos os atos, especialmente no que se refere às ações profissionais para as quais nos preparamos durante muitos anos.

Os dados também reafirmam uma tendência tradicional nos cursos de Biblioteconomia no Brasil e na Colômbia que evidencia que as pessoas que são formadas nestas unidades acadêmicas são em grande maioria mulheres pertencentes a estratos socioeconômicos baixos, conforme mostram os gráficos N^o.9, 10, 11 e N^o.12.

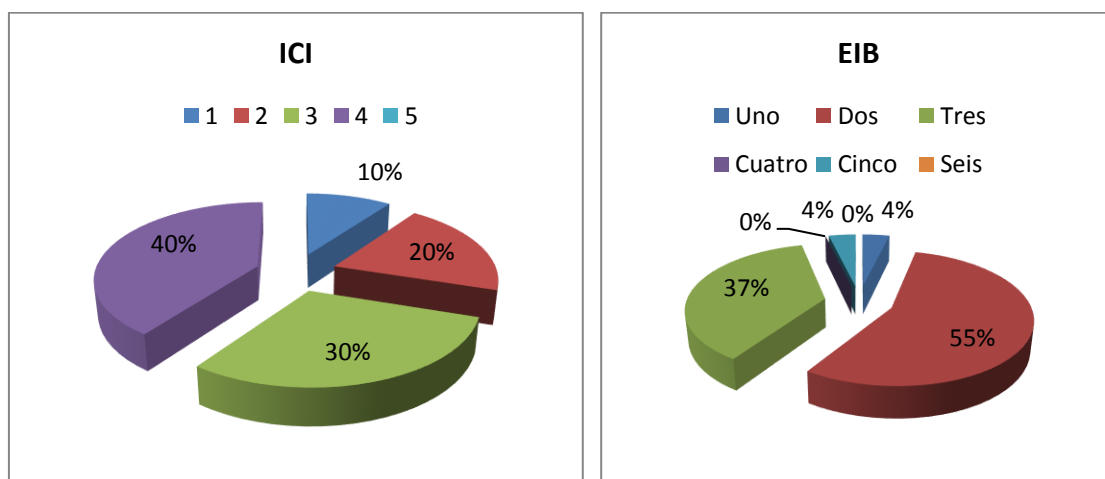
A exclusão em razão de gênero é um aspecto gerador de desigualdade social que pode ser minimizado por meio da educação como ferramenta de apropriação de oportunidades, levando em conta que as mulheres são grupos humanos vulneráveis. É preciso que ter “[...] a garantia de que todas as mulheres sejam beneficiadas pela ampliação da proteção dos direitos humanos baseados no gênero, exige que se dê atenção às várias formas pelas quais o gênero intersecta-se com uma gama de outras

identidades e ao modo pelo qual essas intersecções contribuem para a vulnerabilidade particular de diferentes grupos de mulheres” (KRENSHAW, 2002, p.174).

Nesse sentido, nota-se no processo de formação profissional em Biblioteconomia uma oportunidade de melhoria pessoal e coletiva no desejo de diminuição das desigualdades.



Gráficos Nº 9 e 10. Gênero dos discentes entrevistados. Fonte: Questionários estudantes



Gráficos Nº 11 e 12. Estrato socioeconômico dos entrevistados. Fonte: Questionário estudantes

Pertencer aos estratos econômicos 1, 2 ou 3 significa fazer parte dos grupos populacionais majoritariamente desfavorecidos pela distribuição de renda, sendo do

estrato 1, as famílias que obtêm salários que dificultam satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência. O estrato 2, as famílias que continuam com necessidades básicas insatisfeitas e os de estrato 3 e 4, famílias de classe média com renda mais acessível, com melhores condições de vida.

Os dados representados no gráfico mostram que os estudantes do ICI pertencem às classes 2 e 3, cuja soma totaliza 80%, percentual significativo que evidencia a origem socioeconômica dos futuros profissionais. Nota-se que não há estudante que pertença aos estratos 5 e 6, fato que demonstra que a Biblioteconomia é um curso que não atrai as camadas mais altas da sociedade baiana.

Na EIB, a maior parte dos estudantes participantes está concentrada nos estratos socioeconômicos 2 e 3 da população. Isto faz da Escola Interamericana de Biblioteconomia um espaço formativo de oportunidade potencial do desenvolvimento humano ao qual famílias de baixa renda se inserem como opção de formação profissional.

Conhecer o grupo étnico do qual faz parte os estudantes participantes é questão também de reconhecimento pessoal. Assumir-se como afrodescendentes, mestiços ou brancos, numa sociedade que apesar de ser majoritariamente negra (a questão da etnia social é mais voltado ao autoreconhecimento que de classificação dos organismos estaduais de estatística), mostra um comportamento atrasado quanto racismo e ao preconceito, posicionando o negro nos lugares mais “obscuros” da sociedade.

O negro em todas as sociedades latino-americanas engrossa a faixa da população que vive em Situação de miséria e de desigualdade. A possibilidade que tem os integrantes destes grupos de fazer parte dos processos formativos facilitados pela universidade e diretamente no ICI, a intenção de superação que tem estas pessoas no aproveitamento das oportunidades que provem do sistema e que são adquiridas na medida em que se têm avanços acadêmicos no processo formativo.

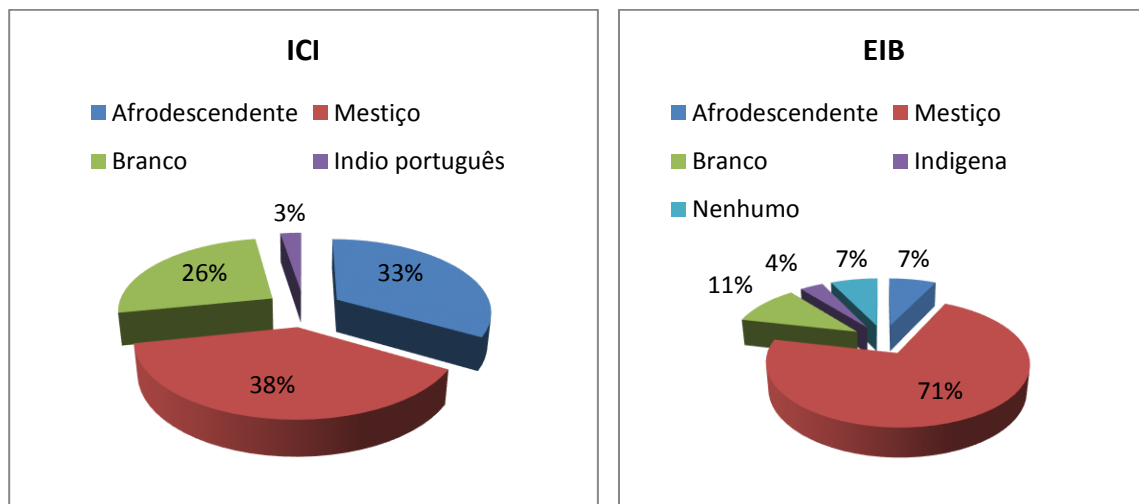


Gráfico N° 13 e 14. Etnia dos entrevistados. Fonte: questionário estudantes

A diversidade étnica que caracteriza o território brasileiro é evidenciada neste gráfico, e o predomínio populacional de pessoas afrodescendentes no Estado da Bahia é também notório. 71% ratifica que a Biblioteconomia no ICI é um local para além do processo de formação profissional, um espaço de oportunidade para a população desfavorecida. Levando em conta que a etnia é um marcador importante de caracterização, a questão de classe no território somado ao gênero e à condição econômica fazem da população estudantil do curso de Biblioteconomia foco de atenção prioritária para adiantar processos de inclusão social.

Segundo Crenshaw (2002), existem eixos de poder excludente como raça, etnia, gênero e classe que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. Essas vias de poder distintos e mutuamente excludentes devem ser combatidas através das políticas públicas e de processos formativos.

A informação que envolve estes dados é relevante na medida em que segue ratificando os cursos de Biblioteconomia como um cenário de oportunidade de formação para os grupos mais vulneráveis, por não terem acesso aos diferentes direitos – neste caso, a educação –, aumentando as distâncias sociais e reforçando o fenômeno da desigualdade que afeta a sociedade.

No caso específico desse estudo, que evidenciou uma presença majoritariamente feminina, esse aspecto é evidente, pois a mulher é historicamente um grupo humano discriminado e marginalizado, tanto quanto as pessoas de menor poder

aquisitivo. Assim, além de serem mulheres, registram níveis de pobreza – fatores de exclusão e marginalidade que crescem notoriamente na cadeia social. Nesse sentido, faz-se importante as oportunidades que acenam o processo de formação como espaço para a inclusão e oportunidade.

Na EIB, os dados registrados nos gráficos anteriores permitiram abordar um componente da caracterização dos estudantes participantes, contextualização que será complementada com as informações resultantes do reconhecimento pessoal que fazem os estudantes como integrantes de uma etnia em particular.

Ao assumirem sua condição racial como mestiços, eles evidenciam o processo de miscigenação presente na Escola Interamericana de Biblioteconomia, tendo em vista que o município de Medellín é um território que por sua localização geográfica, sua hospitalidade e as oportunidades de desenvolvimento que oferece, possui uma mistura de raças e culturas nacionais e estrangeiras, que demonstram a diversidade da sociedade.

Apesar da Escola Interamericana de Biblioteconomia localizar-se no coração da sociedade tradicional da Antioquia, sociedade que se assume branca por excelência, os estudantes participantes, num exercício de leitura crítica da sua própria realidade, assumem-se mestiços, refletindo a verdadeira identidade étnica das nações colonizadas de América Latina.

A informação arrojada por estes dados é relevante na medida em que segue demonstrando que o curso de Biblioteconomia é um espaço onde se forma estudantes para que se convertam em leitores das realidades. Essa leitura crítica do contexto favorece a construção de sociedade a partir do desentranhamento dos verdadeiros problemas das comunidades.

Ao levar em conta estes aspectos sociais para construir uma comunidade educativa, o programa erige-se como um cenário de oportunidade de formação para os grupos mais vulneráveis, já que quando se dificulta o acesso e a materialização dos direitos – neste caso, a educação – aumentam-se as distâncias no fenômeno da desigualdade que afeta a sociedade. Tanto as pessoas de baixa renda como as mulheres são grupos humanos em constante discriminação e marginalidade, o que faz importante

o processo de formação como espaço para a inclusão e a equiparação de chances de igualdade.

No cerne, ao indagar sobre a situação laboral dos estudantes, os dados evidenciaram que apesar destes estarem em idade produtiva, de acordo com requerimentos da sociedade de consumo, maioria não tem materializado este direito. salienta-se que as razões dessa situação não são objeto deste estudo e, portanto, esse aspecto não foi aprofundado).

Os dados supracitados (gênero, estrato socioeconômico) se tornaram informação importante para esta pesquisa, porque permitiu mapear a situação atual dos estudantes próximos à conclusão do curso. Evidenciou também que estes fazem parte dos grupos humanos em situação de desequilíbrio social que tem sido deixado à margem do desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades.

Vencida essa etapa de caracterização geral, a categoria desigualdade social investigou a presença do fenômeno da desigualdade no Currículo que orienta o processo de formação dos discentes do curso de Biblioteconomia do ICI, por meio de suas percepções. Inicialmente, inqueriu-se sobre sua percepção acerca da desigualdade na sociedade Brasileira (questão Nº 8), buscando identificar a visão desta quanto à presença desse fenômeno no território de habitação, seguindo uma estrutura macro de possibilidades, bem como o Conceito de Desigualdade que eles têm presente em seu cotidiano (Apêndice Nº 4).

O reconhecimento da presença do fenômeno da desigualdade social no território é um fator importante no caminho para sua diminuição. Os estudantes questionados unanimemente percebem a sociedade brasileira como uma nação com altos índices de desigualdade, entendida como carência de oportunidades, além do desequilíbrio nas possibilidades de acesso a bens e serviços, assim, como a dificuldade e muitas vezes impossibilidade de materialização dos direitos das pessoas no desenvolvimento humano e social.

Quanto a esse aspecto, os depoimentos referendam os dados dessa investigação, demonstrando a percepção dos discentes acerca do modo como a desigualdade social se apresenta no ICI:

Estudante 1. Sim. Por causa da discriminação de renda e oportunidade de emprego e estudo.

Estudante 2. Sim. Tantos com muito e outros na absoluta miséria.

Estudante 7. Sim. Porque a distribuição de renda é desigual e o acesso aos serviços públicos não é amplamente satisfatório.

Estudante 10. Sim. O número atual de pessoas com renda muito alta é desproporcional com os de renda muito baixa.

Estudante 14. Sim. A causa do poder econômico entre as classes.

Na EIB:

Estudante 1. Sim. Pela falta de oportunidades laborais, acadêmicas culturais.

Estudante 6. Sim. Porque não existe igualdade de oportunidade na educação e por no campo laboral.

Estudante 9. Sim. Os melhores cargos nas empresas são para pessoas de alta renda e de universidades privadas.

Estudante 10. Sim. A partir das classes socioeconômicas se refletem as diferenças.

Estudante 13. Sim. Porque cada vez ~~les~~ os ricos buscam o bem-estar deles sem ver e ajudar os que mais necessitam.

Estudante 19. Sim. Porque os mesmos recursos, direitos e deveres não são para todos equitativamente

Estudante 25. Sim. Porque está governada por pessoas que pensam apenas nelas.

Estudante 26. Sim. Porque existem menos oportunidades para algumas pessoas.

Estudante 27. Sim. A brecha entre pessoas ricas e pobres criam diferenças no acesso a serviços básicos

Segundo os registros da percepção dos participantes, a dignidade humana não é levada em conta como eixo de comportamento coletivo, e as lacunas de desigualdade seguem se ampliando. As políticas públicas criadas para o combate das desigualdades não são suficientes para alcançar este objetivo.

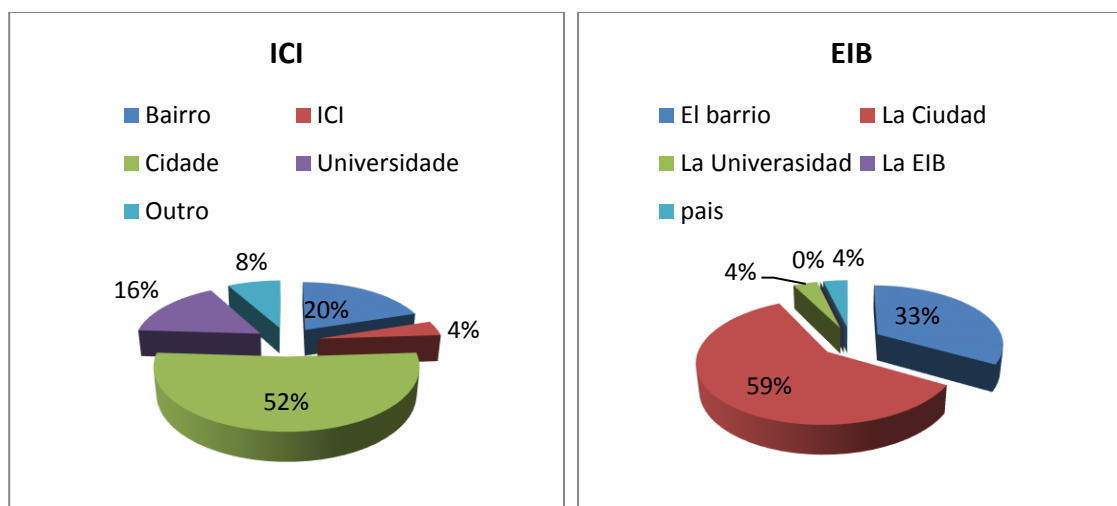
Ante a magnitude e complexidade deste fenômeno é preciso “atacar por todos os flancos”. Os avanços logrados até hoje não conseguiram mitigar os devastadores efeitos deste flagelo e as oportunidades seguem escassas, sobretudo para as pessoas integrantes aos grupos humanos que historicamente têm Sido relegados a planos de invisibilidade geral.

Excluir o que se considera diferente tem sido uma prática recorrente das classes hegemônicas na sociedade colombiana. Desta maneira, a pobreza continua aumentando, permitindo que os recursos sejam concentrados em poucas mãos; Situação que ao contrário de equiparar oportunidades distancia as chances para as classes populares.

Associa-se aos fatores de desigualdade, a baixa renda, os níveis de pobreza, o desequilíbrio econômico, o acesso à informação e a possibilidade de ter bens materiais que geram distorções promovidas pela verticalização das relações de poder entre as classes, reproduzindo uma hegemonia de dominação que segrega ao considerado “inferior”. Os preconceitos que mediam as relações sociais geram exclusão e uma série de discriminações que agudizam esta problemática e alargam ainda mais as lacunas que deterioram a coesão social.

A totalidade dos dados considera que a sociedade brasileira é desigual. Há um reconhecimento geral acerca das diferenças de classes e a percepção de que a desigualdade de renda é o aspecto que se sobressai, seguido de outros tipos, conforme discursos dos discentes citados.

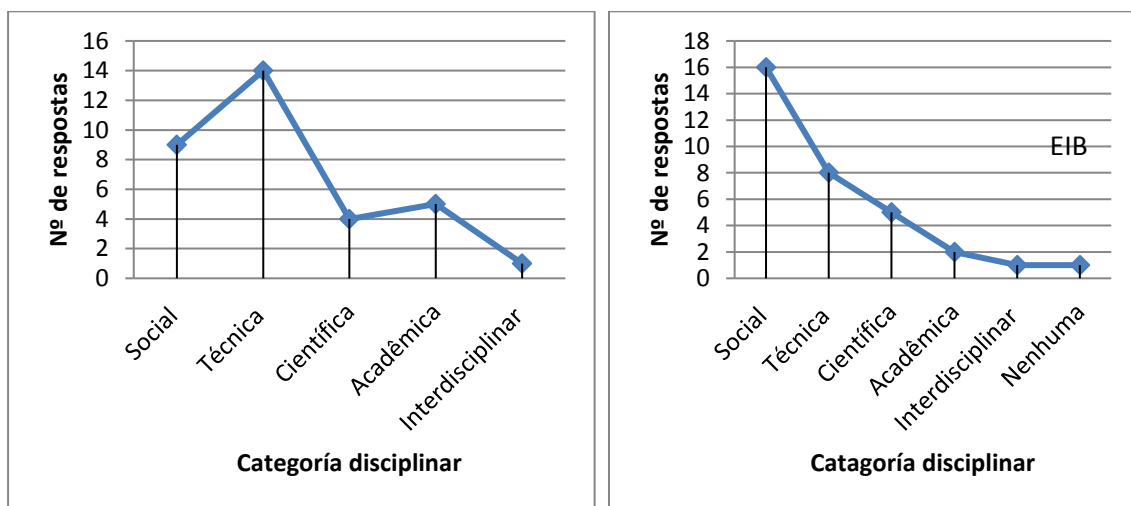
A compreensão de que a desigualdade social se configura a partir de um contexto macro, conforme se observou nos depoimentos anteriores sobre a realidade dos países envolvidos na pesquisa, questionou-se em quais contextos esse fenômeno é mais evidente (Pergunta Nº 9).



Gráficos Nº 15 e 16. Percepção acerca dos contextos onde se evidencia as desigualdades.
Fonte: Questionário aplicado aos estudantes

Os gráficos Nº 15 e 16 mostram que dentre os espaços onde se configuram o maior grau de desigualdade, a cidade é o ambiente onde se percebem com maior frequência comportamentos que visibilizam as relações de poder desiguais, seguida do bairro como cenário de discriminação e falta de oportunidades, passando para universidade e por último, o ICI. A situação é alentadora no que diz respeito ao Instituto, mas salienta a necessidade de aperfeiçoamento das ações em prol da redução das desigualdades observadas.

Nesta perspectiva, buscou-se compreender a percepção que os estudantes têm sobre a natureza disciplinar da Biblioteconomia enquanto área de formação profissional, a fim de entender o que pensam sobre o alcance de seu campo de ação.



Gráficos Nº 17 e 18. Ordem disciplinar da Biblioteconomia.

Frisa-se que nesta pergunta os discentes poderiam escolher mais de uma possibilidade de resposta, e muitos consideraram duas e até três escolhas. Dos estudantes questionados no ICI, a maior parte deles (14 estudantes) consideraram que a Biblioteconomia é um campo do conhecimento, cujo conteúdo programático privilegia

a técnica, seguido pelos conteúdos sociais, acadêmicos e depois a parte científica disciplinar.

Nota-se que apenas um estudante considerou que esta é uma área interdisciplinar que articula conteúdos de toda ordem em seu desenvolvimento. Esses dados evidenciaram que no processo formativo esse aspecto não é destacado; que esta posição tem explicação na visão do Projeto Político Pedagógico do ICI, que busca o fortalecimento da formação profissional, com base no desenvolvimento de competências e habilidades que enriquecem o ser e incrementam o fazer profissional.

Da Silva (2009) agrega que o exercício da profissão dos bibliotecários como profissionais da informação tem que influenciar o desenvolvimento de uma sociedade apoiada na transmissão de informação; falando do caráter interdisciplinar da Biblioteconomia no caminho das transformações sociais. Os bibliotecários devem possuir as quatro grandes competências que Santa Anna (2015) chama de competências gerenciais, técnico-científicas, sociais e políticas.

No entanto, na IEB, os dados revelaram que a grande maioria dos estudantes (16 deles) percebe que o programa está voltado aos conteúdos de cunho social, situação que reflete a possibilidade de intervenção social nos contextos mais vulneráveis da população. A Biblioteconomia atua, assim, como uma disciplina social induza seus estudantes a adquirirem uma consciência social que irá posicioná-los como atores críticos das realidades adversas que experimentam as comunidades marginalizadas. O Currículo do curso de Biblioteconomia surge como uma plataforma de formação de cidadãos críticos, comprometidos com as transformações sociais que ajudem na diminuição das desigualdades sociais.

A Biblioteconomia na EIB é uma disciplina de cunho social, cuja visão em seu Projeto Pedagógico Institucional se projeta como a melhor instituição de formação para profissionais, em Biblioteconomia e Ciência da Informação, pela sua qualidade, liderança e capacidade de atuar como um agente dinâmico de mudança e promotor de uma cultura no uso de informações científicas e culturais.

As desigualdades sociais podem ser minimizadas a partir do processo educacional. Nesse sentido, a categoria **Formação dos Agentes** buscou investigar se por meio da Biblioteconomia seria possível diminuir as desigualdades sociais. Sobre essa

questão, a totalidade (100%) dos entrevistados do ICI acena positivamente, apontando diferentes aspectos. A critério do pesquisador foram escolhidos os depoimentos mais significativos:

Na ICI

Estudante 1. Se o conteúdo de determinadas disciplinas focarem na construção identitário do cidadão, formando agentes sociais que darão retorno à sociedade.

Estudante 6. Através de políticas realizadas nas bibliotecas é possível minimizar essa realidade.

Estudante 9. Através da leitura e da mediação da informação podemos mudar as realidades das pessoas.

Estudante 12. É possível através da leitura, da informação, do acesso à informação e da compreensão do que se está tentando aprender.

Estudante 15. Por meio de ações sociais, culturais que minimizem essas desigualdades.

Estudante 18. Exercendo uma ação social verdadeira. Indo às comunidades.

Na EIB

Estudante 3. Intervindo nas comunidades marginalizadas

Estudante 7. Trabalhando por um verdadeiro papel social da Biblioteconomia.

Estudante 9. Possibilitando o acesso à informação e igualdade para todos

Estudante 14. Comprometendo-se com as transformações sociais que requerem as comunidades.

Estudante 21. Desenvolvendo iniciativas de inclusão das comunidades marginalizadas.

Estudante 25. Desde a mudança pessoal bibliotecário.

Estudante 26. Desde o entendimento da função social da Biblioteconomia.

A predominância das afirmativas elencadas sugere que os estudantes percebem a Biblioteconomia como uma área onde é possível empreender ações formativas, que foquem nos aspectos socioculturais, que contribuam com a formação de profissionais bibliotecários comprometidos com as transformações das suas comunidades.

Sugerem voltar o conteúdo de algumas áreas para o social, o que segundo Le Coadic (1996) corresponde à formação dos profissionais da informação, dotando de vigência os bibliotecários de uma forma que corresponda aos postulados da Ciência da Informação e que permitam atuar na construção da cidadania por meio dos estudos das necessidades informacionais da população. É também uma oportunidade para diminuir a exclusão.

Conforme Hernandez (2008), a educação adquire um papel de relevância em relação à exclusão social, podendo combater os processos de marginalização e/ou rejeição social que tem lugar nas dinâmicas comunitárias. O posicionamento do

bibliotecário como agente social de mudanças permite através da mediação do Currículo a possibilidade de gestar os processos de emancipação de que fala Freire (1987), nos caminhos utópicos da libertação.

A Biblioteconomia além de ser uma disciplina técnica, também tem que desenvolver uma agenda social que posicione os profissionais formados como agentes sociais na promoção de mudanças de realidades adversas das populações vulneráveis. O incentivo à leitura como meio de conhecimento permite a materialização dos direitos da população e a disponibilização da informação, gerando opções de acesso democrático ao conhecimento. Estes são elementos que fazem da Biblioteconomia uma ferramenta educacional para a diminuição das desigualdades sociais.

Nesta perspectiva, o foco da Biblioteconomia está em construir uma plataforma para que, a partir do acesso democrático a informação, estabeleçam-se processos de emancipação coletiva em concordância com as lutas e transformações sociais pela igualdade de oportunidade.

Embora aporem como possibilidades de ações sociais e que o curso seja marcado pela corrente técnica, os dados revelam a carência de discussões pontuais sobre a desigualdade social. O profissional da informação, o bibliotecário são vistos pelos estudantes de ambos cursos pesquisados como um agente social de transcendência, um líder comunitário, um ator social ético e político, comprometido com o desenvolvimento da sua comunidade.

Em razão dessas respostas, investigou-se a percepção dos discentes sobre o reconhecimento social dos bibliotecários enquanto protagonistas de ações que promovem transformações sociais (Apêndice Nº 6).

Nesta questão, 70% dos entrevistados do ICI e o 100% da EIB, percebem que seu curso de formação não alcança o reconhecimento social que deveria ter, por ser uma disciplina acadêmica de cunho social. É possível que os imaginários sociais e as representações que os cidadãos têm da disciplina façam com que o papel do bibliotecário seja minimizado pela população e não se leve em conta a função social que estes cumprem na sociedade. As razões e motivos desta percepção popular não são inicialmente objeto de estudo desta pesquisa, por isso não houve aprofundamento sobre isso.

O processo de formação no ensino superior gera expectativas no que tange ao desempenho do futuro profissional, ao exercer suas atividades laborais no mercado de trabalho. Desse modo, a pesquisa investigou os programas afim de constatar as perspectivas que irão delinear a prática da Biblioteconomia, voltada ao atendimento das comunidades.



Gráfico Nº 19. Percepção das perspectivas profissionais voltadas à comunidade. Fonte: Questionário aplicado.

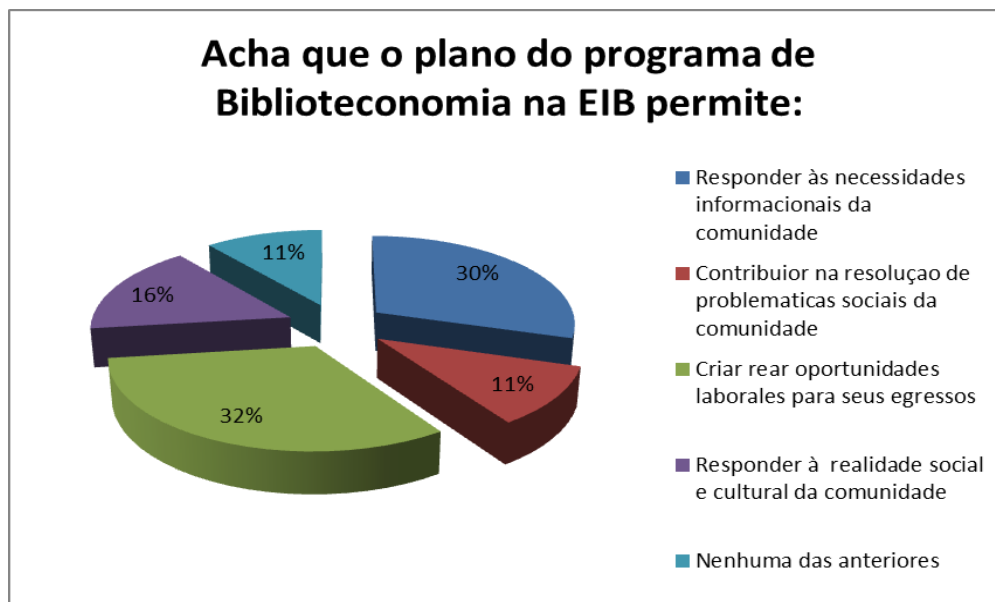


Gráfico Nº 20. Percepção das perspectivas profissionais voltadas à comunidade.
Fonte: Questionário aplicado.

O grau de incerteza que representa a maior parte do gráfico no ICI (nenhuma das anteriores) permite inferir que os futuros bibliotecários não vislumbram no programa de Biblioteconomia perspectivas profissionais voltadas à resolução de problemáticas sociais das comunidades. Entretanto, consideram que provem das ferramentas necessárias para criar e/ou aproveitar as oportunidades laborais que oferece o contexto, ainda que não responda às problemáticas sociais. A percepção destes estudantes evidencia uma ruptura na ação e nos objetivos do Projeto Político Pedagógico quanto ao atendimento do desenvolvimento social e cultural do indivíduo.

No entanto, na EIB, os dados mostram que o plano curricular do programa de Biblioteconomia está desenhado para facilitar a inserção laboral de seus egressos, respondendo com coerência as necessidades sociais e culturais das comunidades, na medida em que se preocupa em atender assertivamente as necessidades informacionais do contexto. O grau de pertinência que os estudantes percebem é alto quanto ao que consideram como um projeto acadêmico voltado à resolução de problemáticas sociais das comunidades, mas, sem deixar de oferecer as ferramentas profissionais necessárias para criar e/ou aproveitar as oportunidades laborais que oferece o meio social. Segundo os estudantes questionados, a finalidade formativa do programa de Biblioteconomia cumpre a com a função social e cultural requerida pela sociedade.

As expectativas dos participantes foram averiguadas novamente a fim de indagar a pertinência dos conteúdos disciplinares nas realidades vividas pelos discentes e sua necessidade de oficializar-se como leitores eficazes dos contextos de atuação. Esse assunto foi esboçado na categoria denominada formação de atores sociais, que trata da percepção quanto à presença de conteúdo do programa voltados à formação de atores sociais. Indagou-se sobre o reconhecimento que a sociedade tem sobre o papel profissional da informação, bem como sua valorização (Apêndice nº 12).

Nesse sentido, os dados mostraram que 65% não considera que a sua formação está voltada para atuar como atores sociais em suas comunidades, levando a crer que a preocupação não está direcionada a questões relacionadas às desigualdades sociais, conforme salientam os alunos em suas respostas:

Estudante 2. O foco ainda é mais na parte técnica, onde se abordam muito poucas vezes outras linhas de trabalho possíveis para o bibliotecário.

Estudante 6. Esse tipo de atitude é pouco discutido realmente no Instituto. Acontecem palestras sobre o assunto em eventos, mas no dia a dia isso não é aplicado.

Estudante 7. Porque não há ênfase no estudo dos fenômenos sociais como a desigualdade social.

Estudante 8. Apesar de ter algumas disciplinas sociais como Filosofia, Sociologia, não prepara o aluno para lidar com os problemas reais, focam mais na parte técnica do curso.

Estudante 10. Não há disciplinas suficientes para orientar o aluno como executar planos de combate às desigualdades.

Estudante 18. Não se preocupa muito pelo aspecto técnico.

É latente nos discursos dos alunos que o programa no ICI não privilegia a formação de atores comprometidos socialmente, ainda que uma parcela destes (35%) tenha uma percepção diferente da maioria. É nítida a percepção de que o foco do curso está mais voltado para a parte técnica, situação que tem explicação na influência americana na área, fator que privilegia o tecnicismo sobre o trabalho comunitário, deixando de lado a visão social desejada, tendo em vista que este tipo de questão não é discutido nas aulas e quando ocorre essas manifestações acadêmicas em torno ao assunto são esporádicas, não guardando uma sistematização necessária para que seja construída uma cultura que considere os fatos e fenômenos sociais como atributos dotados de sentido e significado na profissão.

Alguns participantes consideram que o curso tem muitas debilidades que dificultam a apreensão de conteúdos pertinentes para o combate da desigualdade social, assim como o tratamento de outras problemáticas e necessidades das diferentes comunidades de atuação do profissional da informação.

No entanto, na EIB a maioria acredita que o curso de Biblioteconomia é visto como caminho de intervenção social nas diferentes comunidades, e que deve afinar seus processos formativos de tal modo que fortaleça a formação de atores sociais comprometidos com suas respectivas comunidades. Tem uma porcentagem de estudantes que olham o programa curricular como um espaço de fortalecimento dos aspectos organizacionais das unidades de informação como locais físicos em detrimento da projeção comunitária que devem ter os profissionais bibliotecários.

Sugerem acrescentar o componente comunitário do Currículo para disseminar em todas as disciplinas as questões sociais e culturais das respectivas populações de ação. Objetiva-se também que as manifestações acadêmicas em torno ao assunto deixem de ser esporádicas e guardem uma sequência Sistemática para que possa se construir uma cultura que considere os fatos e fenômenos sociais como atributos dotados de sentido e significado na profissão.

Ainda que maioritariamente se tenha uma percepção negativa, fica um espaço para a esperança, onde se tenha abertura para uma ação cultural, na qual os profissionais da informação devem descobrir as razões que se escondem atrás da maior parte de suas atitudes em relação à realidade cultural, e assim enfrentá-la de uma maneira nova. Segundo Freire (1997), é com uma pedagogia da utopia que se adquire a capacidade de conhecimento crítico – muito além da simples opinião – ao “desvelar” suas relações com o mundo histórico-cultural no qual e com o qual existem.

Uma pedagogia utópica de denúncia e de anúncio como a nossa, tem de ser um ato de conhecimento da realidade denunciada, ao nível da alfabetização e da pós-alfabetização, que constituem, em cada caso, uma ação cultural. Por isto se acentua a problematização contínua das Situações existenciais tal como são apresentadas nas imagens codificadas. Quanto mais progride a problematização, mais penetram os sujeitos na essência do objeto problematizado e mais capazes são de “desvelar” esta essência. Na medida em que a “desvelam”, se aprofunda sua consciência nascente, conduzindo assim à conscientização da Situação pelas classes pobres. Sua auto inserção crítica na realidade, ou melhor, sua conscientização, faz com que sua apatia se transforme num estado utópico de denúncia e anúncio, um projeto viável (FREIRE, 1997, p. 45).

Para Freire, a Pedagogia Utópica é uma postura ética e política que permite andar num mundo estático, deixando vestígios de todos os atos emancipatórios que se realiza na vida, sobretudo empreender uma luta permanente pelas transformações sociais que a cidadania precisa.

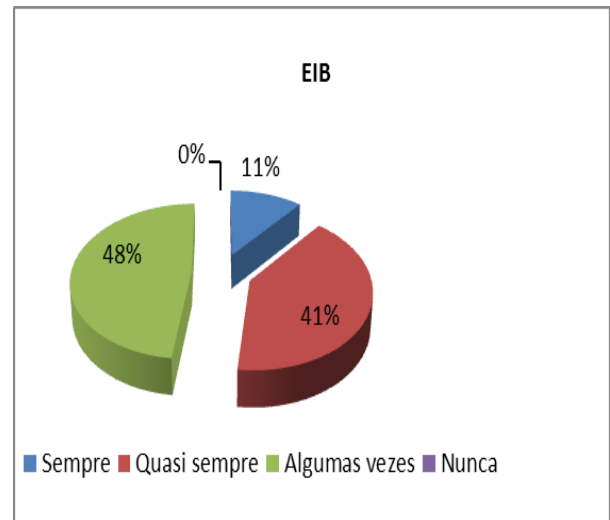
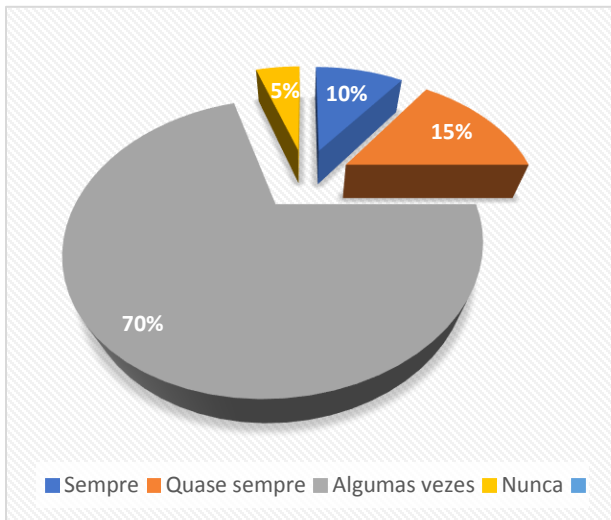
Segundo os atores participantes, o curso permite a criação e execução de ações (incentivo da leitura, construção de bibliotecas móveis itinerantes) em prol das transformações nas comunidades, ao responder timidamente com as necessidades sentidas por estas. Aqui, considera-se também a necessidade de dotar com elementos próprios da pedagogia os futuros profissionais da informação, para que possam atuar como docentes de cunho social.

A natureza da disciplina, pertencente às Ciências Sociais, faz com que a Biblioteconomia precise dirigir seus conteúdos programáticos para o estudo dos fenômenos sociais. Por isso, sua ação em torno deste objetivo tem que se tornar tão precisa que não fique espaço para divagações conceituais. O estudante deve sentir e perceber que o programa está efetivamente voltado para atender as necessidades da comunidade na qual irá atuar como profissional da informação.

Além disso, tem que evidenciar que a disponibilização da informação pode se converter em uma ferramenta democrática para facilitar o acesso ao conhecimento, tornando-se um instrumento de equiparação de oportunidades em prol da diminuição das desigualdades sociais na atualidade. Educar através da utopia Freiriana é, segundo Rojo (1996), o desafio imediato que implica o compromisso social de contribuir, de forma intencional e sistemática, para a conscientização – politização das massas oprimidas, para a libertação de suas mentes, dominados, domesticados e reificados pelos mitos de uma sociedade moderna.

O processo formativo deve estar imbricado de elementos teóricos e conceituais próprios da disciplina, que acrescente um olhar crítico dos discentes para que estes, a partir das leituras de seus contextos, sejam eles mesmos transformados, contribuindo com a transformação das comunidades onde atuam.

Nessa linha de pensamento, indagou-se sobre a formação direcionada à observação crítica dos diferentes contextos sociais.



Gráficos Nº 21 e 22. Percepção sobre a observação crítica dos diferentes contextos sociais. Fonte: Questionário aplicado.

A questão ilustrada permite observar a indecisão no processo formativo para formar em todos os espaços acadêmicos, ministrados no curso o espírito crítico que o profissional necessita ter para se tornar um sujeito atuante que, através da tomada de decisões acertadas para o seu próprio desenvolvimento e o de sua comunidade, alcance os níveis de incidência social no interior da população.

Segundo Santa Anna (2015), o bibliotecário se encaixa num marco social e humanista bastante orientado para o trabalho comunitário, e como ator cultural importante pela competência social, deve se desenvolver no empreendimento das lutas sociais na contemporaneidade. Para combater com sucesso problema tão complexo como a desigualdade social é necessário atuar de maneira conjunta em todos os cenários do cotidiano. Nesse direcionamento, os espaços acadêmicos precisa dotar de pertinência os conteúdos temáticos que estruturam a formação dos profissionais.

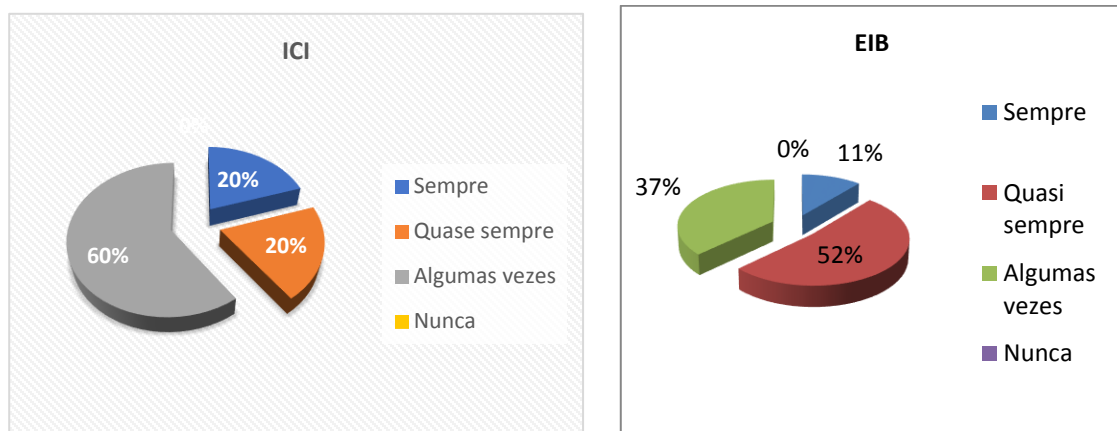
Na EIB, o conteúdo programático do qual emerge o processo formativo deve estar assentado sobre uma estrutura conceitual sólida que proporcione elementos teóricos próprios de uma disciplina social. Isso, de tal forma que favoreça a criação de uma consciência crítica nos discentes para que estes, a partir de olhares “multidimensionais” dos textos e contextos, consigam efetuar transformações nas comunidades de atuação.

A pergunta supracitada fornece elementos para esta análise e chama a atenção sobre uma relativa indecisão do processo formativo, na medida em que tem espaços acadêmicos onde não se visibilizam a abordagem deste tipo de problemáticas. Continuando, que permitam também responder ao perfil profissional no PEI, no que se refere à formação de um profissional com ferramentas teóricas para compreender seu entorno e as relações socioculturais no mesmo, para atuar como agente social dinamizador de transformações sociais.

Esta indecisão dificulta a criação de um espírito crítico nos estudantes. Para combater este tipo de problemáticas tão complexas é necessário que toda disciplina trabalhe em prol de um objetivo social comum. Desta maneira, a informação como insumo para o conhecimento tem que estar dotada de sentido e significado para as pessoas que desenvolvem sua cotidianidade formativa.

A questão seguinte indaga se os professores falam em suas aulas sobre temáticas e fenômenos sociais com a finalidade de discorrer sobre a articulação das diferentes disciplinas em torno do tratamento destas questões, nos planos curriculares – aspectos que deveriam ser obrigatoriamente em todas as disciplinas consideradas parte das Ciências Sociais.

Considerando que a sala de aula é um ambiente propício para discussão de conteúdos que tratam de problemas relativos às desigualdades sociais, o estudo investigou se professores, ao ministrarem seus componentes curriculares, debatem temáticas que versam sobre esses assuntos. A intenção desse questionamento decorreu da compreensão de que é essencial a articulação das diferentes disciplinas em torno do tratamento das questões sociais nos planos curriculares, aspectos que deveriam ser de obrigatoriedade em todas as disciplinas consideradas parte das Ciências Sociais.



Gráficos N° 23 e 24. Tratamento do fenômeno nas aulas. Fonte: Questionário aplicado.

Como já foi citado em diferentes momentos nesse estudo, quanto ao tratamento dos fenômenos sociais como caminho para a solução das problemáticas, observou-se a necessidade de haver o envolvimento direto de todos os atores sociais a partir de uma intervenção decidida e firme.

No contexto educacional, cabe aos professores o dever profissional de tratar em suas aulas – sempre que tenha oportunidade – este tipo de temáticas. Nesse sentido, os dados do gráfico 26 mostram que no curso de Biblioteconomia do ICI, 60 % dos discentes percebem que estas questões nas aulas algumas vezes são tratadas, enquanto que na EIB a porcentagem é de 37%.

A comunidade educativa correspondente à parcela dos discentes é composta por indivíduos das camadas populares mais desfavorecidas, o que justificaria a discussão de conceitos-chaves que possibilitem estudar as questões vividas em suas realidades, proporcionando aparelhos sociais de emancipação individual e coletiva.

O tratamento do fenômeno não acha nas aulas do ICI o reflexo necessário para que se materialize a visão do Projeto Político Pedagógico no que diz respeito à formação de profissionais voltados para atuar em todos os segmentos da sociedade, como agentes de transformação social.

Seguindo essa linha de pensamento, a indagação recaiu sobre a percepção dos discentes quanto à desigualdade social na construção do Currículo.

Neste sentido, a maioria dos estudantes no ICI (60 %) não acredita que a desigualdade é um fenômeno que influencia a construção do Currículo de

Biblioteconomia. Essa percepção foi analisada a partir de vários pontos de vista: por um lado é possível pensar que a elaboração curricular não considera este tipo de temáticas. Por outro, é possível também inferir que essa construção é, por si só, um fato de desigualdade, posto que não são levados em conta toda a comunidade educativa para sua construção. Um fato concreto é que os participantes percebem que o Currículo não contempla todos os interesses e expectativas dos futuros profissionais da informação.

Na EIB, as percepções, que em sua maioria são positivas (62%), em torno da questão significam que a construção do Currículo é uma ação democrática que possibilita a tomada de decisões em prol de toda uma comunidade educativa. Pode-se dizer também que através do “Não”, toda a população estudantil acha nessa construção um espaço de participação coletiva e de materialização da igualdade da qual se fala neste estudo.

Por outro lado, pode-se observar que o conteúdo dos planos de estudo não conseguem formação completa de competências profissionais em prol do tratamento de fenômenos e problemáticas sociais, sentidas pela mesma comunidade educativa. A articulação dos aspectos de planificação e execução junto com a contextualização da ação pedagógica com a realidade é o que se pode denominar de Currículo Vivo (Rangel, 2013). O Currículo cobra vida neste caso, quando o bibliotecário intervém decisivamente em sua comunidade.

Sendo coerente com o discurso até então adotado e seguindo esta linha de análise, buscou-se identificar, a partir da percepção dos estudantes, situações em que se manifestam a desigualdade no contexto dos cursos pesquisados. Formulou-se, então, a pergunta: **observa evidências de desigualdade social no interior do programa de Biblioteconomia?**

As respostas foram preocupantes, na medida em que quase a metade dos estudantes participantes do ICI (45 %) disseram ter evidenciado situações que demonstram os alcances da desigualdade social no interior do Instituto, especificamente no curso de Biblioteconomia. No entanto, na EIB encontra-se uma situação que mostra certa incoerência entre o discurso e na ação.

Um total de 27% dos estudantes entrevistados sentem observam situações desiguais no interior da escola. Esta difícil situação desnuda falências no tratamento do

fenômeno, na medida em que o discurso desenvolvido em algumas disciplinas parecem não chegar ao momento da materialização dos direitos.

Em contraposição desta posição, é bom pensar que a escola maioritariamente adotada se percebe como um espaço de direitos criador de cenários de igualdade e oportunidade. Os estudantes percebem que quando os conteúdos não são voltados para o tratamento das suas realidades, então este é um fato de desigualdades social, também dizem que o não levar em conta suas percepções e opiniões é um ato de disparidade social. A falta de articulação coerente entre o que “se diz e o que se faz” é um ato entendido como uma Situação que atenta contra os processos de equiparação de oportunidades em prol da diminuição das desigualdades sociais.

Essa situação se torna inadmissível quando se leva em conta que a população discente pertence a grupos desfavorecidos pelos aspectos sociais e econômicos, como ressaltado diversas vezes nesse estudo. Os estudantes percebem que quando os conteúdos não são voltados para o tratamento das suas realidades, configura-se um fato de desigualdades social; salientam que quando suas percepções e opiniões não são respeitadas, evidencia-se um ato de disparidade social.

A falta de coerência entre o discurso e ação é considerada um ato de desigualdade social. Neste sentido, conforme apontam os organismos internacionais, a desigualdade social é considerada um problema digno de diagnóstico e de tratamento por meio de políticas sociais na América Latina, onde se encontram os maiores índices do mundo, o que sugere às instituições educativas combater este fenômeno em seus currículos.

Nesta perspectiva, indagou-se sobre a existência de disciplinas dentro do Currículo que tratem de fenômenos sociais como o da desigualdade social: **Percebe a presença de disciplinas que enfatizam sobre o fenômeno da desigualdade social?**

Neste sentido, é uma janela de esperança observar que os estudantes percebem no Currículo disciplinas que falam sobre a problemática das desigualdades sociais. Contudo, ao contemplar que não são uma maioria absoluta, há os que percebem esta Situação: 60% notam a presença de disciplinas que tratam o fenômeno; 40% pensam o contrário. Dentro das disciplinas que atuam como facilitadoras no tratamento deste tipo de fenômenos, destacam-se:

- a. Ação cultural,
- b. Disseminação da Informação.
- c. Sociologia.
- d. Literatura Brasileira
- e. Filosofia
- f.

Fica a preocupação ao saber que dentre as disciplinas que compõem o programa curricular, algumas (c, d, e) pertencem a outras unidades acadêmicas, ministradas de modo geral, sem considerar a realidade dos estudantes de Biblioteconomia no ICI.

Na EIB, os dados abrem uma luz de otimismo acadêmico deste processo formativo, na medida em que os estudantes percebem neste Currículo disciplinas que falam permanentemente sobre a problemática das desigualdades sociais, e, as nomeiam especificamente como espaços acadêmicos ricos em experiências que possibilitam a apreensão de conceitos propícios para dotar de sentido o conhecimento adquirido na Escola.

As áreas que segundo estes estudantes logram a abordagem destas temáticas sociais são as seguintes:

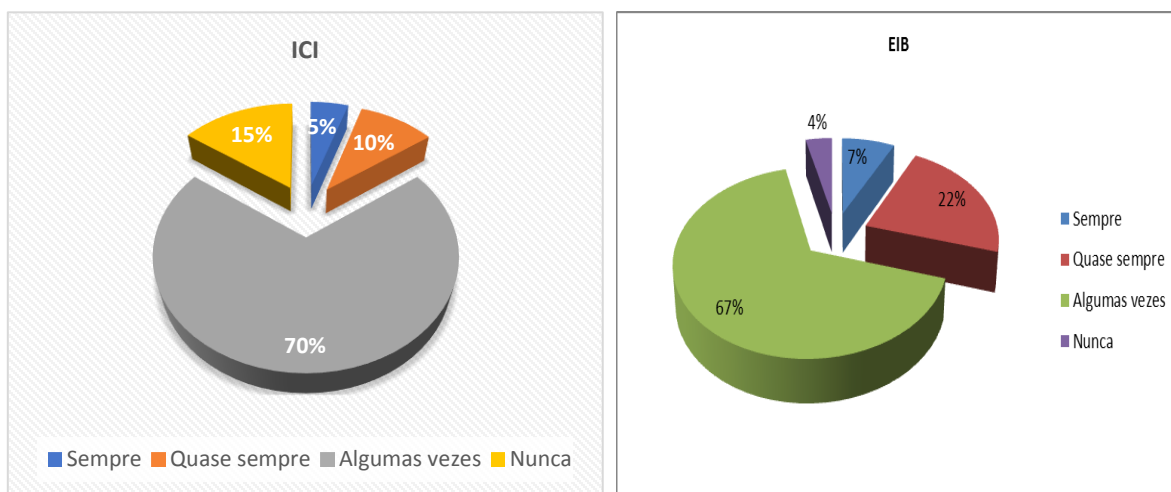
- a. Contexto Social
- b. Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade
- c. Componente de Trabalho Social - TCS
- d. Intervenção Sociocultural
- e. Gestão Tecnológica e Contexto Social
- f. Sociologia
- g. Bibliotecas Públicas

Os conteúdos disponibilizados nestas disciplinas além de fortalecerem os processos formativos dos estudantes, como atores sociais de transcendência sociocultural nas respectivas comunidades, constituem-se em espaços de fortalecimento

da Biblioteconomia, vendo-a como uma disciplina acadêmica social, construtora de culturas emergentes nos grupos humanos vulneráveis.

É um avanço contemplar no Currículo a diversidade de olhares e sentires expressados nas salas de aula com a liderança dos docentes. A recomendação que surge daqui é um convite para as disciplinas que não abordam este tipo de temáticas, comecem o quanto antes a desenvolver situações que facilitem sua abordagem. Isso, considerando que é necessário para o combate a este tipo de problemáticas, a articulação de ações formativas em todo o plano de estudos do cursos.

A necessidade de que existam disciplinas que abordem diretamente este e outros temas relacionados às Ciências Sociais, fez com que se questionasse se o Currículo dispõe de ferramentas conceituais que possibilite o desenvolvimento de trabalhos socialmente importantes nas comunidades.



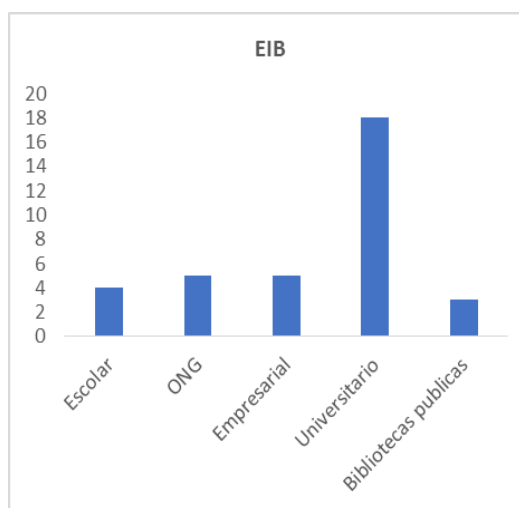
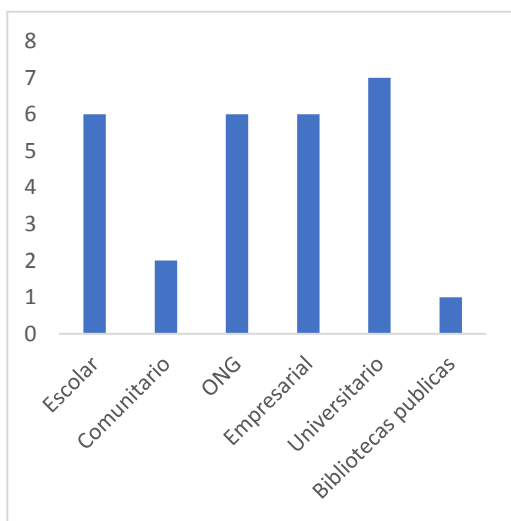
Gráficos N° 25 e 26. Oferta de ferramentas curriculares necessárias para o trabalho comunitário.
Fonte: Questionário aplicado.

Reitera-se que o oferecimento de conteúdos relacionados ao trabalho de índole social tem que ser de ação permanente e contínua. Assim, quando a percepção dos estudantes indica que nos espaços acadêmicos do curso só oferecem ferramentas conceituais para o trabalho comunitário algumas vezes, significa que o Currículo não tem orientações contundentes para o tratamento deste fenômeno e outros fenômenos sociais de experiência vividas por parte dos discentes.

Isto confirma a percepção dos estudantes ao responder outras perguntas relacionadas ao assunto, anteriormente abordadas nesse estudo. A ação decidida para o tratamento de fenômenos sociais, a partir do desenvolvimento dos temas do curso de Biblioteconomia no ICI é ainda muito tímida e, portanto, os resultados nesta direção serão também tímidos ou quase inexistentes.

A leitura dos dados confirma também que se quer fazer um trabalho realmente dedicado à comunidade, abaixo as características da ação social coletiva, onde a “união faz a verdadeira força”, o que quer dizer que a persistência da ação é a que produz verdadeiros frutos. O fato de que na percepção dos estudantes só se observe algumas vezes as ferramentas facilitadoras do trabalho comunitário é uma Situação de alarme que deixa em alerta a função social da Biblioteconomia; o que mostra vácuos no Currículo. Esta observação confirma as percepções estudantis em outras questões relacionadas, parecendo que as bases sociais conceituais não são suficientemente sólidas para que a Biblioteconomia na EIB seja consolidada como uma disciplina acadêmica e social por natureza.

Para ampliar a perspectiva abordada, a pesquisa indagou sobre os espaços informacionais em que os estudantes pretendem atuar, após conclusão do curso. Esta questão tem como objetivo vislumbrar as intenções laborais dos futuros bibliotecários e se esta escolha tem relação com seu papel de protagonista nas mudanças sociais da comunidade em que atuará.



Gráficos Nº 27 e 28. Contextos de atuação dos futuros profissionais da informação. Fonte: Questionário estudantes

Nesse quesito, foi possível escolher mais de uma opção, por isso o total de alternativas supera o número de estudantes da amostra participante. Esta representação gráfica dos resultados permitiu fazer uma leitura que possibilita esclarecer que em qualquer contexto é necessário a ação do profissional bibliotecário, mas a escolha dos participantes recai sobre universidade indicando um grande panorama de oportunidade laboral, seguido pelas ONG's e o contexto escolar.

É notório que os contextos comunitários e bibliotecas públicas apresentam menor aceitação como opção de atuação. Isto evidencia despreocupação pelos cenários comunitários. O campo de ação da biblioteca universitária sugere que só estão interessados no tratamento da informação, esquecendo o trabalho social que pode ser feito nas bibliotecas comunitárias e nas bibliotecas escolares. Esse dado é interessante, pois demonstrou a menor inclinação para espaços que mais vivenciam temas sociais, em contextos que mais necessitam da presença de bibliotecários.

Esta escolha evidencia certa contradição. Os locais laborais de preferência por estes estudantes não são precisamente os espaços onde se requer com maior urgência o trabalho diferenciado dos bibliotecários, deixando de fora o contexto comunitário e o escolar, que são na realidade unidades de informação que propiciam com maior eficiência o trabalho social de atenção aos grupos populacionais mais necessitados.

Nesta perspectiva, pretende-se confrontar se a intenção laboral expressada por meio da escola feita é compatível com as ações que o bibliotecário poderia empreender para garantir o acesso informacional às camadas populares da sociedade. Então, formulou-se a seguinte pergunta: **Gostaria de realizar ações como profissional bibliotecário para se projetar como ator ético político em sua comunidade?**

Os resultados indicaram claramente que a maioria tem a intenção de desenvolver ações direcionadas ao serviço social como uma forma de atuação política em suas comunidades, a partir da disponibilização da informação, para se converter em

um ato de transcendência social, sobretudo quando faz intervenção nos grupos mais vulneráveis.

Os dados fornecidos permitiram obter informações positivas em torno dos projetos profissionais dos futuros bibliotecários. Foi interessante e positivo para este estudo observar que estes profissionais possuem a intenção de atuarem como sujeitos políticos que veem no serviço social uma forma de atuação em suas comunidades. Mais que isso, que concebem a ação sociocultural como um caminho para a transcendência; considerando necessário adotar posições críticas ante as injustiças sociais, fato que evidenciado de forma.

ICI

Estudante 3. Sim. Levando e despertando o interesse do indivíduo socialmente excluído, contar com o saber através dos livros e das tecnologias.

Estudante 6. Sim. Acredito que o primeiro passo seja desenvolver ações que esclareçam uns debates na comunidade.

Estudante 10. Sim. Ajudar em programas de incentivo à leitura, em bairros de baixa renda; programas de informação em centros de LGBT.

Estudante 14. Sim. Após o levantamento das possibilidades da comunidade poderia propor incentivos à leitura, ações que ajudem a conhecer e interagir com a comunidade social.

Estudante 18. Sim. Levar o conhecimento às comunidades marginalizadas.

Estudante 20. Sim. Incentivando a leitura e as ações culturais na comunidade.

EIB

Estudante 1. Sim. Contribuir com o conhecimento político de direitos, promoção de leitura crítica.

Estudante 3. Sim. Porque estou convencido de que a biblioteca assim como a Biblioteconomia têm incidência política.

Estudante 6. Sim. Participar ou construir projetos que gerem um real impacto social.

Estudante 8. Sim. Participar de projetos que contribuam para melhorar a igualdade na comunidade e a participação.

Estudante 21. Sim. Tratando de trabalhar mais a problemática da comunidade em particular (de fora para dentro), mas a instituição a partir de fora, como sempre se faz.

Estudante 24. Sim. Realizando programas de Biblioteconomia que incentivem a comunidade à participação.

Os discursos dos discentes que acenaram positivamente para essa questão demonstram que o incentivo à leitura é a ação que mais se destaca. A intenção de trabalhar com grupos de indivíduos, que tem estado em desvantagem, demonstra que a ação do bibliotecário pode ter, em grande medida, um enfoque social. Assim, através de seu convencimento, pode materializar muitos direitos esquecidos pela população. Deste modo, a informação e mais especificamente, o acesso a ela, fornecerão caminhos de

equiparação de oportunidades, na busca pela redução das lacunas sociais que geram a desigualdade nas sociedades contemporâneas.

Sob esse aspecto é possível inferir que os programas de Biblioteconomia aqui analisados propagam informações gerais a seus discentes, para que estes, de uma forma ou outra, gerem as possibilidades para que as comunidades de atuação possam transformar a informação em conhecimento. Assim, poderão gerar seu próprio processo de transformação, na direção de uma emancipação, eliminando as perpetuações hegemônicas que sempre dominaram os interesses e expectativas da população.

Quando o processo de formação profissional é marcado pelas pedagogias com enfoque crítico, isto é uma fonte de enriquecimento social e de florescimento cultural – em geral uma fonte de desenvolvimento cultural que permite incidir nas comunidades liderando processos de emancipação e libertação (Rodriguez, 2008).

Fechando a parte das percepções dos estudantes participantes, perguntou-se sobre **a importância desse tipo de pesquisa para o desenvolvimento do Currículo dos programas de Biblioteconomia aqui estudados.**

De acordo com os comentários expressados pelos estudantes pode-se creditar valor formativo deste tipo de pesquisas, indagar sobre temáticas não convencionais que abrem um leque de possibilidades profissionais, contribuem com a formação social e ética dos bibliotecários. A abordagem deste tipo de temáticas iluminar o caminho da escola na construção de um Currículo social que contribua para desenvolvimento das comunidades.

Este tipo de pesquisa permite despertar consciências sociais nos integrantes da comunidade educativa da escola, uma vez que deveria fornecer conceitualmente as modificações curriculares para o desenvolvimento institucional. Destacam-se abaixo alguns depoimentos dos estudantes participantes que percebem a importância deste tipo de estudo como insumo para o desenvolvimento da disciplina, no campo social.

ICI

Estudante 1. Muito bom questionário. Serviu para que o estudante fique mais atento ao programa do curso.

Estudante 2. Na atual Situação em que estamos vivendo, muito bom ver que muitos ainda se inquietam e procuram contribuir da melhor forma que podem. Que esse trabalho venha servir para reestruturar nosso currículo.

Estudante 4. Muito interessante essa pesquisa. Acredito que trará grandes benefícios para a nossa área.

Estudante 10. Eu espero que essa pesquisa venha a servir para um incentivo para o instituto, convertendo em mais um programa que direcione e instrua o aluno a se tornar um ator ético e político na sociedade

Estudante 16. Gostei da pesquisa. Foi muito enriquecedor, pois só assim os futuros profissionais ficam por dentro das necessidades que ocorrem no curso; e assim podem fazer uma avaliação de como podemos contribuir para diminuir a desigualdade social.

Estudante 19. Este tipo de pesquisa é muito importante para o desenvolvimento do ICI.

EIB

Estudante 1. É um questionário que permite aos estudantes se interessarem por este tipo de tema.

Estudante 6. Me parece muito interessante que se faça este tipo de perguntas que de certo modo nos permite perguntarmos qual é o verdadeiro papel do profissional de Biblioteconomia e da profissão sociedade.

Estudante 7. Considero que apesar do enfoque social da carreira não oferecer ferramentas necessárias na maioria das classes e não permitir ocupar-se de fenômenos sociais complexos como a desigualdade.

Estudante 9. O componente comunitário é muito importante na Biblioteconomia. Na escola nos ensinam um pouco disto mas deveria haver mais ênfase.

Estudante 20. Uma questão muito interessante que pode ajudar muito a nossa disciplina.

Estudante 22. Muito acertado ter este tipo de questão porque a EIB nunca se preocupa com a percepção dos estudantes acerca do currículo e outros aspectos.

Estudante 24. Excelente que se dê mais importância ao tema dentro da Biblioteconomia.

Estudante 25. Creio que desde na Biblioteconomia se pode fazer ações sociais e políticas que beneficiem a comunidade para ajudá-la em seus projetos de vida e no desenvolvimento social.

Estudante 26. No meu projeto como ator social ativo, porque para mim não está muito claro a maneira de fazê-lo, também faz parte de meus interesses pessoais.

Nunca havia pensado na projeção do currículo com a projeção social, mas tem muito sentido.

Desta forma, os participantes reconheceram o valor formativo deste trabalho e fizeram um questionamento em torno do objeto de estudo em relação à atuação pessoal de cada um para diminuir as distâncias socioeconômicas que modificam os comportamentos e as relações entre os indivíduos de uma sociedade. Outros citaram um espaço acadêmico que seguramente levará benefícios acadêmicos para o programa.

Os resultados apontaram que para uma parcela significativa dos estudantes esta é uma pesquisa que traz contribuições importantes para melhoria do Currículo, conforme expressaram os estudantes 1, 2 e 10. Ademais, os discentes consideram que este tipo de pesquisas além de despertar a consciência estudantil para a necessidade de abordar este tipo de fenômenos no interior do ICI, também deve fornecer ferramentas de análise para a modificação do Currículo institucional, de tal forma que sua construção

conte com a participação de toda a comunidade educativa, visando reformas que permitam tratar com maior ênfase as situações de cunho social que afetam especialmente os discentes.

Observou-se que o sentimento foi de aceitação por parte dos estudantes a este tipo de trabalho, tratando-o como um algo que seguramente levará benefícios acadêmicos para o programa. É possível que este tipo de problemática seja estudada nas disciplinas que formam o núcleo duro do programa, com possibilidade de contribuir com a formação de bibliotecários fortalecidos no âmbito social, para lidar com a informação a serviço das comunidades mais vulneráveis.

Desta forma, será possível ter uma cidadãos comprometidos com o desenvolvimento do potencial humano para a consolidação de uma sociedade melhor, onde os espaços democráticos estejam mais presentes no dia a dia da população, numa crescente evolução para uma sociedade mais justa e igualitária.

Em termos gerais, participar desta pesquisa foi uma experiência enriquecedora para os estudantes que dela fizeram parte por meio dos questionários, dentre outras ações que compuseram o trabalho.

7.1.3 Pontos de encontro e divergências

Por meio de um texto descritivo se confrontaram as duas realidades visando encontrar pontos compartilhados na percepção dos participantes quanto à problemática apresentada, assim como observar as situações que demonstraram algumas divergências relação às mesmas. Posto isso, tentará se mostrar estas percepções, trazendo uma das mesmas.

No primeiro momento, procurou-se informações sobre os aspectos que, segundo os dados fornecidos, resultam de concepções compartilhadas. Coincidências iniciais são visíveis quando observou-se que na **caraterização** da população questionada, encontraram-se dados comuns às duas unidades acadêmicas, a exemplo do quesito gênero. Observou-se que predomina a presença feminina; com pouca presença masculina.

Quanto à questão socioeconômica, os dados indicaram que os estudantes, em sua maioria, são provenientes de famílias de baixa renda. As duas unidades acadêmicas, ICI e EIB, pertencem a universidades públicas de grande tradição histórica em suas regiões e países. Quanto à idade, existem casos muito parecidos de estudantes de idade considerada avançada⁶⁷ para o ingresso na academia, que saem do esquema da idade socialmente aceita para iniciar uma graduação. Desta maneira, os dois programas se apresentam como **espaços acadêmicos de oportunidades**.

Seguindo, achou-se um ponto de encontro num **conceito de desigualdade social** compartilhado, onde este fenômeno é definido como carência de oportunidades em igualdade de condições; diferenças marcadas na distribuição da renda; a não materialização dos direitos básicos; necessidades básicas insatisfeitas para um setor da população; exclusão das camadas populares da população; a desigual distribuição de riqueza. É comum o sentir que a Biblioteconomia pode contribuir com a diminuição destas desigualdades através da disseminação e do acesso informacional para todos, com um trabalho ativo nas comunidades vulneráveis.

Quanto à presença de desigualdades sociais observou-se que o contexto mais desigual se encontra na cidade e o menos desigual, na universidade. O ICI e a IEB consideram que o profissional bibliotecário não tem o reconhecimento social de acordo sua função; que a Biblioteconomia é um caminho de intervenção social nas comunidades, que percebe Situações no interior das unidades acadêmicas que evidenciam situações de desigualdade.

Além disso, pensam que o programa curricular algumas vezes oferecem ferramentas conceituais para lidar com problemáticas como a desigualdade social; que os estudantes percebem que realizar este tipo de pesquisas contribui para o melhoramento dos planos de estudo e possibilita incluir modificações nos currículos. Concordam também em que existem algumas disciplinas que abordam este tipo de temáticas; e por fim, os estudantes, em sua maioria, estão dispostos a realizar trabalhos comunitários em comunidades vulneráveis marginadas.

⁶⁷ Considerando o início da educação formal da infância até sua finalização, geralmente, a idade de entrada na Universidade, considerando que o aluno siga o ciclo normal, varia de 18 a 20 anos.

Quanto aos caminhos divergentes, começa-se pelos dados dos quais se fez a caracterização. Os estudantes do ICI se reconhecem como afrodescendentes em sua maioria, enquanto os da EIB se acham mestiços (o predomínio étnico das diferentes regiões determina esse reconhecimento). Segundo os estudantes do ICI, a desigualdade social é um fenômeno que afeta o Currículo em sua construção e na mesma estrutura, porque não se leva em conta estes fenômenos para seu desenho, enquanto, que na EIB não percebem essa Situação.

No ICI acham que nas salas de aula, em poucas ocasiões, abordam-se temáticas que ajudam a trabalhar com estes fenômenos sociais, mas na EIB acreditam que estes temas são abordados em grande parte em muitas disciplinas. Existem poucas disciplinas no ICI que abordam estes fenômenos, e as que existem fazem parte de disciplinas optativas e não obrigatórias, enquanto na EIB estas disciplinas são em maior quantidade e fazem parte das obrigatórias.

No ICI, os estudantes acreditam que a Biblioteconomia é uma disciplina técnica, enquanto na IEB que se trata de uma disciplina social. Na EIB consideram que a Biblioteconomia forma a seus estudantes para tornarem-se atores importantes em suas comunidades, ao contrário do que acontece no ICI, onde o pensamento é de que seus estudantes não são formados para isso.

A leitura destas percepções estudantis possibilita destacar a oportunidade que representa o curso de Biblioteconomia das duas unidades acadêmicas, como plataforma de possibilidades de formação em prol de prover os indivíduos de ferramentas acadêmicas que lhes permitam atuar com decisão política em suas comunidades, além de lograr seu papel como bibliotecários sociais, incidir no desenvolvimento coletivo da sociedade. A partir do trabalho social deste profissional da informação se pode diminuir em grande medida as lacunas de desigualdade que fragmentam as sociedades na atualidade.

Desta forma, o bibliotecário de hoje é convidado a atuar como agente social protagonista nas transformações sociais das comunidades, visando garantir o acesso à informação como meio de construção de conhecimento para a superação pessoal e engrandecimento da coletividade, num papel de liderança nos processos emancipatórios que requer a população.

7.1.4. Os pontos de vista dos formadores.

Nas pesquisas qualitativas enfatizou-se a utilização de entrevistas consistentes para saber sobre o que pensam as pessoas, para interpretar o significado e o sentido do que acham estes agentes de conhecimento; o que dará lugar a interpretações dos atores investigados. As entrevistas “em profundidade” são mais adequadas onde há pouco conhecimento sobre o fenômeno estudado ou onde percepções detalhadas são necessárias a partir de pontos de vistas individuais. Elas também são particularmente apropriadas para explorar temas sensíveis, sobre os quais os participantes podem não querer falar em um ambiente de grupo (DE OLIVEIRA e OUTROS, 2012, p.3).

Nesta oportunidade, se construirá conhecimento através da conversação com os professores pertencentes às duas unidades acadêmicas pesquisadas, que através de seus depoimentos deixaram ver seus pensares em torno do tratamento que o Currículo de Biblioteconomia faz do fenômeno da desigualdade social. O material utilizado para analisar os dados consta de 21 entrevistas no total, 11 com os professores da EIB e 10 com os docentes do ICI.

Como instrumento de análise serão utilizadas as categorias de análise interpretará pergunta por pergunta, determinando a unidade de análise (relacionadas com as categorias utilizadas na construção de unidades hermenêuticas).

Unidade acadêmica	Pergunta	Categoria	Unidade de análise (nos documentos primários)	Interpretação e análise

Quadro Nº 9. Matriz de análise de dados qualitativos. Fonte: Dados da pesquisa

Esta análise começou com a busca de sentido e significado nos depoimentos dos professores quanto à sua caracterização pessoal e profissional.

A matriz utilizada para este estudo permitiu olhar em um só plano as unidades de análise dos dois casos, assim como fazer uma interpretação geral que gerou um texto

de sínteses da análise comparativa do observado nos depoimentos dos atores nos dois cenários formativos.

Unidade Acadêmica	Pergunta	Categoria	Unidade de análise (citação dos comentários dos protagonistas)	Interpretação e análise
EIB	1. Quem é você?	Reconhecimento pessoal. Formação profissional	<p>“Sou bibliotecólogo e agora estou terminando meu Mestrado em Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação”.</p> <p>“Sou bibliotecólogo aqui da Escola Interamericana. Tenho um Mestrado em Gestão da Informação e Procedimento”</p> <p>“Sou bibliotecóloga, egressa da Escola Interamericana de Biblioteconomia, vinculada com a Universidade como professora desde o ano 2.000; e anteriormente estive como professora de cátedra”</p> <p>“Neste momento estou cumprindo funções na estrutura de formação acadêmica; e sou professor de cátedra daqui da Escola Interamericana de Biblioteconomia há 16 anos”</p> <p>“Sou bibliotecóloga, Mestre em Educação, com ênfase nos estudos interculturais. Hoje estou fazendo um doutorado em Ciências Humanas e Sociais. Na Escola me dedico ao tema de biblioteca escolar, formação de leitores e escritores, cultura escrita e todo a análise social da biblioteca a partir de dos estudos culturais basicamente”</p>	<p>O Grau de formação dos docentes permite ter as competências profissionais requeridas no empreendimento de processos de formação onde a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade se convertem numa fortaleza curricular voltada para uma formação holística dos discentes. O reconhecimento que o docente faz de Sim mesmo, dá indícios da forma como este ministra os conteúdos em suas disciplinas, e também da conta da coerência entre o discurso e a prática. O compromisso social que o docente expressa através de sua definição de quem é ele, diz se realmente possui consciência social, o que faz com que transfira a partir de sua formação esta condição de agente social de mudanças sociais. O corpo docente dos dois programas conta com estudos de Mestrado e Doutorado, Situação que deixa ver a força acadêmica das equipes nas duas unidades acadêmicas. O</p>

ICI	1. O quem é Você ?	Reconhecimento pessoal. Formação profissional	<p>“Sou Doutor e Mestre em Ciência da Informação e professor nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Documentação”.</p> <p>“Sou bibliotecária e documentalista, formada na Universidade Federal Fluminense. Fiz meu Mestrado em Ciência da Informação e Doutorado em Educação”</p> <p>“Sou doutor em Ciência da Informação e leciono no Curso de Biblioteconomia e Arquivologia e sou coordenador do colegiado do Curso de Biblioteconomia e Documentação. Lido diretamente com alunos e ouço todas as necessidades, queixas, amparando o aluno na sua vida estudantil”</p> <p>“Sou bibliotecária, formada aqui no ICI e Mestre e doutorando em Ciência da Informação”</p> <p>“Eu sou na uma professora moderna, que acredita na pessoas, eu consigo acreditar que é possível na minha vida transformar a sociedade”</p> <p>“Sou uma mulher que acredita em Deus, professora e que acredita nas pessoas. Acredito que aquilo que a gente escolhe para ser na vida já seja na profissão ou qualquer outra área, tem que pensar primeiro no outro.</p>	reconhecimento como agentes sociais movimentados pelas mesmas histórias de vida e por seus locais de procedência e a classe social à que pertencem, também é fator de destaque nesta indagação. Alguns professores formados na mesma unidade acadêmica onde atualmente atuam fazendo parte do mesmo programa que os formou como bibliotecários. Esta é uma experiência Significativa na hora de avaliar se o Currículo está cumprindo sua missão. Observa-se também a qualidade que têm estes docentes, que estão convencidos da possibilidade de transformação social e que podem exercer desde suas aulas, para projetar sua consciência social em seus atos formativos.
-----	------------------------------	--	---	--

Quadro Nº 10. Matriz de análise de dados qualitativos. Fonte: Entrevista docentes

Em síntese, pode-se assentir que esta primeira pergunta, ainda que pareça que não ter relação com o objeto de estudo da pesquisa, permite conhecer os entrevistados, assim, como sua formação profissional, fatos preponderantes na hora de liderar os processos educativos.

Os docentes que ministram disciplinas no programa de Biblioteconomia dos dois cursos aqui apresentados, contam com as possibilidades acadêmicas requeridas e

a experiência necessária para liderar ações pedagógicas de incidência na formação dos futuros profissionais da informação.

Como pontos de **convergências**, foi possível deduzir que em ambos os casos existe uma força no que se refere à formação profissional dos docentes. Contar com docentes pós-graduados (Mestrados e Doutorados em sua maioria) é também um ponto de encontro satisfatório para o desenvolvimento da Biblioteconomia a nível local e nacional. Além disso, mostra também variedade nesses estudos, fator que enriquece o espectro acadêmico e amplifica as visões educativas para o fortalecimento do Currículo institucional.

Como **pontos divergentes**, pode-se observar que no caso dos atores sociais, existem motivações pessoais diversas que possibilitam a não abordagem de temáticas sociais nas diferentes disciplinas, tanto no ICI como na EIB. Estas motivações podem estar determinadas por uma questão social nas diferentes regiões onde ficam as universidades em estudo. Isso faz com que a militância política de alguns professores do ICI seja mais evidente que a dos professores da EIB. A luta social é mais movimentada no contexto profissional do Instituto de Ciência da Informação, do que é na Escola Interamericana de Biblioteconomia.

A pergunta Nº 2 tem a ver com a forma como os docentes definem o fenômeno da desigualdade social em seu cotidiano acadêmico.

Unidade Acadêmica	Pergunta	Categoria	Unidade de Análise	Interpretação e Análise
EIB	O que é a desigualdade social?	Conceito de desigualdade social	<p>“A desigualdade social eu entendo como uma relação desigual de poder”</p> <p>“É um conceito que define o tema iniquidade como término das brechas que se dão no acesso aos recursos, aos serviços. Para nós, informação entre distintos grupos dentro de uma sociedad ou entre um país e otro”</p> <p>“Quase sempre Quando falamos de uma maneira geral de estamos falando</p>	<p>Os conceitos emitidos pelos professores apresentam aspetos bastante coincidentes com as definições desenvolvidas neste estudo.</p> <p>Acha-se este fenômeno uma problemática que afeta grande quantidade da população a nível mundial, gestando relações de poder verticais,</p>

			<p>de economia, de possibilidades maiores ou menores mas há uma quantidade de elementos que ali intervém”</p> <p>“Alguém poderia dizer que a desigualdade social é uma espécie de desequilíbrio, que afronta as sociedades pelo acesso a recursos básicos para sua sobrevivência, sua subsistência, e também para gerar possibilidades para a construção de melhores cenários de futuro, construção de vidas dignas”</p> <p>“A desigualdade tem a ver com o que não tem condições equilibradas, como iguais, num mesmo sentido para um grupo de pessoas”</p> <p>“Desigualdade social é a incapacidade que tem uma sociedade para permitir aos sujeitos terem oportunidades de acordo com suas necessidades de humanização”</p>	<p>que marginalizam, excluem, dominam, hegemonomizam e “matam” as pessoas que são consideradas inferiores, diferentes. Não reconhece na diferença um aspecto valioso nas relações interpessoais. É um fator que alimenta essas desigualdades e que acentuam no dia a dia essas lacunas de iniquidades. É um sentir compartilhado pelos professores entrevistados, ao pensarem que as desigualdades podem ser atacadas a partir de uma luta social que se engendre ao interior das universidades.</p> <p>O conceito de desigualdade social no interior dos programas de Biblioteconomia deve ser indicado através da</p>
ICI	O que é a desigualdade social?	Conceito de desigualdade social	<p>“A desigualdade social penso que seja uma limitação de boa parte da população ao acesso à educação de qualidade, melhores oportunidades no mercado de trabalho, como uma estrutura Sistêmica e a dificuldade ao acesso de bens culturais históricos, pela maior parte da população”</p> <p>“É um problema social, que pode assumir diferentes formas, especialmente a que identifica as desigualdades de classes, como a dos trabalhadores proletários e a dos proprietários dos meios de produção,</p>	<p>possibilidade que tem o indivíduo de chegar à informação, sem discriminação. Devem construir-se caminhos que facilitem a disponibilização da informação para a construção coletiva de conhecimento, que admita a aquisição de ferramentas que dotem o sujeito de uma consciência crítica. Essa consciência deve permitir que se extraia do contexto as oportunidades que ali estão fornecidas, com</p>

			<p>incluindo as terras, e especialmente, atualmente, a dos proprietários dos meios de comunicação”</p> <p>“Quando eu falo de desigualdade social eu acho que as pessoas não se reconhecem diferentes, e principalmente acho que não há políticas de cunho social, então quando aumenta a desigualdade é por que uns tem mais e outros tem menos”</p> <p>“Acho que é diferença, principalmente de oportunidades entre as pessoas”</p> <p>“É algo triste mesmo. A desigualdade social é perversa, é algo que é alimentado diariamente sobretudo pela mídia. A desigualdade social é algo que mata pessoas, ela discrimina, ela cria bandos, que se reproduzem pelas mesmas injustiças sociais; é um ciclo de desumanização do ser humano”</p>	<p>aproveitamento das mesmas.</p> <p>Estas ferramentas de leitura conceitual se adquire graças ao processo de formação profissional, quando este se constrói com a intenção de formação de sujeitos éticos e políticos para a emancipação e transformação</p>
--	--	--	---	---

Quadro Nº 11. Definições do fenômeno da desigualdade social. Fonte: Entrevista aplicada.

Como **ponto de encontro** a partir dos contextos observados, acham-se coincidências conceituais no momento de definir o fenômeno da desigualdade social, relacionando-o com a segregação por classe, de etnia, gênero ou fatores estritamente econômicos. No que se refere ao fenômeno no interior da Biblioteconomia, pode ser definido como carência de oportunidades geradas pelo acesso à informação, quando não se garante como um direito de todos os cidadãos, sem chegar às populações vulneráveis, produzindo um distanciamento que pode conduzir à marginalidade destas pessoas. É compartilhada a sensação de impotência gerada ao definir este tipo de fenômenos, dada a complexidade de seu estudo e a quantidade de “arestas” que emergem da sua abordagem e tratamento.

Os **pontos divergentes** nas definições somaram-se quando os comentários de um e de outro lado deixaram ver diferenças em suas visões do fenômeno. Alguns consideram a ausência de políticas públicas voltadas para o tratamento do problema como parte da mesma desigualdade é foco no ICI, mas, a definição do fenômeno como uma questão da verticalidade nas relações de poder, a exemplo da EIB. O fenômeno visto sob a lente da Biblioteconomia foi tratado por professores da EIB, e as concepções com foco social relevante para o desenvolvimento do potencial humano em sua dignidade como pessoa, foi evidenciado pelo ICI.

As coincidências expressadas nas definições do fenômeno de estudo, objeto desta pesquisa, mostraram as poucas divergências identificadas nos comentários dos docentes; o que Significa, segundo visão do autor desta pesquisa, notar o grau de comprometimento acadêmico com a abordagem de questões sociais ao interior dos programas.

Estruturado o sentido formativo deste trabalho, a próxima pergunta pretende averiguar a presença de disciplinas que abordem este tipo de questões no interior do programa.

Unidade Acadêmica	Pergunta	Categoria	Unidade de Análise	Interpretação e Análise
EIB	Existem no programa curricular disciplinas que abordem o fenômeno da desigualdade social?	Tratamento disciplinar do fenômeno	<p>“Não conheço. Conheço as disciplinas que as compoem, mas não conheço concretamente uma disciplina ou espaço onde se trate sobre o”</p> <p>“As vezes penso que as disciplinas quando não estão muito marcados como um programa que tem parte de desigualdade social não se evidencia, mas a maioria das disciplinas, cursos e matérias falam dela”.</p> <p>“Não, eu creio que não. Não há uma ênfase em Sim. Eu imagino que é um tema que pode emergir de uma maneira recorrente, em particular quando falamos de uma brecha que existe no acesso à informação. Isso,</p>	Os depoimentos dos docentes em torno da questão em debate estão orientados na mesma direção, inclinando a balança até o reconhecimento de certo vazio curricular que impede que este tipo de problemática seja tratada Sistematicamente nas disciplinas que compõem a grade curricular. Acham que em algumas ocasiões que são abordadas, isto ocorre por iniciativas particulares dos

			<p>entendo a informação como uma expressão da cultura e da ciência como parte da cultura também”</p> <p>“Pois tem que abordar-se, pois possivelmente não está no plano de estudo marcado. Não lembro o da mesma forma que não tenho visto especificamente os los programas de algumas disciplinas”</p> <p>“Sim, têm algumas disciplinas que abordam diretamente a relação do acesso à informação, por exemplo”.</p> <p>“Não, diretamente não. Até poderíamos pensar que o tema da desigualdade é um tema que deve fazer parte de um currículo oculto e de práticas pedagógicas e docentes que trazem o término de um esquema, mas não numa linha clara, uma diretriz”.</p> <p>“Em nosso programa tem disciplinas que abordam os problemas sociais e os fazem de perspectivas críticas, especialmente as disciplinas de Contexto Social e Caracterização de Unidades de Informação”</p>	<p>próprios docentes, sem existir uma diretriz clara do colegiado em torno ao assunto. Segundo os professores entrevistados, existem algumas disciplinas que se ocupam destas temáticas, mas pertencem a outros departamentos e programas. Em termos gerais, o fenômeno da desigualdade social não é um assunto transversal a todas as disciplinas; existe isso Sim, uma luz de esperança que possibilitará a inclusão dos assuntos sociais no Currículo que está e em fase de modificação no Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia. Também se pode agregar que existem alguns cursos complementares que podem ser espaços para o debate em torno destas questões.</p>
ICI	Existem no programa curricular disciplinas que abordem o fenômeno da desigualdade social?	Tratamento disciplinar do fenômeno	<p>“Não existe nenhuma que aborde o fenômeno, agora mesmo estão tentando reformular o Currículo”</p> <p>“Bem, nosso Currículo é antigo, dos anos 1889. A problemática não tinha a visibilidade nem o tratamento que tem hoje, é quase que um mantra social com igualdade, transparência... essas coisas estavam enfraquecidas. Hoje está mais forte, estamos com um Currículo novo que está sendo aprovado”</p> <p>“No Currículo do Curso de Biblioteconomia não conheço. Sei que são discutidos assuntos na disciplina de Sociologia, mas não tenho conhecimento se</p>	

			<p>isso ocorre na ementa de alguma disciplina”</p> <p>“Da época que eu fui aluna, não tinha uma disciplina específica que abordasse este tipo de temática, mas dentro da disciplina que é sobre o acesso da informação, principalmente se tem essas discussões sobre as desigualdades”</p> <p>“Em Biblioteconomia não tem, eu acho que não tem. A gente tem assim, História da Civilização Brasileira, mas não é ministrada no ICI”</p>	
--	--	--	---	--

Quadro N° 12. Existência de disciplinas que abordem o fenômeno. Fonte: Entrevista docentes.

Em síntese, o **ponto de encontro** se produz quando se reconhece que em grande medida existem falências nos Currículos que dificultam a materialização e a abordagem de certo tipo de temáticas sociais, que afetam diretamente a comunidade educativa nos dois centros de estudo aqui pesquisados. O desconhecimento de disciplinas que de modo sistemático e direto levem em conta esta abordagem é uma constante na população entrevistada, o que faz com que a desigualdade social presente nos diferentes cenários não seja levada em conta para o desenvolvimento do processo formativo dos futuros profissionais da Informação.

Como **espaços de divergência** no mesmo pensar dos atores educativos formadores, estão as possibilidades de inclusão das temáticas que avivam o debate sobre o fenômeno, num novo Currículo que está em processo de modificações adaptativas às atuais condições educativas da população estudantil do Instituto da Ciência da Informação. Na Escola Interamericana de Biblioteconomia algumas falas se expressam a existência de disciplinas voltadas ao tratamento do fenômeno da desigualdade social, como pretexto de formação de atores críticos, comprometidos com a transformação positiva das suas realidades. Estes agentes sociais de projeção dinamizam ações através das disciplinas ministradas em prol do fortalecimento da consciência social dos discentes.

A próxima pergunta complementa a anterior, indagando sobre o papel do docente na abordagem do fenômeno em salas de aula.

Unidade Acadêmica	Pergunta	Categoria	Unidade de Análise	Interpretação e Análise
EIB	Qual deve ser o papel do docente frente a este fenômeno?	Papel do docente	<p>“Trabalhar com os estudantes o reconhecimento que existem cenários e conceitos em que as desigualdades em relação ao acesso à informação se acontecem. Isso é parte de conflitos, tensões e lutas entre distintos grupos sociais, que fazem parte de uma cultura”</p> <p>“Eu penso que constante, sempre tem que trabalhar, fazer ver qual é nosso papel como seres humanos e como profissionais em qualquer área, de como está vendo o mundo de todos os ângulos possíveis”</p> <p>“Penso que há temas que devem ser abordados. Como mestres devemos colocar bases compreensíveis para assim guiar a sociedade para poder chegar à construção de uma sociedade onde todos sejam iguais. Eu creio que devemos levar uma pergunta mais completa, e que todos possam ter acesso às formas de desenvolvimento que queremos para nossas vidas”</p> <p>“O professor tem uma forte influencia nessa parte, mas eu também pensaria que não é problema, e Sim uma feliz combinação, porque o encontro dos valores, a igualdade, a justiça e a tolerancia são princípios que devem que estar em toda pessoa”</p> <p>“Como mestres damos a oportunidades à sociedade em geral de amortizar de alguma maneira a desigualdade”.</p> <p>“É um assunto que nós temos que estar perguntando todo o tiempo, ainda mais em uma universidade pública, onde existem diversos de atores e</p>	<p>O papel do professor está inicialmente em dar uma educação de qualidade, cumprir com sua missão como formador de consciências, oficializar como agentes construtores de projetos de vida e esperança. Devem também exercer função de jardineiros ao plantar em seus estudantes a semente do conhecimento. Assim como criar cenários acadêmicos de inclusão onde todos participem em igualdade de condições. A condição de seres humanos de excelência deve mediar o exercício docente em qualquer espaço educativo. O docente tem que desde seu saber disciplinar fazer uma aposta ética e política para a vida dos discentes, incidindo em seus projetos profissionais; de tal forma que possam, por sua vez, irradiar os conhecimentos em suas respectivas comunidades. O específico da Biblioteconomia tem que apresentar como canais de mediação da informação que deve ser disponibilizada da melhor maneira aos estudantes, e que estes Sintam em seu professor um</p>

			sujeitos que fazem parte dessas dinâmicas de formação”	ator social importante na tomada de decisões que determinam o destino das comunidades.
ICI	Qual deve ser o papel do docente frente a este fenômeno?	Papel do docente	<p>“Oferecer uma educação de esperança. Eu trago essa máxima, que amanhã vai ser toda diferente. Tratar o aluno de igual, mesmo que ele mostre algumas deficiências. Então o professor tem que reconhecer o ritmo de aprendizagem de cada um, respeitar o aluno sempre.”</p> <p>“O nosso papel como professor é fazer com que todas essas questões sejam realmente quebradas, é fazer com que não haja preconceito na sala de aula, apesar de que o professor tenha suas preferências, principalmente pelos alunos que mais participam. O professor tem que quebrar esses paradigmas”</p> <p>“Nós, como professores, somos mediadores da informação, temos que garantir que a informação esteja disponível em diversos canais, temos a missão que de transmitir em sala de aula, mediar para formar pessoas críticas dentro do contexto da profissão”</p> <p>“Tem um papel que é fundamental, porque o professor também é formador de opinião e como formador de opinião termina formando ou reprimindo. Por isso tem essa responsabilidade”</p> <p>“O papel do professor é primeiro dar conta em sua área das políticas públicas, de atualizar, de integrar no curso, e assim transmitir ou facilitar o acesso dos alunos a isso que eu tenho. É manter os alunos motivados para que participem socialmente. O professor tem que ser um grande incentivador, motivador dessa juventude”</p>	<p>No que tem a ver com a problemática da desigualdade social, o papel do docente é fazer com que se trabalhe todas essas temáticas a partir de debates na sala de aula, em que se “quebrem” esses paradigmas geradores de preconceitos na comunidade.</p> <p>É importante lembrar o papel docente na construção da comunidade; que sua posição ética e política tem que estar sempre na frente de qualquer ação formativa. Por último, este deve se converter em “chama” que acende as lutas sociais que engendram posições emergentes nos atos de emancipação coletiva, movimentada pelo conhecimento.</p>

			<p>“É fundamental o docente abrir um leque de possibilidades para que os discentes pelo menos tenham acesso à informação, sobre essas temáticas e discutam em sala de aula, para garantir uma formação não meramente técnica, mas uma formação humanística”</p> <p>“Primeiramente (e sempre) o papel de um docente será o de estimular a reflexão e a observação da sociedade e dos contextos sociais em que se vive e atua. Sobre o papel do docente no tratamento direto do fenômeno da desigualdade social, penso que o estímulo à ação prática é fundamental, proporcionando aos estudantes a oportunidade de fazê-los pensar sobre atuar em agremiações estudantis representativas politicamente”.</p>	
--	--	--	---	--

Quadro Nº 13. Rol do professor ante o fenômeno da desigualdade social. Fonte: Entrevista com docentes.

Como modo de fusão das duas posições aqui apresentadas, pode-se evidenciar somente **pontos de concordância** quanto à visão compartilhada sobre o papel que o docente pode desempenhar. No que se refere à formação dos profissionais em informação, os bibliotecários, quanto à abordagem da problemática da desigualdade social em suas salas de aula, os comentários orientam-se destaque da figura do formador como protagonista dos processos de transformação social, utilizando a mediação como pretexto para que os discentes tenham oportunidade de equiparação de oportunidades e experimentem uma maneira de afinar seu aproveitamento no contexto social.

Por outro lado, o **caminho de divergência** nestas apreciações fica deserto, na medida em que só se evidenciaram convergências conceituais que aportam o reconhecimento do docente como ator social de inigualável importância nos processos sociais e comunitários, vistos como sujeitos éticos de influência comunitária.

A partir do reconhecimento do papel do docente como agente mediador entre a função social da Biblioteconomia e a população, questiona-se agora sobre o tratamento do fenômeno nas disciplinas ministradas pelos docentes entrevistados.

Unidade acadêmica	Pergunta	Categoria	Unidade de Análise	Interpretação e Análise
EIB	Aborda este tipo de temáticas na disciplina que orienta no programa?	Tratamento do fenômeno nas disciplinas	<p>“Busco trabalhar com os estudantes desde a parte humana, de sensibilizar. Assim, se está falando de uma disciplina que tem conteúdos pontuais, que não podem estar fora, considerado que estar dentro da sala de aula é diferente de se estar fora dela. Quando são estudantes e quando são profissionais, porque parte do contexto social tem olhar o outro contexto”</p> <p>“Desde muito tempo tenho trabalhado com os estudantes o reconhecimento de que existe um cenário e conceitos de desigualdades. Sua relação com o acesso à informação se dá no que faz parte de conflitos, tensões e lutas entre distintos grupos sociais que fazem parte de uma cultura que está orientada a apropriar-se desses recursos de informação”</p> <p>“Trabalhamos desde as categorias de grupo as diferenças que tem, a brecha digital que existe entre info-ricos e info-pobres. Trabalhamos quando abordamos as brechas digital, informacional ou cognitiva, desde as diferenças que se dão a nível de acesso a tecnologias de acesso à informação ou de possibilidades de gerar ou construir conhecimento”.</p> <p>“O tema na verdade, não se mencionou porque penso que de uma ou outra maneira, me parece que é mais negativo mencionar o contexto de desigualdade social e trazê-los como parte, por isso, não creio que seja positivo mencioná-la de uma maneira</p>	<p>Claramente se evidencia que a intenção de abordagem deste tipo de temática nas respectivas disciplinas, fica só nisso. Intenções que não se materializam na ação pedagógica que deveria se abordar sistematicamente nas salas de aula. O fenômeno da desigualdade social, por não pertencer especificamente à ementa das disciplinas, não consegue achar um espaço nas salas de aula para o debate. As poucas vezes que esta questão é tratada em algumas disciplinas não alcançam mudanças significativas, nem para introduzir na consciência das pessoas, nem para mudar padrões de comportamento coletivo. As transformações que requer a sociedade, a mais de ser atos consistentes, produtos das lutas, tem que ser uma evolução de simples ações para criação de uma cultura</p>

			<p>explícita. Digamos que sua condição de marginalizada, certo?”</p> <p>“Sim, o assunto no curso de Ciência, Tecnologia e Sociedade é um assunto transversal, na medida que de acordo com a Formação de bibliotecários, tratam de conectar-se, porque aqui que os analisamos. É propriamente o problema na produção de conhecimento inicialmente, mas é importante como se usa esse conhecimento e especificamente como se usa socialmente esse conhecimento, convertendo-o geralmente em um problema transversal”</p>	<p>da emancipação e do reconhecimento do outro como elemento necessário para a convivência. No ato educativo desenvolvido nas salas de aula por parte dos docentes, devem-se primar os fatores de destaque da condição humana. As aulas devem estar imbricadas de condições formativas onde os estudantes se reconheçam</p>
ICI	<p>Aborda este tipo de temáticas na disciplina que orienta no programa?</p>	<p>Tratamento do fenômeno nas disciplinas</p>	<p>“Sim, inclusive na aula de hoje falamos um pouco sobre esta perspectiva de acesso à informação, da necessidade de proporcionar o acesso irrestrito à informação no campo da Biblioteconomia. O acesso é considerado um grão dentro da Arquivologia, falando de acesso de certo modo irrestrito na informação”</p> <p>“Em minhas aulas sistematicamente não. Em seminários é que a gente aborda essa questão, quando a gente fala de bibliotecas comunitárias, que não têm aportes do governo, que são iniciativas da própria comunidade, do bairro ou de um bibliotecário que vai atuar lá, algum tipo de trabalho assim, alguns trabalhos de final de curso”</p> <p>“A informação é social, e tem que ser posta para o ser humano. Não vejo isso nas pesquisas, não vejo isso nas intenções o que é pior. Uma andorinhas só no faz verão, não faz as coisas acontecerem, elas têm que andar em bando para poder fazer mudanças”</p> <p>“Eu costumo comentar às vezes, tratar muito a agenda social, posto que nós estamos passando um momento político difícil. Nesta confusão ninguém está fazendo nada, então eu</p>	<p>como seres humanos únicos e importantes. Para alcançar verdadeiros avanços no processo de redução das desigualdades sociais, faz-se necessário ações estruturais que afetem diretamente o funcionamento institucional, fazendo dos problemas sociais focos de debate que das salas de aula sejam transferidas às comunidades vulneráveis. Isso, levando em conta que estas comunidades são os lugares onde habitam, em sua maioria, os estudantes que pertencem ao programa, ao instituto e à escola em particular. É necessário que a tímida abordagem que se faz nas disciplinas tome força para que possam se transformar numa ferramenta real de leitura crítica, que forneça</p>

			<p>pego um temas atuais e temas de atualidade no jornal trago para questionar o que o bibliotecário pode fazer com essa informação, como é que é a mediação do bibliotecário nestes temas, incentivo a que o bibliotecário seja protagonista". "Sempre que tiver oportunidade tem que se falar disto, porque a gente tem a outra questão, do caso do nosso do curso de Biblioteconomia. Temos uma população que nasceu, a maioria, de baixa renda e de mulheres, então temos pobres, negros, mulheres e ainda nordestinos. Temos quatro fatores desfavoráveis, então temos que trabalhar a autoestima dessas pessoas também, para saber que ela tem condição"</p>	<p>visão e consciência social a todos os membros da comunidade educativa e que estes, a partir da estruturação de um currículo, adiantem ações pedagógicas que trabalhem em prol do empreendimento de lutas sociais orientadas às transformações socioculturais na edificação de uma nova sociedade mais justa e igualitária.</p>
--	--	--	---	---

Quadro N° 14. Tratamento do fenômeno nas disciplinas. Fonte: Entrevista com docentes

Em síntese, como **pontos de encontro**, pode-se expor que na questão mencionada, os docentes de ambas as unidades acadêmicas reconheceram a importância de tratar essas temáticas em suas respectivas disciplinas, mas, manifestaram que há momentos onde as estruturas curriculares dos espaços dificultam que sejam tratados em sala de aula, porque não fazem parte do plano de estudo ou da ementa.

Trabalhar sobre estas questões ou assumi-las como tema de debate depende de posturas pessoais dos professores inclinados a debater as temáticas sociais, que conscientes do componente de humanização que devem ter as disciplinas, criam espaços que se convertem em ambientes de aprendizagem para a luta e a reivindicação social.

Como **visão de divergência**, observou-se maior compromisso social de alguns docentes expressados em seus depoimentos, que deixam ver que suas aulas têm maior orientação pelos conteúdos temáticos que pelos eminentemente sociais e culturais, sendo no ICI mais evidente esta Situação que na EIB.

Evidenciou-se também uma incapacidade de relacionar as situações sociais da vida dos estudantes aos conteúdos específicos das disciplinas; pois se na ementa não existir a temática, é difícil que esta seja debatida. Aqui também pode-se ver que a orientação e os programas a nível macro nas universidades permeiam o funcionamento nas salas de aula (esta parte será tratado com maior profundidade adiante, quando se falará do papel da universidade).

Através da questão que segue, indagou-se sobre a função da universidade como instituição pública de educação superior, que deve garantir o acesso educacional a toda a população, com especial atenção à populações em desvantagem socioeconômicas.

Unidade Acadêmica	Pergunta	Categoria	Unidade de Análise	Interpretação e Análise
EIB	Qual é o papel da universidade no fenômeno da desigualdade social?	Papel social da Universidade	<p>“A nível cultural, a universidade permite trabalhar costumes, formas de pensar...creio que ai existe um papel fundamental por parte da universidade, para ajudar que-esses movimentos ou esses eventos quanto à desigualdade cresçam. Eu reitero a política, porque pensó que universidade deve intervir, obviamente acompanhada de outras instituições”</p> <p>“Aqui há várias correntes, sempre tem correntes. Na área de Ciências Sociais se fala muito, mas aqui lutamos pela igualdade e pelas Ciências Sociais. A área de Ciências não humanas não tratam, mas é porque as disciplinas que temos são poucas”.</p> <p>“A universidade joga num campo muito importante, porque está brindando a Educação, que é uma das principais ferramentas de combate da desigualdade, porque dá a oportunidade das pessoas, sobretudo as que não têm recursos financeiro para estudar em uma universidade particular, por exemplo, de se formar, obter conhecimentos para assim poder incluir-se na sociedade”.</p> <p>“Penso que se faz grandes coisas, não me vale perguntar</p>	O papel que a universidade como Instituição de Educação superior do âmbito oficial deve desempenhar no tratamento do fenômeno das desigualdades, tem a ver com a função da universidade no desenvolvimento de uma sociedade; adiantar ações que se traduzam em melhor estar da comunidade tem que ser ênfase da sua missão. No caso específico do tratamento das desigualdades, depende das políticas públicas refletidas nas iniciativas educativas sejam criadas para fornecer as melhores

			<p>concretamente, mas vendo revistas, notícias, a página da universidade, de muitas faculdades, têm professores entregues a este trabalho. Isso, com as minorias de indígenas, afroamericanos. Nos bairros, em programas que estão dedicados a investigações, com um trabalho social bastante interessante. Penso que temos que reconhecer um trabalho muito bonito da Universidade de Antioquia a nível local, regional e nacional”</p> <p>“A universidade seguindo esse ideal, pensando na construção de uma sociedad mejor, de una sociedad mais justa, vem cumprindo um papel importante, para tentar, com suas possibilidades, trabalhar no combate à desigualdade. Porém, não só a educação, mas aqui tem certas diferenças e posturas sobre como se deve contribuir para melhorar esse desequilíbrio, e que não somente com a Educação se chega ao equilibrio socia.</p>	<p>oportunidades a todos os integrantes da comunidade, com especial atenção para aqueles que por pertencerem grupos humanos historicamente excluídos, não conseguem acceder a este e a outros direitos fundamentais para uma vida digna na materialização da condição de humanidade de todas as pessoas. É compartilhada a visão da necessidade que a universidade atue como centro de pensamento dinamizador de disputas sociais pelos direitos, a universidade tem que se olhar como caminhos de emancipação e de equiparação das oportunidades, assim como instituição gestora das mudanças e transformações sociais em prol dos mais desvalidos. A universidade tem que liderar políticas de redução da pobreza, de acesso aberto para as comunidades, de equidade entre seus mesmos membros. É sentido também que ainda que a universidade aqui estudada tem políticas</p>
ICI	Qual é o papel da universidade no fenômeno da desigualdade social?	Papel social da Universidade	<p>“A universidade tem políticas que dão tratamento a este fenômeno. A questão das cotas que foi uma coisa combatida por uns grupos e incompreendida até hoje por outros, como se fosse uma valorização do complexo. Uma coisa assim... eu acho que não é assim, eu acho que é um tributo que tem que pagar e ainda que seja uma forma de discriminação entre aspás, acredito que é uma discriminação positiva”</p> <p>“Atuar e agir para que sejam reduzidas, especialmente (mas não somente) no que se refere à ampliação de vagas no nível superior de ensino para cidadãos de camadas sociais historicamente desfavorecidas, no atendimento médico em hospitais universitários, na orientação e assistência psicológica e social, por exemplo”</p> <p>“O papel da universidade em torno do fenômeno da desigualdade social é crucial. A Universidade Federal da Bahia já tem diversas iniciativas justamente para discutir e trabalhar sobre estas questões.</p>	<p>que se olhar como caminhos de emancipação e de equiparação das oportunidades, assim como instituição gestora das mudanças e transformações sociais em prol dos mais desvalidos. A universidade tem que liderar políticas de redução da pobreza, de acesso aberto para as comunidades, de equidade entre seus mesmos membros. É sentido também que ainda que a universidade aqui estudada tem políticas</p>

			<p>“Aluno que entra aqui vem com um histórico de desigualdade que pode ser combatido por meio do processo de formação que oferece a universidade, sendo também uma oportunidade de superação das lacunas de desigualdade. As circunstâncias que facilitam o acesso à universidade das populações vulneráveis é um mecanismo de superação dessas desigualdades. A través de programas como o programa PROAE, que outorga bolsa, auxílios, restaurante para os alunos que não tem condições nenhuma.”</p> <p>“A universidade interessa, a universidade fomenta essas discussões, mas eu acho que esses temas são pouco atrativos para as pessoas. A universidade propõe, mas as pessoas têm outras prioridades”</p> <p>“A universidade, dentro da sua missão, se preocupa com essa questão da desigualdade, inclusive ela tem um programa que se chama PERMANECER, que na época que eu era estudante de Biblioteconomia, participei. É um programa que trabalha com os estudantes de baixa renda, assim como eu que provenho da periferia, do interior, de outra região”</p>	<p>que tratam estas Situações de desigualdade, os esforços não são suficientes ainda para diminuir Significativamente os níveis de desigualdade social na sociedade. A missão da universidade se traduz em ações de docência, ações de pesquisa como instrumento de estudo e de solução as problemáticas da sociedade e a parte de projeção social como forma de articular-se com a comunidade.</p>
--	--	--	--	---

Quadro N° 15. Função social da universidade. Fonte: Entrevista docentes

O **ponto de encontro** se gera com o pensamento compartilhado que se converte numa realidade em que a universidade tem a missão de fazer as sociedades mais igualitárias, justas, democráticas, cujos ambientes facilitem a vida em comunidade. Isto se dá através das iniciativas de projeção social com as comunidades, mas sua principal função é a de contribuir com o desenvolvimento de um país a partir da produção de programas profissionais, que por meio da ação dos profissionais ali formados, contribuam com a satisfação de necessidades da comunidade, assim como com a resolução dos problemas nela apresentados. Mais importante: que se convertam em um espaço para as criação e aproveitamento de oportunidades.

Existe **caminhos de divergências** que levam a crer que o fenômeno tem uma maior discussão e atuação por meio de ações na Universidade Federal da Bahia que na universidade de Antioquia. Esta situação tem sua origem nas realidades políticas das duas nações, na existência de governos de esquerda no Brasil, que fez com que em seu território se tenha maior atenção nas problemáticas sociais. Por conseguinte, as políticas educativas voltadas nesta direção atingem com maior força as comunidades vulneráveis posicionadas no segmento mais desfavorecido pela história socioeconômica do continente.

De maneira contrária, o governo colombiano tem uma marcada posição política de direita, situação que faz com que estas políticas de atendimento a populações vulneráveis não tenham igual atenção acontece no Brasil. Esta política voltada para as universidades faz com que a diferença entre as duas universidades pesquisadas seja notória, na medida em que se estabelecem muitos mais programas sociais de materialização do direito à educação no Brasil, visando também lograr permanência dos estudantes em seus respectivos programas. No programa de Biblioteconomia do ICI, evidencia-se a presença de políticas educativas que conseguem acesso e permanência dos discentes; já na Escola Interamericana de Biblioteconomia estes avanços não são tão presentes.

Seguindo esta direção, tenta-se agora averiguar a importância que o bibliotecário, como profissional da informação, dá a este tipo de fenômeno como temática de abordagem obrigatória em sua formação.

Unidade Acadêmica	Pergunta	Categoria	Unidade de Análise	Interpretação e Análise
EIB	Acredita que é importante que o bibliotecário trabalhe este tipo de problemática?	Papel do Bibliotecário	“Claro que Sim, fundamental.” “Coloco em um contexto específico. É muito complicado um bibliotecário público, por exemplo, atuar em uma comunidade pensando de uma forma muito elitista. Imagine-se um bibliotecário em uma biblioteca Situada em uma	Uma vez mais se reconhece que o bibliotecário é por natureza um agente social que pode, através de sua ação profissional, incidir no desenvolvimento das

			<p>comunidade popular, na cidade, com um pensamento muito fechado, quando as estas comunidades que são comunidades vulneráveis, de gente muitas vezes excluídas, de estratos baixos, com problemas de alfabetização, entre outras coisas. Outro tipo de comunidades como LGBTBI, comunidades Afro... sendo assim não é possível pensar em um bibliotecário sem ter consciência desse tipo de Situação”</p> <p>“Sim, eu creio que Sim, não só nisso, mas digamos que em muitos outros aspectos, porque de alguma maneira temos bases muito pragmáticas, e tem que por nem prática serviços, programas, infraestruturas, e poucas vezes sentamos para refletir s repercussões que pode ter o que fazemos”.</p> <p>“Absolutamente, uma grande maioria dos bibliotecários vão a bibliotecas de bairros marginalizados.</p> <p>Afortunadamente, Medellín tem trabalhado muito para mudar o aspecto das bibliotecas públicas e temos que preparar os jovens, pois nem todos creem que à biblioteca de banco de Colombia, a biblioteca de EMP. Sei que não vão a bibliotecas, onde as pessoas vão pedir serviços são pobres, de setor socioeconômico baixo”</p> <p>“Una coisa que é importante é que esta disciplina é parte das Ciências Sociais, que é uma das ciências mais aplicadas, mais práticas, que tem uma espécie de aplicação mais prática que a Sociologia, por exemplo, que a Antropologia... todas estas ciências são práticas, mas muito mais as ciências da informação. Por isso, estes temas são fundamentais, pois</p>	<p>comunidades. Por isso a importância de facilitar o espaço de aula para que se converta em espaço de aprendizagem, onde o debate sobre os assuntos sociais atraia a atenção de todas as pessoas participantes nas diferentes salas de aula. Fora essa necessidade, ratifica-se a preponderância de “atacar” estas questões no conteúdo disciplinar de todas as s disciplinas. É preciso que o docente ache a maneira de dotar de pertinência social o conteúdo da disciplina que ministra. Se se em conta que a Biblioteconomia faz parte de uma Ciência Social, e que todas as Ciências Sociais são por natureza também Humanas, seus conteúdos devem se tornar vivos para chegar efetivamente às populações que precisam dela como caminho de esperança. O bibliotecário, em sua missão de ator social por excelência, tem uma função de mediador da informação, que vai se tornar em conhecimento, noção que tem que ser utilizada para outras formas de desenvolvimento humano. As grandes transformações são fruto também de grandes</p>
--	--	--	--	---

			tem um princípio básico, que é “Las ciências respondem às realidades mais importantes”. As Ciências Sociais devem responder às realidades, mais evidentes, aos fenômenos da sociedade de que sofrem a maioria dos povos”.	esforços e intenções trabalhadas na busca de objetivos de interesse popular. Com grandes lutas sociais se conseguem maiores ganhos sociais também. Esta perspectiva posiciona o bibliotecário como um grande lutador das iniciativas populares, que através da disponibilização da informação, gera acesso livre e oportuno para as pessoas que por diferentes Situações de desequilíbrio não alcançam os meios para sua utilização. Por conseguinte, jamais virão a transformar essa informação em conhecimento relevante para seu desenvolvimento e o de sua comunidade.
ICI	Acredita que é importante que o bibliotecário trabalhe este tipo de problemáticas?	Papel do Bibliotecário	<p>“No curso de Biblioteconomia precisamos recuperar esse debate de maneira séria, consistente, para que os discentes tanto da graduação como a pós-graduação consigam efetivamente contribuir para o debate”</p> <p>“Eu acho que sempre que tiver oportunidade tem que se falar disto, porque a gente tem outra questão, do caso nosso do curso de Biblioteconomia. Temos uma população que nasceu a maioria de baixa renda e de mulheres, então temos pobres, negros, mulheres e ainda nordestinos... temos quatro fatores desfavoráveis”</p> <p>“Com certeza, mais uma disciplina que se encaixe. Eu acho que para desenvolver esses conceitos é ação cultural em bibliotecas, que é uma disciplina optativa da grade atual do curso de Biblioteconomia. É quando professor vai tratar sobre acessibilidade, quando ele vai tratar sobre como promover o que é a ação social, quando ele fala de cultura, quando ele vai falar sobre os produtos culturais. A biblioteca, ela tem que ser entrada para disseminar, para disponibilizar”</p> <p>“Eu acredito que é possível, mais se é necessário não sei. Acho que poderia ser muito chato falar em todas as disciplinas disso, mas em algumas deveriam estar presentes”</p> <p>“A gente tem que tomar partido, tem que pensar que é que eu acho. Eu acho que a</p>	

			<p>humanidade já caminhou tanto que já passamos dessa fase; é algo que deve ser praticado enquanto nos fortalecemos. É uma minoria que precisa fazer essas coisas; e ao mesmo tempo estamos fortalecendo”</p> <p>“No meu trabalho do Curso de Biblioteconomia, no ano 2009, fiz um trabalho com bibliotecários egressos daquela escola. Nesse trabalho, que foi a publicação dos primeiros artigos, se falou um pouco sobre essa questão da função social da profissão e nos resultados ficou a necessidade de que a Biblioteconomia ascenda socialmente para melhoria de vida dos bibliotecários mesmos, assim como da comunidade”</p>	
--	--	--	---	--

Quadro N° 16. Importância do conhecimento do fenômeno para os bibliotecários. Fonte: Entrevista docentes

Considerando o exposto, observou-se que os participantes dos dois programas **coincidem** ao aceitar a relevância que tem a abordagem da temática da desigualdade social como foco de debate para abordar questões de cunho social nas aulas. Tudo isto como insumo para alcançar um processo de formação profissional que forme futuros bibliotecários como agentes sociopolíticos, que façam do trabalho comunitário uma ferramenta na obtenção das transformações sociais que as comunidades necessitam.

Como **divergentes**, pode-se determinar pelas respostas de alguns dos participantes, que o tratamento do fenômeno da desigualdade social deve ser levado em conta de maneira sistemática em todas as disciplinas. Isso, de tal forma que o docente tem que averiguar a forma de abordar o tema em seu conteúdo curricular. Outros consideram que é preciso criar uma disciplina com dedicação específica a este tipo de problemática. Por último, houve quem considerou que as disciplinas optativas existentes podem trabalhar as questões sociais.

Evidentemente, todos os formadores participantes do estudo destacaram a importância do tratamento destas temáticas de cunho social na formação profissional dos

futuros profissionais da informação, como um assunto de relevância e de especial atenção.

Na última parte das entrevistas, indagou-se sobre as percepções que os formadores têm do fenômeno da desigualdade social, em sua cotidianidade educativa.

Unidade Acadêmica	Pergunta	Categoria	Unidade de Análise	Interpretação e Análise
EIB	Que comentários gerais você pode fazer sobre o assunto?	Percepção Pessoal	<p>“A desigualdade social na minha percepção é algo nefasto, atroz e não importa o nível que vai se reproduzindo. Na Colômbia a nível nacional é um fato rural, porque muitos de nós está nos grandes centros, nas principais cidades, o que não quer dizer que em todos os países seja igual”.</p> <p>“Minha percepção é interna. Aquí na universidade existem programas que tentam diminuir as desigualdades. O problema da desigualdade social é um problema mais estrutural que o próprio Sistema capitalista, no qual o país está, e em geral, no mundo ocidental. É um problema que não se resolve com atividades sem que se atenda a populações específicas. Um trabalho social através das disciplinas como Psicologia, Sociologia, Biblioteconomia podem ajudar, por isso é um problema que é notoriamente estrutural”.</p> <p>“Sim, vemos desde o mais simples, o econômico que é o que mais tem estado na cabeça. Na universidade é triste encontrar um Estudante que desmaia porque caminhou por quatro horas, levantando as cinco da manhã, para ordenhar vacas, e chega com sapatos geralmente dado por outras pessoas. Ali se pode ver as desigualdades quanto à economia. As desigualdades também estão quando se pretende esquematizar pessoas que tenham o mesmo</p>	<p>A percepção da presença permanente destas problemáticas no grosso da sociedade faz com que a ação dos formadores seja orientada até a função governamental dos Estados. Acredita-se que o Estado deve proteger os cidadãos e garantir uma vida plena em direitos. Os diferentes governos têm a obrigatoriedade de preservar a democracia, a justiça e a igualdade social nos sujeitos. Esta Situação tem materialização através da criação e execução de políticas públicas que visem a inclusão, a não discriminação, a integração e a disponibilização de oportunidades de melhoramento pessoal para todos. Levando em conta que os países envolvidos neste estudo são considerados sociedades mais desiguais do planeta, resulta quase que de uma obrigatoriedade ética que os docentes aproveitem o</p>

			<p>Pensamento, sem pensar nas condições que tem em cada pessoa, sem compreender as desigualdades fazendo ações que são corretas”.</p> <p>“Eu creio que a desigualdade não percebe de maneira tão clara, mas devemos aprender que o Estado é incapaz de solucionar essas coisas. Vamos ter que... não sei de que maneira, de uma maneira social, solucionar esses problemas, porque eu vejo que o Estado não intervém e não está com capacidade de solucionar os problemas”.</p>	<p>poder que circula na sala de aula para que essas relações horizontais contribuam com a conscientização de discentes comprometidos com suas comunidades, entendendo o bem-estar coletivo como uma Situação ideal e importante como o bem-estar individual. A intenção de contribuição comunitária tem que se colocar acima dos interesses laborais e técnicos da disciplina.</p> <p>O trabalho docente é preponderante para a diminuição das lacunas de desigualdade. Isto faz da mudança do professor para que acreditar no trabalho que ele pode fazer nas suas aulas. A transformação da sociedade inicia com a transformação da própria pessoa. É o papel dos docentes é incentivar os discentes com o discurso de que a igualdade de oportunidades é possível sempre e quando se atue com disposição e comprometimento social. O profissional da informação é definitivamente um ator social de transcendência social transformadora.</p>
ICI	Quais comentários gerais você pode fazer sobre o assunto?	Percepção Pessoal	<p>“Eu acostumo trabalhar por projeto ao final das minhas disciplinas, que é articular todos os temas; ensinava em comunidades carentes. Se você respeita a pessoa, o ser humano, o aluno já é uma grande contribuição, se você respeitar vai mudar aquele patamar, vai dar um exemplo, não engenhar nunca essas políticas mentirosas, políticas nacionais de pão e leite (essas coisas que embriagam o ser humano).</p> <p>Protagonismo social, a mediação... mas nada institucionalizado. Agora tem uma nomenclatura que talvez fortaleça mais essa questão”</p> <p>“A informação é social, e tem que ser posta para o ser humano. Não vejo isso nas pesquisas, não vejo isso nas intenções, o que é pior. Uma andorinha só não faz verão, não fazem com que as coisas aconteçam. Elas têm que andar em bando para poder fazer mudanças”</p> <p>“O grito dos oprimidos e o grito dos opressores. Mas se a gente que está na mediação não gritar, o caminho é muito mais difícil”</p> <p>“Você é discriminado constantemente nos lugares que você vai, mas você é discriminado por tudo. Em</p>	

			<p>Salvador todo mundo está olhando se você tem um cabelo diferente, se você é careca... com certeza essa discriminação gera desigualdade. Infelizmente entre discriminação haja se amplia a lacuna de desigualdade social”</p> <p>“Há uma preocupação no nível estatal. Também existe essa preocupação no nível do país e há uma preocupação na universidade. É como uma cadeia que precisa de atenção, já que nós somos responsáveis pelo desenvolvimento de nosso país. Nós precisamos ter consciência. Eu acho que a maioria tem, Sim”</p> <p>“O Sistema educativo tem que incentivar também a não exploração do outro. Biblioteca pública tem que ser cenário de encontro popular que viva a cultura diversa dos setores onde se encontra. A biblioteca tem que ser verdadeiramente popularizada.</p> <p>Ninguém quer me escutar sobre a possibilidade de transformação da sociedade a partir de nossa profissão”</p>	
--	--	--	--	--

Quadro N° 17. Percepções e comentários gerais sobre o assunto. Fonte: Entrevista docentes.

Em síntese, o **ponto de encontro** observado a partir dos depoimentos, demonstra que os entrevistados pensam na importância do trabalho docente articulado como ferramenta para o combate e diminuição das desigualdades sociais. O processo de formação nas universidades deve estar mediados pela pertinência dos conteúdos disciplinares, de tal forma que o plano curricular dos cursos de Biblioteconomia no ICI e na EIB tem que ser a representação dos interesses e expectativas dos integrantes da comunidade educativa.

Ao tempo, devem ser suficientemente pertinentes para possibilitar a ação sociocultural dos profissionais da informação, para que através do seu saber disciplinar, contribuam com a satisfação das necessidades informacionais dos membros da

comunidade, alcançando e possibilitando o acesso como materialização das oportunidades igualitárias para toda a população.

Nesta lógica de análise, **pontos de divergência** não são evidenciados nas respostas a esta última pergunta. O pensamento comum que estes têm sobre o fenômeno da desigualdade social não permite olhar num sentido diferente ao de tentar dar tratamento ao fenômeno, a partir de diferentes centros de intervenção, sendo o processo de formação um desses meios. No entanto, todas as ações que se empreenda para alcançar este objetivo não serão suficientes se não houver uma luta frontal em todas as esferas e instâncias, para combater esta complexa e complicada problemática social.

7.1.5. O Confronto da Informação.

Neste parte, apresenta-se a análise comparativa resultante da articulação dos dados dos Projetos Pedagógicos Institucionais, das percepções dos estudantes e dos depoimentos dos docentes entrevistados, fazendo da triangulação a possibilidade de o pesquisador lançar mão de três ou mais técnicas para ampliar seu universo informacional salientado por Marcondes e Brisola (2010).

Com estas percepções, a conversação e o conteúdo dos projetos pedagógicos institucionais apresentam-se agora no mesmo plano de análise para dialogar sobre a forma com a qual estes atores, com pontos de vista diferentes sobre o processo formativo, percebem a presença do fenômeno da desigualdade social no cotidiano formativa do Instituto de Ciência da Informação e na Escola Interamericana de Biblioteconomia.

Este procedimento analítico deixa ver uma combinação de caminhos para a realização da análise e da discussão dos dados, e leva em conta mecanismos conhecidos e desenvolvidos por autores de importância reconhecida. Da mesma forma, com ocorrências espontâneas do autor deste trabalho, a partir das leituras dos materiais de análise foi gerada uma consciência de leitura crítica dos mesmos. Segundo Minayo (2010), a triangulação é utilizada para avaliação aplicada a programas, projetos e disciplinas, como acontece neste estudo.

A mistura de passagens e métodos científicos com saberes de ordem experiencial tem caminho na produção de conhecimento, indistintamente onde esteja apresentando. O saber popular tem tanta validade como o científico, na construção do conhecimento para a coletividade.

Nesta perspectiva, viu-se na triangulação o mecanismo adequado para fazer uma análise que possibilite avanços no conhecimento do objeto de estudo do trabalho aqui apresentado, assim como responder a pergunta da pesquisa.

A importância deste procedimento é sustentada pelo que Marcondes e Brisola (2014, p.203) diz:

No que tange à coleta de dados, a triangulação permite que o pesquisador possa lançar mão de três técnicas ou mais com vistas a ampliar o universo informacional em torno de seu objeto de pesquisa, utilizando-se, para isso, por exemplo, do grupo focal, entrevista, aplicação de questionário, dentre outros.

Pode-se assim aproveitar os insumos fornecidos pelos instrumentos aqui utilizados para construir caminhos que conduzam ao conhecimento de fenômenos sociais pouco estudados no âmbito da Ciência da Informação. A pertinência na utilização deste espaço analítico se reforça com enunciado destes mesmos autores no que se refere à utilidade da triangulação como ponto de confluência de um respectivo fenômeno social:

A opção pela análise por Triangulação de Métodos Significa adotar um comportamento reflexivo-conceitual e prático do objeto de estudo da pesquisa sob diferentes perspectivas, o que possibilita complementar, com riqueza de interpretações, a temática pesquisada, ao mesmo tempo em que possibilita que se aumente a consistência das conclusões (MARCONDES e BRISOLA, 2014, p. 206).

Seguindo estes postulados, será apresentado uma matriz que mostra no mesmo plano o resultado da interpretação e análise dos dados registrados no questionário aplicado aos Discentes, na entrevista realizada aos Docentes e nos Projetos pedagógicos dos dois programas quanto ao tratamento do fenômeno da desigualdade social. Produto da análise do autor, também serão apresentados, em forma de texto, os aportes ali consignados.

Desta maneira, objetiva-se dar tratamento completo à informação deixada pelos dados nesta pesquisa.

Procedência da Informação	Unidade de Análise - Categorias		
	Conceito de Desigualdade Social	Tratamento do Fenômeno	Papel da Universidade
Projeto Pedagógico	<p>Não contempla referencial que possibilite a extração de um conceito de desigualdade social. Por conseguinte, omite sua abordagem, mas deixa ver a opção de trabalho para o combate da mesma.</p>	<p>Os projetos pedagógicos têm elementos conceituais na construção de suas formas de elaboração, que permitem visualizar uma possibilidade de inclusão de temáticas sociais como a da desigualdade social, que é objeto desta pesquisa. Em suas missões e visões se percebe um horizonte carregado de trabalho social e comunitário que no desenvolvimento dos conteúdos programáticos dos planos de estudo podem contribuir com a luta que tem Sido empreendida neste espaço.</p> <p>Os eixos temáticos abrem um leque de possibilidades de atuação, para que o profissional da informação possa se apresentar como um ator ético e político importante em suas comunidades.</p> <p>Os componentes curriculares criam uma estrutura pedagógica suficientemente forte para que as disciplinas ministradas no interior dos programas possam se perceber como fornecedoras de conhecimento e saberes de pertinência e sentido. Desta forma, viabiliza-se a coerência que deve</p>	<p>O papel que a universidade, como Instituição de educação superior do âmbito oficial, deve desenvolver no tratamento do fenômeno das desigualdades tem a ver com a função da universidade no desenvolvimento de uma sociedade. Adiantar ações que se traduzam no bem-estar da comunidade precisa ter ênfase na sua missão. No caso específico do tratamento das desigualdades, depende das políticas públicas refletidas nas iniciativas educativas, que devem ser criadas para fornecer as melhores oportunidades a todos os integrantes da comunidade, com especial atenção para aqueles que pertencem a grupos humanos historicamente excluídos.</p>

		existir entre o discurso pedagógico nos planos curriculares e na ação educativa.	
Percepção Discente	Uma sociedade totalmente injusta porque não existem oportunidades para todos, porque não são materializados os direitos das pessoas, porque existem classes favorecidas pelo Sistema capitalista que direciona o comportamento socioeconômico da nação hoje. Isso, porque muitos grupos vulneráveis são segregados e reduzidos ao ostracismo, por uma classe dominante que hegemoniza e marginaliza.	Existe a consideração de que a construção do Currículo é uma ação democrática que possibilita a tomada de decisões em prol de toda uma comunidade educativa. Também que nem toda a população estudantil acha nessa construção um espaço de participação coletiva e de materialização da igualdade da qual se fala neste estudo. Por outro lado, também pode se ler aqui que o conteúdo dos planos de estudo não conseguem formar completamente competências profissionais em prol do tratamento de fenômenos e problemáticas sociais sentidas pela mesma comunidade educativa. A abordagem de temáticas relacionadas com os fenômenos sociais não são Sistemáticas nem suficientes, Situação que dificulta a tomada de consciência a respeito do papel social do bibliotecário.	A universidade tem um conjunto de políticas educativas pra oferecer oportunidades de acesso a pessoas provenientes de camadas populares, com a finalidade de garantir o ingresso e a permanência deste nos processos de formação profissional. No que se refere ao plano curricular do programa de Biblioteconomia, este está desenhado para facilitar a inserção laboral de seus egressos, mas também responder com coerência as necessidades sociais e culturais das comunidades, na medida em que se preocupa em responder assertivamente às necessidades informacionais do contexto. Nisso, questiona-se pertinência dos conteúdos disciplinares nas realidades vividas pelos discentes e sua necessidade de oficializar como leitores sociais dos contextos de atuação
Depoimentos dos Docentes Formadores	A desigualdade social e entendida como uma relação desigual de poder, relação que define o termo da iniquidade no que tem a ver com as lacunas que se geram pelas dificuldade de acesso aos recursos, aos serviços, para o caso particular o acesso à informação entre	O reconhecimento de certo vazio curricular que impede que este tipo de problemáticas sejam tratadas Sistemáticamente nas disciplinas que compõem a grade curricular. Algumas ocasiões que são abordadas iste	O trabalho do docente é preponderante na diminuição das lacunas de desigualdade, mas isto parte de uma mudança do professor para que acredite no trabalho que ele pode fazer nas suas aulas. A transformação da sociedade inicia com a transformação do próprio indivíduo. É papel dos docentes instalar nos discentes

	distintos grupos de uma sociedade.	ocorrem por iniciativas particulares dos próprios docentes, sem que exista uma diretriz clara do colegiado em torno do assunto. Segundo os professores entrevistados, existem algumas disciplinas que se ocupam destas temáticas, mas pertencem a outros departamentos e programas. Em termos gerais, o fenômeno da desigualdade social não é um assunto transversal a todas as disciplinas; existe uma esperança que possibilitará a inclusão dos assuntos sociais no Currículo.	a discussão de que a igualdade de oportunidades é possível, sempre e quando se atue com disposição e comprometimento social. Percebe-se também uma incapacidade estatal para responder aos desafios da sociedade nos diferentes territórios. Ainda que a universidade, neste caso a pública, tenha políticas que atinjam algumas problemáticas, visando atender às comunidades mais desfavorecidas.
--	------------------------------------	---	---

Quadro Nº 18. Confronto da informação. Fonte: Instrumentos da pesquisa (projetos pedagógicos, entrevistas docentes, questionários discentes).

A partir da **confrontação de visões** aqui apresentada, pode-se construir um percurso conceitual rico em experiências e saberes que baseado na diversidade de percepções contribuem com a edificação de conhecimento coletivo em torno do fenômeno da desigualdade social, e como é este abordado no plano de estudo de biblioteconomia nas duas unidades participantes.

Enriquece-se esta discussão agregando que segundo os dados apresentados, o fenômeno da desigualdade social tem indícios de tratamento no Currículo dos programas de Biblioteconomia, do Instituto de Ciência de Informação, da Universidade Federal da Bahia, assim como na Escola Interamericana de Biblioteconomia, da Universidade de Antioquia.

Segundo os estudantes, esta intenção curricular não chega com força a eles, para que tenha sentido a função social da universidade, tampouco possibilita a formação de profissionais socialmente relevantes, que possam se posicionar como sujeitos éticos e políticos em suas comunidades. Os projetos educativos institucionais oferecem espaços conceituais e teóricos no discurso, para a partir de ações pedagógicas, que posicionar uma Biblioteconomia social, voltada para a materialização de direitos

informativos dos sujeitos. Isso, visando a disponibilização da informação como garantia para o acesso à mesma, gerando sociedades cada vez mais perto das informações relevantes para seu desenvolvimento social e cultural.

Percebeu-se também que os docentes veem certo desconhecimento deste tipo de temáticas, o que se configura como um motivo que dificulta a abordagem Sistemática deste tipo de discussões, ante a dificuldade de empreender ações para dar tratamento a estes fenômenos desde as salas de aula. Reconhecem ainda que são os docentes quem podem dinamizar os ambientes com debates que sejam atrativos para os estudantes e suas vivências, como ferramenta de abordagem desta problemática.

No que se visualizou na universidade, quanto ao tratamento dos professores, percebeu-se a existência de ações para diminuir as manifestações da desigualdade, mas que não são suficientes para diminuir as lacunas que esta desigualdade gera permanentemente.

Nesta direção, os conceitos de desigualdade social são igualmente compartilhados e sua definição se foca na carência de oportunidades para todos em igualdade de condições. Esta iniquidade é gerada por fatores econômicos, de classe, de etnia, de gênero, de condição laboral e tecnológicos.

Particularmente, a Biblioteconomia pode contribuir através da disponibilização da informação como garantia ao acesso para todos e efetivamente o bibliotecário ainda não é reconhecido socialmente como profissional da informação. Isso pode incidir fortemente no desenvolvimento social de uma comunidade, e seu sentido político deve posicioná-lo como um agente sociocultural de relevância na sociedade.

Nesta dinâmica, o Currículo é apresentado como uma construção coletiva que atinge as necessidades e apresenta alternativas de solução, criando oportunidades para todos os integrantes da comunidade educativa. Representa também em sua estruturação uma oportunidade de participação que faz com que o profissional perceba como um ato de justiça, democracia e igualdade.

Concluindo, destaca-se a existência de pontos de coincidência, e divergências manifestas nas percepções e leituras que documentaram este estudo. Como aposta compartilhada diz-se que o conceito de desigualdade social guarda certa relação em sua definição tanto na fala dos docentes como nas percepções dos discentes.

Desse modo, no discurso dos projetos pedagógicos existem elementos que reconhecem a necessidade de abordagem do fenômeno nos planos de estudo, como materialização da natureza de ciência social aplicada, que tem a Biblioteconomia como disciplina da Ciência da Informação. Quanto ao tratamento do fenômeno no Currículo, os discentes acham muito fraca a presença do mesmo, igual aos formadores porque não percebem uma abordagem sistemática dessas questões.

No projeto Pedagógico dos dois programas se vislumbrou uma esperança na medida em que existem disciplinas que poderiam facilitar o tratamento de fenômenos sociais como o da desigualdade social.

Os pontos de convergências estariam na posição do tratamento que as duas universidades fazem do fenômeno. Na Universidade Federal da Bahia existem políticas mais claras, e concretas de abertura de oportunidades de acesso para os estudantes pertencentes a grupos vulneráveis e populações desprotegidas. Na Universidade de Antioquia, ainda que seja uma universidade pública, as condições não são tão propícias para que ingressem estudantes das áreas populares em igualdade de condições com os mais favorecidos.

Outra circunstância tem a ver com a percepção dos estudantes da EIB, que veem a Biblioteconomia como uma disciplina social, enquanto os discentes do ICI acham que esta é uma disciplina meramente técnica, por isso a ausência de disciplinas voltadas para o social. Estas percepções determinam o protagonismo que estes podem ter em suas respectivas comunidades, podendo atuar como sujeitos éticos e políticos movimentadores de transformações sociais.

8 CONCLUSÕES

Espera-se que a partir destas exposições se tenha colaborado na construção dos Currículos de formação acadêmica dos profissionais de Ciência da Informação, por meio da reflexão crítica em torno do tratamento que se dá ao fenômeno da desigualdade social nos programas de Biblioteconomia e Documentação, das universidades de Salvador Bahia (Brasil) e de Medellín (Colômbia). Isso para evidenciar o papel social que deve ter a informação como insumo para o conhecimento na construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

Foi proposta a participação das experiências formativas que permitem o crescimento organizativo das instituições envolvidas na pesquisa. Ressalta-se o papel de mediador do profissional da informação como garantia de acesso aos processos sociais.

Buscou-se expor na realização desta tese as inquietações do autor quanto a materialização da natureza como Ciência Social Aplicada, da Ciência da Informação, que segundo o conhecimento fornecido nesta caminhada teórica e conceitual sobre o fenômeno da desigualdade social, acha uma oportunidade de atuação onde como integrante de um grupo historicamente subalternizado encontra uma saída para atingir estas questões sociais.

Ao se perguntar se o fenômeno da desigualdade social é levado em conta no processo de formação profissional dos bibliotecários se está oferecendo uma reflexão em torno da pertinência dos conteúdos temáticos dos planos de estudo, enquanto conhecimento pertinente materializado na realidade dos discentes.

Desta forma, questiona-se também o papel do docente neste processo, levando em conta que este tem que ser agentes de mudanças, e converter suas salas de aulas em ambientes propícios para o aprendizado, onde haja a gestação de lutas sociais que respondam às necessidades da comunidade quanto à materialização de direitos fundamentais negados historicamente. O docente é visto, assim, como protagonista das mudanças sociais orientadas desde salas de aula.

Tentar diminuir as lacunas da desigualdade social imperantes no mundo hoje é uma intenção manifestada deste estudo, fazendo do processo de formação do profissional em Informação um caminho para a luta contra estas problemáticas sentidas nas comunidades vulneráveis, assim como ressaltar o papel social da Ciência da Informação nesta função emancipadora.

Seguindo, a pesquisa fez crer que o bibliotecário é efetivamente um agente social de transformação. Isto quer dizer que é um profissional social que facilita o acesso à informação como instrumento para as mudanças, posicionando-se como agente de memória, que tem como missão responder pelo tratamento, a organização e disseminação da informação (Santos e outros, 2015).

Para materializar este objetivo precisa aperfeiçoar suas competências profissionais para responder às necessidades informacionais da comunidade, especialmente as mais vulneráveis. Nessa medida, todo desafio a ser encarado pelo profissional da Informação se constitui em uma oportunidade de atuação, que com intenção reforçada pelo conhecimento disciplinar, contribuirá para o desenvolvimento do potencial dos sujeitos inseridos nesta sociedade da informação e do conhecimento, que demanda das suas competências. A transformação desta sociedade começa com a mudança do posicionamento profissional, para assim poder transmitir a dinâmica transformadora aos usuários que dele requeiram seus serviços.

A conexão real dos profissionais da Informação com as pessoas da comunidade faz com que as bibliotecas sejam consideradas centros socioculturais de intersubjetividades formativas – o saber pessoal constitui-se em insumo para o saber coletivo. O acesso à informação facilita estes processos de transferência que permitem alcançar um nível de conhecimento socialmente compartilhado e que geram mudanças significativas nas sociedades.

Levando em conta estas apreciações, a estrutura curricular deve proporcionar as ferramentas conceituais pedagógicas necessárias para que a formação do profissional seja imbricada de condições reais de sentido do conhecimento, sem que a abordagem destes tipos de fenômenos sociais dependam da vontade e dos interesses do docentes, titulares da disciplina, pois estas Situações se confundem com a autonomia e diluem muitas possibilidades de formação.

A população participante nos dois programas precisa que nas salas de aula seja abordado com regularidade este tipo de fenômenos, levando em conta sua condição de pertencentes a grupos sociais desfavorecidos e marginalizados.

Por fim, deixa-se a abordagem e resultados que esta pesquisa trouxe, com a finalidade de propostas de fortalecimento dos Currículos das duas unidades acadêmicas participantes, considerando suas realidades diversas. Deixa-se aqui a possibilidade de estabelecer disciplinas obrigatórias nos planos de estudo, que respondam permanente e sistematicamente à abordagem deste tipo de fenômeno social, abandonando a transversalidade que se diz professar no tratamento destas questões.

Como medida de dotar de vida o Currículo, propõe-se dotar de ferramentas conceituais o trabalho de graduação (TCC), para que este mecanismo se converta num requisito para a obtenção da formatura, numa aposta ética e política do profissional com a sociedade. Significa dizer uma postura de vida que direcione o desempenho profissional do bibliotecário ao cumprimento da sua função social: a biblioteconomia tem que ser vista como prática e fato social. Assim, mudar a visão que ainda existe na comunidade sobre o bibliotecário como guardião de livros, permitindo vê-lo como agente sociocultural protagonista na tomada de decisões nas comunidades.

Nesta perspectiva, vê-se claramente que o profissional bibliotecário se encaixa em um marco sócio-humanista orientado para o serviço social e como ator cultural importante no seio de uma comunidade, na qual sua participação política seja evidenciada em cada ação da sua vida profissional, demonstrando seu caráter de sujeito comprometido com a melhoria da sociedade a partir de seu campo de conhecimento.

Um profissional comprometido que reconhece na informação uma ferramenta capaz de reduzir a desigualdade que fragmenta a sociedade nestes territórios vulneráveis. Na prática, o bibliotecário torna-se uma ação de equilíbrio que diminui os

efeitos aterradores desta dinâmica globalizante que muito eficientemente é executada pelas políticas mundiais que veiculam este capitalismo dominante, orientador do desenvolvimento.

Buscou-se, enfim, oferecer como foco de reflexão e análise, a necessidade de adotar arranjos profissionais através da Biblioteconomia, que objetem com as realidades contextuais na medida em que possa contribuir na busca de solução de problemas reais, para a satisfação das necessidades de informação e para dar respostas de acordo com os desafios e as oportunidades que se surgirem no cotidiano.

A conexão real dos profissionais da informação com agente do comum faz com que as bibliotecas sejam consideradas como centro sociocultural de intersubjetividades formativas – o saber próprio constituindo-se em insumo para o saber coletivo. O acesso à informação facilita estes processos de transferência que permitem alcançar um nível de conhecimento que socialmente compartilhado geram mudanças Significativas nas sociedades.

A proposta apresentada nesta pesquisa trouxe uma perspectiva crítica que questionou o papel social da Biblioteconomia como disciplina constituinte da Ciência da Informação, que segundo a denominação acadêmica na Universidade Federal da Bahia, do Instituto de Ciência da Informação, aparece como uma Ciência Social Aplicada, refletindo-se aqui sobre os aportes sociais que se podem fazer desde a concepção curricular da disciplina.

Finalmente, o estudo alcançou os objetivos propostos no processo e respondeu à questão da pesquisa na medida em que deixou ver os pontos de vista dos atores envolvidos no processo quanto ao tratamento do fenômeno da desigualdade social no Currículo. Destacou também que não é pretensão do Currículo formar estudantes para atender a comunidade, não tem ação de fato que reverbere isso.

Os futuros profissionais bibliotecários mostraram sua intenção de inserir-se no campo laboral no setor das bibliotecas universitárias, em detrimento da ação comunitária e popular que podem fazer com sua atuação nas bibliotecas das instituições educativas públicas – a biblioteca escolar tem pouca aceitação como local de trabalho dos futuros bibliotecários, eles preferem atender à elite universitária.

Cria-se um horizonte de esperança no qual a utopia converte-se em motor que mobiliza a busca de transformações sociais, nas quais o profissional da Informação, o bibliotecário é agente social de mudanças e trabalhador comprometido com suas comunidades.

No pessoal, o crescimento do pesquisador é evidentemente vigoroso, na medida em que se aventurou em tratar temáticas difíceis, que por sua natureza escapam do tratamento dentro dos Currículos tradicionais, instalando no discurso formativo a necessidade da construção e gestão de um Currículo Vivo que permeie a cotidianidade das populações desfavorecidas, na busca de alcançar um equilíbrio nas oportunidades. A aprendizagem num campo disciplinar é até hoje pouco tratada pelo autor, que acrescentou às oportunidades acadêmicas o desejo de formação profissional permanente.

Ao longo do caminho transitado pela senda do desejável, em muitas ocasiões o aparentemente utópico se converteu em motor de ação que possibilitou a visualização dos sonhos num horizonte próximo. Isto faz com que a caminhada se torne permanente na intenção de contribuir com os processos de transformação social, onde a diminuição da desigualdade social é também uma possibilidade palpável para aqueles que assim o considerem.

REFERÊNCIAS

- ABRIL, Deziderio. **Pistas para cambiar la escuela**. Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID). Intermón Oxfam, Madrid. 2008
- ALARCON, G; GUIRAO, C. El enfoque de las capacidades y las competencias transversales en el EEES. **Historia y Comunicación Social**. V. 18. n. especial. Diciembre/2013. p. 145-157.
- ALONSO, J.A.: “ODM y los problemas del desarrollo en América Latina” en Soletto, I. (coord.): **Objetivos de desarrollo del milenio: una responsabilidad compartida**, 2006. p. 207-238.
- ÁLVAREZ-GAYOU, J.L. **Cómo hacer investigación cualitativa**. Fundamentos y metodología. México: Paidós. 2005.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparatos ideológicos del estado**. Madrid: EDITORA, 1969.
Disponível em: <http://pendientedemigracion.ucm.es/info/eurotheo/e_books/althusser/>.
Acesso em: dez/2017.
- APPLE, M. **ideología y currículum**. Madrid: Akal, 1979.
- ARAUJO, L; MENEZES, A. **Currículo, contextualização e complexidade: Espaço de interlocução de diferentes saberes**. Universidade estadual da Bahia. Senhor Bonfim-Bahia. 2006. Disponível em: < <http://www.irpaa.org/publicacoes/artigos/artigo-lucina-celia.pdf>>. Acesso em: 20 Jan. 2017.
- AZEVEDO, T. “**Imagens e estereótipos raciais e nacionais**”, em **ensaio de Antropologia Social**. Salvador: Universidade da Bahia, 1999. Acesso: 20 de fevereiro de 2018.
- BAPTISTA, S. Profissional da informação, autónomo ou empresário, novas perspectivas de mercado de trabalho. **Perspect.. cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v.5, n.1, p.91-98, jan./jun. 2000. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/550/467>>. Acesso em: 20 Abril de 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1977.

BARRETO, Aldo. Entrevista de Leonardo Melo al Professor Aldo Barreto: "Leia e Pense!" . 2002 Em: <http://www.alternex.com.br/~aldoibct/novidade.htm>

BARRETO, V. "Novos padrões tecnológicos: desigualdades raciais e novas exclusões", em *Análise y Datos. O Negro*, v. 3, n.4, março/1994.

BARTHEY , S. H. **Principios de percepción**. México D. F: Trillas, 1982

BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**. New York: Ballantine Books, 1972.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2007.

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. ,2007.

BECKER, H. *Meodos de Investigación en Ciencias Sociales*. Traducción de I. Cortazzo; Julieta Waiselfisz de *Métodos de Pesquisa en Ciencias Socias*. Ed. Hucitec. São Paulo.1993.

BECKER, H. **Manual de escritura para cientistas sociales**: como empezar y terminar una tesis, un libro o un artículo. -1ra ed. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, Traducido por Teresa Arijón.2011

BERLIN, I. **Dos conceptos de libertad**. Conferencia en Universidad de Oxford el 31 de octubre de 1958

BEYER, L.; APPEL, M. **The Curriculum**: problems, politics and possibilities, state University of New York press. Editores. New York. 1998

BIBLIOTECA NACIONAL DE COLOMBIA. Red Nacional de Bibliotecas Públicas. 2010. Em: <http://www.bibliotecanacional.gov.co/content/%C2%BFqu%C3%A9-es-la-red-nacional-de-bibliotecas-p%C3%BAblicas>

BLOCH, E. **El principio esperanza**. Madrid: editorial Trotta, 2007

BLUMER, H. **El interaccionismo simbólico**: perspectiva y método, Barcelona, Ed. Hora.1969.

BOTERO, D. **El derecho a la utopia**. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá: Ecoe ediciones., 1994

BORGES, Maria. O profissional da informação: somatório de formações, competências e habilidades. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org). **Profissional da Informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 55-69

BORKO, H. **Information Science**. What is it? American Documentation, v.19, n.1,p.3-5, january, 1968

BORNACELLY, J, QUINTERO, N; CUARTAS, D; RESTREPO, M; GIL, D. Política Pública de biblioteca pública en Medellín: hacia la construcción de una guía de evaluación. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 37, n. 2, 2014, p. 151-170.

BRASIL, Ministério de desenvolvimento social. **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 25 Jan. 2018

BURGOS, K; MONCAYO, J; PEREA, L. **Eficacia de las políticas públicas para combatir la pobreza: comparativo Colombia y Chile**. Universidad CESMAG. Pasto, 2011. Em: <http://www.redsociojuridica.org/escenarios/edicion-5/Eficacia-de-politicas-publicas-para-combatir-la-pobreza.pdf>

BRIONES, Guillermo. **La investigación social y educativa**. Bogotá: convenio Andrés Bello, 1988.

BUCHBINDER, Pablo. **La Universidad: breve introducción a su evolución histórica**. Buenos Aires: Universidad Nacional del Litoral, 2005.

CAMPOS, C. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília,DF. 2004. Set/out 57(5):611-4

CAPURRO, Rafael. O conceito de Informação. **Perspect. Ciênc. inf.** v.12 n.1 Belo Horizonte, Jan./Abr. 2007

_____. Epistemologia e Ciência da Informação. V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Belo Horizonte (Brasil) 10 de Novembro de 2003.

CARDOSO, Ana Maria. **Pós-modernidade e informação: Conceitos complementares?** Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 63-79, jan./jul. 1996.

CASTEL, R. **Metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado**. Buenos Aires: Paidós, 1997.

CASTELS, M. **La sociedad en red**. Madrid: alianza editorial, 1999.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1).

CASTRO, N. "Trabalho e desigualdades raciais: hipóteses desafiantes e realidades por interpretar", em Nadya A. Castro y Vanda Sá Barreto (orgs.), **Trabalho e desigualdades raciais**: negros e brancos no mercado de trabalho em Salvador. São Paulo: Annablume y A Cor da Bahia, 1998.

CEPAL. **Globalización y desarrollo. Síntesis**. XXIV periodo de sesiones. Brasilia: CEPAL.2002

CEPAL. **Hacia el objetivo del milenio de reducir la pobreza en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, IPEA, PNUD.2003

CEPAL. **Cohesión social. Inclusión y sentido de pertenencia en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL.2007

CEPAL. **La hora de la igualdad**. Brechas por cerrar, caminos por abrir. Santiago de Chile: CEPAL- UN.2010

CEPAL. **¿Qué Estado para qué igualdad?** xi Conferencia Regional sobre la Mujer realizada en Brasilia, 13 al 16 de julio del 2010b.

CHAER, G; DINIZ, R; RIBEIRO, E. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011

CHEVARRARD, Y.. **La transposición didáctica: del saber sábio al saber enseñado**. Marcella: AIQUE Grupo editor, 1998

CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES. Curso internacional de especialización en Epistemologías del Sur. Universidad Sur-Sur. Buenos Aires. 2016

CONSEJO MUNICIPAL DE POLITICA SOCIAL Y EQUIDAD (COMPSE). Políticas poblacionales para una ciudad diversa e incluyente, Medellín. 2010

COPQUE, H; TRAD, L. **Programa Saúde da Família**: a experiência de implantação em dois Municípios da Bahia. Epidemiologia e Serviços de Saúde Volume 14 - N° 4 - out/dez de 2005

CORDEIRO, E; DIMARIO, C. **Competência social do bibliotecário**: uma reflexão. xv Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias-SNBU. São Paulo, 2008

CORREIA, C. **Ação docente e a formação crítico-humanista na universidade**. Consultado

Em:

http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_006/EDUCA%C7A0/PDF/Acao_docente_e_formacao_humanista_na_universidade_artigo_Travessias.pdf

D'AMICO, V. **“La desigualdad como definición de la cuestión social en las agendas trasnacionales sobre políticas sociales para América Latina.** Una lectura desde las ciencias sociales”, desiguALdades.net Working Paper Series 49, Berlin: desiguALdades.net Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America. 2013

DANTAS, E. R. F.; GARCIA, J. C. R. **Do tradicional ao atual conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação.** Bblionline, João Pessoa, v. 9, n. 3, p. 3-18, jul./dez. 2013.

DA SILVA, E; LOPES, M. **A internet, a mediação e a desintermediação da informação.** DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.12. n.2. abr/11

DA SILVA, J. **Políticas públicas como instrumento de inclusão social.** R. Fac. Dir. UFG, V.35, n. 01, p. 160-185, jan. / jun. 2011 ISSN 0101 – 7187

DA SILVA, L. **Competências essenciais do bibliotecário frente aos desafios da sociedade da informação:** um estudo dos profissionais do Goiânia. Universidade de Brasília. 2009.

DA SILVA, M. **Políticas públicas como instrumento de inclusão social.** Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial., Brasília, v. 7, n. 2, p. 161-211, jul./dez. 2010

DA SILVEIRA, F. **Ciência da Informação** i. Inf., Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000

DA SILVEIRA, H. **Um estudo do poder na sociedade da informação.** Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000

DE AMORIN, L; DO AMARAL, R. **Perfil de competências necessárias à função Biblioteconomia.** XVI seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. Rio de Janeiro. 2010

DENZIN, N; LINCOLN, Y. **The Sage Handbook of Qualitative Research.** Third Edition. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994

DENZIN,N; LINCOLN, Y. **Handbook of Qualitative Research.** Thousand Oaks: Sage. 1993

DENZIN, N; LINCOLN, Y. **Manual de Investigación Cualitativa, El campo de la investigación cualitativa.** Volumen I: Buenos Aires, Gedisa. 2011

DENZIN, N; LINCOLN, Y. **Manual de Investigación Cualitativa, Paradigmas y perspectivas en disputa.** Volumen II: Buenos Aires, Gedisa. 2012

DENZIN, K.D. **The research Act. Mc.Graw-Hill Book Company, New York.** 1978
BERELSON, B. Content analysis in communication research. New York: Hafner; 1984.

DE OLIVEIRA, V; MARTINS, M; VASCONCELOS, A. **Entrevistas em profundidade na pesquisa qualitativa em administração:** Pistas teóricas e metodológicas. Anais do Simposio 15 anos. Universidade Federal de Campina Grande. 2012

DEWEY, J. **Carta de John Dewey a Horace M. Kallen,** 1 de Julio de 1916, Horace M. Kallen Papers, **American Jewish Archives, Hebrew Union College,** Cincinnati.1916

DOMINGOS, T. **A teoria da justiça, revista da faculdade de direito.** Universidade metodista de são Paulo, 2009. Em: <https://www.metodista.br/revistas/...ims/.../%20524>

DOS SANTOS, J. **O impacto das cotas nas universidades brasileiras.** Salvador, CEAO, 2013

DOURADO, L. **Desigualdade social em Salvador.** Bahia. 2017. Em: eliadourado.blogspot.com.co/2011/11/desigualdade-social-em-salvadorbahia.html

DRETSKE, F. I. **Knowledge and the flow of information.** Cambridge, MA: MIT, 1981.

DUARTE, R. **Entrevistas em pesquisas qualitativas.** Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>

DUDZIAK, Elisabeth. **O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa:** integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. Pontode Acesso. Salvador; v.1, n.1. P.88-98, jun. 2007

FANON, F. **Los condenados de la tierra.** México: Fondo de Cultura Económica, 1961/2001, 30-31.

FERNANDEZ, L. **Fichas de investigadores.** Butlletí LaRecerca. ISSN: 1886-1946 / Depósito legal: B.20973-2006Institut de Ciències de l'Educació. Universitat de Barcelona.2006

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. [Organização e tradução de Robert Machado]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRASER, Marcia; GONDIM, Sônia. **Da fala do outro ao texto negociado**: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Universidade Federal da Bahia. Paidéia, 2004, 14 (28), 139 -152 em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1987

FREIRE, P. **Pedagogy of Indignation**. Boulder, Colorado: Paradigm, 2004, 18.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREITAG, B. **Conferencia: Utopias urbanas**. Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia. Fortaleza, 2001

GALEANO, Eduardo. **Las palabras andantes**. Buenos Aires: Catalogos S.R.L., 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GIROUX, H. **Teorías de reproducción y Resistencia en la nueva sociología de la educación**: un análisis crítico. Cuadernos políticos, ERA, julio-diciembre, Nº 44, México. P.56. Em: <http://henry-giroux.blogspot.com.co/2009/05/pedagogia-critica.html>

GLASER, B; STRAUSS, A. **The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research**. Chicago. Aldine, 1967

GOMES, R. et al. **Organização, processamento, análise e interpretação de dados**: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 185-221.

GOMEZ, G. **Metodología de la Investigación Cualitativa**. Ediciones Aljibe. Málaga. 1996

GÓMEZ, S. **La desigualdad en la agenda De desarrollo Post-2015**. Universidad del país vasco. Hegoa. Bilbao 2014

GÓMEZ, S. **La desigualdad en la agenda De desarrollo Post-2015**. Universidad del país vasco. Hegoa. Bilbao 2014

GOODSON, I. **La construcción social del currículum**. Posibilidades y ámbitos de investigación de la historia del currículum. Revista de Educación, num. 295 (1991) págs. 7-37.

GUEDES, Marina. A formação profissional do bibliotecário no curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná. Educ. rev. no.4 Curitiba Jan./Dec. 1985. Em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601985000100011

GRAMSCI, A. Antologia. **Siglo XXI** editores. Madrid, 1974

HERNANDEZ, Daniel. **Exclusión social y desigualdad**. Murcia: Universidad de Murcia, 2008

HEVIA, Daysi. **Arte y pedagogia**. Hospital universitário William Soler. La Habana, 2015. Em: http://www.sld.cu/galerias/pdf/sitios/williamsoler/arte_y_pedagogia.pdf

JARAMILLO, O; MUNERA, M; MONCADA, J. **Informe de autoevaluación para 230 Rev. Interam. Bibliot. Medellín (Colombia) Vol. 39, número 3/septiembre-diciembre 2016 pp. 211-230 ISSN 0120-0976 [María Teresa Múnera Torres - Orlanda Jaramillo] renovar la acreditación del programa de bibliotecología. Medellín: Universidad de Antioquia-EIB. 2011.**

JESUS, A. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. São Paulo. CAPES, 2008. Em: http://www.pucpr.br/eventos/edurece/edurece2008/anais/pdf/642_840.pdf

JESUS, A. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. UEL – PUC. São Paulo. 2008. Em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/642_840.pdf

JESUS, Adriana. **Currículo e educação: conceito e questões no contexto educacional**. Educação: Currículo e Saberes UEL –PUC São Paulo. (Sem data)

LÉVY, P. **A Inteligência Coletiva: por uma Antropologia do Ciberespaço**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LIPOVESTKY, Gilles. **Los tempos hipermodernos**. Editorial Anagrama, Barcelona. 2006

MAGAN , J. **“El concepto de biblioteca en la actualidad: bibliotecas reales frente a bibliotecas virtuales”**, en José Antonio Magna Wals (Coord.), Tratado básico de Biblioteconomía, España, Editorial Complutense, 2004, pp. 19-46 [479].

MORALES, Estela; NARANJO, Edilma; RENDÓN, Nora Elena. **Forjadores e impulsores de la bibliotecología latinoamericana**: Colombia. Universidad Nacional Autónoma de México.2016

MAGENDZO, A. **La educación en derechos humanos**: Diseño Problemizador. Dehuidela. pags. 65 – 74. Santiago, 2000.

MARCONDES, Nilsen; BRISOLA, Elisa. **Análise por triangulação de métodos**: um referencial para pesquisas qualitativas. Revista Univap – revista.univap.br São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014. ISSN 2237-1753

MARCONDES, N; BRISOLA, E. **Análise por triangulação de Métodos**: Um Referencial Para Pesquisas Qualitativas .Revista Univap – revista.univap.br. São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014. ISSN 2237-1753

MARTINEZ, J. **La Universidad Latinoamericana como recuperación y futuro**. Rev.hist.educ.latinoam. vol.16 no.22 Tunja jan./June 2014

MARTINS, B. **Desenvolvimento e desigualdades em Amartya Sen**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires. 2009

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEDELLIN. **Sistema de Bibliotecas Publica**. Plan estratégico 2014-2018. Alcaldía de Medellín. 2015

MENESES, M. **Epistemologias do Sul**, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 80 | 2008, colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 15 Julho 2015. URL: <http://rccs.revues.org/689>

MENESES, F. **“Bibliotecas y sociedad: reflexiones desde una perspectiva sociológica”**, Revista Interamericana de Bibliotecología, Colombia, Universidad de Antioquia, Vol. 28 (2), 2005, p. 117-133.

MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.pp. 19-51.

MONTEKIO, V; MEDINA, G; AQUINO, R. **Sistema de salud de Brasil. Salud pública** Méx vol.53, supl.2 Cuernavaca ene. 2011

MORENO, J. **O valor económico e social da informação no quadro da sociedade em rede** - Dissertação de Mestrado ISCTE-UL. 2014 Em: <http://es.slideshare.net/jmoreno/o-valor-econmico-e-social-da-informao-no-quadro-da-sociedade-em-rede>

MORENO, L. **Pobreza y exclusión: la malla de seguridad**. Madrid.2012

MUNERA, Maria. **Ciencia de la Información y gestión del conocimiento**. Perspectivas em Gestão e Conhecimento, Joao Pessoa. v.2, n. 2, p.57-64, jul./dez. 2012

MUNERA, M. Prólogo. En U. Lozano-Rivera. **Escuela Interamericana de Bibliotecología: Universidad de Antioquia: cinco décadas formando líderes en la gestión de la información y el conocimiento**. Medellín: Universidad de Antioquia. 2007

MÚNERA, M; JARAMILLO, O. La Escuela Interamericana de Bibliotecología, pionera en la formación de profesionales de la información. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, vol. 39, núm. 3, septiembre-diciembre, 2016, pp. 211-230.

NARANJO, E. **Los sistemas de información como medios didácticos: De la información al conocimiento**. Tesis doctoral. Escuela Interamericana de bibliotecología. Universidad de Antioquia. 2012

NOGUEIRA, M. Amartya **Sen e as sociedades mais justas como ideia e realidade**. FUNDAMENTO – Revista de Pesquisa em Filosofia, n. 5, jul–dez - 2012

NUSSBAUM, M. **Las Mujeres y el desarrollo Humano: Elenfoque de las capacidades**, Herder, Barcelona, 2002.

OLIVEIRA, F. “**Salvador: Os Exilados da Opulência (expansão capitalista numa metrópole pobre)**”, em Guaraci A. de Souza y Vilmar Faria (orgs.), Bahia de todos os pobres. Petrópolis: Vozes y CEBRAP. (1980).

_____. **O Elo Perdido: Classe e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense. 1987

OLIVEIRA, L. M. B. **Conhecimento e interculturalidade**. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 9, n. 2, 2014.

Organización de las Naciones Unidas. **Cumplir la promesa: unidos para lograr los Objetivos de Desarrollo del Milenio**, Resolución de la Asamblea General de Naciones Unidas, 65/1, Nueva York, septiembre de 2010

Organización de las Naciones Unidas para La Agricultura y la Alimentación – Fao
Comité Técnico Interinstitucional del Pndf Corporación Aldea Global. **Caracterización Social, Ambiental y Productiva E Identificación de los Actores del Sector Forestal de los Departamentos del eje Cafetero Antioquia, Tolima Y Valle Del Cauca.**

Armenia, Agosto De 2005

PIERSON, D. **Branços e pretos na Bahia.** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1971

PINHO, O. **Pobreza, exclusión social y discriminación étnico-racial en América Latina y el Caribe:** La formación del vínculo entre raza y clase en Salvador. Bogota, CLACSO, 2008

PNUD. **Superar la pobreza humana.** Nueva York: PNUD.2000

PNUD. **La verdadera riqueza de las naciones:** Caminos al desarrollo humano. Nueva York: PNUD.2010a

PNUD. **Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe 2010.** Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad. San José de Costa Rica: PNUD.2010b

PNUD. **Informe sobre Desarrollo Humano. Sostenibilidad y equidad: un futuro mejor para todos.** Nueva York: PNUD. Informe de desarrollo humano .Primera edición en español: mayo de 1990 .Tercer Mundo Editores, S.A. Bogotá. 2011

QUEIROZ, D; MOURA, A. **Ciência da Informação:** Historia, conceito e características. Em Questão, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, set/dez. 2015

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça.** Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R.Esteves, São Paulo: Martins Fontes Editora, 1997.

ROMEIRO, P. **Sociedade do conhecimento, Cidades, política.** XII Colóquio Ibérico de Geografia. Porto, 2010

RODRIGUEZ, J. **Métodos de investigación Cualitativa.** Silogismos de investigación. Nº 08 (1), 2011JULIO – DICIEMBRE ISSN 1909-955X

RODRIGUEZ, R. **La pedagogía Crítica:** una manera de generar procesos educativos. Facultad de humanidades .Universidad pedagógica Nacional. 108 folios. Segunda época.Nº 28. 2008. pp. 108-119

ROJO, A. **Utopía freireana**. La construcción del inédito viable. Perfiles Educativos, núm. 74, octubre-dí, México. 1996

SANTA ANNA, J. **O Bibliotecário em Face das Transformações Sociais: de Guardião a um Profissional Desinstitucionalizado**. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 138-157, jan./abr., 2015.

SANTOS, B. **Decolonizar o saber, reinventar o poder**. Edicoes trilce, Montevideo, 2010.

SANTOS, B. **La caída del Angelus Novus**: Ensayos para una nueva teoría social Colección En Clave de Sur. 1ª ed. ILSA, Bogotá D.C. Colombia, enero de 2003. Em: ile:///C:/Users/Yenny/Desktop/Ingles/DESIGUALDAD_EXCLUSAO_BOAVENTURA.pdf

_____. **Introducción a las epistemologías del sur**, 2011. Em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/INTRODUCCION_BSS.pdf

_____. **A universidade do século XXI**: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo; Cortez. 2011

SAMPIERI, R. **Definición del alcance de la investigación a realizar**: exploratoria, descriptiva, correlacional o investigativa en metodología de la investigación. Mexico: McGraw-Hill. Pp. 57-68. 2006

SARACEVIC, T. **Ciência da Informação**: origem, evolução e relações. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan. /jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>.

SCALON, C. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas**: notas para um debate. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 49-68.

SCHETTINI, P; CORTAZZO, I. **Análisis de datos cualitativos en la investigación social**: Procedimientos y herramientas para la interpretación de información cualitativa. Universidad Nacional de La Plata-Editorial de la Universidad de La Plata. Buenos aires. 2015

SCHMIDT, J. **Gestão de políticas públicas**: elementos de um modelo pós-burocrático e pós-gerencialista. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta (Org.). Direitos Sociais

e Políticas Públicas. Desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 1988-2032.

SEN, A. (1980): **"Equality of What?" The Tanner Lectures on Human Values**, ed. **S. M. McMurrin**. Pp. 195-220, Cambridge University Press.

SEN, A. (1995): **Nuevo examen de la desigualdad**. Alianza Editorial, p. 1- 43.

SEN, A. (1999): **Desarrollo y Libertad**. Oxford University Press, Barcelona.

SENA, O. **O Princípio Constitucional da Redução Das Desigualdades Regionais e Sociais e sua Efetivação** Jurídico-Política Na Ordem Econômica. Revista Da Direito E Liberdade – Mossoró – V. 7, N. 3, P. 371 – 400 – jul/dez 2007.

SILVA, T. **Identidades terminais**: as transformações na política da Pedagogia e na Pedagogia da Política. Petropolis: Vozes, 1996

SOCIAL WATCH. **Grupo de Alto Nivel propone a la ONU poner a los negocios, no a la gente, en el centro del desarrollo**. Comunicado de prensa de 31/05/2013. Disponible en: <http://socialwatch.org/es/node/16011>

STEWART, F. (2001): **Horizontal Inequalities**: A Neglected Dimension of Development, WIDER Annual Lectures 5, University of United Nations/ World Institute for Development Economics Research, Finland

STEWART, F. (2010): **¿Por qué persisten las desigualdades del grupo? Las trampas de las desigualdad horizontal**, en Teoría Económica y Desarrollo Social. Exclusión, Desigualdad y Democracia. Homenaje a Adolfo Figueroa, 2010, págs. 269-295. Departamento de Economía -Pontificia Universidad Católica del Perú.

STEWART, F., BROWN, G. y MANCINI, L. (2005): **Why Horizontal Inequalities Matter: Some Implications for Measurement**, **Crise Working Paper** No. 19 June 2005 - Queen Elizabeth House, University of Oxford. 83

STIGLITZ, J. (2012): **El precio de la desigualdad**: el 1% de la población tiene lo que el 99% necesita. Taurus, Madrid, 2012.

TAYLOR, R. Professional aspects of Information Science and Technology. Annual Review of Information Science Technology, v.1,p. 15-28, 1996

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. Barcelona: Ediciones Paidós.1992

TORRES R, J. **La bibliotecología hoy**. Academia, México, Vol. 1(1), 1991

SANTOS, Juliana. **Desigualdade social e conceito de gênero**. Em:

www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-3a7.pdf

TÜNNERMANN, Carlos. **Breve historia del desarrollo de la universidad en America Latina**. Educación superior en el umbral del siglo XXI, Caracas: Ed.CRESALC, 1996, pp-11-38. Em: <http://envia.xoc.uam.mx/tid/lecturas/Unidad%20I/Tunnermann.pdf>

UNIVERSIDAD DE LA SALLE. Lineamientos para la redimensión permanente de la malla curricular. Ediciones Unisalle. Bogotá.2008

VALENCIA, A. **Sentido y significado de la universidad pública. Observatorio de la universidad Colombiana**. Universidad de Tunja. 2013. Em:

http://universidad.edu.co/index.php?option=com_content&task=view&id=362&Itemid=81

VALLES, M. **Técnicas cualitativas de investigación social**. Reflexión Metodológica y práctica profesional . Madrid: Síntesis.1.999

VILAS, C. **Desigualdad social y procesos políticos**: una perspectiva interdisciplinaria. Cuyo. Anuario de Filosofía Argentina y Americana, nº 24, año 2007, p. 9 a 33. Em: http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitaes/3431/vilascuyo24.pdf

WALSH, C. **Fanon y la pedagogía decolonial**. Revista novoamerica. Rio de Janeiro. 2010

WALSH, C. **Interculturalidad, colonialidad y educación**. Universidad Simón Bolívar. Quito. 2005

WALSH, C. **Construyendo interculturalidad crítica**. Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello. La Paz. 2010

WESTBROOK, B. JOHN DEWEY (1859-1952): **revista trimestral de educación comparada** (París, UNESCO: Oficina Internacional de Educación), vol. XXIII, nos 1-2, 1993, págs.289-305.©UNESCO: Oficina Internacional de Educación, 1999). Em: <http://www.ibe.unesco.org/publications/ThinkersPdf/deweys.pdf>

WOR F. GOODSON .**LA construcción social del currículum. posibilidades y ámbitos de investigación de la historia del Currículum**. Revista de Educación, num. 295 (1991) págs. 7-37.universidade de Wenster Ontario.

XAVIER, Rodolfo; DA COSTA, Rubenildo. **Relações mutuas entre informação e conhecimento**: o mesmo conceito. Ci. Inf. vol.39 no.2 Brasília May/Aug. 2010

WEBGRAFIA

<http://www.udea.edu.co/wps/portal/udea/web/inicio/sistema-bibliotecas/institucional>

<http://www.udea.edu.co/wps/portal/udea/web/inicio/institucional/unidades-academicas/escuelas/interamericana-bibliotecologia/programas-academicos/programas-posgrado>

<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/bahia.htm>

<http://www.ba.gov.br>

<http://www.sde.ba.gov.br/Pagina.aspx?pagina=institucional-missao-atribuicoes>

<http://www.salvadorbahia.org/>

<http://www.fpc.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=19>

<https://blog.ufba.br/ici>

APÊNDICES

Apêndice N° 1. Guia de entrevistas



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIENCIA DA INFORMACAO
PROGRAMA DE POSGRADUACAO EM CIENCIA DA INFORMACAO



A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO FORMATIVO DA UNIVERSIDADE: PERSPECTIVAS COMPARADAS DO FENÔMENO NO CURRÍCULO DA ÁREA DE BIBLIOTECONOMIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (BRASIL) E NA UNIVERSIDADE DE ANTIOQUIA (COLÔMBIA)

Entrevista N° _____

Investigação desenvolvida por:

Jardany de Jesús Mosquera Machado, Estudante de Doutorado em Ciência da Informação. Instituto de Ciência da Informação (ICI). Universidade Federal da Bahia (UFBA). Orientadora: Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, professora Titular do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Co-orientadora: Doutora Edilma Naranjo, Profesora titular e Directora da Escola Interamericana de Biblioteconomia, da Universidade de Antioquia, Colômbia.

Entrevista com Profesores de Biblioteconomia, da Escola Interamericana de Biblioteconomia da universidade de Antioquia (Colômbia); e de Biblioteconomia, do Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia (Brasil).

Pergunta Orientadora: De que maneira se aborda o fenômeno da desigualdade social nos espaços acadêmicos?

Investigação: Conhecimento acerca da abordagem que se faz do fenômeno da desigualdade social, no programa curricular de Biblioteconomia, da Escola Interamericana de Biblioteconomia, da Universidade de Antioquia.

Segmento: Docentes do programa curricular de Biblioteconomia

Target: Professores do programa curricular

Enfoque: Qualitativo.

1. Objetivo Geral.

Identificar se os espaços acadêmicos dos docentes do programa curricular de Biblioteconomia abordam o tema da desigualdade social e como fazem.

2. Objetivos Específicos.

1. Identificar a abordagem do fenômeno social nas classes
2. Estabelecer o nível de percepção e discussão que dá em torno do fenômeno da desigualdade social nos espaços acadêmicos da Biblioteconomia.
3. Identificar as expectativas que tem os docentes frente ao tema

3. Metodología.

A entrevista é uma metodologia de investigação que depende de (3) fatores:

1. Que a pessoa a entrevistar cumpra com as características de segmento e trabalhem sem exceção de nenhum dos lados.
2. Que a guia direcione o discurso do entrevistado de acordo com os conceitos ou variáveis que querem construir
3. Que a pessoa que realizar a entrevista tenha a habilidade de explorar de forma adequada para obter dados suficientes no momento da entrevista.

4. Saídas de Estudo

1. Entrevistas a profundidad transcritas con el respaldo de su respectivo audio (análises)
2. Matriz de agrupamiento por módulos a partir da seguinte organización conceptual.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA				
CURRÍCULO	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	CONHECIMENTO	NECESSIDADES DE TRATAMENTO	INTERESSES

GUIA DE ENTREVISTA

Introdução Sugerida

BOM DIA/BOA TARDE. MEU NOME É JARDANYS DE JESUS MOSQUERA MACHADO. SOU ESTUDANTE DE DOUTORADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. ORIENTADO PELA PROFESSORA DOUTORA ISABEL DE JESUS SOUSA BARREIRA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, COM CO-ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA DOUTORA EDILMA NARANJO VELEZ, DA ESCOLA INTERAMERICANA DE BIBLIOTECONOMIA, DA UNIVERSIDADE DE ANTIOQUIA.

O OBJETIVO DESTA ENTREVISTA É IDENTIFICAR A FORMA COMO OS DOCENTES DO PROGRAMA CURRICULAR DE BIBLIOTECONOMIA ABORDAM O FENÔMENO DA DESIGUALDADE SOCIAL, NOS ESPAÇOS ACADÊMICOS QUE ORIENTAM.

**Autoriza que esta entrevista seja gravada para efeitos de qualidade?
Garanto total confidencialidade e preservação da identidade dos entrevistados.
Os dados aqui obtidos têm destinação apenas acadêmica.**

I. DESIGUALDADE SOCIAL NO CURRÍCULO.

P1. O que você entende por desigualdade social? Sabe se no programa curricular existem disciplinas que abordam este fenômeno?
Aprofundar pergunta

P2. Segundo seu critério e experiência, qual deve ser o papel dos mestres frente ao fenômeno?
Aprofundar pergunta

**A CONTINUAÇÃO VAI EXPOR A INTENÇÃO DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO
(Realizar exposição).**

P3. Segundo a explicação que acabou de dar, poderia dizer o que acredita que pode fazer sobre esse fenômeno a partir da sua docência?
Aprofundar pergunta

**AGORA FALEMOS DAS NECESSIDADES DO TEMA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO
BIBLIOTECÓLOGO**

P4. Tendo em conta a explicação que deu sobre o tema da desigualdade social, poderia dizer que necessidades crê que deve suprir o espaço acadêmico e a universidade frente ao fenômeno? De que forma os docentes deveriam abordar o tema? (Por favor, seja explícito).

Aprofundar pergunta

P5. Você acredita que o papel da universidade frente ao tema da desigualdade social é importante de ser abordada? Ou simplesmente é um requisito a mais? Se Sim, por que?

Aprofundar pergunta

AGORA FALEMOS DAS EXPERIÊNCIAS QUE ESTÁ TENDO DURANTE SUA PRÁTICA PEDAGÓGICA?

P6. Você tem tido experiência em torno da abordagem do fenômeno? Foram experiências positivas? Ou foram negativas?

Aprofundar pergunta

P7. Nas classes que você orienta, aborda temáticas referentes a este fenômeno?

P8. Acha necessário ou irrelevante abordar este tipo de temática na formação profissional do profissional de Biblioteconomia? Por que? Tem alguma recomendação para o programa curricular e para universidade em geral para abordar este fenômeno?

P9. É importante a presença deste tipo de estudos para a formação profissional do profissional de Biblioteconomia? Por que?

Aprofundar pergunta

P10. Referindo especificamente ao currículo, concebe que os planos de estudo do projeto abordam o fenômeno?

P11. Considera que a universidade se preocupa com a abordagem deste de temáticas em sua faculdade?

P12. Segundo sua experiência, acredita que seja necessária a apropriação desta temática por parte do profissional de Biblioteconomia?

Aprofundar pergunta

P13. Considera que o contexto universitário desta universidade dissemina informação sobre o fenômeno da desigualdade social?

Aprofundar pergunta

P14. Segundo seus critérios, acredita que o Sistema educativo aborda estas temáticas nos currículos institucionais? Por quê?

P15. Qual é sua percepção sobre o fenômeno da desigualdade social na universidade, na sua cidade e em seu país?

AGRADEÇO SUA COLABORAÇÃO E DISPOSIÇÃO PARA RESPONDER ESTAS PREGUNTAS, QUE SEM DÚVIDA CONTRIBUÍRÃO COM A REALIZAÇÃO DESTE ESTUDO EM PROL DA INCIDÊNCIA SOCIAL, NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE BIBLIOTECONOMIA.

CORDIALMENTE,

Jardany de Jesús Mosquera Machado
Doutorando em Ciências da Informação
Universidade Federal da Bahia

Apêndice N° 2. Formato de questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIENCIA DA INFORMACAO
PROGRAMA DE POSGRADUACAO EM CIENCIA DA INFORMACAO



A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A DESIGUALDADE SOCIAL NO CONTEXTO FORMATIVO DA UNIVERSIDADE: PERSPECTIVAS COMPARADAS DO FENÔMENO NO CURRÍCULO DA ÁREA DE BIBLIOTECONOMIA, NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (BRASIL) E NA UNIVERSIDADE DE ANTIOQUIA (COLÔMBIA)

Questionário estudantes N° _____

Investigação desenvolvida por:

Jardany de Jesús Mosquera Machado, Estudante de Doutorado em Ciência da Informação. Instituto de Ciência da Informação (ICI). Universidade Federal da Bahia (UFBA). Orientadora: Doutora Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira, professora Titular do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Co-orientadora: Doutora Edilma Naranjo, Profesora titular e Directora da Escola Interamericana de Biblioteconomia, da Universidade de Antioquia, Colômbia.

OBJETIVO: Com este questionário se pretende indagar sobre as percepções que os estudantes do último semestre de Biblioteconomia tem sobre o Tratamento que o fenômeno da desigualdade social tem no programa curricular da disciplina.

Por favor marque com um X a resposta escolhida. Se quiser, pode marcar várias respostas

I. INFORMAÇÃO GERAL

1. Denominação da carreira: _____
2. Nome da Universidade: _____ semestre ou nível que cursa _____
3. Idade: _____
4. Sexo: 4.1. Masculino () 4.2. Feminino ()
5. Estrato socioeconômico: 1. () 2. () 3. () 4. () 5. () 6. ()
6. Etnicamente se considera:
 - 6.1 Indígena ()
 - 6.2 Afrodescendente ()
 - 6.3 Branco ()
 - 6.4 Mestiço ()
 - 6.5 Outro () ¿Cuál?: _____

7. Atualmente trabalha:

- 7.1 Sim: _____
- 7.2 Não: _____

II. PERCEPÇÕES

8 Considera que a sociedade colombiana é uma sociedade desigual?

- 8.1 Sim: Por que? _____
- 8.2 Não: Por que? _____

9 Dos contextos que aparecem, qual considera que se evidencia o fenômeno da desigualdade social com maior força?

- 9.1 No bairro ()
- 9.2 Na cidade ()
- 9.3 Na Universidade ()
- 9.4 No programa curricular ()
- 9.5 Outro () Qual? : _____

10 Para você a Biblioteconomia é uma disciplina

- 10.1 Social ()
- 10.2 Acadêmica ()
- 10.3 Técnica ()
- 10.4 Científica ()
- 10.5 Outra () Qual?: _____

11 Considera que a Biblioteconomia pode ajudar na diminuição das desigualdades sociais?

- 11.1 Sim _____
- 11.2 Não _____

12 Acredita que o profissional da Biblioteconomia tem reconhecimento social como profissional da informação?

- 12.1 Sim _____
- 12.2 Não _____

13 Acredita que os planos de estudo da Biblioteconomia da Universidade?

- 13.1 Responde às necessidades informacionais da comunidade ()
- 13.2 Contribui com a solução das problemáticas sociais da comunidades ()
- 13.3 Acredita em oportunidades de trabalho para seus egressos ()
- 13.4 Responde à realidade social e cultural da comunidade ()
- 13.5 Nenhuma de las anteriores ()
- 13.6 Outra () Qual? _____

14 Considera que o programa de Biblioteconomia forma seus estudantes para transformarem em atores sociais de força em sua comunidade?

- 14.1 Sim ___ Como?: _____
- 14.2 Não ___ Por que?: _____

15. Considera que a formação que recebe permite observar criticamente os diferentes contextos sociais?

- 15.1 Sempre ()
- 15.2 Quase sempre ()
- 15.3 Algumas vezes ()
- 15.4 Nunca ()

16. A formação que se adquire desde o programa curricular lhe permite tomar decisões para intervir nas problemáticas sociais em seu contexto?

- 16.1 Sempre ()
- 16.2 Quase sempre ()
- 16.3 Algumas vezes ()
- 16.4 Nunca ()

17. AS disciplinas obrigatórias tratam as temáticas de cunho social?

- 17.1 Sempre ()
- 17.2 Quase sempre ()
- 17.3 Algumas veces ()
- 17.4 Nunca ()

18. Os professores abordam em seus programas temáticas sobre problemáticas sociais?

- 18.1 Sempre ()
- 18.2 Quase sempre ()
- 18.3 Algumas vezes ()
- 18.4 Nunca ()

19. Você acredita que os professores têm em conta os fenômenos sociais como a desigualdade para elaborar suas atividades curriculares?

- 19.1 Sempre ()
- 19.2 Quase sempre ()
- 19.3 Algumas vezes ()
- 19.4 Nunca ()

20. Você considera que a desigualdade social é uma problemática que afeta o programa curricular de Biblioteconomia?

20.1 Sim ___ Como?: _____

20.2 Não _____

21. Observa evidências de desigualdade social no interior do programa de Biblioteconomia?

21.1 Sim ___ Quais? _____

21.2 Não _____

22. Considera que as atividades de aula permitem ocupar-se de problemáticas como a da desigualdade social?

22.1 Sempre ()

22.2 Quase sempre ()

22.3 Algumas vezes ()

22.4 Nunca ()

23. Existem algumas disciplinas em particular que dão ênfase a fenômenos como o da desigualdade social?

23.1 Sim ___ Qual? _____

23.2 Não _____

24. Acredita que o programa curricular de Biblioteconomia oferece ferramentas acadêmicas necessárias para realizar trabalho socialmente relevante em sua comunidade?

24.1 Sempre ()

24.2 Quase sempre ()

24.3 Algumas vezes ()

24.4 Nunca ()

25. Em que contexto gostaria de desempenhar-se como profissional de Biblioteconomia e por que?

26. 26.1 Contexto escolar ()

26.1 Contexto Empresarial ()

26.3 ONG ()

26.4 Contexto Universitário ()

26.5 Outro () Qual? _____

27. Você emprenderia ações como profissional da Biblioteconomia para projetar-se como ator étnico e político na sua comunidade?

27.1 Sim ___ Qual? _____

27.2 Não _____

III. OBSERVAÇÕES E COMENTÁRIOS

Muito obrigado por sua colaboração

Apêndice N° 3: Formato de Matriz Comparativa

ITEM	Escola Interamericana de Biblioteconomia (EIB)	Instituto de Ciência da informação (ICI)
Nome do Projeto Pedagógico	PROJETO EDUCATIVO INSTITUCIONAL PEI	PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
Propósito		
Antecedentes		
Denominação do curso		
Modelo Pedagógico		
Missão		
Visão		
Objetivos		
Objeto de estudo		
Áreas de Formação – Metodologia		
Número de Semestres		
Carga Horaria		
Ideal de Homem		

Perfil Profissional		
Opção de Graduado		
Eixos temáticos		
Elementos Curriculares		
Componentes Curriculares		
Disciplinas de oportunidade de tratamento dos fenômenos sociais		

Apêndice Nº 4. Percepções discentes sobre desigualdade em Brasil

Pergunta Considera que a sociedade brasileira é desigual? Por que?	Estudante 1	Sim. Por causa da discriminação de renda e oportunidade de emprego e estudo
	Estudante 2	Sim. Tantos com muito e outros na absoluta miséria
	Estudante 3	Sim. Existem preconceitos socioeconômicos, racial, de gênero, etc. Mesmo que sejam alguns de forma velada.
	Estudante 4	Sim. Apesar da mistura de raça, aspecto bom de Brasil, há muitas desigualdades sociais, políticas, culturais, econômicas.
	Estudante 5	Sim. Apesar de ter melhorado ainda seguem as desigualdades
	Estudante 6	Sim. Por que mesmo tentando promover ações igualitárias, é possível perceber que o país não tenta resolver isso de origem.
	Estudante 7	Sim. Porque a distribuição de renda é desigual e o acesso aos serviços públicos não é amplamente satisfatório
	Estudante 8	Sim. Não há oportunidades iguais para todos
	Estudante 9	Sim. Porque nem todos tem acesso aos serviços básicos
	Estudante 10	Sim. O número atual de pessoas com renda muito alta é desproporcional com os de renda muito baixa
	Estudante 11	Sim. Há muitas pessoas com renda baixa

	Estudante 12	Sim. Por que tem muitos com dinheiro e outros passando fome e miséria
	Estudante 13	Sim. Porque na sociedade brasileira a educação pública, e a saúde são muito precárias
	Estudante 14	Sim. Porque o poder econômico entre as classes
	Estudante 15	Sim. Nem todos têm oportunidades e direitos
	Estudante 16	Sim. Nem todo têm as mesmas oportunidades e direitos
	Estudante 17	Sim. Porque o brasileiro carece de muitas coisas, alimentação, educação.
		Estudante 18
Estudante 19		Sim. Não temos todas as mesmas oportunidades
Estudante 20		Sim. As oportunidades não são acessíveis para todos por igual

Apêndice Nº 5. Deixa ver as percepções da Biblioteconomia como facilitadora da diminuição das desigualdades

Pergunta	Participantes	Comentário - unidade de análise	Interpretação e análise
Considera que por meio da Biblioteconomia se podem diminuir as desigualdades sociais? Categoria: Formação de agentes sociais	Estudante 1	Sim. Se o conteúdo de determinadas disciplinas focarem na construção identitária do cidadão, formando agentes sociais que darão retorno à sociedade.	A prevalência das afirmativas significa que efetivamente os estudantes percebem que a Biblioteconomia é uma área onde é possível empreender ações formativas, que foquem nos aspectos socioculturais, que contribuam com a formação de profissionais da informação, bibliotecários comprometidos com as transformações das suas comunidades. A Biblioteconomia além de ser uma disciplina técnica, também tem que desenvolver uma agenda social que posicione os profissionais formados no programa, como agentes sociais para as mudanças de realidade
	Estudante 2	Sim. Através da pesquisa, facilitando o acesso à informação dentro da comunidade em que você atua.	
	Estudante 3	Sim. Promovendo ações de inclusão social, através da informação e do conhecimento	
	Estudante 4	Sim.	
	Estudante 5	Sim. Não restringindo o conhecimento, tornando acessível para todos.	
	Estudante 6	Sim. A partir de políticas realizadas nas bibliotecas é possível minimizar essa realidade.	
	Estudante 7	Sim. Disseminando a informação, promovendo a leitura e capacitando as pessoas para atuarem no mercado de trabalho.	

Estudante 8	Sim. Através da leitura e da mediação da informação podemos mudar as realidades das pessoas	<p>adversas em populações deprimidas. O incentivo à leitura como meio de conhecimento permite a materialização de direitos cidadãos, e a disponibilização da informação que gere opções de acesso democrático ao conhecimento. Todos são elementos que fazem da Biblioteconomia uma ferramenta educacional para a diminuição das desigualdades sociais.</p> <p>É de grande importância que programas que incentivem a leitura, como instrumento de emancipação, para que sejam os mesmos cidadãos que dirijam as transformações que precisa sua comunidade.</p>
Estudante 9	Sim. Praticando serviços de extensão, levando a leitura às pessoas	
Estudante 10	Sim. A partir do incentivo, e acesso à leitura e informação.	
Estudante 11	Sim. Proporcionando incentivos de leitura e pesquisas	
Estudante 12	Sim. É possível através da leitura, da informação, do acesso à informação e da compreensão do que está tentando aprender.	
Estudante 13	Sim. Por que através da leitura as pessoas poderiam enxergar os seus direitos, poderiam entrar nas universidades.	
Estudante 14	Sim. Através das ações culturais	
Estudante 15	Sim. Por meio de ações sociais, culturais que minimizem essas desigualdades.	
Estudante 16	Sim. Incentivando à leitura, fazendo políticas educativas que permitam o combater as desigualdades.	
Estudante 17	Sim. Principalmente com o incentivo à leitura e comunicações da escola e do professor	
Estudante 18	Sim. Exercendo uma ação social verdadeira. Indo às comunidades	
Estudante 19	Sim. Chegando às comunidades necessitadas	
Estudante 20	Sim. Por meio de ações culturais	

Apêndice Nº 6. Percepções sobre o reconhecimento social do bibliotecário

Participantes	Sim? Ou não?
Estudante 1	Nao
Estudante 2	Nao
Estudante 3	Nao
Estudante 4	Nao

Estudante 5	Sim
Estudante 6	Nao
Estudante 7	Nao
Estudante 8	Nao
Estudante 9	Sim
Estudante 10	Nao
Estudante 11	Sim
Estudante 12	Nao
Estudante 13	Sim
Estudante 14	Nao
Estudante 15	Sim
Estudante 16	Sim
Estudante 17	Nao
Estudante 18	Nao. Para nada
Estudante 19	Nao
Estudante 20	Nao

Anexo Nº 7

Pergunta	Participantes	Comentário- unidade de análise	Interpretação e análise
<p>Considera que o programa de Biblioteconomia forma seus estudantes para se tornar em atores importantes em suas comunidades?</p> <p>Categoria: formação de atores sociais</p>	Estudante 1	Não. Porque não forma dicentes sociais, não há uma formação voltada para a sociedade	<p>Ainda que a percepção dos participantes esteja um pouco dividida entre o Sim e não, no que se refere à consideração do programa como caminho de formação de atores sociais comprometidos com suas respectivas comunidades, percebem que o foco do curso está mais voltado para a parte técnica, deixando de lado a visão social que deve ter o programa. Devido a este tipo de questão, não existe tempo nas aulas</p>
	Estudante 2	Não. O foco ainda é mais na parte técnica, se abordam muito poucas vezes outras linhas de trabalho possíveis para o bibliotecário.	
	Estudante 3	Sim. Muito pouco	
	Estudante 4	Sim. Existem disciplinas no ICI direcionadas para o trabalho com a comunidade	
	Estudante 5	Sim. Tornando a biblioteca um ambiente para todos, realizando atividades para desenvolver a leitura, ações culturais.	
	Estudante 6	Não. Esse tipo de atitude, é pouco discutida realmente no Instituto. Acontecem palestras sobre o assunto em eventos, mas no dia a dia isso não é aplicado.	

	Estudante 7	Não. Porque não há ênfase no estudo dos fenômenos sociais como a desigualdade social	para sua discussão, as manifestações acadêmicas em torno do assunto são esporádicas e não guardam uma Sistematização necessária para que seja construída uma cultura que considere os fatos e fenômenos sociais como atributos dotados de sentido e significado na profissão. Alguns participantes consideram que o curso tem muitas debilidades que dificultam a apreensão de conteúdos pertinentes para o combate à desigualdade social, assim como o tratamento de outras problemáticas e necessidades das diferentes comunidades de atuação do profissional da informação. Ainda que maioria tenha uma percepção negativa, fica espaço para a esperança. O curso, segundo os participantes, permite a criação e execução de ações (incentivo da leitura, construção de bibliotecas móveis, itinerantes) em prol das
	Estudante 8	Não. Apesar de ter algumas disciplinas sociais como Filosofia, Sociologia, não prepara ao aluno para lidar com os problemas reais, focam mais na parte técnica do curso	
	Estudante 9	Sim. Possibilita meio para que eles expandam a sua área de atuação, podendo realizar trabalhos sociais	
	Estudante 10	Não. Não há disciplinas suficientes para orientar o aluno como executar planos de combate às desigualdades	
	Estudante 11	Não.	
	Estudante 12	Não. O curso é fraco, não tem quase aula prática e conserva poucas matérias optativas. Poucos professores dinâmicos e incentivadores. A estrutura é horrível e a biblioteca é ruim	
	Estudante 13	Não	
	Estudante 14	Sim. Entendendo a comunidade onde vivemos e fazendo levantamento para futuras ações que estejam de acordo às necessidades do referido público.	
	Estudante 15	Sim. Apresentando e discutindo a importância deste profissional para a sociedade, analisando-o como protagonista social.	
	Estudante 16	Sim. Através de bibliotecas móveis, em um cartaz falando da importância da leitura	
	Estudante 17	Não. Faltam ainda alguns pontos para que possam ampliar este objetivo	
	Estudante 18	Não. Preocupa-se muito com o aspecto técnico	

Estudante 19	Nao	transformações nas comunidades, ao responder timidamente com as necessidades sentidas. Aqui entra também em consideração a necessidade de dotar com elementos próprios da Pedagogia os futuros profissionais da Informação, para que possam atuar como docentes de cunho social.
Estudante 20	Não. Não facilitam os meios	

Apêndice Nº 8. Intenção de serem atores éticos e políticos em suas comunidades

Participantes	Resposta e por quê?
Estudante 1	Sim. Nas bibliotecas comunitárias, centros comunitários, eventos culturais voltados para a diversão e também para a informação
Estudante 2	Sim, trabalhando com crianças e idosos
Estudante 3	Sim. Levando e despertando o interesse do indivíduo socialmente excluído, contar com o saber através dos livros e as tecnologias.
Estudante 4	Sim. No incentivo à leitura e escrita
Estudante 5	Sim. Realizar ações culturais que levem a Biblioteconomia ou parte dela para regiões menos favorecidas.
Estudante 6	Sim. Acredito que o primeiro passo seja desenvolver ações que esclareçam uns debates na comunidade
Estudante 7	Sim. Através de ações sociais e culturais

Estudante 8	Nao
Estudante 9	Sim. Levando serviços de acesso à informação para a comunidade
Estudante 10	Sim. Ajudar em programas de incentivo à leitura em bairros de baixa renda. Programas de informação em centros de LGBT
Estudante 11	Nao
Estudante 12	Sim. Fazer da leitura algo encantador e trazer os jovens de hoje para a biblioteca, como um espaço de lazer e ao mesmo tempo de criação de conhecimento
Estudante 13	Sim. Realizando ação cultural com as crianças e idosos, criando uma pequena biblioteca comunitária.
Estudante 14	Sim. Após o levantamento das possibilidades da comunidade, poderia propor incentivos à leitura, ações que ajudem a conhecer e interagir com a comunidade social
Estudante 15	Sim. Incentivando a leitura, criando bibliotecas itinerantes, com respeito, comprometimento e visando a igualdade social.
Estudante 16	Nao
Estudante 17	Sim. Intermediar junto às escolas e crianças de bibliotecas comunitárias e projetos sociais com incentivo à leitura
Estudante 18	Sim. Levar o conhecimento às comunidades marginadas
Estudante 19	Nao. Nao me interessa
Estudante 20	Sim. Incentivando a leitura e as ações culturais na comunidade

Apêndice Nº 9. Percepções acerca da importância de pesquisas dessa natureza

Participantes	Comentários e observações
Estudante 1	Muito bom questionário, serviu para que os estudantes fiquem mais atentos ao programa do curso
Estudante 2	Na atual situação em que estamos vivendo, muito bom ver que muitos ainda se inquietam e procuram contribuir da melhor forma que podem. Que esse trabalho venha servir para reestruturar nosso currículo.
Estudante 3	Considero que o Brasil melhorou muito, e a universidade UFBA também: as desigualdades ainda são de grau muito grande, mas o nível da UFBA através do Sistema de cotas e outros programas de inclusão, trouxe à universidade indivíduos que alguns anos atrás nem por sonho pensavam em fazer uma universidade.
Estudante 4	Muito interessante essa pesquisa. Acredito que trará grandes benefícios para a nossa área.
Estudante 5	Antigamente no Brasil o nível de desigualdade era maior. Atualmente reduziu de forma notável, mas infelizmente ainda existe o racismo, o preconceito

	e a desigualdade por bairro.
Estudante 6	N/R
Estudante 7	O programa permanece interessante, mas acredito que deveria ser ampliado para evitar a evasão, visto os gastos despendidos (alimentação, transporte, xerox, internet, entre outros) necessários durante o período de formação na graduação
Estudante 8	N/R
Estudante 9	O curso de Biblioteconomia da UFBA proporciona na formação do profissional bibliotecário que ele aprenda formas de transformação social, mas num contexto geral, talvez a universidade não dê os subsídios necessários para que o aluno coloque as ações em prática.
Estudante 10	Eu espero que essa pesquisa venha a servir como um incentivo para o instituto investir mais num programa que direcione e instrua o aluno a se tornar um ator ético e político na sociedade
Estudante 11	N/R
Estudante 12	N/R
Estudante 13	N/R
Estudante 14	A Instituição aborda o tema de forma tímida. Poderia se pensar em ações para o despertar

	dos discentes de forma prática, para que houvesse expansão no seu olhar para sua comunidade. A disciplina de ação cultural é a que mais adentra o tema, se for necessária disciplinas obrigatórias da mesma linha
Estudante 15	Observo que a UFBA tem uma preocupação quanto às questões voltadas para a igualdade social, diversidade cultural, étnica e de gênero, porém os discursos proferidos pelo corpo docente e administrativo do Instituto ficam apenas na teoria, de forma utópica. Precisa que se coloquem em prática tais discursos igualitários.
Estudante 16	Gostei da pesquisa, foi muito enriquecedor, pois só assim os futuros profissionais ficam por dentro das necessidades que ocorrem no curso; e assim podem fazer uma avaliação de como podemos contribuir para diminuir a desigualdade social
Estudante 17	Gostei bastante de participar desta pesquisa tão importante para o plano curricular da Biblioteconomia e documentação. E que também deveria ter disciplinas como Pedagogia e Psicologia, e também comportamento de usuários, pois já que nossas pesquisas têm um cunho social é

	necessário dar capacitação nesse sentido
Estudante 18	É muito interessante participar nesta pesquisa, gostei muito disso.
Estudante 19	Este tipo de pesquisa é muito importante para o desenvolvimento do ICI
Estudante 20	N/R

Apêndice Nº 10. Percepção de existência do fenômeno no currículo e o Conceito de Desigualdades Social

Pergunta	Participantes	Comentário - unidade de análise	Interpretação e análises
Considera que a sociedade Colombiana é desigual? Categoria: Desigualdad e Social	Estudante 1	Sim. Pela falta de oportunidades de trabalho, acadêmicos e culturais	O grau de percepção da existência do fenômeno é de forma unânime afirmativo neste estudo. Os estudantes percebem em seu cotidiano que a sociedade colombiana é totalmente desigual, porque não existem oportunidades para todos, porque não são materializados os direitos das pessoas, porque existem classes favorecidas pelo sistema capitalista, que direcionam o comportamento socioeconômico da nação hoje. Porque muitos grupos vulneráveis são segregados e reduzidos ao ostracismo, porque tem uma classe dominante que hegemoniza e marginaliza o diferente, porque a diversidade não é sinônimo de riqueza senão de debilidade nacional. Segundo a percepção dos participantes, a dignidade humana não é levada em conta como eixo de comportamento coletivo, e as lacunas de desigualdade seguem se
	Estudante 2	Sim. Porque a Distribuição das riquezas está monopolizada por uma parte	
	Estudante 3	Sim. Não tem as mesmas oportunidades para os Estudantes	
	Estudante 4	Sim. Os índices de riqueza indicam desigualdade, já que não se distribui por igual, pois estamos falando de um sistema capitalista	
	Estudante 5	Sim. Não tem em conta a situação de cada pessoa	
	Estudante 6	Sim. Porque não tem igualdade de oportunidade na educação nem emprego	
	Estudante 7	Sim. Por causa das diferenças das condições de vida que se apresentam	
	Estudante 8	Sim. Porque precisa haver oportunidades iguais para todos	
	Estudante 9	Sim. Os melhores cargos nas empresas são para pessoas de clase média alta e de universidades privadas	
	Estudante 10	Sim. A partir das classes socioeconômicas se refletem as diferenças	
	Estudante 11	Sim. Ainda existe muita discriminação de um com os outros	
	Estudante 12	Sim. Segregação de comunidades e grupos culturais	
	Estudante 13	Sim. Porque cada vez mais os ricos buscam seu bem-estar, sem ver ou ajudar aos que precisam	

	Estudante 14	Sim. Porque os direitos não são iguais e há muita corrupção	ampliando. As políticas públicas criadas para o combate das desigualdades não são suficientes para alcançar este objetivo. Ante a magnitude e complexidade deste fenômeno, é preciso “atacar por todos os lados”. Os avanços logrados até hoje não conseguem mitigar os devastadores efeitos deste flagelo, e as oportunidades seguem escassas sobretudo para as pessoas integrantes dos grupos que historicamente têm sido relegados a planos de invisibilidade geral.	
	Estudante 15	Sim. A indiferença e discriminação na maioria dos aspectos sociais, econômicos residem nos grupos de pessoas, etc.		
	Estudante 16	Sim. A atual situação econômica no país e os níveis de concentração de riquezas		
	Estudante 17	Sim. Existem muitas brechas socioeconômicas		
	Estudante 18	Sim. A diferença entre riqueza e pobreza é demasiado grande		
	Estudante 19	Sim. Porque os mesmos recursos, direitos e deveres não são para todos equitativamente		
	Estudante 20	Sim. Por índices de pobreza		
	Estudante 21	Sim. Nem todos têm o mesmo acesso, as mesmas condições de vida.		Excluir o que se considera perigosamente diferente tem sido uma prática recorrente das classes hegemônicas na sociedade colombiana. Desta maneira, a pobreza continua aumentando, permitindo que os recursos sejam concentrados em poucas mãos; situação que ao contrário de equiparar oportunidades distancia as chances das classes populares.
	Estudante 22	Sim. A pesar de termos avançado ainda existem brechas a nível educativo nos setores público e privado, de onde partem as oportunidades de cada indivíduo		
	Estudante 23	Sim. Por um estado de direito		
	Estudante 24	Sim. Se exclui o que é diferente do outro.		
	Estudante 25	Sim. Porque está governada por pessoas que pensam só nelas mesmas		
	Estudante 26	Sim. Porque tem menos oportunidades para algumas pessoas		
Estudante 27	Sim. As brechas entre pessoas ricas e pobres criam diferenças no acesso a serviços públicos			

Apêndice Nº 11. Deixa ver as percepções sobre o papel facilitador da Biblioteconomia na diminuição das desigualdades sociais

Pergunta	Participantes	Comentário-unidade de análises	Interpretação e análise
Considera que a Biblioteconomia pode ajudar na diminuição das desigualdades sociais? Como?	Estudante 1	Sim. Mudando a perspectiva de pensamento, fazendo-nos ver a realidade completa e não parcial	A unanimidade do Sim aqui registrado ignifica que os participantes têm a percepção de que a Biblioteconomia é um curso acadêmico com projeção social,
	Estudante 2	Sim. Incentivando a leitura	

Categoria: Formação de Agentes Sociais	Estudante 3	Sim. Intervindo nas comunidades marginalizadas	<p>que possibilita o empreendedorismo de ações formativas, pedagógicas, com um alto conteúdo social e cultural, que contribui com a formação de profissionais da Informação. Bibliotecários comprometidos com as transformações das suas comunidades. A Biblioteconomia que percebem os estudantes além de ser uma disciplina técnica, também tem que desenvolver uma agenda social que posicione os profissionais formados no programa como agentes sociais para as mudanças de realidade adversas em populações deprimidas. O incentivo à leitura como meio de conhecimento permite a materialização de direitos cidadãos, e a disponibilização da informação que gere opções de acesso democrático ao conhecimento. Estes são elementos que fazem da Biblioteconomia uma ferramenta educacional para a diminuição das desigualdades sociais.</p> <p>É também importante criar programas e projetos que possam garantir o acesso à informação como caminho para alcançar objetivos emancipatórios, que permitam aos mesmos cidadãos liderar suas próprias transformações e as da comunidade.</p> <p>O trabalho com as comunidades se apresenta aqui como uma opção concreta para diminuir as</p>
	Estudante 4	Sim. Construindo bibliotecas itinerantes	
	Estudante 5	Sim. Liderando projetos de inclusão de comunidades vulneráveis	
	Estudante 6	Sim. Levando livros a pessoas que não tenham acesso a bibliotecas	
	Estudante 7	Sim. Trabalhando pelo verdadeiro papel social da Biblioteconomia	
	Estudante 8	Sim. Fomentando a inclusão por meio da leitura	
	Estudante 9	Sim. Possibilitando o acesso à informação em igualdade para todos	
	Estudante 10	Sim. Disponibilizando a informação para que o conhecimento seja construído.	
	Estudante 11	Sim. Despertando o interesse dos indivíduos para a leitura	
	Estudante 12	Sim. Não sei como	
	Estudante 13	Sim. Exercendo um papel social	
	Estudante 14	Sim, Comprometendo-se com as transformações sociais que requerem as comunidades.	
	Estudante 15	Sim. Chegando às comunidades vulneráveis através da leitura	
	Estudante 16	Sim. Não sei como	
	Estudante 17	Sim. Criando bibliotecas infantis itinerantes.	
Estudante 18	Sim. Não sei como		
Estudante 19	Sim. Trabalhando com as pessoas da terceira idade		
Estudante 20	Sim. Fazendo ações culturais		
Estudante 21	Sim. Desenvolvendo iniciativas de inclusão nas comunidades marginalizadas		
Estudante 22	Sim. Fazendo trabalhos sociais em asilos e presídios		

Estudante 23	Sim. Cultivando o amor pela leitura	distâncias sociais que neste estudo se quer combater.
Estudante 24	Sim. Garantindo o acesso à informação indiscriminadamente	
Estudante 25	Sim. Através da mudança social do próprio bibliotecário	
Estudante 26	Sim. Demonstrando a função social da Biblioteconomia	
Estudante 27	Sim. Não sei como	

Apêndice Nº 12. Percepção sobre reconhecimento social do Bibliotecário como profissional da informação

Participantes	Sim? O não?
Estudante 1	Sim
Estudante 2	Sim
Estudante 3	Sim
Estudante 4	Sim
Estudante 5	Sim
Estudante 6	Sim
Estudante 7	Sim
Estudante 8	Sim
Estudante 9	Sim
Estudante 10	Sim
Estudante 11	Sim
Estudante 12	Sim
Estudante 13	Sim
Estudante 14	Sim
Estudante 15	Sim
Estudante 16	Sim
Estudante 17	Sim
Estudante 18	Sim
Estudante 19	Sim
Estudante 20	Sim
Estudante 21	Sim
Estudante 22	Sim
Estudante 23	Sim
Estudante 24	Sim

Estudante 25	Sim
Estudante 26	Sim
Estudante 27	Sim

Apêndice Nº 13 Formação do bibliotecário como ator de transcendência em suas comunidades

Pergunta	Participantes	Comentário- unidade de análise	Interpretação e análise
<p>Considera que o programa de Biblioteconomia forma seus Estudantes para atuarem como atores sociais de influencia na sua comunidade?</p> <p>Categoria:</p> <p>Formação de sujeitos éticos e políticos</p>	Estudante 1	Sim. Por meio de cursos e materiais que tragam o conhecimento e o trabalho social	<p>A percepção dos estudantes participantes fica dividida entre o sim e o não, com maior preponderância do Sim. Isto pode indicar que o curso de Biblioteconomia é visto como caminho de intervenção social nas diferentes comunidades, mas deve afinar seus processos formativos de tal forma que fortaleça a formação de atores sociais comprometidos com suas respectivas comunidades. Tem um porcentagem de estudantes que olham o programa curricular como um espaço de fortalecimento dos aspetos organizacionais das unidades de informação, como locais físicos em detrimento da projeção comunitária, que</p>
	Estudante 2	Não. Se tem centralizado as disciplinas em temas técnicos e tecnológicos	
	Estudante 3	Sim. Através da apropriação social do conhecimento	
	Estudante 4	Não. Se concentra em gerar profissionais para trabalhar a Organização da informação sem ouvir as pessoas	
	Estudante 5	Sim. Contribuir com o desenvolvimento de cada pessoa e que isto se transforme em desenvolvimento para ele mesmo.	
	Estudante 6	Não. O que se aprende são coisas muito práticas, repetitivas e que pouco incidem nas comunidades	
	Estudante 7	Sim. A carreira encontra força no âmbito social e a maioria das matérias tem forte componente social	
	Estudante 8	Sim. Contribuindo com propostas que permitam melhorar o acesso à informação por parte da comunidade	
	Estudante 9	Não. Não tem componente comunitário, apenas disciplinas que falam do tema	
	Estudante 10	Sim. Con ênfase que faz o aspecto social da biblioteca	

	Estudante 11	Sim. Projetando fortemente a parte social e como intervir nessas realidades	devem ter os profissionais bibliotecários. Sugerem acrescentar o componente comunitário do currículo, para disseminar em todas as disciplinas as questões sociais e culturais das respectivas populações de ação. Espera-se também que as manifestações acadêmicas em torno do assunto deixem de ser esporádicas e que guardem uma sequência sistemática para que possa se construir uma cultura que considere os fatos e fenômenos sociais como atributos dotados de sentido e significado na profissão. Ainda que a maioria tenha uma percepção positiva do tratamento do fenômeno no currículo, tem algumas debilidades que dificultam a construção de uma cultura do social relevante para a ação sociocultural do Bibliotecário. Segundo os atores participantes, o currículo facilita a criação e execução de projetos sociais em prol das transformações nas
	Estudante 12	Sim. Mostrar ao Estudante as realidades sociopolíticas que claramente que devem contemplar este texto	
	Estudante 13	Sim. Depende do campo de saber pelo qual se inclina o estudante	
	Estudante 14	Não. Fazem falta as matérias que falam do tema, além de espaços de investigação	
	Estudante 15	Não. O modelo que foca a academia e a organização. Mas esta perspectiva é difícil de formar em benefício da comunidade. Não incidir na comunidade sem trabalhar para ela	
	Estudante 16	Sim. Com materias com contexto social e investigação que permita ao estudante compreender o mundo que os rodeia	
	Estudante 17	Sim. Ainda são poucas as matérias que trabalham diretamente o contexto dos cursos que buscam que tenhamos uma papel ativo na comunidade	
	Estudante 18	Sim. Permite focar aspectos sociológicos que dão oportunidade de considerar os asuntos	
	Estudante 19	Sim. Trazendo os conhecimentos para o fomento da cultura, da educação e do acesso à informação	
	Estudante 20	Sim. Brindar com conhecimento e estratégias para fazer intervenções socioculturais.	
	Estudante 21	Sim. Levar meios para a comunidade, que não deve depender só do programa	
	Estudante 22	Não. Deviam estar mais focados na promoção da leitura e nos aspectos culturais, desde que estes possam trazer mudanças	
	Estudante 23	Sim. Incentivar a intervenção sociocultural	

Estudante 24	Não. É muito técnica em sua metodologia. São as poucas as classes que motivam isso	comunidades, respondendo às necessidades sentidas destas. Aqui entra também em consideração a necessidade de dotar com elementos próprios da Pedagogia os futuros profissionais da Informação, para que possam atuar como docentes de cunho social no contexto das unidades de informação.
Estudante 25	Sim. Por meio dos programas que incentivem os estudantes a irem para as comunidades, levando informação	
Estudante 26	Sim. Não falam da importância da construção social	
Estudante 27	Sim. Mudando a perspectiva de pensamento, fazendo-nos ver a realidade completa e parcial	

Apêndice Nº 14. Mostra a Intenção de participação em atividades de intervenção social nas comunidades

Participantes	Resposta e por quê?
Estudante 1	Sim. Contribuir com o conhecimento político, de direitos, promoção de uma leitura crítica
Estudante 2	Sim. Projetos que centrem na melhoria da qualidade de vida da comunidade de suas necessidades básicas, a expelo das bibliotecas
Estudante 3	Sim. Porque estou convencido que a biblioteca assim como a Biblioteconomia, tem incidência política.
Estudante 4	Sim. Trabalho de enfoque com as comunidades
Estudante 5	Contexto Escolar, ONG, Contexto universitário.
Estudante 6	Sim. Participar ou construir projetos que gerem um real impacto social
Estudante 7	Não
Estudante 8	Sim. Participar de projetos que contribuam para melhorar a qualidade de vida da comunidade e a participação da mesma
Estudante 9	Sim. Apoiando a educação e a alfabetização dos mais humildes, com ações nas bibliotecas
Estudante 10	Não

Estudante 11	Sim. Programas voltados para problemáticas sociais - leituras, acompanhamento e busca de informação
Estudante 12	Sim. Acesso à informação, alfabetização, alfabetização informal voltados para a participação política e cidadã
Estudante 13	Não
Estudante 14	Sim. investigaria las necessidades da sociedade, com ações para solucionar as problemáticas
Estudante 15	Não
Estudante 16	Não
Estudante 17	Não
Estudante 18	Sim
Estudante 19	Não
Estudante 20	Sim. Animação e promoção da leitura em espaços convencionais
Estudante 21	Sim. Tratando de trabalhar a problemática da comunidade em particular (de fora para dentro) , desde a instituição
Estudante 22	Não
Estudante 23	Sim. Intervenções socioculturais, apropriação de conhecimento por meio de temas culturais
Estudante 24	Sim. Realizando programas de Biblioteconomia que incentivem a comunidade para sua participação
Estudante 25	Sim. Desde a cultura digital, mostrando às pessoas como serem críticas com a informação que consultam ou tem acesso
Estudante 26	Não
Estudante 27	Não

Apêndice N° 15. Incidência da Biblioteconomia no tratamento da desigualdade social

Participantes	Resposta e por quê?
Estudante 1	Sim. Contribuir com o conhecimento político, de direito, promoção de uma leitura crítica
Estudante 2	Sim. Projetos que se concentrasse em melhorar a qualidade de vida da comunidade e suas necessidades básicas
Estudante 3	Sim. Porque estou convencido de que a biblioteca assim como a Biblioteconomia tem incidência política.
Estudante 4	Sim. Trabalhar o enfoque com as comunidades
Estudante 5	Contexto Escolar, ONG, Contexto universitário.
Estudante 6	Sim. Participar ou construir com projetos que gerem um real impacto social
Estudante 7	Não

Estudante 8	Sim. Participar de projetos que contribuam para melhorar a qualidade de vida da comunidade
Estudante 9	Sim. Apoiando a educação e a alfabetização dos mais humildes com ações nas bibliotecas
Estudante 10	Não
Estudante 11	Sim. Programas voltados a problemáticas sociais - leituras, acompanhamento na busca de informação
Estudante 12	Sim. Acesso à informação, alfabetização informacional a temas concernentes à participação política e cidadã
Estudante 13	Não
Estudante 14	Sim. investigaria as necessidades da sociedade, com ações para solucionar as problemáticas
Estudante 15	Não
Estudante 16	Não
Estudante 17	Não
Estudante 18	Sim.
Estudante 19	Não
Estudante 20	Sim. Animação e promoção da leitura em espaços convencionais
Estudante 21	Sim. Tratando de trabalhar a problemática da comunidade em particular (de fora para dentro) , desde a instituição
Estudante 22	Não
Estudante 23	Sim. Intervenções socioculturais, apropriação de conhecimento por meio de temas culturais
Estudante 24	Sim. Realizando programas de Biblioteconomia que incentivem a comunidade para sua participação
Estudante 25	Sim. Desde a cultura digital, mostrando às pessoas como serem críticas com a informação que consultam ou tem acesso
Estudante 26	Não
Estudante 27	Não

Apêndice N° 16. Registra os comentários e observações dos participantes em torno da pesquisa como tal.

Participantes	Comentários e observações
Estudante 1	Questionário que permite que os estudantes se interessem por este tipo de tema

Estudante 2	Algumas perguntas não são tão claras
Estudante 3	Não registrou
Estudante 4	Não registrou
Estudante 5	É bom ter uma disciplina como a Biblioteconomia, em que muitos colaboram com o desenvolvimento social e o trabalho social
Estudante 6	Me parece muito interessante que se plantem este tipo de perguntas que de certo modo nos permite perguntar qual é o verdadeiro papel do profissional da Biblioteconomia e da profissão para a sociedade
Estudante 7	Com base nas respostas dos enunciados 22 e 24, considero que apesar do enfoque social da carreira, não se oferecem ferramentas necessárias na maioria das classes e não permite ocupar a respeito dos fenômenos sociais como a desigualdade
Estudante 8	Não registrou
Estudante 9	O componente comunitário é muito importante na Biblioteconomia. Na escola nos ensinam um pouco disto, mas deveria haver mais ênfase
Estudante 10	Não registrou
Estudante 11	Não registrou
Estudante 12	Não registrou
Estudante 13	Não registrou
Estudante 14	Não registrou
Estudante 15	A desigualdade sempre estará presente no todo contexto social, nas relações com as organizações, com a academia, entre outros. Por isso, é sim possível falar de igualdade no atual modelo social
Estudante 16	Não registrou
Estudante 17	Não registrou
Estudante 18	Não registrou
Estudante 19	A desigualdade em que vivemos atualmente é econômica. Não se observam aspectos de racismo ou religioso, mas penso que a universidade tem uma boa função na inclusão de muitos aspectos

Estudante 20	Um assunto muito interessante, que pode ajudar muito na profissão
Estudante 21	Penso que deveria especificar o que é igualdade social
Estudante 22	Muito acertado fazer esse tipo de pergunta. A EIB não se preocupa com a percepção dos estudantes sobre o currículo e outros aspectos
Estudante 23	A Biblioteconomia como Ciência da Informação e como parte da comunicação precisa comunicar os diversos saberes, e organizar, transferir os cuidados a diferentes contextos sociais
Estudante 24	Excelente que dê mais importância ao tema dentro da Biblioteconomia
Estudante 25	Creio que a Biblioteconomia pode fazer ações sociais e políticas que beneficiem a comunidade para levar projetos de vida e desenvolvimento social
Estudante 26	No meu projeto ator social ativo, porque não me é muito clara a maneira de fazê-lo, tampouco faz parte dos meus interesses pessoais. Nunca havia pensado na projeção do currículo com a projeção social, mas tem muito sentido
Estudante 27	A desigualdade social leva anos e anos sendo tema de impacto, problema e discussão, mas a desigualdade sempre estará presente. Até mudar a mentalidade daqueles que querem dominar e fazer sua vontade. Desigualdade (saúde, economia, educação, acesso à informação)